UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

GEZENIRA RODRIGUES DA SILVA

O LUTO MATERNO EM NARRATIVAS DE VIDA E DE MORTE: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICO-DISCURSIVA DA PERDA

FORTALEZA
2015

GEZENIRA RODRIGUES DA SILVA

O LUTO MATERNO EM NARRATIVAS DE VIDA E DE MORTE: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICO-DISCURSIVA DA PERDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Linguística. Área de conhecimento: Práticas Discursivas e Estratégias de Textualização

Orientadora: Profª. Dra. Sandra Maia Farias Vasconcelos

FORTALEZA
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R613l Rodrigues da Silva, Gezenira.
O LUTO MATERNO EM NARRATIVAS DE VIDA E DE MORTE: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICA DA PERDA / Gezenira Rodrigues da Silva. – 2015.
191 f. : il.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, 2015.
Orientação: Profa. Dra. Sandra Maia Farias Vasconcelos.

1. Discurso. 2. Narrativa de vida. 3. Luto. I. Título.

CDD 410

O LUTO MATERNO EM NARRATIVAS DE VIDA E DE MORTE: UMA ABORDAGEM SOCIOLÓGICO-DISCURSIVA DA PERDA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Linguistica. Área de concentração: Linguistica.

Aprovada em: 20 / 11 / 15 .

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Sandra Maia Farias Vasconcelos (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Christian Joseph Pierre Henri Leray
Universidade de Renes - França

Prof. Dr. Erasmo Miessa Ruiz
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profª. Drª. Lia Matos Brito de Albuquerque
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Profª. Drª. Maria Margarete Fernandes de Sousa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

À minha mãe
Ao meu irmão Jônatas *(in memorian)*
Ao meu filho João Heitor

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu o dom da vida e a força para superar os desafios.

Aos meus pais, Nenzinha e João, por proporcionarem tudo o quanto puderam emocional e materialmente para que eu chegasse até aqui.

Ao meu esposo Erandi, companheiro de minhas realizações, por sua compreensão e incentivo para que esse trabalho fosse possível.

À professora Sandra Maia, pelo companheirismo no desenvolvimento desta pesquisa e principalmente pelo abraço materno de acolhimento, quando eu já pensava não ser mais possível.

A todas as pessoas queridas que tão bem me acolheram no GELDA (Grupo de Estudos em Linguística e Discurso Autobiográfico): Dannytza, Leidiane, Neurielli, Samuel, Janicleide, Bruno, Karina, Dulce e Lorena, pela companhia, incentivo, dicas, lanches e risadas.

Ao PPGL (Programa da Pós-Graduação Linguística), na pessoa da coordenadora Rosemeire Selma Monteiro Plantin, pela oportunidade da minha formação.

À professora Márluce Coan, pela orientação no curso de Mestrado, pela amizade e por sua disposição em contribuir sempre.

Ao professor Leonel Figueiredo Alencar, pelo acolhimento e orientação nos dois primeiros anos deste curso.

Ao Eduardo, Vanessa e Antônia, pela enorme prestatividade para com os assuntos burocráticos.

Às minhas amigas Ana Amélia, Andréa Feitosa, Laressa e Rose pelas palavras de força e encorajamento nos momentos mais difíceis deste trabalho.

Às amigas e gestoras, Roberta Pereira, Humberlândia Grangeiro e Sônia Matos, cujo apoio e compreensão foram fundamentais para que este trabalho fosse possível.

Às mães participantes desta pesquisa, pela confiança e aprendizado através de suas histórias.

Aos professores Christian Leray, Erasmo Miessa Ruiz, Lia Matos Brito de Albuquerque, Maria Margarete Fernandes, Rosemeire Selma Monteiro Plantin e Socorro Osterne (suplência), por aceitarem fazer parte desta banca.

“A dor de perder um filho não tem nome. Não é dor sequer. É algo muito mais fundo porque é o contrário da razão, da vida, da ordem natural do tempo. Nunca se apaga, nunca se esvai, nunca apazigua. É uma eterna noite negra instalada num segundo. É um arrependimento ao infinito dos verbos que nunca chegaram a ser ditos, das areias que não voltarão a ser pisadas, ainda que as pegadas juntas insistam em aparecer na traiçoeira tarde das memórias.”

(Pedro Abrunhosa)

RESUMO

A presente tese é fruto do trabalho de pesquisas com narrativas de vida de mães que passaram pela experiência do luto, provocado pela morte violenta do filho. Este estudo, de natureza pluridisciplinar, busca estabelecer um diálogo entre diferentes áreas das ciências humanas, tais como: a linguística, a sociologia e a psicologia, em torno da análise do objeto: discurso do luto. De um lado, são convocadas bases linguísticas e discursivas, através das quais são postas à luz a capacidade dos enunciados em expressarem de forma linguisticamente particular o discurso da dor e do luto. Do outro, sublinham-se as ancoragens sociológicas e psicológicas, que põem em evidência o contexto e as relações sociais mediante a morte. Nosso objetivo geral foi caracterizar o discurso do luto materno, a partir de narrativas de mães que relatam a perda inesperada e violenta de um filho e suas consequências. Nosso questionamento central foi o de como o discurso do luto materno particulariza-se em relação aos demais textos narrativos autobiográficos, ao levarmos em contas os aspectos afetivo-sociais e narrativo-discursivos. Servimo-nos de diferentes concepções teórico-metodológicas como ferramentas de análise. Adotamos uma pesquisa de caráter explicativo, interpretativo, qualitativo, etnossociológico, guiada pelo método autobiográfico, com dados coletados através da técnica da entrevista narrativa. Utilizamos em nossas análises dois blocos de categorias: caracterização sócio-afetiva, com categorias criadas a partir da interpretação do *corpus* e dos estudos de Bowlby (1997); e caracterização narrativo-discursiva, com categorias baseadas principalmente nos estudos de Maia-Vasconcelos (2003; 2005) e de Labov (1972; 1997). Nosso estudo mostrou que narrativas de vida de mães, cujos filhos foram vítimas de homicídio, apresentam especificações no que diz respeito à sequencialidade, à temporalidade, ao uso de princípios de estruturação e à elaboração semântico-discursiva. Percebemos que estes fatores são resultantes do teor emocional e afetivo, que compõem o tema deste tipo de discurso. Discursos narrativos autobiográficos com a temática voltada para o luto, provocado pela morte violenta de um filho, apresentam características que o diferenciam dos demais gêneros narrativos autobiográficos, principalmente, no que diz respeito ao posicionamento do sujeito e à estruturação do discurso em si. Além disso, concluímos que as narrativas estudadas refletem um discurso coletivo de mães que expressam a dor pela perda de um filho. Há uma interligação da narrativa do luto individual com as demais narrativas advindas de contextos e vivências semelhantes.

Palavras-chave: discurso – narrativa - luto materno – perda

ABSTRACT

This thesis is the result of a research work with life's narratives of mothers who have gone through the experience of grief, caused by the violent death of a child. This study, multidisciplinary in nature, seeks to establish a dialogue between different areas of the humanities, such as linguistics, sociology and psychology, around the object of analysis mourning speech. On the one hand, linguistic and discursive bases are called, through which are put in the light of statements on the ability to express linguistically particular way the discourse of pain and grief. On the other, stress is the sociological and psychological anchors, which highlight the context and social relations by death. Our overall aim was to characterize the speech of maternal grief from mothers of narrative reporting the sudden and violent loss of a child and its consequences. Our central question was how the discourse of maternal grief particularized themselves in relation to other autobiographical narrative texts, to take into account the emotional-social and narrative-discursive aspects. We consider different theoretical and methodological concepts as an analytical tool. We take an explanatory research study, interpretive, qualitative, *ethinicsociologic*, guided by the autobiographical method, with data collected through the narrative interview technique. We use in our analysis two blocks categories: socio-emotional characterization, with categories created from the interpretation of the corpus and Bowlby's studies (1997); and narrative-discursive characterization, with categories based mainly on studies of Maia-Vasconcelos (2003; 2005) and Labov (1972; 1997). Our study showed that the mothers' narratives of live, whose children were victims of homicide, have specifications with regard to sequential, the temporality, the use of structuring principles and semantic-discursive elaboration. We realized that these factors result from the emotional and affective content that make up the subject of this type of discourse. Speeches autobiographical narrative with the issue facing the grief caused by the violent death of a child, have characteristics that differentiate it from the other autobiographical narrative genres, especially with regard to the positioning of the subject and the structure of the speech itself. Furthermore, we conclude that the narratives studied reflect a collective discourse of mothers who express the pain for the loss of a child. There is an interconnection of individual grief narrative with other narratives, that come from similar backgrounds and experiences.

Keywords: discourse - narrative - maternal grief - loss

RÉSUMÉ

Cette thèse est le résultat d'un travail de recherche avec des récits de la vie de mères qui ont vécu l'expérience de la douleur causée par la mort violente de leur fils. Cette étude, de nature multidisciplinaire, vise à établir un dialogue entre les différents domaines des sciences humaines, comme la linguistique, la sociologie et la psychologie, autour de l'objet d'analyse de la parole de deuil. D'une part, les bases linguistiques et discursives sont appelés, à travers lequel sont mis à la lumière des déclarations sur la capacité à exprimer de façon particulière linguistiquement le discours de la douleur et le chagrin. D'autre part, le stress est les ancrages sociologiques et psychologiques, qui mettent en lumière le contexte et les relations sociales par la mort. Notre objectif global était de caractériser le discours de douleur maternelle de la mère de la narration déclaré la perte soudaine et violente d'un enfant et de ses conséquences. Notre question centrale était de savoir comment le discours de la douleur maternelle se particularise par rapport aux autres textes narratifs autobiographiques, de prendre en compte les aspects socio-affectif et narratives-discursive. Nous employons différents concepts théoriques et méthodologiques que des outils analytiques. Adopter une étude explicative de recherche, d'interprétation, qualitative, etnossociológico, guidée par la méthode autobiographique, avec les données recueillies par la technique de l'interview de récit. Nous utilisons dans notre analyse deux catégories de blocs: la caractérisation socio-émotionnel, avec des catégories créées à partir de l'interprétation du corpus et les études de Bowlby (1997); et le récit-discursif de caractérisation, avec des catégories fondées principalement sur des études de Maya-Vasconcelos (2003; 2005) et Labov (1972; 1997). Notre étude a montré que les récits de la vie des mères, dont les enfants ont été victimes d'homicides, ont des spécifications en ce qui concerne le séquentiel, la temporalité, l'utilisation des principes de structuration et l'élaboration sémantique discursive. Nous avons réalisé que ces facteurs résultent de la teneur émotionnelle et affective qui constituent l'objet de ce type de discours. Autobiographique, le discours narratif avec le sujet change en deuil, causée par la mort violente d'un enfant, ils ont des caractéristiques qui le différencient des autres genres narratifs autobiographiques, en particulier en ce qui concerne le positionnement de l'objet et de la structure du discours lui-même. En outre, nous concluons que les récits étudiés reflétent un discours collectif de mères qui expriment la douleur de la perte d'un enfant. Il ya une interconnexion de l'individu récit de douleur avec d'autres récits qui viennent de milieux et expériences similaires.

Mots-clés: discours - narratifs - douleur maternelle – perte

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Da ruptura – a noção de tempo após a perda 42

Figura 2 - Esquema passional canônico de Fontanille e Greimas..... 68

Figura 3 - Principais características sócio-afetivas – Narrativa 01..... 118

Figura 4 - Principais características sócio-afetivas – Narrativa 02..... 126

Figura 5 - Principais características sócio-afetivas – Narrativa 03..... 131

Figura 6 - Principais características sócio-afetivas – Narrativa 04..... 141

Figura 7- Principais características sócio-afetivas – Narrativa 05..... 152

Figura 8 - Principais características sócio-afetivas – Narrativa 06..... 164

Figura 9 - Contraposições dos comportamentos sócio-afetivos 173

LISTA DE TABELAS

Tabela1- Princípios de análise estrutural da narrativa utilizados 105

Tabela 2 - Disposição dos sujeitos participantes..... 110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nível de ocorrência dos princípios de análise da estrutura da narrativa..... 176

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 15

2 AMPARO TEÓRICO 25

2.1 O dizer da dor: um olhar textual-discursivo..... 25
2.1.1 Concepções acerca do Discurso 26
2.1.2 O discurso oral 29
2.1.3 O discurso narrativo-biográfico 32
2.1.4 A narrativa de experiência do luto 37
2.1.5 Sobre a estrutura da narrativa 43
2.1.6 História de vida 48
2.1.7 A importância do contexto discursivo 52
2.1.8 O sujeito no discurso narrativo 56
2.1.9 A memória 62
2.1.10 A afetividade no discurso 66

2.2 O viver a dor: um olhar antropológico-social 69
2.2.1 O contexto familiar atual 69
2.2.2 A figura materna 73
2.2.3 A questão da violência..... 77
2.2.4 Causa mortis: homicídio 79
2.2.5 O fenômeno da morte..... 81
2.2.6 A dor da perda: caracterização do processo de luto..... 85
2.2.6.1 O processo de luto e a religiosidade 89

3 COMPOSIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA 91
3.1 A virada hermenêutica 91
3.2 A abordagem etnossociológica 94
3.3 O método (auto) biográfico 95
3.4 Abordagens e procedimentos 98
3.4.1 Caracterização da pesquisa 98
3.4.2 Procedimentos metodológicos para coleta de dados..... 99
3.4.2.1 Descrição dos procedimentos de coleta 102
3.4.3 Universo da pesquisa..... 105
3.4.4 Processo de transcrição das entrevistas: do oral ao discurso escrito 106
3.4.5 Procedimentos para análise dos dados..... 108

4 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DE RESULTADOS 112
4.1 Caracterização sócio-afetiva..... 112
4.1.1 Análise da Narrativa 01..... 112
4.1.2 Análise da Narrativa 02..... 118
4.1.3 Análise da Narrativa 03..... 126
4.1.4 Análise da Narrativa 04..... 131
4.1.5 Análise da Narrativa 05..... 141
4.1.6 Análise da Narrativa 06..... 153
4.2 Caracterização narrativo-discursiva 165
4.3 Resultados 173

CONSIDERAÇÕES FINAIS 179

REFERÊNCIAS 183

APÊNDICE A 190

1 INTRODUÇÃO

"Um homem não está morto enquanto se continua a falar dele."
(Provérbio malgaxe)

A família, qualquer que seja sua estrutura, é considerada uma instituição responsável por promover a educação dos filhos, e influenciar o comportamento destes no meio social. Sabe-se que é de fundamental importância o papel da família no desenvolvimento de cada indivíduo.

A rigor, espera-se que, no ambiente familiar, exista harmonia, afeto, proteção, relações de confiança, segurança, conforto e bem-estar, pois estes elementos promovem a unidade familiar. Isto é o que busca a maioria das mães para seus filhos. Entretanto, este bem-estar muitas vezes é ameaçado por diversos fatores naturais ou sociais, que se sobrepõem, a despeito da tentativa da eterna proteção maternal.

O ser humano enfrenta perdas, ao longo da vida, dos mais variados tipos, entre elas, a perda de pessoas. A perda de uma pessoa pode acontecer por mudança geográfica, por rompimento de relações ou por morte. A perda por morte é a grande e última perda. A morte de alguém próximo é considerada a maior, dada a sua definitude, ou seja, não há como reaver o que foi perdido. Além disso, a morte, a finitude da vida, é ainda hoje considerada como um tabu e um dos maiores temores do ser humano.

A vivência posterior à experiência da perda de um ente querido é caracterizada como luto, um processo doloroso, cuja intensidade é proporcional ao vínculo estabelecido com o objeto perdido. Este estado demonstra ao ser humano sua fragilidade em relação à mortalidade, ou seja, a dor pela impossibilidade de reversão da perda.

A dor de perder um filho é considerada demasiadamente grande, porque dentre todos os elos familiares existentes, o de ligação entre mãe e filho caracteriza-se como bastante amoroso. Quando um filho morre, este elo é furtado pela morte, essa personagem azeda, que nos carrega todos em sua barca um dia, mas que não é capaz de diluir o laço profundamente amoroso.

Pudemos presenciar a dor causada pelo furto deste elo, quando minha mãe, aos 60 anos, perdeu seu terceiro de oito filhos, de forma brutal, aos 37 anos.

Somos uma família de classe média advinda de um casamento entre uma estudante e um jovem militar. Deste casamento, nasceram oito filhos. Todos criados segundo os preceitos da educação militar e da doutrina evangélica. Após o nascimento dos filhos, meus

pais resolveram ir para Brasília, nesta época, eu estava com 02 anos de idade. Como a diferença de idade entre a penúltima filha e eu, que sou a caçula, é de 12 anos, ainda criança, vi meus irmãos formarem seus laços afetivos, casarem-se e constituírem suas famílias. Em alguns destes casamentos religiosos, fui inclusive dama de honra.

Após alguns anos, quando todos os meus irmãos já haviam se casado, meu pai, já aposentado, resolveu voltar à sua terra natal, Fortaleza. De todos os filhos, só eu voltei na companhia deles, passei a ser uma espécie de filha única. Os contatos familiares com os filhos deixados em Brasília agora se davam à distância. Encontrávamo-nos a cada biênio, ora íamos à Brasília, ora meus irmãos nos visitavam com suas famílias. Os problemas familiares que ocorriam nas famílias de meus irmãos, ou mesmo em nossa casa, eram relatados de forma superficial, geralmente via telefone, não havia uma troca diária de informações. O importante para meus pais era saber que os filhos e os netos estavam bem. Após nove anos que morávamos em Fortaleza, fomos acometidos por uma tragédia familiar, meu terceiro irmão foi sequestrado e morto a mando da própria esposa.

Para mim, ele não era só um irmão, era uma espécie de pai. Quando criança, recordo-me de me levar para brincar, comer sanduíches, comprar sapatos e visitar o zoológico. Ele era uma referência para a família, um filho e irmão carinhoso e preocupado com o bem estar dos seus filhos, irmãos e pais. Julgávamos também ser um bom marido, mas o que ocorria, de fato, no seio do seu matrimônio, não era exposto aos demais membros da família.

O choque e a surpresa com a morte de meu irmão abalou de maneira geral todos nós. Meus pais viajaram para os ritos funerários em Brasília e os acontecimentos posteriores à morte de meu irmão, tais como: investigação policial, sentimento de impunidade, demora no julgamento e tentativa de obter a guarda dos netos, foram dilacerando-os aos poucos. Como única filha, ainda, solteira e vivendo com meus pais, tive que mostrar uma enorme força para apoiá-los, dando o suporte necessário frente às suas debilitações físicas e emocionais surgidas. Como já eram pessoas de certa idade, com o tempo apareceram nos meus pais doenças como: diabetes, pressão alta, infartos etc. Meu pai faleceu dez anos depois da morte de meu irmão. Minha mãe vive até hoje, carregando a sua dor.

Foi esta minha experiência de vida, ao presenciar da dor de minha mãe que perdeu um filho, vítima de homicídio, que me deu a motivação para um trabalho a respeito do discurso do luto materno.

Fiz graduação em Letras e mestrado em Linguística, voltado para a área da Descrição Linguística. No doutorado, surgiu a oportunidade do trabalho com histórias de

vida, junto ao Grupo de Estudos em Linguística e Discurso Autobiográfico (GELDA) e sob a orientação da professora Sandra Maria Vasconcelos. Com o interesse de trabalhar com narrativas de vida de mães, surgiu-nos a ideia da pesquisa com o luto materno, a partir da minha própria experiência de vida.

De acordo com Bertaux (2010), uma narrativa de vida é estruturada em torno de uma sucessão temporal de acontecimentos, situações e ações. O autor chama esta sequência de *linha da vida*, uma espécie de trajetória, a qual forças coletivas reorientam de forma imprevista e incontrolável - a trajetória da existência humana.

Para Bertaux (op. cit.), inúmeros são os acontecimentos que podem desencadear e modificar o curso desta existência. Cada indivíduo tem sua existência e sua linha da vida, a qual é quebrada (geometricamente), em algum momento, por um determinado fenômeno. Daí o autor afirmar que "[...] as linhas são certamente contínuas, mas fazem zigue-zagues" (BERTAUX, idem, p.12). Um dos exemplos desta quebra pode ser considerado o falecimento súbito de uma pessoa próxima.

Ao perceber o processo de autoria em narrativas de vida de sujeitos que passaram por uma situação traumática, Cardoso et al. (2012, p. 03) afirmam que o sujeito destas narrativas "se inscreve como garantidor das verdades dos fatos", e a narrativa é construída através da visão de mundo deste sujeito, de suas memórias e lembranças a respeito dos fatos que aconteceram no passado.

Ao narrar sua trajetória de vida, o indivíduo deixa lacunas que no momento da escuta vão sendo preenchidas. Embora se trate de experiências individuais, há sempre traços em comum, que podem ser detectados de forma recíproca, pois a linguagem permite uma ação conjunta entre o narrador e o ouvinte.

Ao trabalharmos com narrativas de vida, buscamos observar as lógicas de ação que o sujeito utiliza para narrar uma parte de seu percurso biográfico, bem como as relações por ele estabelecidas neste desenvolvimento histórico.

Conforme veremos com mais detalhe na seção referente à importância do contexto discursivo, quando um sujeito entrevistado narra uma situação por ele vivida, retrata e reflete a respeito do contexto social no qual está inserido, o que destaca sua participação na reprodução ou na transformação deste.

A abordagem de narrativas de vida como objeto de análise está presente em diversos campos de estudo, principalmente naqueles que investem em pesquisas sobre a subjetividade e a sua relação com o social. Isto ocorre devido ao caráter transdisciplinar do método biográfico.

São inúmeras as pesquisas, em diferentes campos das ciências sociais, que utilizam narrativas autobiográficas como técnica de coleta e análise de dados, através de uma abordagem qualitativa. Áreas como a psicanálise, a psicologia, a sociologia, a antropologia, entre outras, fazem uso dessa abordagem, por sua notória vantagem, no que diz respeito ao estudo das articulações entre o psicológico e o social.

Na Sociologia, as histórias de vida favorecem o estudo do particular como ilustração do social, do global. Um exemplo disso é a busca pela compreensão de regras sociais estabelecidas a partir da visão de sujeitos. Para esta área do conhecimento, a história de vida não se centra apenas na história do sujeito, mas em todo o contexto social que o circunda.

Bertaux (2010) defende o uso de narrativas de vida como forma de pesquisa empírica no campo da Sociologia, através de pesquisa etnossociológica[1] e uma abordagem qualitativa. Só assim, segundo o autor, pode-se reconhecer a identificação e a diversidade das lógicas próprias de cada mundo social, ou de cada tipo de situação.

Um exemplo de trabalho de cunho sociológico com base em narrativas de vida foi desenvolvido por Santos (2012), no qual analisa o envolvimento de mulheres adolescentes no "mundo do crime", explorando a interpretação subjetiva destas sobre o seu contexto social. A partir de narrativas biográficas, Santos (op. cit.) buscou observar como essas adolescentes narram e interpretam suas biografias. Neste trabalho, o autor utiliza a abordagem da interpretação subjetiva e a considera promissora para a compreensão de fenômenos sociais.

A psicologia também utiliza a narrativa de vida que, em alguns estudos desta disciplina, é também denominada de narrativa psicológica. Fernandes (2001, *apud* FONTE, 2006) afirma que a psicologia narrativa, na sua estreita ligação com a compreensão da existência humana, é uma psicologia da significação, preocupando-se essencialmente com a forma, ou com o processo, pelo qual o sujeito cria significações. Segundo o autor, a construção de significados para a nossa experiência "não é desligada dos significados culturais e históricos veiculados nas narrativas em que nascemos, nos desenvolvemos e que ordenam as nossas relações, as nossas práticas e os contextos das nossas interações" (FERNANDES *apud* FONTE, 2006).

[1] Um tipo de pesquisa empírica apoiada na pesquisa de campo e nos estudos de caso, que se inspira na tradição etnográfica nas suas técnicas de observação, mas constrói seus objetos pela preferência a problemáticas sociológicas. O prefixo "etno" não se refere aqui a fenômenos de etnicidade, mas à coexistência, dentro de uma mesma sociedade, de mundos sociais, desenvolvendo cada um deles sua própria subcultura. (BERTAUX, 2010).

Como exemplo de trabalhos no campo da psicologia que utilizaram a narrativa de vida como objeto de estudo e análise, Fonte (2006) cita o trabalho de Gonçalves et. al (1996)[2], que explora as dimensões do conteúdo narrativo em psicopatologias. Os autores analisaram em que medida diferentes tipos de psicopatologias podem tipificar formas prototípicas de significação narrativa. Em termos globais, os resultados evidenciaram que o conteúdo narrativo, ou seja, o discurso narrativo de sujeitos com diferentes tipos de psicopatologias corresponde a diferentes organizações prototípicas na narrativa de suas experiências.

Nos campos da literatura e da linguística, Pineau e Le Grand (2011) citam Phillipe Lejeune como um dos primeiros a tratar da questão da autobiografia, ao escrever, em 1971, o livro *L'Autobiographie en France*. Os autores afirmam ainda que, após os trabalhos do filósofo Ricoeur, a dimensão narrativa, ou o "narrativismo", passa a ser foco de estudos que privilegiam as trocas linguísticas, tais como: os contratos, os atos de linguagem e as relações de interlocução.

Perroni (1992), em sua tese de doutorado, afirma que os estudos do discurso narrativo, dentro da linguística, se concentram em narrativas de experiência pessoal, principalmente após os estudos de Labov (1972; 1997), segundo o qual, as experiências narrativas precisam ter lugar na biografia do falante. Assim, os eventos com lugar na biografia, sejam eles emocionais ou sociais, são avaliados e transformados em experiência.

Hoje, as pesquisas com história de vida, na linguística, têm se desenvolvido sob diferentes perspectivas, que vão desde o estudo da subjetividade, da autoria, da imagem de si no discurso, até uma abordagem mais metalinguística, que consiste na investigação da estrutura narrativa e na composição dos elementos linguísticos como objeto de análise textual-discursiva.

A demanda de conhecimento linguístico tem transformado trabalhos de pesquisadores, levando-os a mobilizar análises e descrições plurimetodológicas e multidimensionais. Isto é decorrente da grande quantidade de diversidade de pesquisas de campos, de interlocutores e de situações sociais.

Um desses exemplos é a pesquisa que dá origem a esta tese, cuja natureza pluridisciplinar, busca estabelecer um diálogo entre diferentes áreas das ciências humanas, tais como: a linguística, a sociologia e a psicologia, em torno da análise do objeto: discurso do luto. Não partimos apenas de um único construto teórico para análise dos dados obtidos, mas

[2] Cf. Fonte (2006).

construímos um projeto multidisciplinar para análise do objeto, por buscarmos prioritariamente um resultado o mais completo possível.

São convocadas bases linguísticas e discursivas, através das quais são postas à luz a capacidade dos enunciados em expressarem de forma linguisticamente particular o discurso da dor e do luto. Sublinham-se, ainda, as ancoragens sociológicas e psicológicas, que põem em evidência o contexto e as relações sociais mediante a morte; e os sentimentos e comportamentos maternos, diante da dor da perda.

As narrativas de vida trazem em sua constituição elementos linguísticos e discursivos, refletores das realidades dos indivíduos que contam suas histórias. Neste sentido, podemos ver a importância da utilização ou recriação de um modelo de análise discursiva que tenha como *corpus* as narrativas de vida de sujeitos em determinada categoria de situação social[3], investigando como os elementos textuais sinalizam o processo narrativo. Consideramos, portanto, a importância do falante como gerador do seu discurso e a forma como se apropria de elementos linguísticos e situacionais para elaborá-lo.

Para este trabalho, coletamos e exploramos como *corpus* os relatos de vida de mães que elaboram, de modo particular, o discurso narrativo do luto causado pela violência. Há pesquisas brasileiras, tais como a de Cardoso et al. (2012), que se utilizaram de histórias de vida de pais relacionadas à questão da perda do filho, porém não com este tipo específico de *causa mortis*.

Conforme já citados, encontramos inúmeros trabalhos no campo da psicologia que tratam da temática do luto, suas fases, seus modos de resolução, superação e do uso da narrativa como mecanismo terapêutico para este processo.

Ao longo de nosso levantamento bibliográfico, encontramos também trabalhos que tratam da questão estrutural da narrativa autobiográfica, além de trabalhos, de cunho sociológico, que utilizam as histórias de vida como método de investigação, abordando temas como: os tipos de morte e as relações familiares. Porém, nenhum destes se deteve na questão da narrativa de experiência do luto, enquanto composição linguístico-discursiva.

Não encontramos, pelo menos no Brasil, trabalhos que tratem da questão da exploração da linguagem da narrativa, na exposição do sentimento de luto causado por homicídio, que tenha como questão central o posicionamento verbal do sujeito e o modo

[3]Bertaux (2010) utiliza esta nomenclatura ao se referir a um tipo de objeto social, representativo de categorias sociais que apresentam características específicas, ou seja, certa situação particular que, socialmente, é percebida mediante esquemas coletivos, tratados pela mesma instituição. Mães que educam sozinhas seus filhos, pais divorciados, toxicômanos e deficientes físicos são alguns exemplos citados pelo autor como categorias de situação. Em nosso trabalho, elencamos como uma categoria de situação: mães cujos filhos foram mortos por homicídio.

como este articula a linguagem, ao compor seu relato autobiográfico, marcado pela perda inesperada e violenta de um filho.

A relevância da presente pesquisa, no campo das pesquisas linguísticas, consiste no fato de que estudos, como este, favorecem e fortalecem a importância de se pesquisar, cada vez mais, a linguagem como um fenômeno socialmente construído a partir de experiências individuais. Assim, possibilitam a ampliação do leque de abordagens no estudo dos gêneros, dos elementos, das características e da estrutura do discurso.

Além disso, devido a sua característica multidisciplinar, julgamos que este estudo poderá vir a servir de fonte de leitura e pesquisa para diferentes áreas de estudo da academia, tais como: a Análise de Discurso, a História de Vida, a Psicologia, a Sociologia, a Antropologia etc.

Nosso objetivo geral com esta pesquisa foi caracterizar o discurso do luto materno, a partir de narrativas de mães que relatam a perda inesperada e violenta de um filho e suas consequências.

Nossos objetivos específicos foram:

I. Investigar como os elementos linguísticos comportam-se na composição de uma narrativa autobiográfica de experiência de luto, buscando compreender como os sujeitos participantes demonstram discursivamente seus comportamentos e sentimentos após a perda de um filho.

II. Demonstrar como os aspectos sócio-afetivos contribuem para a compreensão discursiva da narrativa de experiência do luto materno;

III. Analisar a composição do discurso narrativo na vivência do luto materno, a partir de categorias de análise estrutural das narrativas de experiência, proposta por Labov (1972; 1997);

IV. Identificar como se caracteriza o discurso do luto materno a partir de interpretações sociológico-discursivas relacionadas à sequência dos fatos, à temporalidade e à existência de paradoxos discursivos em narrativas de experiência de perda.

A questão norteadora que nos guiou no desenvolvimento desta pesquisa foi: O que particulariza o discurso narrativo do luto materno, em relação aos demais textos narrativo-autobiográfico, ao levarmos em contas os aspectos afetivo-sociais e narrativo-discursivos?

Nossa hipótese inicial era de que as narrativas de vida de mães que trazem a temática do luto provocado pela morte violenta do filho apresentam um discurso que se diferencia dos demais textos narrativos autobiográficos. Isto porque pressupúnhamos que o posicionamento afetivo do sujeito, os laços estabelecidos e os fatores contextuais e sociais

influenciavam de forma direta na estruturação temporal, sequencial e semântica do discurso em si. Assim, julgamos que o estado emocional das mães influencia de forma preponderante no modo como estas elaboram o discurso da perda de um filho. Os laços afetivos construídos na relação mãe e filho particularizam as narrativas de vida marcadas pelo luto, dando-lhes um maior grau de particularização no discurso.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, optamos pela análise dos relatos de experiência de mães enlutadas, focando-nos na observação e análise do posicionamento discursivo destas mães, ao narrarem sua situação de sofrimento pela perda inesperada de um filho por homicídio. A escolha deste modo de morte (inesperada) e desta causa da morte (homicídio) não foi aleatória.

Pesquisa feita por Moura (2006) mostrou que as mortes inesperadas, tais como: homicídios ou acidentes, apresentam um fator complicador: a surpresa. Assim, segundo a autora, o choque do enlutado ao receber a notícia da morte é maior e o processo de luto tende a estender-se. No caso específico dos homicídios, pesquisa com familiares feita por Rynearson (1984) mostrou que estes desenvolveram sentimentos como: medo persistente, raiva do assassino e imagens de recriação da cena do crime. A priori, consideramos que é o fator surpresa e o sentimento de revolta que diferencia este tipo de luto do luto resultante por outras formas de morte.

Para a evolução do trabalho, servimo-nos de diferentes concepções teórico-metodológicas como ferramentas para a análise do discurso do luto. Adotamos uma pesquisa de caráter explicativo, interpretativo, qualitativo, etnossociológico (com base na perspectiva da abordagem etnometodológica), guiada pelo método autobiográfico, com dados coletados através da técnica da entrevista narrativa.

A abordagem etnossociológica, da qual aqui lançamos mão, consiste na análise e interpretação de relatos de experiências de vida de mães, cujos filhos foram assassinados, a fim de que se caracterize um objeto coletivo presente em todas estas narrativas, ou seja, o discurso do luto. A soma dos relatos e posicionamentos individuais a serem analisados levará a certa generalização, variando em algumas características. Com esta abordagem, procuraremos superar algumas singularidades, para alcançarmos, de forma progressiva, uma representação sociológico-discursiva caracterizadora deste discurso.

Desenvolvemos nossas análises de acordo com as seguintes etapas:

I. Caracterização sócio-afetiva, elaboradas a partir das características e situações emergentes das narrativas, relacionadas ao contexto social, familiar e aos laços afetivos.

II. Caracterização narrativo-discursiva: relacionadas às questões estruturais e discursivas, que particularizam o relato narrativo autobiográfico marcado pelo luto. Desta caracterização, fazem parte: a) a sequência narrativa com base nos princípios de heterodoxia e ortodoxia, conforme Maia-Vasconcelos (2003); o nível de apresentação de alguns princípios análise estrutural proposto por Labov (1972; 1997); o paradoxo discursivo relacionado às contradições de conteúdo na narrativa e a particularidade temporal, relacionada à questão de uma temporalidade diferenciada nos relatos.

Em busca de uma análise não apenas textual, mas também contextual, do discurso narrativo coletado, no processo de interpretação, levamos em conta elementos extralinguísticos que nos ajudaram a compreender melhor o nosso objeto de pesquisa, tais como: o modo de extravazão de sentimentos e emoções causados pela perda, demonstrados pela mãe no momento de fala na entrevista através do choro, das pausas de fala, do silêncio, dos gestos e da expressão facial. A nosso ver, estes elementos serviram para um fortalecimento no modo de elaboração e estruturação do discurso do luto materno.

As narrativas de vida coletadas para a presente investigação caracterizam-se por um percurso biográfico de casos particulares. Através das análises destes relatos, buscamos dados significantemente singulares na configuração do discurso narrativo do luto. Em acordo com os critérios de análise narrativa proposto por Bolívar et al. (2001), os resultados de nossas análises não aspiram, a princípio, a uma generalização, mas configuram os dados como narrativas únicas, que expressam um modo particular e individual de vida de cada sujeito participante.

Este trabalho teve como capítulo inicial a fundamentação a respeito do tema proposto, tomando como ponto de partida pressupostos teóricos, a partir de duas vertentes: uma voltada para o aspecto textual-discursivo e outra para a questão antropológico-social. Realizamos leituras e posicionamentos acerca de temas que consideramos cruciais para este trabalho, tais como: caracterização do discurso, posicionamento do sujeito, estudo da narrativa, importância da memória, contextos social e familiar, e fenômenos da morte e do luto.

No capítulo referente à composição teórico-metodológica, em um primeiro momento, apresentamos alguns fundamentos teóricos relacionados aos métodos e abordagens adotados nas ciências sociais e utilizados nas análises dos dados desta pesquisa. Em seguida, detemo-nos em descrever os processos aplicados para a coleta, análise e interpretação dos dados.

No capítulo de interpretação e discussão, explicitamos os resultados encontrados, após o processo de debruçamento sobre os dados, buscando categorizar nosso objeto de pesquisa a partir da articulação entre as fontes empíricas e as fontes teóricas, entre o particular e o geral, entre o momento específico em que o indivíduo encontra-se e o contexto sócio-histórico a partir do qual as falas são produzidas.

2 AMPARO TEÓRICO

> "A espécie humana é a única para a qual a morte está presente durante a vida, a única que faz acompanhar a morte de ritos fúnebres, a única que crê na sobrevivência ou no renascimento dos mortos."
>
> (Edgar Morin)

2.1 O dizer da dor: um olhar textual-discurso

Diversos estudos linguísticos reforçam o fato de que a língua é um instrumento de comunicação, e com tal, está sujeita às mudanças provindas das mais diversas situações comunicativas. Ou seja, há motivação para os fatos da língua no próprio contexto discursivo.

Ao tratar sobre a importância da linguagem, Morin (1970) afirma que o homem desenvolveu um sistema que permite criar, organizar e acumular o saber. As palavras nomeiam as coisas e permitem também exprimir a afetividade. "Portanto, com a palavra e o símbolo, o homem antropomorfiza a natureza: ele lhe atribui determinações humanas, e as recorta em coisas". (MORIN, 1970, p. 89). Em seguida, o autor afirma que a linguagem é capaz de revelar a afirmação da individualidade, que se constrói por meio das participações e que se exalta com seus poderes. Nesta assertiva de Morin (op. cit.), há concordância com as ideias de Bakhtin, para quem as palavras se tornam signos a partir da interação.

A linguagem caracteriza-se, pois, como uma atividade sociocultural, dotada de estruturas que servem para a efetivação de funções comunicativas e cognitivas. Com a evolução dos estudos sobre a linguagem, a maioria dos modelos teóricos para estudos do texto e do discurso concordam que a língua demonstra-se numa dimensão bem mais abrangente, ao incorporar o homem como produtor de discursos e significados.

Ao longo do tempo, pesquisas com fenômenos linguísticos vêm ampliando os estudos de uma dada língua para o campo textual-discursivo, no qual o falante é visto como gerador de discursos, criando e recriando linearmente a linguagem, com os elementos que compõem o código, segundo suas intenções e o contexto discursivo.

2.1.1 Concepções acerca do Discurso

O termo discurso tem sido foco de diversos estudos científicos no Brasil e no mundo. Não há uma definição única que dê conta de todas as formas de se entender o que é discurso. Há ângulos distintos de visão a este respeito, devido aos diferentes modos de concepção da linguagem. Para uma caracterização a respeito de como o termo será retratado neste trabalho, abordaremos, não de modo exaustivo, algumas contribuições teóricas de estudiosos da linguagem, cujos trabalhos se voltam para a questão discursiva.

Durante nossa pesquisa bibliográfica, observamos que a noção de discurso está bastante atrelada à noção de enunciado/enunciação; de certa forma, os conceitos de enunciado e discurso aparecem imbricados, na obra de alguns autores que servem de base para este trabalho. Esta ligação não se dá apenas no que tange à situação imediata da enunciação, mas principalmente nas condições de emergência desses enunciados.

Os estudos de Mikhail Bakhtin (2010) reforçam a importância da interação verbal, em seus níveis mais amplos, opondo-se a um modelo comunicacional que desconsidere o acontecimento. Para este teórico, a noção de enunciado contempla a de discurso; porém, no enunciado, está presente, além da materialidade linguística, a "parte presumida", que se refere não só ao contexto pragmático imediato, mas uma "miríade de conexões como o contexto extraverbal". Esta definição volta-se para a noção de enunciado concreto, a qual é abordada pelo autor, quando trata das questões socioideológicas na linguagem.

Foucault (1987) apresenta o conceito de enunciado, associando-o ao discurso, afirmando que o enunciado, de modo singular (nem inteiramente linguístico, nem exclusivamente material), é indispensável para que se possa dizer se há frase, proposição, ato de linguagem. Mais além, o teórico afirma que o enunciado não é apenas uma unidade em si, mas uma função que cruza um domínio de estruturas e unidades possíveis, com conteúdos concretos, situados no tempo e no espaço.

Assim, Foucault (op.cit.) define discurso como um conjunto de enunciados que se apoiam na mesma formação discursiva. Para ele, o discurso é composto por um número limitado de enunciados, para os quais se pode definir um conjunto de condições de existência. Este autor afirma ainda que o discurso pode ser definido como o efeito de sentido entre os locutores, ou seja, é um objeto sócio-histórico, no qual o linguístico está pressuposto.

Pêcheux (1995) assinala que o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição não existe 'em si mesmo', ou seja, colado ao significante, mas ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas.

Amossy (2013), ao trabalhar a questão da imagem de si no discurso, faz referência à crítica feita por Pierre Bourdier[4] à teoria dos atos de fala de Austin. Para Bourdier, o princípio da eficácia da palavra não está em sua "substância propriamente linguística", mas provém da adequação entre a função social do locutor e o seu discurso.

A perspectiva de que o discurso é da ordem da estrutura e do acontecimento, e que este se constitui como índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação é adotada por Pêcheux (2006). O autor baseia-se na questão da unidade do discurso para propor modos de leitura, sobretudo do discurso político.

Para a Análise do Discurso francesa, o discurso deriva de determinadas condições de produção e implica um sujeito situado social e historicamente. Mainguenau e Charaudeau (2008) citam oito do que eles chamam de "ideias-força" para caracterizar o discurso:

a) O discurso supõe uma organização transfrástica, ou seja, mobiliza outras estruturas além da frase;

b) O discurso é orientado, é concebido em função do propósito e se desenvolve no tempo;

c) O discurso é uma forma de ação, uma enunciação que constitui um ato, visando modificar uma situação;

d) O discurso é interativo, caracteriza-se por uma conversação, ou por um enunciado escrito, na qual os dois locutores coordenam suas enunciações, enunciam em função da atitude do outro e percebem imediatamente o efeito que suas palavras têm sobre o outro;

e) O discurso é contextualizado, ou seja, todo enunciado é produzido dentro de um contexto, contribui para definição deste contexto e o modifica durante a enunciação;

f) O discurso é assumido, relaciona-se a uma instância que se põe como fontes de referências pessoais, temporais, espaciais, e indica qual a atitude do locutor em relação ao seu interlocutor e àquilo que diz.

g) O discurso é regido por normas sociais, que podem ser gerais ou específicas, as quais surgem dos atos de enunciação, como forma de justificarem-se como tal.

---

[4] Cf. Amossy (2013).

h) O discurso é assumido em um interdiscurso, ou seja, só possui sentido no interior do universo de outros discursos.

Posição semelhante aos teóricos da vertente francesa é apresentada por Bardin (1997), para quem o discurso não é transposição transparente de opiniões, de atitudes e de representações que existam de modo cabal antes da passagem à forma linguageira; também não é um produto acabado, mas um momento num processo de elaboração, composto de contradições, de incoerências, de imperfeições.

Pudemos observar que estudos sobre discurso visam uma amplitude do domínio da linguagem. A unidade do discurso, como objeto de estudo, não é autônoma, ou seja, ele nasce de uma situação pragmática extraverbal e mantém a ligações com esta situação. Concordamos com a ideia de que o discurso é diretamente vinculado à vida social, sem a qual o mesmo não teria significação. Desta forma, é necessário que se compreenda o jogo interacional e ideológico, no qual as manifestações linguísticas ocorrem, bem como as regulações de poder às quais estão submetidas.

No estudo do discurso, há ainda a perspectiva da chamada Análise Crítica do Discurso, que tem Fairclough (2001) e Van Dijk (2008) entre seus principais nomes. Nesta perspectiva, discurso é compreendido como a linguagem em uso, uma forma de prática social, contextualizada que produz ação e representação. Há, para os estudiosos desta vertente, uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social. Ou seja, o discurso é uma forma de poder na sociedade contemporânea, poder este exercido pelas elites dominantes, que desfrutam de um acesso maior ao discurso público.

Fairclough (2001) considera que o termo discurso refere-se ao uso da linguagem como forma de prática social e não apenas como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais. Assim, o discurso passa a ser um modo de ação, uma forma de as pessoas agirem sobre o mundo e sobre o outro, e também de representação. Para este teórico, o discurso é moldado e restringido pela estrutura social.

Já com um viés mais cognitivo, Van Dijk (2008) afirma que o discurso é um dos principais meios que os membros sociais têm em comum. Ou seja, é preciso que o discurso influencie e convença as mentes à aceitação do que é proposto para que ele faça sentido.

Outro ângulo no estudo do discurso é apresentado pela chamada Análise do Discurso anglo-saxônica ou *discourse analysis*, a qual se refere, segundo Boutet (2012), mais de imediatamente a trabalhos sobre as conversações do dia a dia, os diálogos e as interações socialmente situadas. Segundo a autora, *os discourses* remetem a objetos sociais empíricos produzidos em situações sociais de troca.

De acordo com Mussalim (2012), a Análise do Discurso anglo-saxônica privilegia a relação com a Sociologia, interessa-se por enunciados com estruturas mais flexíveis e considera a intenção dos sujeitos, numa interação verbal, como um dos pilares que a sustenta. Já a Análise do Discurso de origem francesa, segundo a autora, não considera como determinante a intenção do sujeito; mas considera que esses sujeitos são condicionados por uma determinada ideologia, que pré-determina o que poderão ou não dizer em determinadas conjunturas histórico-sociais.

A respeito do caráter heterogêneo das pesquisas sobre discurso, Maingueneau (2007) acrescenta que há uma diversidade de disciplinas que apoiam a Análise do Discurso, com cruzamento dos diversos campos das ciências humanas, o que faz com que Análise do Discurso assuma perfis muito variados segundo o(s) campo(s) que lhe fornece(m) impulso. Segundo o autor, nos Estados Unidos, a antropologia e a sociologia desempenharam um papel essencial em sua constituição; na França, a psicanálise, a filosofia ou a história exerceram sobre ela uma grande influência.

Para Maingueneau (2007, p. 19), "nem toda pesquisa sobre o discurso pertence necessariamente a uma disciplina". O autor reitera:

> (...) para dar conta da realidade das pesquisas sobre o discurso, é preciso igualmente levar em consideração um outro modo de agrupamento dos pesquisadores que, não estando baseado em pressupostos teóricos e metodológicos, nem por isso será menos importante: os territórios delimitados pelo objeto de estudo (...) (MAINGUENEAU, 2007, p. 27).

As características de discurso que melhor atendem ao nosso objeto de pesquisa são descritas pela concepção anglo-saxônica. Os dados obtidos para o desenvolvimento da presente pesquisa constituem-se como um objeto empírico, baseado em pesquisa de campo, tal como é concebido o discurso na concepção anglo-saxônica. Esta concepção de discurso como empiria atende-nos pois, através do método da entrevista narrativa e de uma análise multidisciplinar, conseguimos observar as características e as finalidades sociais dos discursos, e do discurso do luto, de uma forma em particular.

2.1.2 O discurso oral

O discurso oral pode ser definido como um modo de ação linguístico, que ocorre por meio da oralidade, na presença espaço-temporal ou apenas temporal, constante de um interlocutor, considerado como coenunciador do discurso, em uma atividade interativa.

Este tipo de discurso é produzido na/pela relação interativa entre os interlocutores, sujeitos que agem enunciativamente sobre o outro e sobre o mundo. É o comportamento desses interlocutores frente ao discurso que vai marcar a autoridade, o *status* e a legitimidade dos enunciadores.

Charaudeau e Maingueneau (2008, p. 203) afirmam que

> em uma troca oral, os dois parceiros não podem apreender globalmente seu enunciado ou recuarem, estando sempre sob ameaça de interrupção. Seus propósitos são acompanhados de mímicas, de índices paraverbais. Quanto a sua sintaxe, além de repleta de elipses, de redundâncias, obedece a um funcionamento específico, para o qual as categorias tradicionais da gramática da frase, simples ou complexa, mostram-se insuficientes.

Segundo os autores, para um analista do discurso a distinção oral/escrito não é operatória em si, pois o mais relevante é o gênero considerado. Ainda segundo eles, mesmo uma análise do discurso voltada para textos orais requer uma transcrição, ou seja, uma conversão em escrita. Esta transcrição deverá adotar um sistema conveniente aos objetivos de pesquisa.

Na presente pesquisa, utilizamos discursos orais gravados, obtidos pelo método da entrevista narrativa[5], transcritos na forma ortográfica usual. Porém, no processo de análise, levamos em conta fenômenos paraverbais[6], tais como: as pausas, o choro, os suspiros mais profundos, ocorridos no momento da interação entrevistador-entrevistado, para uma melhor interpretação dos dados obtidos.

O comportamento dos sujeitos em relação a um discurso é uma característica bastante relevante na prática discursiva, mais especificamente, no discurso oral, ambiente original do comportamento interativo. O *status* dos interlocutores está ligado à produção de efeitos de sentido produzidos no texto oral. Maingueneau (2000) afirma que as correntes pragmáticas insistem no fato de que a autoridade do enunciador legitima o discurso oral, ou seja, a validade de uma proposição decorre da relevância da influência de seu enunciador.

---

[5] Uma descrição mais completa do método encontra-se no capítulo: Fundamentos teórico-metodológicos, deste trabalho.

[6] Termo utilizado cf. Charaudeau e Maingueneau (2008).

Em seu trabalho a respeito do discurso oral, Preti (2004) analisa as narrativas de conversação, nas quais o informante organiza uma série de unidades narrativas sobre seu passado, dialogando com o entrevistador.

O autor chama de *narrativa tipo reprodução* aquela em que o narrador atomiza os fatos narrados, revivendo os detalhes das cenas ocorridas, dando um caráter mais convincente ao diálogo. Assim, segundo Preti (2004, p. 23 e 25):

> [...] o que o narrador está produzindo no diálogo é muito mais o que ele, como protagonista do fato, gostaria de ter dito na ocasião ou de ter ouvido de outras pessoas envolvidas no evento, do que propriamente falas retiradas da memória [...] O diálogo reproduzido é muito mais uma criação do narrador para atender a seus interesses no contexto interacional do que realmente uma rememoração fiel das frases ditas na ocasião.

O autor reitera ainda que uma abordagem interacional da narrativa na conversação deve levar em conta aspectos semântico-cognitivos, estudando-se a relação entre a realidade passada e a forma como esta é transformada em narrativa.

A partir da reviravolta hermenêutica, eclode o uso das narrativas orais como instrumento para compreensão dos fenômenos individuais e sociais, demonstrados através de relatos de fatos, atividades e sentimentos.

Ao contrário dos métodos estatísticos com questionários, técnicas de amostragem e outros procedimentos, provenientes da abordagem quantitativa, a pesquisa qualitativa, com o uso das técnicas de entrevista para exploração do discurso oral, expande o universo das questões fechadas, buscando respostas com maior profundidade.

A narrativa oral se apresenta efetivamente como uma excelente forma de se fazer com que as pessoas falem sobre suas vidas, porque permite ao pesquisador explorar fatos a partir da experiência emocional dos sujeitos pesquisados. Assim, através de suas narrativas, pode-se observar como os entrevistados se percebem no mundo, como e a quê atribuem valor e como refletem sobre suas ações e sobre seu lugar no mundo.

Uma característica marcante da oralidade é trabalho contínuo da memória e da palavra, intercalando-se o dito e o não dito. Como pesquisadora, procuramos dar compreensão ao silêncio, pois consideramos este um elemento que compõe o trabalho da memória.

Julgamos relevante citar a distinção feita por Orlandi (2012, p. 173) entre discurso oral e discurso escrito:

> A escrita é um gesto simbólico que faz um efeito no real produzindo um "artefato" [7]. Essa é a diferença primordial entre discurso oral e discurso da escrita. A produção desse artefato por sua vez intervém no imaginário constitutivo da "autoria" (função autor, a mais exposta ao social). Institucionaliza-se. Quem fala não precisa da legitimação da autoria. Quem escreve tem que ter autoria atestada. Essa atestação produz um efeito pragmático de unidade, de precisão. (Grifos da autora).

No reforço a esta distinção, a autora afirma que, nos dizeres, os espaços são construídos a partir da memória, desmanchando-se as autorias atestadas, produzindo novos modos de significação. Para ela, quando o sujeito repete, se esquece, retoma ou re-significa o que diz desloca os sentidos do enunciado. Logo, a interpretação deste dizer é mexida pelo efeito da não atestação, porém traz em si a ideologia de uma realidade irrecusável, o dizer sempre lá, sem necessidade de prova, como verdade imemorial.

Um importante nome no estudo do discurso oral é Paul Thompson. Suas obras são voltadas para a questão da relevância da história oral como método de desenvolvimento científico. Para Thompson (2002), a história oral pode ser definida como "[...] a interpretação da história e das mutáveis sociedades e culturas através da escuta das pessoas e do registro de suas lembranças e experiências" (p. 09). Ela é um método que sempre foi essencialmente interdisciplinar e permanece como uma forma fundamental de interação humana, que transcende as fronteiras disciplinares.

Thompson (2002), influenciado pelo trabalho de sociólogos como Daniel Bertaux, adota ainda uma abordagem mais ampla em relação à história oral, mostrando interesse pelo passado e pelo presente por meio do uso de uma única entrevista de história de vida.

2.1.3 O discurso narrativo-biográfico

Começamos nossa discussão a respeito do discurso narrativo, citando a reflexão de Ruiz (1998) que, ao se debruçar sobre a obra de Gramsci em relação aos pressupostos da psicanálise, afirma "ao nascermos, somos expostos a uma série de circunstâncias. Adquirimos uma linguagem, que é fruto de milênios de evolução, aprendemos comportamentos decorrentes do processo de construção histórica." (RUIZ, 1998, p. 09). Como exemplo destes comportamentos a que o autor se refere, podemos citar o nosso gosto pelo ato de contar histórias, uma atividade bastante comum em nossa sociedade e que nos acompanha desde nossas origens.

---

[7] Grifos da autora.

Segundo Gancho (2011), as gravações em pedra nos tempos das cavernas, os mitos e a própria *Bíblia* já demonstravam a forte presença da narrativa na linguagem humana.

O conceito do termo "narrativa" aparece no dicionário Houaiss (2001, p. 308) como "história, conto, narração, o por fim, modo de narrar". Palavra "narrativa" deriva do verbo "narrar", cuja etimologia provém do latim *narrare*, que remete ao ato de contar, relatar, expor um fato, uma história. Para Benjamin (1997), a palavra "narrativa" traz em si um significado histórico-sociológico.

Os seres humanos são contadores de histórias e suas histórias deixam transparecer suas experiências vividas, suas interpretações, suas reações, bem como os ambientes sociais e culturais que as contextualizam. Assim, as histórias contadas pelos homens acerca de suas vidas vão além de relatos de uma existência singular, são janelas através das quais podemos olhar e perceber os mundos que nelas se encerram.

Benjamim (1994, p. 205) afirma que "a narrativa é uma forma artesanal de comunicação. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele". Para ele, a narrativa tem por característica a expressão da experiência e por isso é a forma mais adequada de comunição do ser humano. Segundo o autor, ao contrário da informação que necessita de uma verificação imediata, a narrativa tem como teor artístico a ausência de explicações.

O autor supracitado afirma, ainda, que a narrativa de um acontecimento não é apenas uma lembrança acabada de uma experiência, mas uma reconstrução da experiência vivida e intercambiada entre o eu narrador e o outro ouvinte. Ou seja, através da narrativa podemos nos aproximar da experiência vivida pelo narrador. Assim, a narrativa constitui-se como uma expressão fenomenológica e existencial.

Para Bruner (2014), a narrativa é nosso modo preferido de expressarmos nossas aspirações e nossas escolhas. Ao narrarmos nossas histórias não apenas relatamos os fatos, mas também impomos uma realidade envolvente sobre aquilo que experimentamos e pensamos. O autor ainda declara que

> O dom da narrativa parece ser o nosso modo natural de usar a linguagem para caracterizar aqueles desvios do estado esperado de coisas que caracteriza a vida dentro de uma cultura humana. (...) é através da narrativa que nós criamos e recriamos a individualidade (BRUNER, 2014, p. 96).

Demandas socioculturais requerem do indivíduo um posicionamento, que culmina na construção de um *self*, sócio-culturalmente situado, que se organiza na forma de uma narrativa de vida.

Para Ferrarotti (2010, p.46):

> Toda narrativa de um acontecimento ou de uma vida é, por sua vez, um ato, a totalização sintética de experiências vividas e de uma interação social. Uma narrativa biográfica não é um relatório de "acontecimentos", mas uma ação social pela qual um indivíduo retotaliza sinteticamente a sua vida (a biografia) e a interação social em curso (a entrevista), por meio de uma narrativa-interação. (FERRAROTTI, 2010, p. 46). (Grifos do autor).

Bruner (2014) destaca que a importância da narrativa como forma de autoconstrução do sujeito está no fato de podermos estabelecer nossa singularidade, através da qual nos distinguimos dos outros, comparando nossos relatos com os relatos que os outros oferecem sobre si mesmos. Entretanto, afirma ele não ser simples o fato de contarmos aos outros sobre nós mesmos, pois o que contaremos "depende do que *nós* achamos que *eles* acham que nós deveríamos ser" (BRUNER, 2014, p. 76). (Grifos do autor).

Entendemos que, no momento do discurso, há processos de convergências e divergências entre o eu e o outro. Trataremos mais a este respeito na seção que aborda o eu no discurso.

Segundo Bolívar et al. (2001), no conhecimento narrativo, a linguagem não se limita apenas a representar a realidade, mas baseia-se nas formas como os seres humanos dão sentido às suas vidas e ao mundo. Os autores apresentam algumas características do discurso narrativo:

> - O conhecimento narrativo está embasado em uma epistemologia construtivista e interpretativa. A língua media a experiência e a ação;
> - A narrativa é uma estrutura central no modo como os humanos constroem o sentido. O curso da vida e a identidade pessoal são vividos como uma narração;
> - A trama argumental configura o relato narrativo;
> - Temporalidade e narração formam um todo: o tempo é constituinte do significado.
> - As narrativas individuais e as culturais estão inter-relacionadas. (BOLÍVAR et al., 2001, p. 22). (Tradução livre).

Assim como Benjamin (1994; 1997), Labov (1997) também destaca o caráter eficaz das narrativas como forma de expressão das experiências pessoais. Segundo ele, a discussão da narrativa no nível do discurso é um estudo essencialmente hermenêutico, que "alcança a perspectiva da falante e de seu ouvinte, dando curso à transferência da informação e da experiência de uma maneira que aprofunda nossa própria compreensão do que são aproximadamente a linguagem e a vida social" (LABOV, 1997, p. 1).

Vale ainda destacarmos aqui a reflexão de Leray (2008) acerca do ato de narrar sobre si. Segundo o autor,

> o ser humano está no modo de tornar-se, sendo o ponto de encontro entre o que ele se tornou e este em direção ao qual ele se orienta. Daí resulta que ele não pode

> constituir sua identidade, senão através de uma história, em que narre como ele chegou ali, construindo assim sua vida como uma totalidade em um discurso ao mesmo tempo narrativo, argumentativo e prospectivo (LERAY, 2008, p. 47).

Um foco discutível em relação aos estudos dos textos narrativo-biográficos diz respeito à nomenclatura utilizada na abordagem teórica ou metodológica dos mesmos.

Lalanda (1998), em um artigo que trata a respeito da metodologia qualitativa na pesquisa sociológica, questiona sobre como classificar o tipo de informação recolhida através de uma entrevista narrativa. Segundo a autora, costuma-se confundir os termos: história de vida, narrativa, testemunho. Para ela, cada designação corresponde a uma orientação epistemológica: a história de vida abrange a globalidade de uma existência feita de diferentes épocas ou fases trata-se, portanto, de um discurso autobiográfico. Esta definição remete-nos a Bertaux (2010). Ainda de acordo com Lalanda (op. cit.), a narrativa corresponde ao discurso de um ator sobre a sua história de vida, no qual este se conta, sem, no entanto, ser forçosamente autobiográfico. Finalmente, a autora define o testemunho como um relato centrado num "acontecimento" vivenciado pelo autor do discurso de uma determinada maneira. Conforme veremos mais adiante, adotamos uma perspectiva diferenciada em relação a estes conceitos.

Cardoso et al. (2012) propõem uma distinção teórico-diferencial entre os termos: histórias de vida e relatos de vida. Para os autores, nos relatos, a escrita sobre si pode se dar de forma artificial, forçada por um terceiro, sem salientar a subjetividade; já nas histórias de vida, a realização da narrativa surge de um desejo íntimo do sujeito. Salientamos, aqui, que teóricos como Sibilia (2008) e Bruner (2014) utilizam do termo relato, referindo-se inclusive ao caráter mais íntimo e subjetivo da narrativa.

Ainda de acordo com Cardoso et al. (op. cit.), o conceito de narração autobiográfica surge para explicar o gênero e o tipo de texto. Para os autores, os termos história de vida e narração autobiográfica podem ser considerados sinônimos, pois, em ambos, se desenvolve o exercício autoconsciente do sujeito em contar sua vida.

Bertaux (2010) diferencia história de vida de narrativa de vida. Afirma que enquanto a primeira trata da história *realmente*[8] vivida por uma pessoa, a segunda trata da narrativa que o sujeito faz sobre sua vida ou sobre determinados momentos desta. O teórico ainda propõe a distinção entre narrativa de vida e autobiografia. Para ele, a autobiografia sugere uma reflexão sobre a vida total do sujeito; já a narrativa de vida ocorre quando o

[8] Grifo do autor.

sujeito faz um relato acerca de sua experiência de vida, uma espécie de recorte de fatos de sua vida, de acordo com certa situação social, na qual está ou esteve inserido.

Bolívar et al. (2001) citam a distinção feita por Goodson (1996)[9] entre relatos de vida (*life story*) e história de vida (*life history*). Segundo ele, *life story* é o relato inicial que uma pessoa tem de sua vida; de modo contrário, *life history* é um relato triangular, sendo um dos pontos desta tríade o *life story;* os outros dois pontos são: os testemunhos de outras pessoas e as fontes documentais relacionadas à vida em questão. Assim, enquanto a história de vida tem como função compreender os padrões de relações, construções e interações sociais, o relato de vida é sempre parcial.

Por fim, Bolívar et al. (op. cit.) asseveram que a narrativização da vida em um autorrelato configura-se como uma autobiografia na medida em que textualiza a vida, convertendo-a em um texto (oral ou escrito). Segundo os autores, quando um investigador solicita diretamente uma entrevista para a construção da autobiografia de outro, chamamos isto de "história de vida".

Por uma questão metodológica, utilizaremos neste trabalho os termos: narrativa de vida, narrativa de experiência e relato autobiográfico, como sinônimos.

Em uma concepção minimalista de narrativa de vida, Bertaux (op. cit.) afirma que há narrativa de vida, quando há uma descrição, sob forma de narrativa, de um fragmento da experiência vivida. Mais adiante, o autor aprofunda-se ao afirmar que "a narrativa de vida, como testemunho da experiência vivida traz, entre outras, a dimensão temporal, diacrônica, que é também a articulação concreta, na ação, de "fatores" e de mecanismos muito diversos" (BERTAUX, 2010, p.30).

Ferrarotti (2010) afirma que as narrativas autobiográficas trazem e explicitam com toda a força a subjetividade do sujeito, o qual pode se tornar objeto de conhecimento científico, a partir do pressuposto de que toda práxis humana é reveladora das apropriações que os indivíduos fazem das relações e das próprias estruturas sociais. Assim, admite que a vida humana e cada um de seus atos representam a síntese de uma história social.

Conforme já dito na introdução deste trabalho, no meio acadêmico, há várias pesquisas, principalmente nos campos da Sociologia e da Psicologia, voltadas para o estudo da narrativa de vida. Esta modalidade de discurso vem sendo bastante utilizada como ferramenta metodológica para compreensão do sujeito e de seu contexto social nas ciências

[9] Cf. Bolívar et al. (2001)

humanas, buscando-se compreender padrões dinâmicos do comportamento humano através daquilo que o sujeito narra.

Para Barthes (2011, p.19), a narrativa é vista numa acepção ampla, que engloba tanto o verbal quanto o não verbal. Afirma:

> Inumeráveis são as narrativas do mundo. (...) a narrativa pode ser sustentada pela linguagem articulada, oral ou escrita, pela imagem, fixa ou móvel, pelo gesto ou pela mistura ordenada de todas estas substâncias; está presente no mito, na lenda, na fábula, no conto, na novela, na epopeia, na história, na tragédia, no drama, na comédia, na pantomima, na pintura (...) no vitral, no cinema, nas histórias em quadrinhos, no *fait divers*, na conversação. (BARTHES, 2011, p.19)

O autor ainda considera que não se pode pensar em narrativas, em histórias, sem se pensar na ligação que existe entre o ser humano e a própria arte de contar histórias. Para ele, "a narrativa começa com a própria história da humanidade; não há em parte alguma, povo algum sem narrativas; todas as classes, todos os grupos humanos têm narrativas (...)" (BARTHES, 2011, pg.19).

Ao atentarmos para um grupo formado por mães que perderam seus filhos por homicídio, podemos observar o quanto a narrativa torna-se um instrumento revelador da identidade social deste grupo e de cada um de seus membros.

Viana (2012, p. 28) afirma que

> A organização dessas narrativas é uma forma de atribuir sentido a cada experiência vivida e identificar seu impacto na trajetória pessoal como um todo. É uma forma de tornar compreensível àquilo que acontece na nossa vida. Ao colocar os fatos em uma determinada ordem, também estamos assumindo um posicionamento diante desses acontecimentos. Narrar um episódio é, também, construir nossa própria identidade face ao ocorrido. A narrativa figura, portanto, como o gênero por excelência que o homem utiliza para comunicar esses eventos ocorridos em seu percurso. (VIANA, 2012, p. 28)

Bronckemier e Haé (2003) afirmam que, em sentido geral, a narrativa é um conjunto de estruturas linguísticas e psicológicas, transmitidas cultural e historicamente, delimitadas pelo nível do domínio de cada indivíduo, pela combinação de técnicas sócio-comunicativas, por suas habilidades linguísticas e por suas características pessoais, tais como: curiosidade, paixão e, por vezes, obsessão. Os autores reiteram ainda que, ao se contar algo sobre um evento da vida, uma situação complicada, uma intenção, um sonho, uma doença ou um estado de angústia, a comunicação geralmente assume a forma da narrativa, ou seja, apresenta-se contada de acordo com certas convenções.

2.1.4 A narrativa de experiência do luto

As histórias são contadas pela necessidade que o homem tem de se comunicar e compartilhar experiências. Quando se conta algo, articula-se a experiência do tempo, organizam-se desordens e marca-se com encontros e desencontros o complexo curso das ações humanas.

Um dos campos mais férteis em relação aos estudos da narrativa, como forma de abordagem do luto, é o da Psicologia. Nesta área, diversos estudos já apontam para os benefícios do uso da narrativa como técnica terapêutica, durante a vivência do luto, através do processo de narração e escuta, que permite a exteriorização de sentimentos e experiências, favorecendo uma reflexão na vida dos sujeitos impactados.

Segundo Davel e Silva (2014), as narrativas são recursos organizadores que permitem aos indivíduos dar vazão aos seus sentimentos, muitas vezes, confusos, carregados de dor, culpa e vazio. Para os autores, elas possibilitam modelar e determinar o sentido da experiência, através da linguagem desenvolvida pela conversação. Assim, segundo eles, após algum tempo, os sujeitos adquirem a capacidade de melhor organização destes sentimentos e vão, aos poucos, elaborando uma visão de recomeço e de ressignificação de suas vidas. Nesse sentido, as narrativas mostram o valor da linguagem nos segmentos da vida do indivíduo. Através de seu uso, em uma relação dialógica, o sujeito torna-se acessível.

Esta relação entre dialogismo, linguagem e constituição do sujeito foi pensada por Bakhtin (2010), ao considerar que o uso da linguagem tem em si a dialogicidade instituída numa alternância de vozes, que levam à reflexão pela comunicação, através da qual o sujeito vai criando sua identidade no discurso e constituindo-se enquanto ser social. Assim, a construção de um discurso, segundo Bakhtin (2010), leva em consideração a representação que um sujeito tem de seu destinatário, bem como a ressonância dialógica produzida por seus enunciados já proferidos e todos os enunciados de outros sobre o mesmo assunto, retidos em sua memória.

As narrativas em momento de luto trazem em si a capacidade de mostrar como o indivíduo tem conseguido conviver com as dificuldades, destacando os fatos que, para os sujeitos, são mais significativos naquela experiência.

Para White (2000), as práticas narrativas são consideradas técnicas apropriadas para lidar com os traumas e suas consequências, pois atendem à finalidade de tirar o sujeito do centro do trauma para outro lugar da sua identidade. Assim, na psicologia, mais precisamente,

nas técnicas de narrativas terapêuticas, busca-se compreender as pessoas não só a partir de suas histórias, mas no modo como elas são contadas.

Segundo Maia-Vasconcelos (2005), a situação traumática leva um sujeito a escrever, a falar e extravasar sua emoção por meio de expressões inexprimíveis em outros contextos. Para a autora, narrar experiências de vida, mesmo que traumáticas, é uma forma de compreendê-las, de provar que se sobreviveu a elas e perceber os ensinamentos, bons ou ruins, que estas deixaram.

Nos primeiros contatos com as mães, para marcação dos encontros e início das entrevistas narrativas, pudemos perceber que a aceitação para participação na pesquisa vinha exatamente desta necessidade que as mães tinham de falar, de contar sua dor, de trazer, de certa forma, ao presente a imagem do filho, que já não está mais entre nós, como numa tentativa de torná-lo vivo em sua memória.

Resende (2011) afirma que os tempos de crise e de trauma reforçam os discursos de pertencimento, geram emoções fortes e contraditórias. Segundo a autora, o trauma traz uma importante questão ética a ser resolvida: quem, como e por que se decide esquecer ou lembrar para restaurar a linha partida e fechar a ferida aberta pela ruptura?

Para Maia-Vasconcelos (2005, p. 43), "o fato de poder dizer permite ao sujeito tentar dar palavras à situação, embora, muitas vezes, dependendo da situação, não lhe possa dar um sentido". A autora ainda acrescenta que "quebrar silêncio significa romper com a monotonia da rotina, em segredo, e entender as razões e os modos de se implicar na situação".

Nesta perspectiva, apoiamo-nos ainda em Resende (2011), quando afirma que as narrativas evocam o passado na busca da ressignificação dos sentidos do "modo de vida", na busca pela adaptação, pela reconstituição das crenças e dos afetos e pela reparação dos padrões cognitivos rompidos.

Segundo Candau (2014), a expressão narrativa no momento de dor faz com que o aquilo que o indivíduo transmite não seja estruturado, pois obcecado pela perda, tudo que quer é transmitir sem hierarquia nem discernimento.

Em um trabalho desenvolvido sobre a escrita de si de pais cujos filhos eram usuários de drogas, Cardoso et al. (2012) afirmam ter observado que as narrativas de perda, oriundas de uma situação de trauma, fizeram surgir uma escrita aparentemente espontânea, real e subjetiva, com relatos minuciosos e detalhados sobre episódios vividos.

Os pesquisadores perceberam ainda que o trauma, causado pela dor na vida dos pais, mostrou-se recorrente nas narrativas coletadas e que os pais viam-se "com certa intimidade" em relação à situação traumática, "se antes eles temiam essa dor, agora eles

dialogam com e sobre ela, entendem até a existência dela em suas vidas" (CARDOSO et. al., 2012, p. 6). Por fim, os autores reiteram que este processo ocorre de forma gradual, "primeiro o susto inicial, seguido de uma e, depois de várias vivências e reflexões, a aceitação e, por fim, o desejo, este é de externar tudo que sente ao contar aquilo que marcou uma etapa da vida ou ela por inteiro" (CARDOSO et. al., 2012, p. 6).

Em sua dissertação de mestrado, Viana (2012) utiliza como objeto de pesquisa os *récits de vie*[10] de estudantes da Educação de Jovens e Adultos. Segundo a autora, este tipo de narrativa se caracteriza por iniciar pelo clímax, ou seja, uma situação (geralmente traumática) é apresentada e, a partir daí, outras ações são descritas. Nestes casos, a crise provoca uma quebra na sequência cronológica dos fatos narrados.

Santana (2011) afirma que a morte surge como uma exigência que nos solicita reafirmar o valor público do indivíduo morto. Muitas vezes, são feitas escolhas de acontecimentos da vida do falecido, como forma de fortalecer a memória do papel social deste na família e nos demais contextos sociais aos quais era ligado.

Sob este aspecto, dedicamo-nos a analisar, dentro das características sócio-afetivas do discurso do luto materno, a preocupação da mãe em recategorizar a imagem do filho morto, na busca por uma representação positiva deste em seu discurso. Entendemos que a mãe lança mão destes recursos para demonstrar a não aceitação da morte do filho. Por meio da intensificação das qualidades e da citação dos papeis desempenhados por ele, agora morto, a mãe busca negar a ação da morte como um destino digno para este; e requer, através de sua narrativa, um sentido de continuidade ou perpetuação em face de sua perda.

Segundo Santana (op. cit.), a atribuição de valores positivos à identidade do falecido e a busca pela reconstrução da imagem deste podem se dá através de estratégias discursivas construídas por diferentes meios linguísticos, tais como: o uso de hipérboles; de comparações; de advérbios, que valorizam as ações de quem é objeto do discurso; de atributos compostos por adjetivos semanticamente positivos e repetição de léxicos.

Outra particularidade na narrativa de experiência do luto diz respeito ao tempo. Através da linguagem, as inscrições de tempo neste tipo de discurso permitem uma reflexão mais complexa, que vai além de identificar aspectos externos que sequenciam os acontecimentos no tempo cronológico. A narrativa do luto é, predominantemente, marcada pelo tempo psicológico. Neste viés, surge então a possibilidade de demarcação temporal, a

[10] A autora utiliza o termo para denominar o *corpus* de sua pesquisa de mestrado que, segundo ela, trata de "alguns escritos que narram determinados momentos do percurso de um indivíduo, acontecimentos que, em alguns casos, foram traumáticos e modificaram a trajetória de vida do narrador de alguma forma". (VIANA, 2012, p. 36).

partir da tríplice do presente, proposto por Ricoeur (1994): presente do presente; presente do passado e presente do futuro.

O presente do presente diz respeito à experiência quotidiana da vivência, que se efetiva na ligação entre pensamentos e tomadas de decisões. Ou seja, reflete o momento atual da narrativa da mãe.

No presente do passado, a passagem do presente se caracteriza por reflexões de um passado que remete à memória. Bastante comum na narrativa do luto, o presente do passado recupera-se através das rememorizações da mãe acerca do seu filho e da morte dele. Aqui, o ato de narrar o luto traz em si um tempo que reflete numa reminiscência contínua daquilo que se perde. Há, portanto, no presente, uma extensão do tempo passado. O contar, no presente, parece só pode ser refletido a partir de um passado trazido pela memória.

Já o presente do futuro é marcado pelo momento da apresentação em relação à espera anterior, e presente do presente em relação à vida depois do trauma que ocasionou o luto. Ou seja, o presente do futuro é a antecipação do futuro, reflete sobre fatos que poderiam ocorrer no futuro, mas que não ocorrerá devido ao trauma.

No tocante à questão do tempo na narrativa de sujeitos que passaram por um momento de trauma, Maia-Vasconcelos (2003) define a noção de ruptura do tempo, seja ele passado, presente ou futuro.

A autora define esta ruptura como um estado em que o sujeito paga o tributo de um erro que não cometeu e se vê numa situação irreversível. Este estado de ruptura pode se repetir inúmeras vezes durante a vida. O fenômeno da ruptura provoca uma sensação de perda constante dada sua irreversibilidade. O sujeito, submetido a uma ruptura, perde a segurança, ou seja, sai de uma zona de conforto e passa por um "vendaval subjetivo" em que ele não se sentirá seguro. Assim, através da ruptura, ocorre a perda dos referenciais relativos à pessoa.

Maia-Vasconcelos (2003) ainda reitera que, como forma de evitar a dor da ruptura, muitas vezes, o indivíduo opta por se esconder, evitando o contato com o mundo natural, com a família, com amigos e com a vida social. "O estado de ruptura é uma situação social em que o sujeito, por um tempo impreciso, fica nos bastidores da vida, vendo seus pares avançarem em seus cotidianos profissionais e pessoais, enquanto ele parece estar retido na monotonia na qual quase nada de novo acontece ou pelo menos quase nada que lembre nem longe uma leve aventura" (MAIA-VASCONCELOS, 2003, p.256) .

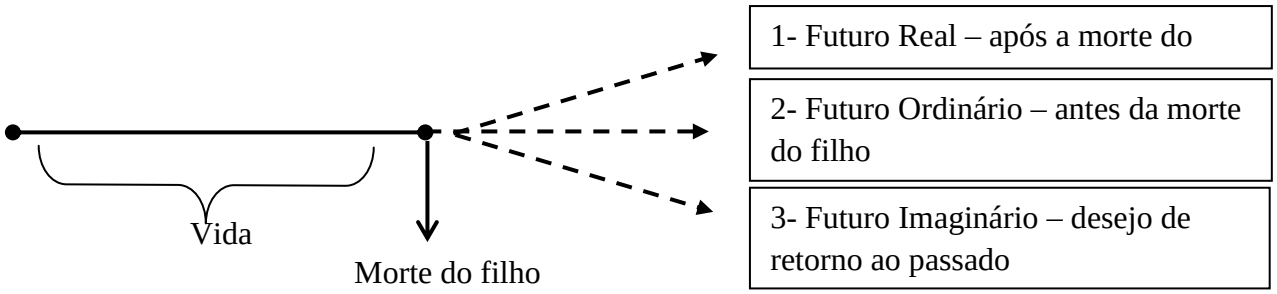
Para as mães enlutadas, esta ruptura ocorre com a morte do filho, momento que a mãe sente perder parte de sua identidade. Surge aí a necessidade de relatar sua vida, reelaborando sua trajetória biográfica a partir deste momento de trauma. Assim, a elaboração

de sua narrativa vai ser construída numa linha temporal regida pela emoção, pelo padecimento, pela dúvida e pelo desejo reconstrução de si.

A respeito da visão de futuro dos sujeitos, na narrativa, após um momento de trauma e ruptura, Maia-Vasconcelos (2003) afirma que esta se modifica, porque o indivíduo perde a sua imagem anterior, ver-se corrompido pela dor e tem a sensação constante e insuportável da falha. Seguir o percurso da vida a partir disso não é fácil, nem simples. O indivíduo torna-se cauteloso e temeroso para continuar, reage contraditoriamente em relação ao tempo, que passa a se constituir a partir de um novo conceito.

A autora, conforme podemos ver no gráfico a seguir, analisou três tipos de futuro que se apresentam no discurso do indivíduo que, em determinado momento de sua vida, enfrenta uma situação de trauma e ruptura.

Figura 01: Da ruptura – a noção de tempo após a perda[11]



1. Futuro Real, que inevitavelmente acontecerá a partir do momento em que ocorre o trauma. É um futuro desconhecido, como qualquer outro, mas que parte da real situação em que o sujeito se encontra.

2. Futuro Ordinário, aquele que foi planejado antes do momento do trauma. Ou seja, os fatos que aconteceriam normalmente se o filho não tivesse morrido. Ou seja, uma volta à realidade dantes vivida, que poderia ser ou não concretizada, dado nosso desconhecimento perante o futuro.

3. Futuro Imaginário, aquele que mostra um claro desejo de voltar a uma situação conhecida no passado. Um futuro idealizado, marcado pelo sonho de reviver uma vida que já conhece e que estava sem as restrições de seu estado atual.

[11] Ilustração adaptada a partir do gráfico: La notion de temps après le diagnostic, em MAIA-VASCONCELOS (2003, p. 294).

Assim, segundo Maia-Vasconcelos (2003), quando um indivíduo, após um trauma, passa a sonhar um futuro a partir de um passado vivido, ele se frustra, pois quando imagina o futuro tem a consciência de que sua vida nunca mais será como antes. A imagem negativa do futuro e a perda de esperança representam uma resposta negativa da crença na vida. Segundo Maia-Vasconcelos (op. cit.), agindo assim, os sujeitos criam para si uma espécie de barreira para a autoconstrução, pois ainda não conseguem ir em busca de um novo mundo e limitam suas possibilidades.

2.1.5 Sobre a estrutura da narrativa

Para o âmbito da estrutura textual da narrativa, podemos dizer que estas apresentam os elementos linguísticos e discursivos, constitutivos das realidades dos indivíduos que contam suas histórias. Estes elementos organizam-se através de estruturas. Segundo Barthes (2011), o que uma narrativa tem em comum com outras é a sua estrutura acessível à análise.

Segundo Bolívar et al. (2001), o relato narrativo é uma forma específica de discurso, organizado em torno de uma trama argumental, uma sequência temporal, personagens e situação, no qual os enunciados têm um sentido contextual dentro do argumento. Para os autores, o relato narrativo apresenta uma descrição de um mundo dado que pode ser mostrado narrativamente, ou seja, a narração comporta um encadeamento de enunciados, que supõe um mundo humano construído como um todo no mesmo curso de ações e acontecimentos.

Garcia (1985, p. 239) afirma que o objeto narração é o fato de esta se constituir de "qualquer acontecimento de que o homem participe direta ou indiretamente". Assim, segundo o autor, a ação narrativa pressupõe os seguintes elementos: fato ou ação (o que); personagens (quem); modo de ocorrência do fato (como); lugar da ação (onde); causa ou razão do acontecido (por que) e o resultado da ação (por isso). Porém, de acordo com ele, nem sempre todos esses elementos estão presentes na narrativa, apenas *quem* e *o que* são indispensáveis.

No capítulo introdutório da obra *Análise estrutural da narrativa*, Pinto (2011) afirma que, na história de uma narrativa, o emissor de uma determinada mensagem não só seleciona as mensagens possíveis de transmissão, mas também "realiza uma segunda seleção entre as combinações teoricamente possíveis dos elementos que formam a mensagem" (BARTHES et al., 2011, p. 9). Para ele, todo discurso se constitui de imbricação de diversas mensagens, haja vista a admissão de uma pluralidade de interpretações homogêneas. Assim, a

narrativa é instaurada como um jogo, e o narrador é como o jogador, que seleciona o lance seguinte dentro das restrições e liberdades impostas pelas regras.

A partir de seus trabalhados com entrevistas sociolinguísticas e narrativas de experiências pessoais, Labov (1997) afirma que a narrativa é uma forma privilegiada do discurso e, provavelmente, o único exemplo de um evento de fala bem formado, com um começo, um meio e um fim. Assim, segundo ele, as narrativas de experiências pessoais apresentam uma estrutura bastante útil para análises de sequências de eventos e sequências de sentenças que correspondem à ordem dos eventos originais.

Labov (1972) adota uma visão mais formal a respeito da estrutura das narrativas, pois reitera que a narrativa caracteriza-se como um método de recapitular experiências passadas, fazendo corresponder uma sequência verbal de cláusulas (sequências de sentenças) à sequência de eventos que, efetivamente, ocorreram.

Assim, considera a narrativa como uma técnica de construção de unidades que recapitulam a experiência na mesma ordem dos eventos originais e mostram que a sequência temporal é sua propriedade definidora. Logo, para o autor, nem toda recapitulação de experiência pessoal é considerada narrativa, só aquelas que seguem a ordem dos eventos originais.

Como tentativa de compreensão sobre a habilidade eficaz do narrador ao relatar sua narrativa de experiência, Labov (1997) propõe alguns princípios de análise.

I. Definição das *narrativas de experiência pessoal*[12] como relato de sequência de eventos ocorridos na biografia do falante, representados por uma sequência de sentenças que corresponde à ordem original dos eventos e que pressupõe uma organização temporal.

II. As de sentenças narrativas de experiência possuem dois *tipos temporais*, que são: sentenças livres que, semanticamente, se referem a uma condição verdadeira durante toda a narrativa; e sentenças presas, que seguem o raio de ação da sentença narrativa e, sequencialmente, apresentam a estrutura temporal.

III. As sentenças narrativas apresentam *tipos estruturais*. Labov (1972) já entendia a narrativa como uma estrutura global e completa, que deve conter uma soma de seis sentenças, assim organizadas:

a) Resumo: proposição inicial que, geralmente, resume toda a história, aponta seu começo e chama a atenção do ouvinte, relatando a sequência de eventos da narrativa;

---

[12] Grifo nosso.

b) Orientação: sentença que informa o tempo e o local da narrativa, os participantes e seus comportamentos iniciais na história;

c) Complicação ou ação complicadora: sentença sequencial que relata os acontecimentos e ações que formam o corpo da narrativa, a fim de responder à questão: "E o que aconteceu?";

d) Avaliação: sentença utilizada para que narrador indique seu ponto de vista a respeito da narração, ou seja, é aqui que o narrador exprime a consequência deste evento para si.

e) Resolução: sentença que traz uma série de ações complicadoras após o evento e nos dizem como a história terminou;

f) Coda: sentença final que devolve a narrativa ao tempo do falante, respondendo à questão "O que aconteceu após tudo isso?".

IV. As narrativas de experiências pessoais são dotadas de *credibilidade*, na medida em que os ouvintes acreditam que os eventos tenham ocorrido conforme relata o narrador.[13]

V. A *causalidade* aparece na narrativa de experiência para responder à questão: "Por que isso aconteceu?" Geralmente esta causalidade esta implicada na narrativa, mas não explicitada.

VI. A *atribuição de elogio e culpa* surge na narrativa de experiência como resultado da atribuição dada pelo narrador ou pelo ouvinte em relação aos atores envolvidos na ação. Esta atribuição, que pode ser transmitida ou simplesmente inferida pelo contexto discursivo, geralmente reflete o ponto de vista do narrador.

VII. O *ponto de vista* da sentença narrativa é constituído de domínio espacial e temporal, a partir do qual a informação transmitida por uma sentença pode ser compreendida pelo observador. Assim, surge do olhar particular do narrador acerca da ação e da sequência temporal dos eventos.

VIII. O *grau de objetividade* de um evento na narrativa de experiência é medido pelos sentidos do narrador, ou seja, quanto mais relacionado à memória e à emoção do narrador estiver o evento relatado, mais subjetivo será.

Opostos à formalização de uma análise da estrutura narrativa, Bronckemier e Haé (2003) afirmam que as formas de narrativa não existem como padrões a serem concretizados,

[13] Trataremos mais a respeito da credibilidade na narrativa de experiência na seção que aborda o método autobiográfico de pesquisa.

mas são orientadas para assumir suas formas pelas exigências da situação em que ocorrem. Segundo os autores, o termo: *narrativa*[14] designa uma variedade de formas inerentes aos nossos processos de alcançar conhecimento, de estruturar a ação e de ordenar as experiências. Assim, estudar a narrativa é examinar as práticas discursivas, seus textos culturais e seus contextos. Vista sob este aspecto, a narrativa passa a funcionar como uma estrutura aberta e maleável, que permite conceber uma realidade em constante transformação e constante reconstrução.

Para fazer uma maior referência à narrativa de vida, buscamos amparo em Bruner (2014) que, ao tratar da narrativa de construção do eu, afirma que a individualidade requer mais do que uma história bem amarrada, cujos episódios ligam-se linearmente uns aos outros, ela se concretiza através de "eventos verbalizados"[15] ou "metaeventos", que oferecem "coerência e continuidade à confusão da experiência" (p. 84).

Um posicionamento também a este respeito está inserido no estudo sobre a construção da narrativa desenvolvido por Maia-Vasconcelos (2003). A autora nomeia, para a abordagem desta estrutura, duas categorias de análise: a ortodoxia e a heterodoxia. A ortodoxia indica a construção da narrativa a partir da divisão clássica: introdução, desenvolvimento e desfecho. Este conceito remete-nos ao que propõe Labov (1972). Já a heterodoxia remete-se à inserção dos aspectos vividos na produção da narrativa que ultrapassa a classificação ortodoxa, pois cada fato pode ser anunciado sem necessariamente obedecer a uma sequência. A sequência dos fatos relatados, numa perspectiva heterodoxa, não segue uma ordem estabelecida, ao contrário, obedece à importância que o narrador dá àquilo que conta. Ou seja, o sujeito é quem, circunstancialmente, vai escolhendo o que será narrado.

No que tange à distância temporal entre o fato ocorrido e o fato narrado, Bosi (2013, p. 63) afirma que o sujeito, ao narrar acontecimentos de sua vida, faz uma ordenação pessoal destes fatos e esta ordem segue uma lógica afetiva, a qual nem sempre pode ser apreendida pelo pesquisador. Ou seja, o sujeito reconta um fato através de um ato de criação. Diz-nos a autora: "Não nos deparamos com uma sucessão coerente de formas, mas com tropeços da vida corrente".

Esta mesma influência afetiva ocorre também com a mobilidade espacial, pois pode haver uma discrepância entre a ordenação interna do relato e a sequência dos acontecimentos. Porém, segundo Bosi (2013), "em geral, uma *intenção*[16] configura a

---

[14] Grifo nosso.
[15] Slobin (2000) cf. Bruner (2014).
[16] Grifo da autora.

narrativa, orienta seu fluir dinâmico" (BOSI, op. cit., p. 63). Por isso, é necessário que o pesquisador esteja sensível à observação da totalidade e da plenitude da narrativa e de seu narrador.

Em seu trabalho com *recits de vie*, Viana (2012, p. 40-41) observa que a descontinuidade na narrativa é característica deste tipo de discurso:

> [...] a recuperação do passado por meio da memória é falha e o sujeito organiza esses eventos do modo como melhor lhe parece, para ficar mais bem posicionado perante a lente daquele que o escuta ou para esconder fatos que prefere não divulgar. Assim sendo, é ofício do indivíduo narrador é operar recortes, selecionar passagens, recriar eventos, criar situações e, à medida que realiza esse exercício, ir tecendo suas memórias frente àquele que o escuta. (VIANA, 2012, p. 40-41)

Posicionamento semelhante a este tem Ricoeur (2010), quando reconhece uma forma de explicação interna ao próprio ato de narrar. Segundo ele, narrar já é explicar, através da conexão lógica, e essa relação causal não deve ser confundida com a sequência. O filósofo acrescenta ainda que o reconhecimento de um nexo lógico (não necessária e exclusivamente cronológico) pressupõe levar em consideração uma forma de inteligibilidade característica do senso comum, que consiste na competência em acompanhar uma história. Ou seja, é necessária a mediação da subjetividade para compreensão do fato narrado.

Segundo Bosi (2013), a narrativa se desenvolve no tempo, fala no tempo e do tempo e, na própria voz, recupera o fluxo circular que a memória abre do presente para o passado e do passado para o presente.

Para Candau (2014), todo acontecimento tem seu tempo de realização quando evocado pela memória com o estatuto de um momento particular, portanto, tem uma sequência biográfica, cuja lógica e cujo fim provisório poderão ser encontrados na identidade do narrador.

Ao analisar a escrita autobiográfica em textos da internet, tais como blogs e fotologs, Sibilia (2008) chama atenção para a peculiar inscrição cronológica deste tipo de texto. Segundo a autora, estes textos denotam uma atualização permanente, a sensação de um presente perpétuo, demonstrando o "abandono da ideia do tempo como um fluxo linear e constante, impulsionado com todo vigor das forças históricas que o empurravam do passado em direção a um futuro prodigiosamente aberto" (SIBILIA, 2008, p. 166-117). Assim, as inquietações em relação ao estatuto do passado, na contemporaneidade, acabam por repercutir, também, na subjetividade do narrador.

Quando o sujeito narra sua história de vida, vai além de um reviver de imagens do passado, pois institui uma temporalidade. Para Bosi (2013, p. 45), "o tempo vivido pela

biografia é aquele *pouco* captado pela memória narrativa (...) na história de vida, perder o tempo é perder a identidade, é perder-se a si mesmo".

Bosi (2013, p. 20) afirma que a narrativa de vida diz respeito à complexidade do acontecimento, pois "sugere mais que afirma, caminha em curvas e desvios, obrigando a uma interpretação sutil e rigorosa". A conquista da linguagem narrativa é a superação de um ponto de vista fixo e sempre igual a si mesmo, por um fluxo interior (conceito semelhante ao de espírito como *vir-a-ser,* de Bergson). Assim, a narrativa assume seu caráter reflexivo, na qual o sujeito cresce junto com a expressão.

A autora supracitada faz, ainda, uma analogia entre a expressão da narrativa oral de vida com a música, pois para ela, narrativa traz elementos com "conotações afetivas e expressivas, como projeções da vida subjetiva que não se contenta com a ordem das palavras ou das frases: precisa do tom, do andamento, do ritmo para dizer-se" (BOSI, 2013, p. 47).

2.1.6 História de Vida

A história de vida é um meio de investigação que valoriza os registros de conhecimentos acumulados na memória. É, pois, um momento em que a pessoa, com suas lembranças, expressa também seus sentimentos.

Bosi (2013, p. 15) afirma que "a história que se apoia unicamente em documentos oficiais não pode dar conta das paixões individuais que se escondem atrás dos episódios".

Segundo Moscovici (2005, p. 12), "nenhuma existência se confunde com a de uma geração ou de uma época. Em cada uma existe uma singularidade uma série de sortes ou de azares, para empregar palavras comuns e justas, que desenham sua fisionomia própria". A seguir, o autor ainda reitera:

> [...] ao se começar a narrativa de sua vida, procura-se retornar posse dela. Quer-se desenhar melhor essa fisionomia da qual se foi despojado pelo tempo, ou que nos escapa como um corpo que se esvazia de seu sangue. Esta posse é a bela poesia do efêmero, sem a qual uma existência, e, antes de tudo, a sua própria não pode nos emocionar (MOSCOVICI, 2005, p. 12).

Queiroz (1988), em um artigo que trata dos conteúdos de relatos orais, afirma que a história de vida insere-se no quadro amplo da história oral que também inclui depoimentos, entrevistas, biografias e autobiografias. Para a autora, toda história de vida encerra um conjunto de depoimentos e, embora tenha sido o pesquisador a escolher o tema, a formular as questões ou a esboçar um roteiro temático, é o narrador que decide o que narrar. Assim, a

história de vida constitui-se uma ferramenta valiosa, por se colocar justamente no ponto em que se cruzam vida individual e contexto social.

Para Candau (2014, p. 101), "uma história de vida consiste em dar uma fisionomia aos acontecimentos considerados pelo indivíduo como significativos do ponto de vista da sua identidade".

Posicionamento semelhante ao de Candau, encontramos em Bosi (1994), o que interessa no trabalho com história de vida é a narrativa da vida de cada um, a maneira como o sujeito a reconstrói sua história, ou seja, o modo como ele pretende narrar sua vida.

Para Leray (2008), para que uma história de vida se transforme em experiência, são necessárias condições de transmissão. É exatamente esta transmissão da história de vida que propicia a tomada de consciência das transações da vida dos indivíduos, fazendo com que um evento transforme-se em um advento de si mesmo. O autor afirma ainda que "acompanhar as pessoas em história de vida é lhes dar a oportunidade de se conhecerem melhor" (p. 48).

Paulillo (1999) afirma que história de vida pode ser considerada instrumento privilegiado para análise e interpretação, na medida em que incorpora experiências subjetivas mescladas a contextos sociais. Através das histórias de vida, tem-se base consistente para o entendimento do componente histórico dos fenômenos individuais, bem como para a compreensão do componente individual dos fenômenos históricos.

Uma caracterização relevante a respeito das histórias de vida e dos estudos autobiográficos é feita por Siqueira (2014, p. 47):

> Os estudos biográficos referem-se a relatos produzidos por indivíduos que vivenciaram os fatos e que, por isso, contam-nos a partir de suas lembranças resgatadas na memória. Sabemos que um acontecimento não é apenas um fato pontual que ocorre e acaba. Por mais insignificante que pareça a uns, a outros relembrará e significará diferentemente. Toda a história de vida de um indivíduo é ancorada em histórias contadas desde antes de seu nascimento podendo se estender até depois de sua morte. Isso porque o indivíduo relaciona as experiências vindas dos outros (familiares, amigos) e relaciona com os fatos que realmente se lembra, ou seja, que realmente vivenciou.

Para Bolívar et al. (2001), a história de vida é uma técnica que permite ao investigador penetrar e compreender o mundo interior dos sujeitos que pretende estudar. Nestes casos, se tem um uso heurístico da reflexividade, transformando o sujeito informante em coinvestigador de sua própria vida. Segundo os autores, as histórias de vida não são anteriores ao processo de narração em si, mas se produzem na medida em que a investigação avança e contribuem para orientar a vida e as ações de quem as narra.

De acordo com Paulillo (1999), por meio da história de vida pode-se captar o que acontece na intersecção do individual com o social, além de permitir que elementos do presente fundam-se a evocações passadas. Segundo a autora, a vida olhada de forma retrospectiva faculta uma visão total de seu conjunto, e o tempo presente torna possível uma compreensão mais aprofundada do momento passado.

McAdams (2001) assinala que essas histórias são capazes de integrar diacronicamente os diferentes episódios e situações vividas ao longo dos anos em histórias carregadas de sentido. O referido autor acrescenta que as histórias de vida têm também uma função de integração sincrônica, organizando os diferentes papeis sociais, as diversas formas de relacionamento e os sentimentos e pensamentos associados, de maneira que possam ser vistos e entendidos como partes da mesma configuração do próprio *self*.

Em um estudo bastante relevante e completo acerca deste tema, Pineau e Le Grand (2012) consideram que as práticas das histórias de vida são práticas multiformes, são busca e construção de sentido a partir de fenômenos pessoais, e envolvem um processo de expressão da experiência. Esta definição alarga o território das "escritas do eu" e não se restringe aos meios escritos "grafia", mas integra a fala, a dimensão comunicativa da vida. Segundo os autores, esta definição extrapola o espaço de conotação interior do eu e faz implicação em um "estar junto". Afirmam ainda que

> a vida ultrapassa amplamente as fronteiras do ego, oscilando entre as correntes psicofisiológicas internas e os movimentos ambientais externos, físicos e sociais, a serem conjugados na primeira pessoa do singular, em tempos e contratempos (PINEAU e LE GRAND, 2012, p. 16).

Passeggi (2011) afirma que, após o declínio dos grandes paradigmas, tais como: estruturalismo, marxismo e behaviorismo, a linguagem como prática social, o cotidiano e o saber do senso comum passaram a ocupar um lugar de destaque na composição das relações entre sujeito/objeto, indivíduo/sociedade, determinismo/emancipação e inconsciente/ consciência. A partir disso, a atenção dos pesquisadores volta-se para as noções de reflexividade, representações, sentido, crenças e valores, voltando-se para a historicidade do sujeito e das aprendizagens.

Com uma visão hermenêutica, Ricoeur (1991) sugere que as histórias (narrativas) de vida sejam vistas como uma interpretação surgida da construção imaginário-ficcional de um indivíduo que, ao se debruçar sobre si mesmo e sobre seu passado, começa a se reconstituir como outro, no presente, buscando a perpetuação do eu no futuro.

Na introdução da obra *Biography and society: the life history approach in the social sciences,* Bertaux (1981) distingue os termos: estórias de vida, que se referem aos relatos sobre a vida de alguém, narrados oralmente pela própria pessoa; e de histórias de vida, que, segundo o sociólogo, refere-se ao trabalho com diversos tipos de documentos com vistas a estudar a vida de uma pessoa. O autor salienta que, em ambas as abordagens, não é preciso que se aborde o percurso inteiro de vida e considera as estórias de vida como resultado de uma interação social. Para ele, mesmo que a transcrição da gravação seja feita na primeira pessoa há, neste tipo de narrativa, dois autores.

De acordo com Pineau e Le Grand (2012), a obra "As Confissões", de Santo Augustinho, constitui-se historicamente como a primeira obra que concilia conhecimento de si e produção autobiográfica. Nela, estão contidas autorreflexões sobre o reconhecimento da própria vida, com seus limites, e relações entre o conhecimento de si e o conhecimento vinculado a uma temporalidade específica.

Na história das ciências sociais, o uso das histórias de vida como metodologia de pesquisa surgiu e difundiu-se pelos anos 20 e 30 do século XX, no contexto da sociologia americana, com a chamada Escola de Chicago, que adotou técnicas antropológicas inovadoras e diferentes métodos de abordagem do material biográfico, para compreender os fenômenos sociais, tais como a comunidade de polacos em Chicago. A partir daí, surge, entre outras, a obra *The Polish Peasant in Europe and America,* entre 1918 e 1920, de Thomas e Znaniecki.

No Brasil, segundo Pereira (1991), o uso de relatos orais e de histórias de vida, em pesquisas de cunho social, pode ser observado em diferentes fases. Destaca-se com caráter inaugural a obra de Florestan Fernandes, em 1945, cujo interesse foi investigar a marginalização da população indígena, analisando a biografia de um índio do Centro-Oeste brasileiro. De lá para cá, houve muitas pesquisas sociais baseadas em histórias de vida, inclusive em grupos de estudos de universidades.

Não é nossa pretensão, neste trabalho, nos determos no percurso histórico de pesquisas sociais com histórias de vida. Entretanto, vale salientarmos que atualmente estas pesquisas têm adotado um referencial teórico e metodológico que ressalta a construção social na sua configuração.

A utilização de histórias de vida nas ciências humanas fez da narrativa uma prática social criadora de sentido. No que diz respeito às histórias de vida como material de pesquisa, Moreira (2002) afirma que estas apresentam a visão da pessoa acerca das suas experiências subjetivas de certas situações. Estas situações estão inseridas em algum período de tempo de interesse ou se referem a algum evento ou série de eventos que possam ter tido algum efeito

sobre o respondente. Segundo o autor, o objetivo do investigador, que usa a história de vida como dado, é registrar fielmente o que contam os sujeitos. Para isso, pode utilizar registros públicos ou pessoais.

Para Haguette (1987), a técnica da utilização da história de vida é capaz de dar sentido à noção de processo. Este "processo em movimento" requer uma compreensão íntima da vida de outros, o que permite que os temas abordados sejam estudados do ponto de vista de quem os vivencia, com suas suposições, seus mundos, suas pressões e constrangimentos.

Em seus estudos, Maia-Vasconcelos (2005), ao se referir à entrevista como modo de coleta das histórias de vida, afirma que esta se prende à subjetividade e se conecta permanentemente com o referencial social. Assim, "permite restabelecer o indivíduo em seu vivido experiencial, de iluminar a parte humana e singular da globalidade social" (Maia-Vasconcelos, 2005, p. 39).

Tal como os demais autores supracitados, entendemos a história de vida como uma forma de expressão da qual o sujeito se apropria. Ao organizar e contar sua vida, o indivíduo obtém o reconhecimento de si perante o outro. Através deste se contar, o indivíduo toma consciência de si e de seu papel dentro do contexto, no qual está inserido, e poderá encontrar sentido para suas vivências, suas escolhas, suas ações e, consequentemente, construir sua identidade.

2.1.7 A importância do contexto discursivo

Quando nos debruçamos sobre a análise do discurso do luto, tendo como universo as narrativas de vida, temos ciência da necessidade de irmos além das formas linguísticas utilizadas pelos sujeitos, ou seja, há elementos contextuais que são fundamentais para a sua compreensão.

Julgamos pertinente citar aqui duas das três características estruturais da linguagem destacadas por Bruner (2014). A primeira diz respeito à referência à distância, ou seja, as expressões linguísticas têm a capacidade de se referirem a coisas que não estão no aqui e no agora do falante ou ouvinte, mas que são compreendidas deiticamente na interação. A segunda trata da arbitrariedade do referencial. Como já é claro, a partir dos princípios saussureanos, os signos não precisam se parecer com seus referentes, pois são, por natureza, arbitrários.

A respeito da relevância do contexto na elaboração da narrativa de vida, tomamos como base a análise feita por Leray (2008, p.53):

> não se pode basear o sentido da vida fora do vínculo social com o outro, vínculo propriamente intercultural, pois é de fato a relação social envolvida em inter que pode permitir ao eu de se construir em interação com os outros pela reconfiguração permanente da sua relação com figuras de alteridade (pessoas, eventos, inclusive a emigração, como outras mudanças no espaço...) até elaborar o sentido de sua ação simultaneamente da temporalidade curta e no continuum da Historia humana.

Entendemos que a narrativa elaborada pelo sujeito acerca de suas experiências está permeada por influências sociais e culturais, que contextualizam histórias singulares nas vivências coletivas.

Para um aprofundamento teórico acerca da necessidade de se analisar o contexto no discurso, recorremos ao que Van Dijk (2008, p. 123) chamou de "teoria sociocultural e interativa do significado". Por meio de uma abordagem cognitiva, ele explica a diferença entre os significados pessoais ou contextuais e os significados partilhados a nível sociocultural.

A teoria do modelo cognitivo propõe que os discursos sejam interpretados, levando em conta as representações subjetivas dos acontecimentos, que variam de sujeito para sujeito, em relação ao momento histórico e contextual de produção do discurso, e também, como esse momento histórico é registrado e reproduzido pelo sujeito.

Pela dificuldade de estabelecer distinções disciplinares precisas no campo de estudos do discurso, Van Dijk (2004) reitera que este campo cada vez mais se caracteriza como interdisciplinar e independente, no qual métodos e teorias puramente linguísticos ou gramaticais se mesclam aos da etnografia, da microssociologia e da psicologia.

Em sua obra *Discurso e Contexto*, Van Dijk (2012) assinala a relevância do contexto para a compreensão do discurso, utilizando como exemplo um discurso do então primeiro-ministro britânico, Tony Blair, na Câmara dos Comuns, a respeito de uma intervenção militar no Iraque. O autor destaca que para se produzir e compreender um texto ou uma conversação são necessários componentes, tradicionalmente englobados como *contexto*: identidades e papeis dos participantes, lugar, tempo, instituições, ações políticas e conhecimento político.

Segundo Van Dijk (2012, p. 18-19), uma análise contextual de um discurso ultrapassa as análises e entendimentos gramaticais, textuais ou interacionais. Para ele, "compreender o discurso significa compreender texto/conversação-em-contexto". A noção de contexto adotada pelo teórico diz respeito ao estudo de fenômenos, eventos, ações ou discursos em relação ao ambiente, suas condições e consequências. Segundo ele, "parece haver uma relação mútua de influência condicional entre os eventos e seus contextos". A

relevância do contexto para o autor destaca-se inclusive na constituição do próprio texto, ou seja, este não é apenas um produto constituinte de seu contexto, mas também um constitutivo do mesmo.

No que diz respeito ao estudo do contexto nas ciências humanas, Van Dijk (2012) critica o fato de os estudos semióticos raramente darem atenção aos contextos sociais e culturais. Isto, segundo o teórico, ocorreu também com os estudos da linguagem, que "se limitaram a fazer estudos "formalistas", "estruturalistas" ou "transformacionais" dos signos, sons, palavras, sentenças, sentidos ou atos de fala" (VAN DIJK, 2012, p. 21). O autor ainda reforça sua crítica afirmando que "nestes estudos, tende-se a mencionar o fato de que a língua e o uso da língua são evidentemente fenômenos sociais e precisam ser estudados em seus contextos sociais, mas apenas da boca para fora". (idem).

Segundo Van Dijk (2012), a maioria das ciências humanas e sociais apresentou nas décadas de 60 a 80, do século XX, um desenvolvimento semelhante de evolução dos estudos formais até abordagens mais sensíveis num sentido social ou contextual. Porém, a partir da década de 90, muitas destas ciências adotaram os termos "contexto" e "contextualização" como conceitos-chave e incluíram em seus estudos as diferentes formas do "contextualismo" [17] (VAN DIJK, 2012, p. 19).

Van Dijk propõe ainda uma nova teoria do contexto de caráter multidisciplinar. Segundo ele, "um *conceito* teórico de "contexto" que possa ser usado nas teorias da língua, do discurso, da cognição, da interação, sociedade, da política e da cultura" (VAN DIJK, 2012, p. 34). O autor enumera alguns principais pressupostos para esta definição, a saber:

I. Os contextos são construtos subjetivos dos participantes, ou seja, definições subjetivas das situações interacionais ou comunicativas;

II. Os contextos são experiências únicas, advindos das experiências da situação comunicativa em curso, que determinam maneiras únicas de usar a linguagem;

III. Os contextos são modelos mentais, ou seja, modelo de contextos mentais, representantes das propriedades relevantes do entorno comunicativo na memória autobiográfica, que controlam paulatinamente os processos de produção e compreensão do discurso.

IV. Os contextos são um tipo específico de modelo de experiência, ou seja, modelos mentais construídos pelas pessoas no decorrer das situações e entornos de suas vidas diárias.

---

[17] Grifos do autor.

V. Os modelos de contexto são esquemáticos, esquemas de categorias compartilhadas, convencionais e culturais, que favorecem a interpretação imediata dos eventos comunicativos.

VI. Os contextos controlam a produção e compreensão do discurso, ou seja, há influência da sociedade sobre o texto e os usuários da língua precisam moldar seu discurso apropriadamente, de acordo com o que requer a situação comunicativa.

VII. Os contextos têm bases sociais, apesar das definições subjetivas das situações comunicativas, apresentam também *cognições sociais* compartilhadas por uma dada comunidade discursiva.

VIII. Os contextos são dinâmicos, construídos para cada situação comunicativa nova, são atualizados e adaptados de forma paralela com a interação.

IV. Os contextos são frequentemente amplamente planejados, pois os participantes conhecem previamente muitas propriedades prováveis da situação comunicativa, tais como: o seu papel, o objetivo, o momento e o local da comunicação, o interlocutor etc.

Van Dijk (2012) afirma que a função pragmática deste modelo de contexto é garantir que os participantes produzam textos, de forma adequada, na situação comunicativa, compreendendo a adequação dos textos dos demais participantes. Assim, "os usuários da língua adaptam sua interação discursiva aos "entornos" socioculturais e cognitivos do momento" (VAN DIJK, 2012, p. 37). Para ele, os modelos de contexto não estão explícitos no texto, mas são pressupostos, influenciam a fala de maneira indireta e suas propriedades precisam ser inferidas de acordo com a estrutura do discurso e a situação social comunicativa. Outra característica relevante do contexto, neste modelo, é o caráter egocêntrico, ou seja, o participante enumera parâmetros que determinam, especificamente, o seu ego enquanto falante ou ouvinte, o seu interlocutor, os seus propósitos comunicativos, seus conhecimentos e suas crenças.

Ao colocarmos, no cerne da questão, a relevância do contexto no discurso narrativo biográfico, tomamos como base o que afirmam Bolívar et al. (2001), para quem todo relato narrativo tem um caráter dialógico e interativo, está imerso em um mundo completo de outros discursos, formado por uma intertextualidade e uma polifonia.

Os modelos de contexto desenvolvidos por Van Dijk (2012) podem variar culturalmente, e as condições de adequações são definidas de acordo com a sociedade em que está inserido o discurso. O autor afirma que há propriedades relevantes dos participantes nos esquemas de contexto de muitas culturas, entre eles: o poder, o nível social e o parentesco entre os interlocutores, o que resulta em expressões de polidez e deferência.

Em conformidade ao que propõe Van Dijk, Bruner (2014, p. 75-76) afirma que "os atos narrativos da construção do eu são tipicamente guiados por modelos culturais implícitos, não verbalizados. [...] Todas as culturas fornecem pressupostos e perspectivas sobre a individualidade".

Para Bolívar et al. (2001), a narrativa de um indivíduo sobre si mesmo utiliza em sua construção regras comumente aceitas culturalmente, do mesmo modo que cada cultura proporciona relatos que oferecem modelos de identidade e ação a seus membros.

A respeito das abordagens sociais sobre o contexto, Van Dijk (2012) afirma que "as situações sociais não influenciam diretamente a língua e discurso, e que essa influência é possível somente passando pelos modelos mentais" (VAN DIJK, 2012, p. 43). Segundo ele, é a interface mental a responsável pelos aspectos relevantes da situação comunicativa, ou seja, é a estrutura cognitiva quem monitora a produção e a compreensão do discurso. Porém, de forma mais abrangente, admite, em seguida que "uma teoria do contexto de bases cognitivas é parte de uma teoria social mais ampla das relações entre sociedade e discurso" (VAN DIJK, 2012, p. 43).

Com esta nova teoria, o estudioso defende que uma teoria social do discurso deve relacionar as estruturas do discurso às situações sociais e à estrutura da sociedade, estando presente também os vários componentes cognitivos socialmente compartilhados e os modelos mentais únicos dos membros sociais. Para ele, "a fala não é apenas uma prática social, mas também uma prática mental – a fala é ao mesmo tempo, pensamento e ação" (VAN DIJK, 2012, p. 48).

2.1.8 O sujeito no discurso narrativo

No ato de narrar, o sujeito promove, não de forma neutra, uma construção de si, do seu meio social e do seu espaço, levando em consideração o objetivo de sua narrativa. Assim, análises voltadas para a narrativa autobiográfica devem levar em consideração as intencionalidades e o posicionamento do sujeito que narra sua história de vida.

Os estudos sobre narrativa de vida trazem, basicamente, a ideia de organização da narrativa a partir da experiência. Ou seja, a imagem que o indivíduo tem de si e do mundo, o eu ou *self,* torna-se fundamento para a construção narrativa. Segundo Bruner (1987), o homem tende a organizar sua experiência com o mundo e sua memória na forma narrativa. Para o autor, a ideia do eu ou *self* é comum em nosso discurso cotidiano e refere-se ao sujeito

sobre o qual se baseia a criação narrativa deste eu. Quanto às características deste eu no discurso, Bruner (2014, p. 74) faz a seguinte proposição:

> [...] não existe essa coisa de um eu intuitivamente óbvio e essencial para se conhecer, um eu que já está lá sentado, pronto para ser descrito em palavras. Em vez disso, nós construímos e reconstruímos nossos eus constantemente para satisfazer as necessidades das situações com que nos deparamos, e fazemos isso com a orientação de nossas memórias do passado e de nossas esperanças e medos do futuro. Falar de si para si mesmo é como fabricar uma história sobre quem e o que somos, o que aconteceu e porque fazemos o que estamos fazendo.

Nas narrativas de vida vemos a capacidade do indivíduo de organizar suas crenças e seus posicionamentos, em um processo de mudança e transformação de pensamentos e comportamentos ao longo do tempo.

Para Leray (2008, p. 47), no ato da narrativa de si, "um ser humano, dotado de um corpo sensível, forma sua identidade de maneira a poder se referir a um "ele" (o mundo das coisas), a um "tu" (o mundo das pessoas), a um "eu" (o mundo interior, o qual não existe sem nos fazer pensar no conceito de interioridade previamente desenvolvida)".

A importância do papel do sujeito no estudo de histórias de vida é destacada ainda por Viana (2012, p. 32), quando afirma que

> enquanto sujeito do mundo, o indivíduo é bombardeado por experiências o tempo inteiro. Essas experiências vão adquirir relevância, significação, a partir do instante em que o sujeito reflete sobre elas. A reflexão das experiências é um momento de autodiálogo, em que o sujeito pondera, atribui peso, avalia, enfim, efetua uma série de operações de acordo com a sua vivência..

Pensamento semelhante tem Foucault (1987), para quem o sujeito não é um dado originário, mas possui uma genealogia, que se dá no seio de uma série de práticas que dizem respeito aos saberes, ao poder e às técnicas de si.

No campo da Análise do Discurso, há várias teorias que tratam do sujeito. Em algumas, o sujeito "*eu*" é considerado o centro da comunicação. Já em outras, o "*tu*" (interlocutor) exerce forte influência sobre o "*eu*". Há, ainda, teorias que retiram de ambos o papel da centralização do discurso e colocam como principal elemento, o espaço de troca.

Ao trabalhar os conceitos de enunciação e enunciado, Benveniste (1976) dedicou parte de seus estudos à questão da subjetividade e, consequentemente ao papel do sujeito na produção destes enunciados. De acordo com Brandão (2002), Benveniste coloca o sujeito em uma posição privilegiada na linguagem, pois como locutor, se apodera do discurso e se marca como pessoa de sua subjetividade. O ato de produzir um enunciado, utilizando-se da língua,

dá ao locutor o poder de mobilizá-la e fazê-la funcionar. Assim, para a autora, Benveniste dá ao sujeito uma noção egocêntrica, na qual o discurso depende inteiramente do EU não podendo ser influenciado pelo TU.

Amossy (2013) complementa o posicionamento de Benveniste, ao afirmar que, para o teórico, a enunciação postula uma relação discursiva com um parceiro, ou seja, apesar de uma posição privilegiada do locutor. Benveniste admite uma relação de dependência mútua entre as figuras do locutor e do alocutário[18].

Charaudeau (2009), afirma que, definidas as *circunstâncias do discurso*[19], o ato de linguagem como evento de produção ou de interpretação, designa um EU como produtor e um TU como sujeito-interlocutor, que "não é um simples receptor da mensagem, mas um sujeito que constroi uma interpretação em função do ponto de vista que tem sobre as circunstâncias de discurso" (CHARAUDEAU, 2009, p. 48).

Em seu posicionamento de valorização da interação verbal, no qual a língua é vista como fenômeno social, Bakhtin (2010) reitera que o EUnão é o centro do discurso, pois o sentido do discurso depende da interação entre o EU e o OUTRO, estabelecendo assim uma relação dialógica.

Segundo Ferrarotti (2010), aquele que narra sua história de vida sempre narra para alguém. Ou seja, no processo de elaboração de sua narrativa há sempre a tentativa de uma comunicação, mesmo que seja com um interlocutor imaginário, como é o caso dos diários íntimos.

Pêcheux (1988, apud Brandão, 2002), afirma que a ideia de sujeito assim como a de sentido não são dadas a priori, mas construídas no discurso, em um processo de produção de proposições e expressões, determinadas pelas posições ideológicas.

No que diz respeito ao papel do EU no discurso, Charaudeau (2009) define diferentes tipos. Segundo o autor, o Sujeito Enunciador (EUe) é o ser que fala no ato da linguagem, o qual pode aparecer de forma explícita ou implícita. Assim, é a imagem de enunciador construída pelo sujeito produtor da fala, dotado de traços de intencionalidade. Como sujeito realizado e instituído na fala, é responsável por certo efeito de discurso sobre o seu ouvinte. No plano narrativo, o EUe é aquele que conta a história, descrevendo acontecimentos, personagens, lugares e os demais elementos da narrativa.

Outro tipo de sujeito denominado por Charaudeau (2009) é o Eu Contador (Ec), sujeito agente comunicante, localizado fora do ato da linguagem, é o locutor e o articulador da

[18] Cf. Amossy (2013).
[19] Grifo do autor.

fala. Como diz o autor, "é a testemunha de um de um determinado *real*, mas de um real que pertence ao seu universo de discurso." (CHARAUDEAU, 2009, p. 48). No plano narrativo, o EUc é aquele que se dirige diretamente ao leitor ou ao ouvinte, mostrando-se testemunha direta e viva de uma realidade pessoal.

A respeito da imagem dos interlocutores no discurso, Pêcheux[20] afirma que, na cadeia da comunicação, tanto o locutor quanto o interlocutor fazem uma imagem de si e do outro.

Neste momento, julgamos relevante atentar para a distinção feita por Bruner (2014) entre a criação do eu e a construção de si. Para o autor, "a criação do eu é uma arte narrativa" (p. 75), limitada pela memória; já a construção caracteriza-se por originar-se tanto interior quanto exterior ao sujeito. Interiormente, a construção de si, de maneira inata, advém da memória, dos sentimentos, das ideias e crenças; exteriormente, ela advém da expectativa de si diante do outro, a partir do contexto cultural, no qual se está inserido.

O posicionamento do sujeito, seja na enunciação ou na efetivação do seu discurso, é fator relevante para o presente estudo. Isto porque a imagem que a mãe traz de si ao fazer sua narrativa de luto, através de um eu, é fundamental para que possamos analisar e compreender as características discursivas encontradas.

"Deliberadamente ou não, o locutor efetua em seu discurso uma apresentação de si" (AMOSSY, 2013, p. 9).

Introduzimos aqui o conceito de *ethos* que, segundo Amossy (2013), consiste na construção de uma imagem de si. A autora cita o conceito *ethos* proposto por Roland Barthes que, embasado nos pressupostos da retórica, define como "os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: é o seu jeito (...) O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não aquilo" (*apud* AMOSSY, 2013, p. 10).

Maingueneau (2008), a respeito da construção da imagem no discurso, afirma que o enunciador confere ao seu destinatário um *status* para legitimar seu dizer, assumindo uma posição institucional no discurso e marcando sua relação com um saber. Para os teóricos da Análise do Discurso Francesa, a construção da imagem de si advém da maneira de dizer em uma inter-relação entre o locutor e seu destinatário, na qual a elaboração desta imagem pretende causar impacto e suscitar adesão.

Com base nos trabalhos de Erving Goffman, Amossy (2013, p. 12) afirma que

---

[20] Cf. Amossy (2013).

> a função da imagem de si e do outro construída no discurso se manifesta plenamente nessa perspectiva interacional. Dizer que os participantes interagem é supor que a imagem de si construída no ato e pelo discurso participa da influência que exercem um sobre o outro.

Com base nas teorias da argumentação contemporânea e no que chama de "nova retórica", a autora supracitada ainda destaca a relevância da "necessidade que tem o orador de se adaptar a seu auditório, portanto, de fazer uma imagem dele e, correlativamente, de construir uma imagem confiável de sua própria pessoa, em função das crenças e valores que ele atribui àqueles que o ouvem" (AMOSSY, 2013, p. 19).

Maingueneau (2008) complementa que a noção de *ethos* não está ligada apenas a um papel ou um estatuto do enunciador, mas a uma voz e um corpo. Assim, o *ethos*, segundo o teórico, é dotado de caráter (conjunto dos traços psicológicos) e corporalidade (constituição corporal somada aos modos de se vestir e movimentar-se no espaço).

Ao observar o posicionamento dos sujeitos narradores de suas histórias, recorremos a Goffman (2013) no que diz respeito à representação do indivíduo na interação social. Para ele, a impressão que o indivíduo passa de si mesmo, envolvendo a expressão de símbolos verbais e as ações, contribui para influenciar seu interlocutor. Assim, o sujeito regula a conduta do outro e faz com que este lhe confira um voto de confiança diante do que está sendo dito.

Amossy (2013) elabora o conceito de *ethos* prévio, que consiste, segundo ela, na imagem que o auditório faz do locutor no momento em que este toma a palavra. Com isso, a autora retoma abordagem de Ducrot[21], para quem o *ethos* é uma representação mostrada e não dito. Logo, o *ethos* está ligado ao ato da enunciação e sua representação pode ocorrer mesmo antes que o enunciador se pronuncie. Com base nisto, Amossy (op. cit.) ainda faz a distinção entre:

1. *Ethos* pré-discursivo (ou *ethos* prévio), que corresponde à representação prévia que se faz do enunciador, a partir de um saber extradiscursivo;

2. *Ethos* discursivo, que por sua vez, desdobra-se em:

2.1. *Ethos* mostrado, que se caracteriza por uma imagem que vai além do que o enunciador diz sobre si, mas que é transmitida ao interlocutor por diferentes meios;

2.2. *Ethos* dito, que é a imagem resultante do construto discursivo, através de referências diretas ao enunciador, que podem confirmar ou infirmar a imagem dos *ethos* mostrado.

---

[21] Cf. Amossy (2013).

Em sua análise, Amossy (2013) associa o conceito de *ethos* aos estereótipos, ou seja, a construção de uma imagem de si pode estar relacionada com uma representação coletiva cristalizada e estereotipada, que se efetiva através de uma cena validada, popularizada pela mídia e entremeada nos discursos.

A autora supracitada diz ainda que é preciso distinguir o sujeito no mundo (pessoa do orador, com lugar, papel, função, construtos psicossociais e culturais assumidos) da imagem esquematizada desse sujeito no discurso - *ethos* do orador -, que corresponde a uma representação construída pelo interlocutor. Assim, o *ethos* caracteriza-se como a imagem surgida do fenômeno discursivo e não da posição empírica do locutor.

Por fim, Amossy afirma que "boa parte da atividade simbólica dos sujeitos tem por função reconstituir de modo constante a realidade do eu, oferecê-la aos outros para ratificação, para aceitar ou rejeitar as ofertas que os outros fazem da imagem que têm deles mesmos" (AMOSSY, 2013. p. 107).

Ao tratar a respeito do sujeito que narra sua história, Sibilia (2008, p. 31) afirma que "o *eu*[22] em cada um *nós* é vacilante. Uma unidade ilusória construída na linguagem, a partir do fluxo caótico e múltiplo de cada experiência individual". Para a autora, este *eu* caracteriza-se como uma "ficção gramatical, um centro da narrativa" que desprende do real e nos constitui enquanto sujeitos.

"A experiência de si como um *eu* se deve, portanto, à condição de narrador do sujeito: alguém que é capaz de organizar sua experiência na primeira pessoa do singular" (SIBILIA, 2008 p. 31). A subjetividade surge no discurso, realizando o *eu*, através do uso da linguagem como instrumento de organização do fluir da experiência. Para a teórica, os discursos, que narram as experiências de vida, ganham forma, conteúdo e consistência em torno de um *eu* que pensa e estrutura seu relato através da linguagem. "A própria vida só passa a existir como tal, só se converte em *Minha vida* quando ela assume seu caráter narrativo e é relatada na primeira pessoa do singular" (SIBILIA, 2008, p. 33). Ainda, segundo a autora, tanto as palavras quanto as imagens servem de composição para a narrativa autobiográfica, realizando a vida do *eu*.

Em concordância com os pressupostos bakhtinianos acerca do caráter dialógico e polifônico do discurso, Sibilia (2008) atenta ainda para o caráter heterogêneo do *eu* e dos enunciados, no relato de si, dada a existência do outro, do não-*eu*.

---

[22] Grifos da autora.

Bolívar et al. (2001) citam Bakhtin ao se referirem ao conceito de "voz" no relato narrativo, como uma expressão polifônica da relação de simultaneidade entro o *eu* e os outros. Segundo os autores, se o eu é essencialmente dialógico, é através do relato narrativo que este eu se compromete com os outros, assumindo responsabilidade de seus sentimentos, pensamentos e ações.

Bruner (2014) também se posiciona a este respeito ao afirmar "o eu também é um outro" (p. 76). Para o autor, a forma do eu não é uma questão privada, mas uma questão de interesse tanto cultural quanto individual. Assim, a construção e a narrativa de si são, para Bruner, atividades potencialmente públicas.

2.1.9 A questão da memória

Boa parte das leituras realizadas para construção deste tópico foi de obras que trabalham com a memória individual como parte de uma memória coletiva e histórica. Julgamos pertinente tratarmos desta questão, pois a narrativa de vida do sujeito participante, mães enlutadas, é um construto discursivo, que surge a partir de suas histórias e suas memórias.

Conforme Bruner (2014, p.103), "por meio da narrativa, nós construímos, reconstruímos e, de alguma forma, reinventamos o ontem e o amanhã. Memória e imaginação amalgamam-se nesse processo [...]".

Há para o termo *memória* uma variedade de definições, tais como: faculdade de lembrar, de reter impressões e ideias, lembrança, recordação, reminiscência.

Meihy (2005) define duas formas de memória:

I. Individual, de caráter pessoal e psicológico, se relaciona a experiências particulares e possui um aporte orgânico (cérebro) e cognitivo (mente);

II. Coletiva, de ordem fundamentalmente cultural e transcendente, compreende elementos externos que marcam a identidade de um grupo específico.

Para o autor, "as memórias são organizadas segundo uma lógica subjetiva que seleciona e articula elementos que nem sempre correspondem aos fatos concretos, objetivos e materiais" (MEIHY, 2005, p. 63). Ainda segundo ele, a memória pode ser entendida como processos sociais e históricos de expressões, de narrativas e de acontecimentos marcantes, bem como de coisas vividas, que legitimam, reforçam e reproduzem a identidade do sujeito. Cada pessoa constroi e reproduz a sua identidade através da sua história, de suas memórias.

Nesse sentido, a memória é uma herança do passado que se refere não apenas à vida física da pessoa, mas também à memória coletiva.

De acordo com Candau (2014. p. 60),

> as relações de si para si mesmo, o trabalho de si sobre si mesmo, a preocupação, a formação, a expressão de si, supõem um trabalho da memória que se realiza em três direções diferentes: uma memória do passado, aquela dos balanços, das avaliações, dos lamentos, das fundações e das recordações; uma memória de ação, absorvida num presente sempre evanescente; e uma memória de espera, aquela que dos projetos, das resoluções, das promessas, das esperanças e dos engajamentos em direção ao futuro.

Bosi (1994) afirma que, na maioria das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A autora adverte que, ao recuperarmos o passado, ao reconstruirmos nossas memórias, estamos também projetando nosso futuro e alterando nosso presente. Além disso, esse processo requer mobilização de diversas naturezas do sujeito que recorda.

Candau (2014) demonstra posição semelhante à de Bosi (1994), afirmando que ao se operar a memória, o acontecimento rememorado está sempre em relação estreita com o presente do narrador, com o tempo de instância da palavra.

Bruner (2014) afirma que o sujeito se autoconstroi ao longo do tempo na narrativa e que a memória torna-se vítima destas novas autoconstruções. O autor complementa:

> Por mais que a mente humana tenha exercitado sua memória e refinado seus sistemas de registro, ele nunca consegue capturar o passado de maneira completa e fiel. Por outro lado, ele jamais consegue escapar ao passado. Memória e imaginação são fornecedoras e consumidoras uma da outra (BRUNER, 2014, p.103).

Para Bosi (2013), "a memória opera com grande liberdade, escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns". (BOSI, 2013, p. 31). A autora ainda ratifica que, através dos processos de reconhecimento e de elucidação, em depoimentos biográficos, o sujeito, no auge de sua individualidade, toma a palavra e age, criando um tempo privilegiado e forte do decorrer dos dias que viveu.

Segundo Candau (2014), é o conjunto da personalidade de um indivíduo que emerge da memória, originando um sentimento de continuidade temporal, condição necessária para a representação da unidade do Eu. Para ele, a memória se desenvolve, essencialmente, no interior de um tempo privado, íntimo.

Bosi (2013) reconhece a memória como decisiva da existência, pois permite a relação do corpo presente com o passado, interferindo no curso atual das representações. A seguir, reitera “a memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora” (BOSI, 2013, p. 36).

De acordo com Benjamim (1997), podemos visualizar as narrativas como universos portadores de uma dimensão do saber capaz de transformar a vida em trabalho permanente de reelaboração emotiva, de repensamento do acontecido, em espaços de liberdade, que pode ser experienciada, graças aos movimentos sinuosos da memória.

Ainda segundo o pensamento benjaminiano, aquele que conta uma história, através da memória, é capaz de se representar como um sujeito que converte as próprias lembranças, numa atualização do passado no presente. Logo, a apreensão da memória não pode ser vista apenas como uma cópia do passado, pois os acontecimentos, os seres e imagens não se apresentam à memória do narrador como formas.

Candau (2014) afirma que a lembrança da experiência individual resulta de um processo de seleção simbólica de certos fatos reais ou imaginários que presidem a organização cognitiva da experiência temporal.

Para Bergson (2006, p. 179), a memória é um fenômeno que responde pela reelaboração do passado no presente. “É do presente que parte o apelo ao qual a lembrança responde, e é dos elementos sensório-motores da ação presente que a lembrança retira o calor que lhe confere vida". O filósofo ainda afirma que a lembrança é “a representação de um objeto ausente” (BERGSON, 2006, p.275).

Porém, observamos muitas vezes que, na memória do sujeito enlutado, a assunção deste papel se sobrepõe a todos os demais papeis desenvolvidos no presente seja o de mãe, o de filho ou o de profissional.

Deve-se a Bergson (2006) uma visão mais revolucionária sobre a memória, aproximando-a da lembrança e distinguindo-a em dois tipos:

I. Memória regressiva ou lembrança espontânea - imediatamente perfeita, a qual o tempo não poderá acrescentar nada à sua imagem sem desnaturá-la; ela conservará para a memória seu lugar e sua data.

II. Memória hábito ou lembrança aprendida - a qual sairá do tempo à medida que a lição for mais bem compreendida e tornar-se-á cada vez mais impessoal.

Podemos observar, nesta classificação, que das duas memórias apresentadas, a primeira parece ser efetivamente a memória por excelência. Neste tipo de memória, as lembranças independem dos hábitos, são singulares e se constituem como autênticas

ressurreições do passado. É por este tipo de memória que a presente pesquisa opta, a memória pura, que está mais próxima do sonho que da imitação.

Observamos que Bergson (1999) acreditava na existência de uma memória pura, inalterável, que se contrapõe à lembrança-imagem e à percepção, ainda que nenhuma se produza isoladamente. Ainda para este autor, memória está sempre no presente, mesmo que de modo virtual. Ela nos acompanha ao longo da vida e atualiza-se em função das exigências da ação. Na perspectiva , segundo ele, estamos imersos na duração, em uma temporalidade que dura; nossa memória não consiste de modo algum em uma regressão do presente ao passado, mas, ao contrário, em um progresso do passado no presente. Nosso corpo, com tudo o que o cerca, nada mais é do que a ponta movente que nosso passado empurra para nosso futuro.

Segundo Bosi (2013, p.40),

> Bergson trouxe novas luzes para os fenômenos surpreendentes da memória individual: a lembrança, a imagem que aflora e que torna vivo um rosto que perdemos anos atrás [...] Essa evocação proustiana que os relatos autobiográficos mostram como atividade psíquica dotada de força e significado.

Ao optarmos pelo trabalho com um *corpus* composto por narrativas de vida, devemos estar atento de que, conforme diz Bosi (2013, p. 51), "o objeto a ser compreendido está constituído de substrato móvel e fluido, o tempo; não o tempo abstrato da Física Matemática, mas o tempo concreto e qualificado das lembranças". Este tempo será determinado não cronologicamente, mas através da experiência individual de cada sujeito participante ao perceber e lembrar. Assim, para a autora, a memória é um trabalho sobre o tempo vivido, conotado pela cultura e pelo indivíduo, que não flui uniformemente, mas surge de acordo com o viver e o contar de cada pessoa.

A respeito da influência social na rememoração de lembranças a serem relatadas pelo sujeito, Bosi (2013, p. 54) afirma que "o conjunto de lembranças é também uma construção social do grupo em que a pessoa vive e onde coexistem elementos da escolha e rejeição em relação ao que será lembrado".

Payer (2012, p. 104), ao tratar da questão do trabalho da memória pelo sujeito, diz:

> No intervalo entre o *formulável*[23] em discurso e o material simbólico constitutivo e *irrepresentável*, acreditamos que há uma gama de material simbólico rico, de esquecimentos, interdições, silêncios de sujeitos em feridas pelos sentidos que apenas o *produto* dos enunciados orais não retoma, não recupera nem resgata, embora possa trazer vestígios deles.

[23] Grifo da autora.

No que diz tange à memória de acontecimentos traumáticos e dolorosos, Candau (2014, p. 151) denomina de "memória do infortúnio", e afirma que "essa memória deixa traços compartilhados por muito tempo por aqueles que sofreram ou cujos parentes ou amigos tenham sofrido, modificando profundamente suas personalidades [...]".

É necessário frisarmos ainda que, muitas vezes, para fortalecer a lembrança do filho em sua memória, a mãe se utiliza de objetos, sonhos ou fatos que o representam. Estas estratégias funcionam como uma tentativa de preenchimento do vazio ocasionado pela perda.

Bosi (2013, p. 26) trata dos objetos biográficos e afirma "mais que uma sensação de estética ou de utilidade, eles nos dão um assentimento à nossa posição no mundo, à nossa identidade (...) falam à nossa alma".

Ao trazermos a reflexão de Bosi para o foco de nosso trabalho, podemos designar estes objetos como biográficos, pois eles estão incorporados na narrativa de vida e de luto da mãe que, após a morte do filho, passa a possuí-los como representações das experiências vividas pelo filho.

2.1.10 A questão da afetividade no discurso

Para tratar da afetividade no discurso materno, recorremos à *Retórica das Paixões*, de Aristóteles e à *Semiótica das Paixões*, de Greimas e Fontanille. Não temos aqui a pretensão de uma abordagem semiótica a respeito do discurso do luto materno, no entanto, utilizamo-nos destes estudos para uma fundamentação acerca do posicionamento afetivo-emocional do sujeito mãe no discurso.

Aristóteles (2005), em sua *Retórica das Paixões,* já tratara do termo paixão como algo inerente ao indivíduo. O filósofo diferencia, no indivíduo, dois elementos: a essência, aquilo que identifica um ser dentro de uma espécie, caracterizando-o como uno; e o acidente, que são os predicados que o tornam múltiplo. Meyer (2000), no "Prefácio" da referida obra de Aristóteles, afirma que os predicados do ser constituem o *pathos*, qualidade que se vai atribuir ao sujeito e que ele não a tem por natureza. Por meio do *pathos*, da paixão, o sujeito deixa sua própria identidade, escapa ao *logos*, identidade redutora do sujeito. Assim, a dualidade entre *pathos* x *logos*, complementares entre si, opõe dois sujeitos e provoca um drama próprio da condição humana. Segundo Meyer (2000), a paixão para Aristóteles é o fator provocador de mudança na essência do sujeito, ou seja, é pela paixão que o ser humano exprime e mede sua identidade e sua diferença dos demais.

> As emoções são as causas que fazem alterar os seres humanos e introduzem mudanças nos seus juízos, na medida ern que elas comportam dor e prazer: tais são a ira, a compaixão, o medo e outras semelhantes, assim como as suas contrarias (ARISTÓTELES, 2005, p. 160).

Com uma análise nesta perspectiva, podemos dizer que a mãe, em seu momento de luto frente ao objeto perdido, o filho, é tomada por uma paixão de dor e ira, que provoca mudanças em seu comportamento racional, ou seja, o aspecto afetivo-emocional se sobressai através do discurso narrado, caracterizando-a como um ser uno diante da dor.

Segundo Alexandre Jr. (2005), no prefácio de *A retórica* – 2ª ed., Aristóteles vê as emoções como instrumentos utilizados e controlados pelo orador para desviar os ouvintes da deliberação racional. Assim, o filósofo define e classifica 14 (catorze) paixões: ira, calma, amor, ódio, temor, confiança, vergonha, impudência, favor, compaixão, indignação, inveja, emulação, desprezo; considerando a razão de cada uma delas e o estado de espírito da pessoa que as experimenta.

Procuramos, na etapa de interpretação dos dados deste trabalho, observar de que forma estes sentimentos ou paixões surgem e caracterizam os discursos narrativos do luto. Durante o trabalho de entrevistas, pudemos ouvir das mães relatos recheados de emoções diversas. Uma oposição que gostaríamos de salientar, a priori, trata da questão da ira e da calma que, muitas vezes, pareceu-nos estar ligada ao tempo de falecimento do filho.

Diante do fato de ter seu filho assassinado pelo outro, as mães demonstraram enorme ira, principalmente àquelas cujos filhos morreram em um tempo mais recente. O comportamento de calma pode ser mais visível quando a mãe consegue demonstrar alguma superação em relação ao seu estado de luto.

A respeito da calma demonstrada pela mãe, Aristóteles (2005, p. 168) afirma:

> nos mostramos calmos quando nos encontramos num estado de espírito contrário ao que dá origem à cólera. [...] Mostram-se calmos os que dão tempo ao tempo e não se deixam dominar repentinamente pela ira, porque o tempo faz cessar a ira. Mas a ira, mesmo aquela mais forte que se sente contra uma certa pessoa, cessa, se já antes tiver havido vingança contra outra. [...] Na verdade, as pessoas ficam calmas depois de verem esgotada a sua ira contra outra. [...] E as pessoas tornam-se calmas se os seus ofensores forem apanhados e se sofrerem um tratamento pior do que aquele que poderiam infligir-lhe os que estão encolerizados contra eles, pois crêem que já obtiveram de algum modo vingança.

Passemos, a partir de agora, a tratar do modo como estas paixões delineiam-se no discurso.

Como uma ação de ruptura com uma linguística estruturalista, que privilegiava o texto em si em detrimento do sujeito; e influenciado pelos estudos de Benveniste, para quem o sujeito é explicitamente um objeto de estudo da Linguística, Greimas, na década de 60, do século XX, propõe uma Semiótica que valorize a dimensão pragmática do texto, com uma ideia de sujeito modalizado pelo ser e pelo fazer, cuja narrativa no mundo é dotada de perdas e danos.

Assim como em Aristóteles (2000), Greimas e Fontanille (1993) admitem o conceito etimológico do termo paixão, *pathos*, identificado como o estado contingente daquele que recebe uma influência exterior, em sentido mais restrito, sofrimento e dor. Para os autores, as paixões podem ser definidas como estados de alma. Para a semiótica, as paixões são produtos dos efeitos de sentido de qualificações modais, que modificam o sujeito de estado.

Segundo Barros (2001, p. 62):

> para explicar as paixões, é preciso, portanto, recorrer às relações actanciais, aos programas e percursos narrativos. Só assim se podem determinar o sujeito que quer ser, o objeto de seu desejo, o sujeito em que outro sujeito crê, o destinador a quem o sujeito passional quer fazer bem. Como se sabe, as relações entre actantes são de dois tipos, relações transitivas, que ligam o sujeito ao objeto, e comunicativas, que ocorrem entre o destinador e o destinatário. O sujeito do estado é o lugar privilegiado da confluência das duas relações: enquanto sujeito, está em conjunção ou em disjunção com o objeto-valor, enquanto destinatário, papel assumido pelo fato de a junção resultar de um fazer comunicativo, relaciona-se com o destinador. O sujeito do estado, por conseguinte, mantém laços afetivos ou passionais com o destinador, que o torna sujeito, e com o objeto, a que está relacionado por conjunção ou por disjunção.

Nascimento (2013) ilustra o esquema passional canônico de Fontanille e Greimas (1993, p. 244), fazendo uma analogia deste com o esquema do nível narrativo proposto pelos mesmos autores.[24]

Figura 2: Esquema passional canônico de Fontanille e Greimas

[24] Cf. Nascimento (2013), p. 153.

A “disposição” caracteriza-se pelo abalo e pela inquietude; a “sensibilização” define e instala um tipo de paixão. A “emoção” é a manifestação pública do estado afetivo, e a “moralização” é o reestabelecimento do sujeito com o espaço social, as normas e os usos.

Segundo Nascimento (2013), o esquema passional de Greimas só faz sentido se homologado em uma práxis social, no qual as paixões se manifestam através da linguagem, sendo, pois, de ordem cultural e não natural. O autor afirma, ainda, que a paixão opõe-se à razão, pois está submetida a um mundo sensível, e absorve a identidade racional e reflexiva do sujeito.

De acordo com Barros (2001), no quadro da semiótica, o sistema passional relaciona um nível social a um nível individual. A existência semiótica do sujeito passional depende dessa dinâmica, existindo no sujeito, individualmente, não apenas como característica potencial, mas determinante de um estilo semiótico que funciona como pressuposto para determinadas escolhas desse sujeito.

Através dos estudos sobre a modalização do ser, a Semiótica passou analisar os valores investidos pelos sujeitos nos objetos, buscando detectar os “estados de alma” desses sujeitos. No que consiste o estudo das paixões, a Semiótica passou a observar a busca dos sujeitos por objetos-valores. Esta busca traz como resultado conflitos, polêmicas entre si ou estabelecem situações de cumplicidade e benevolência. Assim, as paixões são definidas como modalizações do ser dos sujeitos de estados narrativos, que, no nível discursivo, aparecem concretizadas por lexemas.

2.2 O viver da dor: um olhar antropológico-social

2.2.1 O contexto familiar atual

Como já dito, nosso trabalho analisa narrativas de vida que refletem as relações familiares, mais especificamente, a relação mãe e filho. Por isso, nesta seção, levantaremos alguns pontos que julgamos necessários a respeito do conceito de família e suas características.

Ao tratarem das práticas cotidianas, nas quais as histórias de vida estão inseridas, Pineau e Le Grand (2012) citam a presença de histórias de vida no universo familiar, as quais podem surgir, inclusive, a partir de uma procura pela memória familiar, quando o indivíduo busca em seu componente genealógico testemunhos, acontecimentos e fatos sociais do passado.

No conhecimento social partilhado, designa-se por família, o conjunto de pessoas que possuem grau de parentesco, laços de sangue entre si**,** que habitam na mesma casa, formando um lar. Uma família tradicional é normalmente formada pelo pai e a mãe, unidos por matrimônio ou união de fato, e por um ou mais filhos, o que compõe uma família nuclear ou elementar.

Entretanto, nos últimos anos, pudemos ver várias mudanças ocorridas nos planos socioeconômico e cultural, que interferiram na dinâmica da estrutura familiar, provocando alterações em seu padrão tradicional de organização. Hoje, podemos considerar a família um grupo social composto de indivíduos que se relacionam cotidianamente, e que apresentam relações de afeto.

A abordagem de Bourdieu (1987) a respeito do conceito de família está bastante ligada ao conceito de *habitu*s, que consiste, segundo o autor, em um sistema de predisposições que conduz as ações sociais. Assim, a família, enquanto elemento constitutivo do *habitus,* é uma categoria social objetiva, estruturada pelos próprios agentes familiares; e subjetiva, estrutura que surge do individual para o social, na qual a ação dos agentes familiares segue determinações de estruturação externa. Para Bourdieu (1987), o *habitus* é o elemento unificador das várias estratégias familiares, biológicas e culturais. que podem variar com o tempo e com o espaço. Assim, é pelo *habitus* que os membros de uma família estabelecem seus processos de escolhas, objetivos, opções e decisões, de forma interdependente.

Ariès (1981) apresenta um histórico a respeito dos processos de formação e mudança da estrutura familiar e do papel da criança dentro desta estrutura, desde a Idade Média até a Idade Contemporânea. No que diz respeito à formação da família moderna, o autor afirma que esta, diferentemente de séculos anteriores, mostra a necessidade da intimidade e do conforto. Caracteriza-se unida pelo sentimento e pelo costume e organiza-se à parte, em um meio homogêneo, protegendo-se da multidão em habitações previstas para a privacidade.

Na família, os indivíduos obtêm subsídios afetivos e materiais necessários ao seu desenvolvimento e bem-estar. No diz respeito à formação e educação de seus membros, a família possui papel fundamental, pois é nela que os valores éticos, morais, solidários e culturais são absorvidos. A composição do universo familiar é única para cada família.

Osterne (1991, p. 178) compreende o conceito de família como “unidade de referência” e a define como:

> [...] algum lugar que seja “o lar”, “a casa”, “o domicílio”, “o ponto focal” onde se possa desfrutar do sentido de pertencer, onde se possa experimentar a sensação de segurança afetiva e emocional, onde se possa ser alguém para o outro, apesar das condições adversas mesmo independente das relações de parentesco e consanguinidade. Algo que possa ser pensado como o local de retorno, o destino mais certo. Local para refazer-se das humilhações sofridas no mundo externo, expandir a agressividade reprimida, exercitar o autocontrole, repreender, vencer o outro, enfim, sentir-se parte integrante.

Para Kaloustian & Ferrari (1994), a família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independente da sua estrutura.

Ao analisar a família contemporânea, Oliveira (2009, p. 71) afirma que “as mudanças societárias afetam a dinâmica familiar como um todo e, particularmente, cada família, conforme sua composição, história e condições socioeconômicas”. Mais adiante, a autora reitera: “a família sofre influências da sociedade, ao mesmo tempo em que exerce determinadas influências na sociedade.” (OLIVEIRA, 2009, p. 80)

Bilac (1995) faz uma análise sobre as transformações nas estruturas familiares contemporâneas do Brasil, observando que os ciclos das estratégias matrimoniais são construídos, dissolvidos e reconstruídos, segundo as diferentes condições de classe e os estilos de vida diferenciados dos grupos de famílias.

O autor afirma que, nas camadas populares, as estratégias sociais são efetuadas pela “lógica da reciprocidade”. Ou seja, devido às ameaças de desemprego e falta de recursos, é latente a “estratégia da sobrevivência”. A figura paterna é fluida, pois vários membros podem ser provedores da casa, tais como: mães ou filhos. Com isto, até mesmo as crianças são levadas a prover algum retorno financeiro para casa, o que as expõe a riscos externos. Segundo o autor, nestas famílias, há contínuos antagonismos como cidadania/exclusão, trabalho/ não trabalho, consumo/ não consumo. Aqui, a marginalidade e a discriminação são reproduzidas quotidianamente, por vários canais: cor, aparência e não acesso aos serviços básicos. Além disso, muitas vezes, a violência e o tráfico de drogas permeiam dentro e fora do ambiente familiar, envolvendo os próprios membros.

Já nas de camadas médias, as estratégias são efetuadas pela “lógica do individualismo”. Ou seja, estas famílias tendem mais ao isolamento físico, à diversificação no consumo familiar e em uma busca contínua em torno da criação de patrimônio e de novas condições de mobilidade social, inclusive para as gerações posteriores. As crianças acostumam-se a ser o centro das atenções e o aumento dos divórcios e das separações estabelece padrões mais igualitários nas relações de gênero.

Podemos perceber como os fatores sociais podem influenciar, de forma crucial, na (des)organização da estrutura familiar moderna. O rompimento forçado de laços afetivos, ocorridos de forma abrupta, provoca nos membros da família uma alteração em suas vidas e, consequentemente, nas histórias que se conta delas.

Ao observarmos os elos que se estabelecem no seio familiar, recorremos a Bowlby (1997, p. 97) que a respeito dos vínculos entre os seres humanos afirma "a característica essencial da vinculação afetiva é que os dois parceiros tendem a manter-se próximo um do outro". Com esta evidência, o autor criou a teoria do *comportamento de ligação*[25], que diz respeito a qualquer forma de comportamento em que um indivíduo mantenha a proximidade com outro, diferenciado e preferido, considerado mais forte ou mais sábio. Segundo o autor, a manifestação deste comportamento segue padrões tais como: idade, sexo, circunstâncias e experiências de vida, e possui características específicas, que são:

a) Especificidade: o comportamento de ligação é marcado pela preferência e dirigido a um ou a alguns indivíduos específicos;

b) Duração: uma ligação, geralmente, mantém-se por grande parte do ciclo vital do indivíduo;

c) Envolvimento emocional: a formação de um vínculo envolve emoções intensas. Sua manutenção é sinônimo de segurança, e sua perda significa sofrimento para o indivíduo;

d) Ontogenia: ligação forte com uma figura preferida, que dispensa maior parte dos cuidados ao indivíduo. Um exemplo é a ligação da mãe com o filho até 3 anos de idade.

e) Aprendizagem: se dá no processo de desenvolvimento da ligação, no reconhecimento da figura preferida, com ou sem a presença de recompensas ou punições.

f) Organização: trata da forma como se manifesta o comportamento de ligação, a partir de certas condições. É demonstrada através de diferentes comportamentos no ciclo de vida do indivíduo.

g) Função biológica: dentro de suas especificidades, o comportamento de ligação possui um valor de sobrevivência, ou seja, a proteção contra ameaças externas.

Bowlby (1997) assinala que estudos sobre o comportamento de ligação são feitos usualmente na ligação da criança com a mãe. Nesta relação, podem ser vistos padrões de

[25] Grifo nosso.

comportamento, além da ligação: a exploração[26] e o cuidado. É fato que a intensidade desta relação tende a diminuir na adolescência e na idade adulta, mas o vínculo afetivo persiste.

Por uma questão de delimitação do *corpus* e de objetivos de pesquisa, optamos por entrevistar mães. Mas isso não supõe que negamos a importância do discurso do luto e a dor como fator marcante na história de vida dos demais membros da família.

Nossa sociedade tem voltado bastante o olhar à estreita relação mãe e filho(s). Há inúmeros estudos no campo da psicologia que abordam este estreito vínculo afetivo. Por conta dos objetivos deste trabalho, sem pretensão à exaustão, julgamos conveniente também tratarmos do papel da figura materna na família e na sociedade em geral.

2.2.2 A figura materna

A relação mãe e filho é algo inegavelmente forte e íntimo desde o início. Segundo Maia-Vasconcelos (2003), as mães são a fonte dos seres. Elas dão origem à vida e escondem o filho para si durante nove meses, em um momento de posse extrema. Ainda com o filho no útero, a mãe sente-se como se ela e o filho fossem um único ser. A relação carnal entre mãe e filho é clara e a gravidez é um processo de fusão. Para a autora, o papel da maternidade é bem mais amplo que o da paternidade, porque a mãe produz uma criança, esta pertence a ela, está nela, são dois seres em um só. Porém a sensação de completude é quebrada no parto, com o corte do cordão umbilical. No decorrer da vida, muitas vezes por imposição cultural e social, a mãe passa pela dor desta separação.

A respeito do papel materno, Maia-Vasconcelos (2003) afirma que mãe é alguém que guarda na memória o passado de seus filhos, cada evento, cada movimento e cada desejo. Ela conhece o filho como a si própria, numa espécie de identidade através do outro. Segundo a autora, em um momento de trauma, esta relação tende a ser mais fortalecida ainda, o que pode gerar mudanças de comportamentos e sofrimentos. Em uma situação de sofrimento do filho, a mãe tende a se sentir culpada, em um misto se sentimentos como de amor, ódio, negação e superproteção. Maia Vasconcelos (2003) analisa a relação mãe e filho como uma espécie de espiral que rola no tempo. Assim, quanto mais frágil é o filho, mais a presença da mãe é necessária a seu lado.

Com uma visão mais sociológica, Tourinho (2013) afirma que é culturalmente difundido o ideal da mãe perfeita, construído por cada sociedade, em geral e por cada família,

[26] Este termo é usado por Bowlby (1997) para tratar da importância da atividade exploratória por parte do indivíduo, a fim de que este habilite seu conhecimento a respeito do ambiente e sobreviva nele.

em particular. Assim, ela salienta que a representação da figura da mãe no seio familiar se caracteriza por ações repetidas de um modelo socialmente apreendido.

Para a autora, o papel materno é idealizado através das gerações. As mulheres se identificam com padrões de comportamento de outras mulheres da família e de sua comunidade, modelados pelo discurso especializado. Assim, depositou-se no ideal da mãe perfeita a responsabilidade pela unidade familiar. A mãe ideal conjugaria perfeitamente sexo, estabilidade conjugal e responsabilidade com os filhos.

Tourinho (2013) cita que se no século passado a figura da mãe denotava uma função mais biológica que afetiva, atualmente, a maternidade é construída no social, apropriada como elemento determinante para o reconhecimento da mulher como indivíduo. A teoria freudiana considera o amor da mãe pelo filho um dos mais perfeitos para a mulher - porque ele se realiza sem a consumação carnal.

Em seu artigo a respeito da idealização e da realidade do papel materno, Tourinho (2013) enumera, com base em estudos históricos, as fases do comportamento da mulher e seu papel como mãe na sociedade ocidental. Segundo autora, até o século XVIII, principalmente entre a burguesia, a criança era vista como um estorvo e era quase sempre entregue às amas para que cuidassem, mesmo que em condições precárias. O número de mortes de crianças, nesta época, era enorme e isto passou a preocupar o estado. Assim, surgiram, de acordo com a teórica, os argumentos para convencer a mulher de seu papel maternal. Estes argumentos foram classificados por Tourinho (2013) como tipos de amor:

I. Amor instintivo: o conceito de amor materno foi assimilado como sendo a maternagem uma característica universal feminina, um dom, um sentimento instintivo e biológico, que todas as mulheres vivenciariam, independente da cultura ou da condição socioeconômica.

II. Amor imaculado: passou-se também a se associar a figura da mãe como colaboradora da religião, dada a figura da Virgem Maria como uma “boa mãe”, um novo aspecto místico é associado ao papel materno. A mãe é agora comparada a uma santa, passa-se a fazer analogias entre a boa mãe e a boa religiosa, de quem se exige sacrifício e reclusão.

III. Amor incondicional: Caracteriza-se pelo incondicional desejo de ser mãe, ou seja, para a realização plena de sua feminilidade, a mulher precisava cumprir a vocação materna. Assim, a família passa a se organizar em torno da criança, principalmente a mãe. Com a saída do pai para o trabalho fora, a mãe, que tinha, em tempos anteriores, apenas a função de gerar, assumiu também o papel de educadora e passou a ter uma função social. Era de responsabilidade da mulher a saúde, o bem-estar dos membros da família, além do

desenvolvimento emocional e do controle dos filhos. A mãe ideal encarregava-se de tudo, suas responsabilidades desempenhavam um papel determinante no futuro de seu filho, se ele se tornasse um criminoso ou apresentasse qualquer tipo de deficiência física ou emocional, já se sabia de quem era a culpa.

O sentimento de culpa está presente ainda hoje em relação à figura da mãe. Devido à pressão social acerca de seu papel como genitora, criadora e educadora dos filhos, a mãe experimenta este sentimento quando sente que exagerou na reação diante de algo que seu filho fez de errado, ou quando percebe que está com a atenção muito mais voltada para outro foco que para o filho. A culpa traz à mãe uma sensação de desconforto e, geralmente, promove uma reflexão, levando-a a agir de maneira diferente. Para algumas mulheres, a culpa não é uma experiência passageira, mas uma companhia constante e desagradável.

Neste trabalho, analisamos o sentimento de culpa incorporado pela mãe, após a perda de um filho. A mãe, muitas vezes, chega a se questionar por que deve sobreviver, já que o filho morreu antes dela. Esta culpa também aparece quando mãe imagina ações e cuidados que poderiam ter sido realizados para impedir a perda. Algumas mães se culpam ainda por sentirem prazer na vida, após da morte de um filho. Prova disso é que, como observamos, quando tratam da superação do processo de luto, procuram também frisar, no discurso, o não apagamento das lembranças da figura perdida.

IV. Amor romântico: advindo de um movimento centrado no casamento por amor, que transformou a esposa na companheira querida e eleita, conferindo *status* à mulher doméstica. Este tipo de amor criou o lar e recriou o papel da mãe, pois estes eram frutos da associação entre amor, casamento e maternidade. O amor surge como mecanismo de união do casal e estratégia para definição dos papeis a serem representados por homens e mulheres. Mesmo com a presença da experiência sexual masculina exterior, o papel da mãe e o casamento serviam de base de sustentação para a educação moral dos filhos.

Ao analisar os movimentos que influenciaram a construção do ideal materno, Tourinho (2013) reitera que é necessário que se faça uma reflexão a respeito desta utopia sobre a maternidade, pois muitas mulheres adoecem na tentativa de alcançá-lo, deixando de lado sua subjetividade e carregando socialmente o sentimento de culpa.

Em defesa de que o elo afetivo é construído mais de modo social que biológico, a psicóloga Maria Tereza Maldonado (2001) afirma que, a partir dos séculos XVIII e XIX, passou-se engrandecer a posição da mãe como aquela que ama e protege seu filho, cuidando dele por um tempo infindo. Desde então, a imagem cultural da maternidade vem cercada de idealismo e de clichês, tais como: "Mãe é padecer no paraíso", "Mãe ama incondicionalmente

o filho". Para a psicóloga, isso não é a regra, e há uma cobrança da sociedade e da família em relação à mulher, para que esta ame seu filho já a partir do primeiro momento que o vê. Prova disso é o tabu que ainda existe a respeito da rejeição, que algumas mães apresentam por seus filhos em casos de depressão pós-parto. A estudiosa afirma que

> por mais intrigante, o amor de mãe pouco difere do amor de pai, irmão, padrasto, madrasta, marido ou mulher. Por mais que as supermães protestem e afirmem que o amor a seus filhos está acima de suas próprias vidas! Isso se deve a razões pouco conhecidas: o instinto materno é um mito e entre os seres humanos não há amor incondicional (...). No plano do amor construído a seus filhos, pai e mãe devem ficar no mesmo patamar. [27]

Nossa pesquisa de campo mostrou-nos famílias que têm a figura da mãe como referência de afeto, força e provimento financeiro.

Na obra *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*, Elias e Scotson (2000) tratam da existência de estereótipos negativos relacionados ao sexo feminino e da valorização da mulher como agente ativo na sociedade. Ao estudarem as relações sociais existentes entre diferentes grupos de um povoado industrial britânico, em meados do século XX, os autores observaram o papel central exercido pela figura da "mãe" em algumas famílias. Porém, apesar do aparente papel de destaque na coesão familiar, as mães acabam tendo um papel secundário em relação aos homens, tendo a missão de cuidar das crianças ou desempenhar funções domésticas.

Segundo os autores, estereótipos negativos da mulher, ligando-as a sentimentos de fragilidade e passividade, chegaram ao Brasil através da tradição ibérica. A partir do século XVIII, com uma sociedade brasileira totalmente patriarcal, ficou cristalizada a ideia de que a mulher deveria reprimir seus desejos e individualidade, aceitando a subalternidade em relação ao universo masculino, em especial ao marido, tendo como tarefa principal a submissão e a geração de filhos.

Elias e Scotson (2000) destacam ainda que, ao longo do século XX, o papel da mulher na sociedade mudou bastante, desconstruindo alguns estereótipos culturalmente implantados. Esta mudança ocorre a partir surgimento dos movimentos feministas, que auxiliaram a conquista de direitos civis, garantindo que as mulheres pudessem exercer outras funções além da maternidade e dos afazeres domésticos. Surge, assim, uma nova forma de organização familiar, com uma relação de direitos mais igualitária entre homens e mulheres.

---

[27] Fonte: Mulher chefe de família. In: Maria Tereza Maldonado. Disponível em: <http://www.mtmaldonado.com.br/artigos/mulher_chefe.php>. Acesso em: 28 nov. 2014.

Reforça-se, também, a figura da mulher como chefe de família, porém com o reconhecimento social desta condição.

Hoje, com os problemas sociais, tais como: a violência e a exposição às drogas, a maioria das mães preocupa-se com seus filhos, tornando, muitas vezes, superprotetoras. Este "instinto materno" tem como objetivo eliminar ameaças que possam colocar em risco a integridade dos filhos. Porém, devido a fatores socioeconômicos, algumas mães precisam estar o dia todo longe dos seus filhos, deixando-os aos cuidados das escolas, de terceiros ou mesmo sozinhos.

Pudemos perceber que o surgimento do elo afetivo entre mãe e filho, seja de forma instintiva ou fruto da sociabilidade humana, é fator preponderante na formação do caráter e nas relações sociais dos indivíduos. Logo, a quebra deste vínculo, provocada pela ausência permanente de um dos envolvidos, apresenta-se como sinônimo de tristeza e frustração.

2.2.3 A questão da violência

Discutir a fundo causas e ações para o problema da violência no Brasil não é o objetivo desta pesquisa. Faremos aqui um breve apanhado a este respeito, com objetivo de situarmos melhor o nosso objeto de análise: narrativas de vida marcadas pela violência.

Segundo Souza (2011), a violência é uma expressão utilizada para definir um fenômeno social de comportamento de um agressor ou transgressor, ocorrido no convívio da sociedade.

Todos os sujeitos participantes de nossa pesquisa são residentes da zona urbana de Fortaleza. Nas narrativas das mães, todos os casos de óbito do filho e suas consequências ocorreram em ambiente urbano. Por esta razão, remetemo-nos agora a este tipo específico de violência.

Michel Misse (2010), sociólogo que trabalha com violência urbana na cidade do Rio de Janeiro, em seu artigo intitulado: *Da violência de nossos dias*, afirma:

> A violência urbana diz respeito a uma multiplicidade de eventos (que nem sempre apontam para o significado mais forte da expressão violência) que parecem vinculados ao modo de vida das grandes metrópoles na modernidade. Esses eventos podem reunir, na mesma denominação geral, motivações muito distintas, desde vandalismos, desordens públicas, motins e saques até ações criminosas individuais

> de diferentes tipos, inclusive as não intencionais como as provocadas por negligência ou consumo excessivo de álcool ou outras drogas. [28]

A violência urbana é um dos problemas sociais mais sérios do Brasil. Nós, habitantes de cidades brasileiras, vivemos cotidianamente com medo de sermos vítimas de algum tipo de violência. Ao longo da história, podemos ver diferentes manifestações deste tipo de violência, entretanto, até hoje, o poder público ainda não se mostrou eficiente para combatê-la e controlá-la.

Esta violência nos centros urbanos vem, ao longo dos tempos, tornando-se fonte de inúmeros estudos. Quase sempre, os fatores mais citados como causas são: a pobreza e a miséria. A desigualdade social existente no Brasil põe grande parte da população à margem dos direitos básicos, tais como: saúde, moradia, segurança e educação de qualidade. Apenas a minoria da população detém a riqueza do país. Além disso, estudos apontam que este tipo de violência apresenta-se, de modo prioritário, em países com um mau funcionamento em seus controles políticos, sociais, e jurídicos.

Há algumas décadas, existem, principalmente nas grandes metrópoles brasileiras, fatores preponderantes que expõem o jovem à violência. Entretanto, conforme já dito, por uma questão de delimitação desta pesquisa, ao considerarmos aqui a violência urbana sofrida pelos filhos das mães entrevistadas, estamos nos restringindo ao crime de homicídio.

Em uma breve busca por informantes, observamos que a maioria dos filhos falecidos eram adolescentes ou jovens de até 22 (vinte e dois) anos de idade. Por isso, achamos pertinente tratar, mesmo que de forma breve, acerca do risco e da vulnerabilidade dos jovens ao crime de homicídio.

Pelo que conhecemos desta realidade, como professora da periferia de Fortaleza, a maior parte dos homicídios está ligada a um fator preponderante: o tráfico de drogas. Jovens que se inserem neste contexto vivem diante de um meio social complexo, anônimos do espaço político que ocupam e expostos a diferentes tipos de ameaças da vida cotidiana.

No que diz respeito aos filhos com menor faixa etária, o que acontece, na maior parte dos casos, é que a mãe ou pai precisam trabalhar fora e estes ficam sozinhos, na rua, expostos às ameaças do contexto social que os rodeia.

Segundo Maldonado (2003), a cada ano aumenta a proporção de mulheres chefiando famílias e com sobrecarga de funções. Segundo a autora, este fenômeno aponta

---

[28] Fonte: Blog Direito e Paz. Disponível em:<http://pazedireito.blogspot.com.br/2010/04/violencias.html>. Acesso em: 25 nov. 2014.

para a questão da "face feminina da pobreza", na qual grande parte das mulheres, principalmente das camadas populares, trabalha como domésticas e tem filhos com diferentes companheiros que não contribuem para o sustento dos mesmos.[29]

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seus diversos artigos, aborda a violência contra crianças e adolescentes como marco de legislação para proteção infanto-juvenil. Contudo, trata-se de uma legalidade não reclamável, que não oferece garantias concretas no cotidiano. Ou seja, o Brasil ainda não aceitou e nem incorporou esse estatuto na vida prática da sociedade.

2.2.4 Causa mortis: homicídio

A maior parte dos filhos falecidos dos sujeitos participantes da presente pesquisa é de adolescentes ou jovens de até 24 (vinte e quatro) anos de idade. Por isso, achamos pertinente tratar, mesmo que de forma breve, sobre o risco e a vulnerabilidade dos jovens ao crime de homicídio.

Segundo o Mapa da Violência 2013: Homicídio e Juventude no Brasil, publicado pelo Centro de Estudos Latino-Americanos (CEBELA), a violência contra os jovens brasileiros aumentou nas últimas três décadas, de acordo dados do Subsistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde. Entre 1980 e 2011 as mortes violentas de jovens – como acidentes, homicídio ou suicídio – cresceram 207,9%. Considerando apenas os homicídios, o aumento chega a 326,1%. Do total de 46.920 mortes na faixa etária de 14 a 25 anos, em 2011, 63,4% tiveram causas violentas (acidentes de trânsito, homicídio ou suicídio). Na década de 1980, o percentual era 30,2%.[30]

O Mapa diz ainda que o homicídio é a principal causa de mortes não naturais e violentas entre os jovens. A cada 100 mil jovens, 53,4 foram assassinados, em 2011. Os crimes foram praticados contra pessoas entre 14 e 25 anos. O documento explica que o aumento da violência entre pessoas dessa faixa etária demonstra a omissão da sociedade e do Poder Público em relação aos jovens, em especial, os que moram em zonas periféricas e em áreas com domínio territorial de quadrilhas, milícias ou de tráfico de drogas.

Mais recentemente, um relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), divulgado em setembro de 2014, coloca o Brasil em sexto lugar no mundo na taxa

[29] Fonte: Maria Tereza Maldonado. Disponível em: http://www.mtmaldonado.com.br/artigos/mulher_chefe.php. Acesso em 28 nov. 2014

[30]Fonte: Agência Brasil de Comunicação. Disponível em: http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-18/homicidios-de-jovens-crescem-3261-no-brasil-mostra-mapa-da-violencia. Acesso em: 24 nov. 2014.

de homicídios de crianças e adolescentes de zero até 19 (dezenove) anos de idade, durante o ano de 2012. Segundo este documento, o país registrou 17 homicídios por 100 (cem) mil habitantes nessa faixa etária. Em termos absolutos, o Brasil registrou mais de 11 (onze) mil mortes na faixa etária. O UNICEF afirma, no documento, que as principais razões para este grande número de homicídios de jovens aqui são: aumento da desigualdade, acesso a armas de fogo, alto consumo de drogas e crescimento da população jovem.[31]

Para fins de delimitação geográfica, citamos dados da Secretaria de Segurança Pública do Ceará a respeito da ocorrência de homicídio no estado. Segundo os dados, o Ceará é um dos estados que encabeçam o ranking de homicídios dolosos registrados pelas autoridades policiais em 2014.[32].

O ano de 2014 terminou com 4.439 homicídios no Ceará. Na comparação com 2013, quando houve 4.395, o crescimento foi de 1%. Ao longo dos últimos dez anos, a quantidade de homicídios quase triplicou no estado. Entre 2005 e 2014, a alta foi de 198%. Nesse período, foram registrados 27.239 assassinatos. A média foi de 7,5 mortes por dia nesses dez anos. Em 2014, o Ceará teve uma média de 12,1 assassinatos diários.[33]

Conforme pudemos observar, por meio das estatísticas, o crime de homicídio é um problema social recorrente em nosso estado. Para cada uma destas pessoas mortas, há um luto deixado à família ou uma mãe que conta sua dor.

Conforme já mencionado na introdução desta tese, optamos por trabalhar especificamente com modo de morte homicídio, pois consideramos que o fato de perder um filho por assassinato marca e particulariza a maneira como a mãe (sujeito informante) narra a trajetória de sua vida marcada pela dor.

Segundo Moura (2006), um dos fatores mais significativos, quando se trata da vivência do luto, refere-se à forma como a morte ocorreu. Segundo ela, o modo de morte influencia, de maneira especial, as reações de luto que acometerão o enlutado, sua intensidade e frequência.

Morin (1970, p. 63-64) assevera que "o homem é único animal que mata o seu semelhante sem necessidade vital". Para ele, o fato de a violência do ódio se traduzir em

---

[31] Fonte: BBC Brasil. Disponível em:< http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/09/140904_unicef_ homicidios_lk>. Acesso em: 25 nov. 2014.

[32] Fonte: Revista Veja (digital). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/radar-on-line/brasil/ceara-foi-o-estado-com-maior-taxa-de-homicidios-em-2014-santa-catarina-foi-o-menos-violento/>. Acesso em: 12 jul. 2015.

[33] Fonte: Jornal O Povo. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/01/10 noticiasjornalcotidiano,3374821/numero-de-homicidios-quase-triplica-em-10-anos-no-ceara.shtml>. Acesso em: 14 jul. 2015.

tortura ou morte releva que “o tabu da proteção da espécie já não age”. Daí, o homicídio surge como uma satisfação pelo desejo de matar do indivíduo, julgando escapar de sua própria morte, com a afirmação de sua individualidade mortífera, destruindo a individualidade em conflito, através de uma liberdade anárquica, porém verdadeira.

Ao tratar a respeito do paradoxo do risco de morte, Morin (1970) afirma que ao mesmo tempo em que o indivíduo tem horror da morte, também se expõe a ela. Um dos exemplos disto é o homicídio, que se caracteriza como uma afirmação da individualidade sobre outrem, quando o indivíduo para matar, arrisca-se também a ser morto.

O homicídio, enquanto morte inesperada e acidental, apresenta um fator que o diferencia das mortes naturais: a surpresa. Embora saibamos de casos em que o morto esteve envolvido em atividades ilícitas e/ou jurado de morte, não há como seus entes queridos se prepararem para o fato em si, não há como prever, e assim, a morte acontece sem sinais, sem anúncio. Desta forma, o choque do enlutado ao receber a notícia tende a ser maior, retardando um pouco o processo de luto.

Segundo Reed (1998), uma das reações mais típicas ao se tomar conhecimento sobre uma morte inesperada é a sensação de choque; esta, por seu caráter traumático, acomete mais os enlutados por mortes acidentais do que os enlutados por mortes naturais.

Trabalho desenvolvido pelo psiquiatra e estudioso do luto Parkes (1998, p. 82) revela que "mortes repentinas e inesperadas, mortes violentas e mortes envolvendo ação humana (suicídio e assassinato) representam um risco especial para a saúde mental do enlutado, mesmo na ausência de vulnerabilidade”. Nestes modos de mortes, o enlutado tenta entender as circunstâncias, o local e os detalhes relativos à morte. Esta compreensão não está ligada a uma compreensão filosófica ou religiosa, mas aos porquês da causa da morte. Essa busca de compreensão acerca da morte do ente querido é um elemento relevante no processo de luto, porque diminui a confusão e ansiedade do enlutado.

2.2.5 O fenômeno da morte

“Morte é a ausência definitiva” (VARELLA, 2004, p. 07). Com esta assertiva, Dráuzio Varella, renomado médico brasileiro, especialista em oncologia, inicia sua obra *Por um fio*. Segundo o autor, “imaginar a morte como um fardo prestes a desabar sobre nosso destino é insuportável. Conviver com a impressão de que ela nos espreita é tão angustiante que agonizamos a rotina diária como se fôssemos imortais e, ainda criamos teorias fantásticas para nos convencer de que a vida é eterna” (VARELLA, 2004, p. 08).

Ariès (2013) realizou um estudo sobre vários aspectos da morte ao longo dos tempos. Segundo ele, na Antiguidade, a morte costumava acontecer em casa. Os doentes permaneciam junto de seus familiares e das crianças até a chegada da morte. Na Idade Média, com a presença de doenças infectocontagiosas incuráveis, a morte passou a ser um acontecimento frequente e cotidiano. As epidemias causavam várias mortes simultâneas, tornando a perda por morte como algo constante e quase banal. O autor afirma que, nesta época, a morte não causava tanta comoção nas pessoas.

Segundo Ariès (2003), até o começo do século XX, a função da morte e a atitude do homem diante dela era praticamente a mesma em toda a extensão da civilização ocidental. Segundo o autor, foi a partir da Primeira Guerra Mundial, em países como os Estados Unidos, que as atitudes tradicionais foram abandonadas e substituídas por um novo modelo do qual a morte foi expulsa. O teórico afirma que o interdito da morte está atrelado à modernidade, aos progressos da industrialização, à urbanização e à racionalidade. De acordo com os sociólogos e historiadores da morte, três fenômenos acompanham o tratamento da morte na modernidade:

I. A ocultação da morte, o seu banimento da sociedade. Tudo ocorre como se a morte não existisse.

II. A transferência para o hospital, onde a morte é escondida.

III. A extinção do luto.

Com este movimento de ocultação, a morte passou a não ter sentido, já não se sabe mais o que é a morte, o que há é uma interdição da morte a fim de preservar a felicidade. Segundo Ariès (2003), costumes americanos e da Europa Ocidental tendem a transformar a morte, maquiando-a, mas sem fazê-la desaparecer. Misturam-se comércio e idealismo, fazendo-se dos enterros eventos de publicidade.

Ariès (2003) também trata da mudança de comportamento ocorrida, já a partir da segunda metade do século XIX, no que diz respeito ao local de morte do moribundo. A morte passa a não acontecer mais em casa, ao alcance dos olhos da família, mas no hospital. Assim a agonia da morte passa a incomodar as pessoas, resultando em um enorme distanciamento entre vivos e mortos. O autor acredita que isto talvez tenha influenciado a forma como as pessoas passaram a vivenciar o luto advindo da morte de um ente querido até os dias de hoje. Ele cita que o ritual pós-morte ficou então, limitado ao mínimo necessário e as manifestações aparentes do luto foram desparecendo. Desde então, no próprio círculo familiar ainda se hesita em desabafar para não impressionar as crianças. Ou seja, o luto passou a ser vivido de forma solitária.

Ariès (2003, p. 102) ainda completa que, em nossa época, a morte tornou-se inominável. “Tudo se passa como se nem eu nem os que me são caros não fôssemos mais mortais. Tecnicamente, admitimos que podemos morrer, fazemos seguros de vida para preservar os nossos da miséria. Mas, realmente, no fundo de nós mesmos, sentimo-nos não-mortais”.

Geoffrey Gorer, em seu estudo denominado “Pornography of Death”, reflete sobre a mudança da função social do luto. Discorrendo a respeito do fenômeno da rejeição e da supressão do luto, Gorer mostra que a morte tornara-se vergonhosa e interdita como o sexo na era vitoriana. Em seu livro *Death, Grief and Mourning,* Gorer relata que a morte se afastou e o enterro deixou de ser um espetáculo familiar. O autor cita que as crianças não acompanham mais os funerais, mantêm-se afastadas; não são informadas sobre o ocorrido e ouvem dizer que o pai partiu em viagem, que Jesus o levou. Hoje, é hábito dizer às crianças que um ente querido morto “virou uma estrelinha”.

Assim, a partir segunda metade do século XIX, a morte deixa de ser vista como bela e passa a ser indecente, suja e inconveniente como os atos biológicos do homem e as secreções do corpo. Passa a ser imoral torná-la pública, pois a limpeza tornou-se um valor burguês. Deste modo, a morte foi escondida no hospital. Os progressos da cirurgia e os tratamentos médicos prolongados fizeram com que o doente permanecesse no hospital, local que se caracterizará como o local da morte solitária.

Para Ariès (2003), o atual interdito da morte está fundado no puritanismo, em uma cultura urbanizada, na qual dominam a busca da felicidade ligada ao lucro, e a um crescimento econômico rápido.

Em uma de abordagem que se diferencia um pouco dos trabalhos de Ariès, que realiza um estudo histórico em busca da compreensão da atitude do homem diante da morte, Morin (1970) propõe uma reflexão acerca da relação homem-morte.

Em sua obra *O homem e a morte* (1970), Edgar Morin buscar investigar a complexa relação da adaptação ou inadaptação do homem com a morte. Segundo o autor, “o luto exprime socialmente a inadaptação à morte, mas, ao mesmo tempo, ele é este processo social de adaptação que tende a fechar a ferida dos indivíduos sobreviventes”. (MORIN, 1970, p.75).

O autor afirma que o homem é a única espécie que acredita na sobrevivência após a morte, e por isso, acompanha a morte com um ritual funerário. Segundo ele, “não existe nenhum grupo arcaico, por mais primitivo que seja, que abandone seus mortos ou os

abandone sem ritos" (MORIN, 1970, p. 25). Isto ocorre porque temos a necessidade da sobrevivência e do prolongamento da vida do morto.

Desde os primórdios, o ser humano tem consciência da morte como um fato, entretanto este reconhecimento vem acompanhado de um horror. O homem teme a morte porque com ela ele perde a sua individualidade, por isso, quanto mais próximo for o morto, mais violenta será a dor. Morin (1970) chama este processo de "traumatismo da morte" (p. 25).

O autor apresenta, na obra supracitada, um triplo dado antropológico e dialético: traumatismo da morte, consciência da morte e crença na imortalidade, este conjunto se caracteriza, genericamente, como *consciência humana da morte*. Segundo o filósofo, "estes três elementos permanecem absolutamente associados no seio da consciência arcaica. A unidade deste triplo dado dialético não é somente a consciência realista da morte, é a impressionante implicação da individualidade" (MORIN, 1970, p. 34).

Para Morin (1970), o traumatismo da morte caracteriza-se pela emoção, o sentimento de ruptura e o horror frente a um vazio, onde havia uma plenitude individual, portanto, é uma consciência traumática e realista frente ao fato da morte, cujo conteúdo é vazio, impensável e inexplorável. Morin (1970) afirma que este traumatismo separa a consciência da morte da aspiração à imortalidade. Ou seja, o traumatismo contrapõe o fato brutal da morte à afirmação de sobrevivência, tornando mais real a consciência da morte e o apelo à imortalidade.

Ao tratar deste aspecto triplo, o teórico afirma que "é notável constatar que nenhuma sociedade, inclusive a nossa, conheceu ainda a vitória absoluta, seja da imortalidade, seja da consciência desmitificada da morte, seja do horror da morte, seja da vitória contra o horror da morte" (MORIN, 1970, p. 36).

Morin (1970) ainda destaca que a morte apresenta-se para o homem como algo irreal, "incrível". Daí surge o termo *cegueira* em relação à morte. O autor afirma que a consciência da morte não é algo inato, mas produto de uma consciência e de uma experiência do real. Segundo Morin (op. cit.), o renascimento do morto é uma crença universal que ainda está presente na humanidade contemporânea, isto se dá porque o homem tende a acreditar na própria imortalidade. Um exemplo contemporâneo desse comportamento é transferência de nomes de antepassados mortos aos recém-nascidos. Segundo o filósofo, as práticas das cerimônias funerárias têm como objetivo iniciar o morto para sua vida póstuma. Esta crença no renascimento remete-se para outra crença que é a manifestação do duplo, através do qual o indivíduo pensa assegurar sua vida após a morte.

O duplo é defendido por Morin (1970) como uma espécie de alterego, que a pessoa sente ao longo da sua vida, ou seja, não é uma cópia, mas uma realidade. Assim, o luto e os tratamentos funerários têm como objetivo garantir a sobrevivência do duplo. Nas sociedades arcaicas, o duplo está ali, enquanto a pessoa dorme, e se manifesta também através da sombra e do reflexo. Segundo o autor, os homens alimentaram ao longo do tempo certo medo do duplo e, por isso, rendem-lhe culto.

Para Morin (1970), o surgimento do espiritismo como doutrina é um exemplo de crença no duplo, e sobre isto completa afirmando que "não é mais que a teoria e a prática experimental das relações com o duplo, com ou sem a interposição dos médiuns". (MORIN, 1970, p. 152). O teórico assevera que a decadência do duplo tem como explicação a urbanização, que vai caracterizar o progresso da consciência de si. A partir daí surge a ideia de alma, o duplo interiorizado, uma identidade subjetiva e não mais exterior.

A salvação, adquirida através da imortalidade é analisada por Morin em várias culturas. De todas as religiões, a que focaremos para o presente trabalho é a cristã. Segundo o autor, esta é a última religião de salvação e será a que mais fortemente se manifestará contra a morte, através do apelo da imortalidade individual e do ódio da morte. O autor afirma: "Essa religião será unicamente determinada *pela morte*; Cristo resplandece em torno da morte, só existe para e através da morte, carrega a morte, vive da morte" (MORIN, 1970, p. 194) Logo, a morte está no cerne do cristianismo.

De acordo com Morin, está em marcha uma verdadeira luta contra a morte. Assim caminha o homem, entre o indefinido e o infinito. "Nada está realmente aberto, nada está realmente fechado. Uma nova aventura é possível" (MORIN, 1970, p. 327).

2.2.6 A dor da perda: caracterização do processo de luto

A perda é um dos fenômenos universais da existência humana, pois atinge todas as pessoas ao longo de suas vidas. Em toda a nossa existência, vivenciamos perdas e vitórias. Julgamos que as vitórias são sempre bem-vindas, porém as perdas quase sempre são dolorosas e injustas. Pode-se perder um objeto, um objetivo, a juventude ou um ente querido. O traço comum em todos esses tipos de perda é a dificuldade de tolerar a ausência do que foi perdido.

De acordo com Candau (2014, p. 189),

> a perda é um dado antropológico universal: desde o nascimento irremediavelmente e sem esperança de domesticá-la, todo ser humano faz dela sua companhia obrigatória, abandonando sucessivamente a juventude, a saúde, os amigos, os pais, os amores, as ilusões e ambições, antes de perder-se a si próprio.

Quando perdemos alguém por morte, logo nos remetemos ao sentimento de impossibilidade de reversão e isto exibe a nossa própria fragilidade e nossa mortalidade. É um fato contra o qual não se pode lutar. É uma dor quase insuportável.

A morte sempre foi e é um mistério, um fenômeno complexo e inexplicável. A morte, na nossa sociedade é um tabu, embora seja inevitável. Quando perdemos algo ou alguém, somos vinculados física e mentalmente à situação de luto.

Assim como a morte, na História, o luto também passou por um processo de extinção, ou seja, uma recusa do direito do luto aos familiares sobreviventes. Esta interdição do luto surgiu a partir de meados do século XX. Desde os primórdios, a necessidade desta manifestação era legítima, de tal forma que era preciso exibir e mesmo simular o sofrimento pela perda de um ente querido.

Para Ariès (2003, p. 224-225),

> hoje é vergonhoso falar da morte e do dilaceramento que provoca, como antigamente era vergonhoso falar do sexo e de seus prazeres. Quando alguém se desvia de você porque está de luto, está dando um jeito de evitar a menor alusão à perda que você acaba de sofrer, ou de reduzir as inevitáveis condolências a algumas palavras apressadas; não que a pessoa não tenha coração, que não esteja comovida, pelo contrário, é por estar comovida, e quanto mais comovida estiver, mais esconderá seu sentimento e parecerá fria e indiferente. O decoro proíbe, a partir de então, toda referência à morte. É mórbida, faz-se de conta que não existe; existem apenas pessoas que desaparecem e das quais não se fala mais – e das quais talvez se fale mais tarde, quando se tiver esquecido que morreram.

Essa atitude de neutralização do luto é vista pelos psicólogos como perigosa e anormal. Para Freud[34], o luto é uma concentração de energia provocada por uma perda. O "objeto perdido", o outro, não "é mais", "não está mais lá" e a atenção, o carinho, o afeto, o amor que depositávamos nele fica sem destinatário. Porém, o pai da Psicanálise afirma que luto é diferente de melancolia, é necessário se viver o luto e evitar os perigos de sua repressão.

Segundo Ariès (2003), a recusa do luto, sentimento característico da modernidade, tem como objetivo evitar o extravazamento de emoções insuportáveis e uma perturbação à sociedade. Não se usam mais roupas escuras, o luto não é mais um tempo necessário, respeitado pela sociedade. Pelo contrário, tornou-se um estado mórbido, que deve ser tratado, abreviado e apagado.

Ao tratar da teoria da ligação e dos vínculos afetivos, Bowlby (1997) afirma que o comportamento de ligação é suscitado sempre quando uma pessoa está doente ou em dificuldades, e é mais intenso quando a figura de ligação não pode ser encontrada.

---

[34] Cf. Carneiro (2011).

O pesar pela perda de um familiar falecido, bem como a sua duração, varia de indivíduo para indivíduo. Entretanto, Bowlby (op. cit.) afirma que há "um padrão geral básico". O autor cita as múltiplas formas de consternação emocional advindas do desligamento, da separação ou da perda involuntária deste vínculo. Assim, dividiu o luto em quatro fases:

1. Fase do torpor ou aturdimento: tem duração de algumas horas a uma semana e pode ser interrompida por acessos intensos de tristeza e/ou raiva. Nesta fase, o indivíduo apresenta-se confuso, incapaz de aceitar a notícia.

2. Fase da saudade e busca da figura perdida: dura alguns meses e, com frequência, vários anos. Ocorre quando o indivíduo se dá conta da perda que sofreu, demonstrando desassossego, choro, raiva, sensação da presença real da figura perdida e um impulso em busca de reavê-la.

3. Fase de desorganização e desespero: o enlutado reconhece a imutabilidade da perda. Instala-se nele a apatia e o processo para superar esses sentimentos é lento e doloroso.

4. Fase de maior ou menor grau de reorganização: a pessoa enlutada já consegue aceitar mudanças em si e na situação. Já não busca mais recuperar a figura perdida. Sente-se mais confiante, busca novos e antigos laços. Entretanto, fatores como datas, objetos e lembranças podem, ocasionalmente, ressuscitar algum sintoma das fases anteriores.

Bowlby (1997, p. 128) diz que os afetos mais intensos demonstrados por quem sofre uma perda são:

> o medo de ser abandonada, a saudade da figura perdida e a raiva por não reencontrá-la – afetos que estão associados, por um lado, ao anseio de buscar a figura perdida e, por outro lado, uma tendência para recriminar furiosamente quem quer que pareça ser o responsável pela perda ou estar dificultando a recuperação da pessoa perdida.

De acordo com Mannoni (1995, p. 91), "o luto se situa no campo do *princípio de realidade*: existe separação do objeto a partir do momento em que este não existe mais". O luto consiste em um "desinvestimento de um objeto", cuja renúncia torna-se difícil, já que uma parte do sujeito se vê perdida nele. Para a autora, esta perda do objeto remete-se em forma de situação traumática. A situação de *satisfação* do nascimento de um filho cria o objeto que vai faltar quando de sua desaparição. Assim, a mãe cria uma nova situação, de dor, uma reação pela perda.

Segundo Mannoni (1995), para Freud, o luto "normal", diferente do melancólico ou do maníaco, é um processo longo e doloroso, que se resolve quando o sujeito encontra um objeto de substituição para o que foi perdido.

Ao se referir à morte da filha, Freud[35] (apud Mannoni, 1995) afirma que "a perda de um filho parece ser ferida narcísica grave, aquilo a que se chama luto, provavelmente, só vem mais tarde". Mannoni (1995, p. 93) completa afirmando que "a perda de um filho é uma provação de que o adulto não se recupera jamais. Ele se vê amputado de uma parte de si mesmo projetada na sua descendência".

Ao falarmos de perda como sinônimo de morte de um ente querido, atribuímos a esta perda certo valor traumático na história de vida das pessoas, no caso desta pesquisa, das mães. Para uma melhor compreensão, com base em alguns autores, definiremos a seguir a situação de trauma e suas características.

Caruth (1996 apud Resende, 2011) descreve o trauma como uma experiência devastadora, um evento inesperado ou catastrófico, no qual a reação ocorre por meio de alucinações atrasadas, incontroláveis e repetitivas.

De acordo com Resende (2011), o trauma implica um sentimento de traição em relação às nossas expectativas sobre a ordem das coisas. Por isso, nos força a reconhecer realidades e limites que não estamos prontos para enfrentar. Para a autora, a mente humana não consegue processar o trauma como faz com outros acontecimentos normais, por isso, as antigas referências e linguagens perdem sentido, os discursos dominantes entram em colapso e, com eles, surgem novas brechas para a transformação das relações sociais.

Estudo realizado por Rynearson (1984) com pessoas que tiveram a experiência de perder familiares por homicídio (morte inesperada), desmontra que os participantes da pesquisa relataram sentir medo persistente, raiva do assassino, imagens intrusivas e repetitivas da cena do assassinato como eles imaginaram que teria acontecido. Essas reações de luto parecem ser específicas devido a este modo de morte (inesperadas e violentas).

Um fator a ser destacado, também na caracterização do luto ocasionado pelo homicídio, foi citado no trabalho de Reed (1998), que afirma que as relações entre falecido e o enlutado influenciam no abrandamento da sensação de choque, culpa e preocupação. Logo, vê-se que o apego constitui um importante fator preditivo das condições de luto. Reed (1998) fez uma constatação de que os enlutados por mortes inesperadas apresentavam forte ansiedade de separação em relação ao falecido. Outra característica, neste modo de morte súbita e inesperada, é o surgimento ou agravamento de doenças somáticas e psiquiátricas após a perda.

Kübler-Ross (1996) cita que é normal que os parentes enlutados demonstrem raiva e desespero em um primeiro estágio do luto, e que é necessário que estes extravasem

[35] FREUD. S. *Correspondance*, 1873-1939, Gallimard, carta de 27 de janeiro de 1920.

estas sensações. A autora diz ser necessária a presença de alguém próximo aos familiares para ouvi-los e deixar que exteriorizem seus mais diversos sentimentos, pois isso os ajudará a superar o choque, preparando-os para os primeiros passos de uma aceitação que ocorrerá de forma gradual.

Bowlby (1997) diz que, para que o luto leve a uma reorganização ou a um resultado favorável, é necessário que a pessoa que sofreu a perda expresse seus sentimentos e emoções. Assim, ao invés de empenhar-se numa luta contra o passado, enfrenta a realidade e harmoniza-se com ela.

Para Barthes (2002), o luto representa "o meio do caminho", é quando descobrimos que somos, de fato, morrentes, que a morte é real e mesmo nosso outro, o amado, é efêmero. O autor sugere que uma forma de expressão para se trabalhar o luto é a escritura, a recriação desse ausente.

Segundo Moura (2006), negar a ação da morte torna mais difícil a experiência do luto para o familiar que perde o ente querido. Segundo ela, o luto compreende fases e reações próprias que o enlutado precisa experimentar para "resolvê-lo" de forma saudável.

Mannoni (1995) afirma que, para Freud, o trabalho de luto é atuante e bem sucedido quando há um destacamento do sujeito em relação ao objeto. O princípio de realidade faz com que o sujeito compreenda que o objeto realmente desapareceu. Assim, o eu sujeito se vê fortalecido a partir do amor e das lembranças do objeto.

2.2.6.1 O processo de luto e a questão da religiosidade

A religiosidade define-se, segundo pesquisas realizadas por Carvalho (2007), como a adesão às crenças e às práticas relativas a uma instituição religiosa organizada. Representa o estilo de vida de um povo, que adere a certas disposições morais e estéticas em relação ao caráter e à visão do mundo. É considerada, muitas vezes, como um modo de conforto e convenção, social e utilitário.

Para Neto (1997), a pessoa vive a religião, de forma intrínseca, e a usa extrinsecamente. O caráter heterogêneo da religião incute em cada indivíduo um estilo próprio e comportamentos religiosos diversos. Assim, para Neto (1997), a experiência religiosa caracteriza-se como individual, uma vez que, perante a mesma crença, estão subjacentes comportamentos distintos entre os indivíduos.

De acordo com Carvalho (2007), no processo de luto, dependendo da percepção religiosa que possuem, os indivíduos tendem a demonstrar, em maior ou menor grau, a crença

no além ou na vida eterna. Estudo realizado por Walsh, King, Jones, Tookman e Blizard (2002 apud Carvalho, 2007) concluiu que as pessoas que possuem crenças religiosas, em situações de luto, superam e completam mais rapidamente o processo do que pessoas que não possuem tais crenças.

Em sua pesquisa, Carvalho (2007) afirma haver poder da religiosidade perante o luto. Segundo ela, a religiosidade constitui-se como um meio de elevado poder, perante o penoso e doloroso advento do luto. Mesmo sendo o luto um acontecimento angustiante, Carvalho (2007) considera que aqueles que são verdadeiramente religiosos e utilizam-se dos mecanismos religiosos restabelecem com menos complicações o equilíbrio perdido no momento de perda de um ente querido.

Com base nisso, procuramos observar, ao interpretarmos os dados em uma perspectiva sócio-afetiva, de que forma a religiosidade apresenta-se como um elemento caracterizador do discurso do luto materno. Ou seja, como a mãe se utiliza da religiosidade para narrar seu luto e o processo de superação deste.

3 COMPOSIÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

> "Mãe sente a tristeza do coração do filho, nem que ela não saiba qual é o tipo de tristeza, mas ela sente". (Francisca Rodrigues)

Nesta seção, especificaremos os procedimentos metodológicos utilizados para desenvolvimento de nossa pesquisa, com aparatos teóricos, que buscam a justificativa das escolhas feitas. Procuramos situar a pesquisa quanto aos métodos de abordagem, procedimento para a constituição e análise do *corpus*.

3.1 A virada hermenêutica

Segundo Weller (2010), o método interpretativo-hermenêutico, nas ciências sociais a partir do século XX, expandiu-se, principalmente, por influência do desenvolvimento de abordagens tais como o Interacionismo Simbólico e a Escola de Chicago. Segundo a autora, a partir de então, ganham ênfase as pesquisas voltadas para a reconstrução da perspectiva do indivíduo sobre a realidade social em que ele vive e que, também, é construída e modificada por ele.

Há, assim, uma retomada da pesquisa biográfica nas ciências sociais, com análises voltadas para as estruturas e elementos centrais, que ao longo do tempo caracterizam as biografias, e que são fundamentais para a compreensão dos papéis ocupados pelos indivíduos na esfera social.

O trabalho de Weller (2010) mostra que a hermenêutica surgiu como uma reflexão teórico-metodológica sobre com diferentes objetivos, posições filosóficas e diferentes métodos para a prática de interpretação de textos inspirados. Dentro da concepção da hermenêutica, teóricos como Dilthey (2004) e Mannheim (1964)[36] preocuparam-se com a compreensão dos fenômenos como um processo cotidiano que acompanha toda ação social.

Segundo Weller (op. cit.), até o final da década de setenta do século passado, as pesquisas empíricas no campo das ciências sociais sofriam imensa influência das abordagens quantitativas. Porém, discussões sobre a influência da lógica positivista nas ciências humanas, assim como críticas às categorias estabelecidas nas ciências exatas e adotadas pelas ciências

[36] Cf. Weller (2010).

humanas, levaram ao reconhecimento da hermenêutica como aporte teórico-metodológico para a pesquisa qualitativa, a partir da ideia de que esta filosofia permitiria legitimar aproximações interpretativas, com métodos focados na compreensão e no significado em contextos específicos.

A compreensão hermenêutica, para Weller (2010), no âmbito das metodologias qualitativas atuais, busca reconstruir os processos interativos, que produzem um sentido de construção social da realidade.

De acordo com a autora supracitada, atualmente, teóricos das ciências sociais utilizam, nas metodologias qualitativas, a concepção hermenêutica como ponto de partida para suas reflexões teórico-metodológicas e muito dos objetos estudados surgem das expressões ou interações estabelecidas na comunicação diária, coletadas por meio de entrevistas narrativas ou grupos de discussão. Ainda, segundo ela, para as metodologias qualitativas atuais, não é possível estabelecer uma separação rigorosa entre sujeito e objeto. Ou seja, não se trabalha com campos 'recortados', de modo objetivo, mas com construtos sociais, cuja importância só será reconhecida no processo interativo de pesquisa e de interpretação dos dados coletados.

Weller (2010) assinala ainda que há diferentes representantes e momentos históricos da hermenêutica. Nas décadas de 70 e 80, do século XX, as abordagens qualitativas passaram a ter diferentes perspectivas no campo da pesquisa social empírica, com diferentes métodos de coleta e de análise dos dados qualitativos, tais como: a hermenêutica objetiva, a hermenêutica sociológica do conhecimento, a hermenêutica profunda, a análise estrutural de narrativas e o método documentário.

Conforme vemos, com uma nova forma de compreensão e desenvolvimento do conhecimento científico, a virada hermenêutica advém do questionamento a respeito da objetividade do conhecimento e da impessoalidade do pesquisador. Esta virada surge como uma importante ferramenta para a dimensão interpretativa da realidade social, centrando-se no significado da interação para explicar e compreender o comportamento social humano. Assim, não basta observar a ação humana, é necessário que se conheça os significados atribuídos a ela pelos seus participantes.

Em seu trabalho acerca do método autobiográfico, Ferrarotti (2010) já destaca o valor da virada hermenêutica social no campo psicológico individual. Ou seja, é imprescindível que se parta da história de vida e das experiências individuais subjacentes para reflexão e compreensão dos fenômenos sociais.

Para Bolívar et al. (2001), uma *narrativa hermenêutica*[37] permite a compreensão da complexidade psicológica nas narrações que os indivíduos fazem dos conflitos e dilemas de suas vidas.

Assim, a interpretação hermenêutica requer a compreensão de uma objetividade subjetiva, ou seja, uma interpretação não apenas daquilo que o sujeito expressa, mas tudo que contextualmente envolve a sua fala. A narrativa de vida do sujeito evolui, tocando pontos que resultam em um construto maior, ligado a uma realidade mais abrangente, que se mostra a partir do intuito do convencimento do outro através do discurso. Podemos dizer que esta narrativa se compõe a partir do individual, mas reflete o aspecto universal daquilo que a sociedade partilha. Logo, as narrativas individuais surgem de sujeitos que vivem situações diferentes dentro de um construto social semelhante. Só podemos compreender a realidade do outro na medida em que esta realidade atravessa a nossa. Logo, considerar a virada hermenêutica é considerar a história do sujeito como algo universal.

De acordo com Pellauer (2009), o pensamento de Ricoeur sobre a linguagem simbólica levou-o a se opor ao Estruturalismo, pelo fato de este não levar em consideração o tempo, as tradições e as formas sociais nelas baseadas, ou seja, a subordinação da diacronia à sincronia. Através de uma compreensão com características hermenêuticas, Ricoeur afirma uma maior relevância da diacronia, devido à necessidade do reconhecimento da historicidade dos símbolos e dos seus significados. Segundo Pellauer (2009, p. 82), para Ricoeur, "a filosofia deve sempre partir de alguma coisa além dela e que a precede".

Advindo da fenomenologia, o olhar hermenêutico de Ricoeur (1991) sobre a linguagem, mais especificamente sobre o discurso narrativo, remete-se à história de vida como uma narrativa que se articula por meio da identidade narrativa, construindo de forma ampla a identidade pessoal do si. Para o filósofo, a narrativa autobiográfica é uma interpretação do si, que se compõe a partir de empréstimos da história e da ficção.

Pellauer (2009) afirma que a teoria hermenêutica de Ricoeur dá notável relevância ao contexto para compreensão do discurso, como um evento real no tempo e não apenas como um construto de estruturas abstratas atemporais, conforme sugere o Estruturalismo. Logo, as instâncias do discurso são bem mais amplas do que uma simples sentença, o significado e a verdade adquirem novas dimensões se levarmos em conta a "plenitude da linguagem" (p. 87).

Segundo Ricoeur (1991), a pessoa, personagem de narrativa, não é um ser isolado de suas "experiências", ao contrário, sua identidade se dinamiza de acordo com o relato da

---

[37] Grifo dos autores.

história. Esta conjuntura foi nomeada por Ricoeur como "identidade narrativa", ou seja, "a identidade da história faz a identidade da personagem" (RICOEUR, 1991, p. 176). Assim, o si relatado constrói a identidade do eu como outro.

O teórico frisa ainda que a hermenêutica do si e a narrativa tendem a gêneros estilísticos dotados de uma natureza híbrida, ou seja, costumam apresentar características da ficcionalidade e o estilo narrativo da historiografia. Ao contar uma história, os indivíduos estão sujeitos, de acordo com a perspectiva de Ricoeur, à forma narrativa e à (re) construção.

Ao desenvolver pesquisas com narrativas de experiências pessoais no campo sociolinguístico, Labov (1997) caracteriza o narrador como pessoa comum, que comunica de forma simples as experiências mais importantes de sua vida. Assim, as histórias surgem a partir dos maiores acontecimentos de vida ou de morte, tais como: comunicação direta com a morte, situações de violência, coragem e esforço perante a diversidade e o perigo etc., de acordo com a proximidade e o testemunho do narrador. Logo, a narrativa cumpre o papel de relatar fatos de vida ou de morte, de forma mais trivial e casual.

Por fim, conforme Bolívar et al. (2001), a virada hermenêutica ocorrida nas ciências sociais levou a narratividade a adquirir um status de forma primária, pois através dela se dá o sentido da experiência humana.

3.2 A Abordagem etnossociológica[38]

Durante algum tempo, as ciências humanas foram fortemente influenciadas pelos métodos experimentais desenvolvidos no âmbito das ciências naturais. Cada disciplina adaptava-os a diferentes modos de investigação dos fenômenos sociais. Com o passar do tempo, basicamente a partir das primeiras décadas do século XX, surgiram, no interior dessas disciplinas, desejos de rupturas e mudanças, que continuam a se desenvolver até hoje.

Esta ruptura não significava apenas a busca por novos métodos de investigação, mas também por um modo novo de conceber a ciência. As mudanças ocorridas no âmbito das ciências humanas objetivaram romper com os métodos convencionais de investigação. Um exemplo disto foi a utilização da subjetividade como articuladora das novas formulações teóricas. A partir de então, a objetividade científica e os seus métodos quantitativos foram dando, aos poucos, lugar para desenvolvimento de abordagens qualitativas de pesquisa.

[38] Segundo o autor, esta perspectiva adota as narrativas de vida como forma de narrativas de *prática em situação*, e através destas práticas pode-se começar a compreender os contextos sociais nas quais elas se inscrevem. (BERTAUX, 2010, p. 22).

Por volta da década de 60, do século passado, surge no campo dos estudos sociológicos, a etnometodologia, que propunha uma abordagem sociológica derivada da fenomenologia. Segundo Coulon (1995), a etnometodologia traz em si uma concepção teórica dos fenômenos sociais, e tem como foco a análise dos procedimentos que indivíduos usam para concluir diferentes operações, realizadas na vida cotidiana.

A etnometodologia guia-se pelo modo de conhecimento prático, ou seja, a habilidade do indivíduo em proceder segundo o senso comum nas suas ações rotineiras, atrelando ação e interpretação de forma simultânea[39]. Coulon (1995) afirma que a etnometodologia defende uma atividade científica baseada na objetivação de atores sociais comuns, cujo produto advém de um modo de conhecimento prático. O objetivo desta concepção, segundo o autor, "é a busca empírica dos métodos que os indivíduos utilizam para dar sentido e, ao mesmo tempo, construir suas ações cotidianas: comunicar, tomar decisões, raciocinar" (COULON, 1995, p. 63). Assim, a etnometodologia sociológica ocupa-se das atividades cotidianas habituais, valorizando "a atitude natural e o mundo do senso comum como fenômenos problemáticos".[40]

A etnometodologia exige a recolha de diferentes narrativas de diferentes sujeitos que viveram experiências similares. Porém, segundo Bertaux (1981), esta abordagem permite ir além das singularidades de cada narrativa e construir progressivamente uma representação coletiva dos componentes sociais da situação em estudo. Assim, a comparação entre diferentes relatos narrativos possibilita ao pesquisador interpretar as narrativas individuais em uma ótica mais ampla.

Segundo Bertaux (2010), o objetivo da perspectiva etnossociológica não é de procurar os esquemas de representações ou o sistema de valores de uma determinada pessoa isolada, nem mesmo de um grupo social, mas de estudar um fragmento particular da realidade sócio-histórica, ou seja, um objeto social.

3.3 O método (auto) biográfico

Esta nova forma de abordagem científica dos fenômenos sociais caracterizou, entre outros, o método biográfico nos primórdios de sua aplicação. Conforme salienta Ferrarotti (2010), é importante se utilizar o método biográfico no campo das ciências sociais, pois a biografia pressupõe a construção de um sistema de relações e possibilidades de uma

[39] Albert Ogien (1984) cf. Coulon (1995).
[40] Harold Garfinkel (1963) Cf. Coulon (1995).

teoria não formal, histórica e concreta, de ação social. Assim, práticas sociais da vida cotidiana passaram a ser narradas, fazendo do produto biográfico um campo fértil para o desenvolvimento das análises sociológicas.

Franco Ferrarotti, em seu o artigo intitulado: *Sobre a autonomia do método biográfico* (2010), assinala que a aplicação do método biográfico fez surgir importantes embates teóricos acerca do seu reconhecimento científico como método autônomo de investigação. Segundo ele, este método atendia à exigência de uma renovação metodológica e à necessidade antropológica de se conhecer melhor a vida cotidiana. Assim, o método biográfico apresenta-se como mediador entre a história individual e a história social, favorecendo uma pesquisa que se eleva do abstrato ao concreto.

Segundo Bosi (2012), somente através do estudo biográfico percebe-se a pessoa historicamente, pois o sujeito vê - ou procura ver a sua vida – como uma configuração, com um sentido. Em consonância ao que afirma Bosi, Leray (2008) afirma que ao contar sua vida, o sujeito encontra um sentido para ela, pois ousa através da expressão de si, agindo e tornando-se "sujeito-ator".

A respeito da especificidade do método biográfico e da sua validade como objeto de investigação científica, Ferrarotti (2010, p. 44) trabalha com o pressuposto do caráter sintético da práxis humana, ou seja, "o nosso sistema social encontra-se integralmente em cada um dos nossos atos, em cada um dos nossos sonhos, delírios, obras, comportamentos. E a história deste sistema está contida por inteiro na história da nossa vida individual". Para o autor, toda práxis é atividade sintética que se totaliza em um contexto social. Assim, a vida individual se apropria das relações e das estruturas sociais, interiorizando-as como estruturas psicológicas, em um processo de reestruturação e desestruturação. Através deste movimento, a vida humana revela-se como uma síntese vertical de uma história social.

O autor destaca, porém, que a relação entre a história social e a história individual não é linear e nem constitui um determinismo mecânico, já o indivíduo, sujeito ativo no processo de apropriação do mundo social, traduz em práticas a sua subjetividade. Isto é o que o teórico chama de "reapropriação singular do universal social e histórico". Desta forma, sua tese principal é a de que "podemos conhecer o social a partir da especificidade irredutível de uma práxis individual" (FERRAROTTI, 2010, p. 45).

Em concordância ao que propõe Ferrarotti, Pineau (2010) afirma que este método traz o impacto do "paradoxo epistemológico fundamental das autobiografias: a união do mais pessoal com o mais universal".

Ferrarotti (2010) critica abordagens, tais como: o uso de hipóteses prévias e a quantificação de dados, que alguns estudos de cunho sociológico fizeram neste método, com o objetivo de moldá-lo aos modelos tradicionais de estudo nas ciências sociais, desvalorizando a importância do fator subjetividade subjacente. O autor afirma que o método autobiográfico não deve ser utilizado em prol de uma análise estrutural ou como um modelo para interpretações ou abstrações. Segundo ele, ao se limitar a biografia a um quadro epistemológico e metodológico, nega-se a sua "historicidade profunda e a sua unicidade" (p. 24).

Ferrarotti (2010) especifica dois tipos de materiais que podem ser utilizados na abordagem dos métodos biográficos:

a) Materiais biográficos primários: narrativas ou relatos autobiográficos recolhidos por um pesquisador, através de entrevistas realizadas face a face;

b) Materiais biográficos secundários: materiais biográficos de toda espécie, tais como: correspondências, diários, narrativas diversas, documentos oficiais e fotografias, cuja produção e existência não tiveram por objetivo servir a fins de pesquisa.

São inúmeros os trabalhos de cunho sociológico que se utilizam do método biográfico como objeto de análise social. Como exemplo, citamos Ataíde (1993), que coleta e analisa relatos de vida de crianças de rua de Salvador, para abordar a problemática dos direitos humanos e da cidadania dos mais pobres, retratando, inclusive, as más condições das relações sociais naquele contexto.

No âmbito das ciências psicológicas, Cavadas e Fonte (2005)[41] utilizam o método biográfico para analisar os significados narrativamente construídos e organizados por crianças com familiares alcoólatras. Neste estudo, as experiências de vida com familiares alcoólatras são organizadas de modo narrativo, permitindo a elaboração de significados sobre as famílias associadas a esta experiência.

Na presente pesquisa, utilizamos o termo método autobiográfico para designar a modalidade de estudo de histórias de vida e narrativas autobiográficas.

De uma forma geral, o método autobiográfico ressalta o momento histórico vivido pelo sujeito que narra a própria história através do relato individual, resgatando na sua memória as relações sociais vividas em sua trajetória histórica ao longo de sua existência.

Na acepção de Lejeune (2014, p. 16), autobiografia define-se como uma "narrativa retrospectiva em prosa que uma pessoa real faz de sua própria existência, quando

[41] Cf. Fonte (2006).

focaliza sua história individual, em particular a história de sua personalidade". A respeito de obras literárias de cunho autobiográfico, o autor observa que estas se caracterizam por um "pacto de leitura", ou seja, o leitor vê autor, narrador e personagem principal como uma só pessoa que faz seu relato.

3.4 Abordagens e procedimentos

3.4.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa que constitui esta tese caracteriza-se como:

I. Qualitativa: realização de descrição e interpretação dos dados e não a sua quantificação. Adotamos a caracterização de Paulillo (1999) de que a pesquisa qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e se caracteriza por aprofundar a complexidade de fatos e processos particulares e específicos de indivíduos e grupos. A autora afirma ainda que a imersão na esfera da subjetividade e do simbolismo, firmemente enraizados no contexto social, do qual este tipo de pesquisa emerge, é condição essencial para o seu desenvolvimento. Assim, através da abordagem qualitativa, consegue-se penetrar nas intenções e motivos, a partir dos quais ações e relações adquirem sentido. Servimo-nos ainda das características de pesquisa qualitativa levantadas por Chizotti (1991), a qual requer:

a) A imersão do pesquisador nas circunstâncias e contexto da pesquisa, a saber, o mergulho nos sentidos e emoções;

b) O reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas;

c) Os resultados como fruto de um trabalho coletivo, resultante da dinâmica entre pesquisador e pesquisado;

d) A aceitação de todos os fenômenos como igualmente importantes e preciosos: constância e ocasionalidade, frequência e interrupção, fala e silêncio, revelações e ocultamentos, continuidade e ruptura, significado manifesto e que permanece oculto.

II. Interpretativa: interpretação acerca dos fenômenos observados, analisando, à luz das teorias escolhidas, os dados obtidos, com um estudo fundamentalmente interpretativo para a compreensão de fatores que caracterizem e distingam nosso objeto de pesquisa.

III. Explicativa: explicação de como os fatores sociológico-discursivos atuam nas narrativas autobiográficas, caracterizando o discurso do luto materno.

IV. Etnossociológica: estudo de um fragmento particular da realidade social-histórica de um indivíduo, compreendendo como esta funciona e se transforma, destacando a configuração das relações e a lógica das ações que a caracterizam.

V. Autobiográfica: valorização e estudo do caráter subjetivo do texto, com a leitura de uma realidade a partir do ponto de vista de um indivíduo historicamente determinado, com uso de material resultante da interação pesquisador e entrevistado.

3.4.2 Procedimentos metodológicos para coleta de dados

De acordo com Bolívar et al. (2001), cada modelo de relato narrativo mostra a perspectiva de um eu, no qual se reconhece – em diferentes proporções – partes de uma realidade.

Para o desenvolvimento desta tese, a técnica de pesquisa utilizada para a coleta de dos dados que compõem o nosso *corpus* foi a entrevista narrativa. Este método é um dos principais instrumentos usados em pesquisas das ciências sociais, desempenhando papel importante nos estudos científicos. Nessa perspectiva, a entrevista destaca-se como um dos procedimentos metodológicos utilizados pelo modelo qualitativo na produção de dados na pesquisa social.

Em um conceito mais geral, a entrevista pode ser definida como um processo de interação social entre duas pessoas, no qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.

De acordo com Moreira (2002, p. 54), a entrevista pode ser definida como "uma conversa entre duas ou mais pessoas com um propósito específico em mente". Ou seja, a entrevista não é uma conversa solta, mas possui um direcionamento, visando apreender dados que possam ser interpretados mediante o problema formulado a partir do objeto da pesquisa. As entrevistas são aplicadas para que o pesquisador obtenha informações que, provavelmente, os entrevistados têm.

Uma entrevista corresponde sempre a uma versão de uma história. Ou seja, é uma construção seletiva baseada na memória e nas representações. Por outro lado, a entrevista autobiográfica é conduzida segundo os objetivos definidos por uma investigação. Não se trata de ouvir qualquer relato ou uma história sem estrutura de sentido, mas de ouvir o contar de uma realidade de acordo com o que é proposto ao entrevistado.

A realização da entrevista narrativa, numa pesquisa social, possibilita a coleta de dados sob dois aspectos: a dimensão narrativa do relato e a emergência de um eu social. Ou

seja, é uma narrativa na medida em que o indivíduo conta a sua história em um determinado momento ou situação. Ao mesmo tempo, o eu social surge na particularidade de cada narrativa, representado por um eu individual. Através desta tensão entre o eu individual e o eu social, se (re)constroi a identidade do sujeito que se narra.

A entrevista trata de um diálogo, de uma conversa intencionada, com um contrato subjacente entre o investigador e o entrevistado. Segundo Chanfrault-Duchet (1988)[42], esse contrato é, ao mesmo tempo, narrativo, autobiográfico e interpessoal. É narrativo, na medida em que o entrevistador solicita que o entrevistado "lhe conte como foi…", utilizando para isso um fio condutor temporal, que confere coerência ao discurso narrativo. É autobiográfico porque essa narrativa se centra na vida concreta do entrevistado, que fala na primeira pessoa e se torna o sujeito da história contada. É interpessoal, porque o entrevistador determina-se a investigar um objeto, e procura, mesmo que de modo sutil, convergir o discurso do narrador para os seus objetivos.

Segundo Lalanda (1984), a eficácia na utilização da técnica da entrevista não só depende do domínio da metodologia em que se insere, mas também exige uma atitude "antropológica" [43] do entrevistador. Para ela, a empatia é fundamental neste processo. A autora sugere que relação entrevistador-entrevistado transforme-se, durante a entrevista, numa relação de confiança, devendo o pesquisador ter familiaridade com a população em estudo. O entrevistado deve sentir-se à vontade e ser levado a ocupar lugar central durante a entrevista; tomando, em muitos momentos, a iniciativa do discurso.

Para Ferrarotti (2010), "a entrevista biográfica é, sem dúvida, a mais comprometedora das situações sociológicas" (p. 42). O autor afirma que na situação da entrevista, na qual o pesquisador estimula e coleta a narrativa, quem conta a sua vida, não conta a um gravador, mas a um indivíduo. Além disso, sua narrativa não é um relatório de acontecimentos, mas a totalidade de uma experiência de vida que ali se comunica. O teórico confirma, assim, o caráter de intencionalidade comunicativa da narrativa autobiográfica: "toda entrevista é uma interação social completa, um sistema de papéis, expectativas, de injunções, de normas e valores implícitos, e por vezes até de sanções" (FERRAROTTI, idem, p. 46).

Com base no conceito de *entrevista compreensiva*[44], desenvolvido por Kaufmann (2013), Lalanda (1998) nomeia de *entrevista em profundidade* a técnica que permite abordar, de um modo privilegiado, o universo subjetivo do ator, ou seja, as representações e os

---

[42] Cf. Lalanda (1984).
[43] Grifo da autora.
[44] Grifo nosso.

significados que atribui ao mundo que o rodeia e aos acontecimentos que relata como parte da sua história. Esta subjetividade não reflete apenas a individualidade do ator, mas de um processo de socialização e de partilha de valores e práticas com outros, ou seja, uma intersubjetividade.

Em seus estudos a respeito de histórias de vida, Maia-Vasconcelos (2005, p. 39), ao se referir à entrevista como técnica de coleta das histórias de vida, afirma que esta se prende à subjetividade e se conecta permanentemente com o referencial social. Ou seja, "permite restabelecer o indivíduo em seu vivido experiencial, de iluminar a parte humana e singular da globalidade social".

Bertaux (2010) opta pelo termo *entrevista narrativa* ao se referir ao ato de um pesquisador pedir a uma pessoa, denominada "sujeito", que lhe conte toda ou uma parte de sua experiência vivida. Segundo o autor, esta entrevista assume a forma oral, dialógica e espontânea, que envolve confiabilidade e possibilita a busca do conhecimento.

Em seu trabalho de pesquisa com sujeitos em crise, Maia-Vasconcelos (2005, p. 12) nomeou a técnica de escuta ao sujeito, por meio de entrevista, como *clínica do discurso*. Segundo a autora,

> a clínica do discurso é uma forma de escuta que valoriza o que o sujeito tem a dizer, o que ele conhece, sobre o que sente, o que espera de si mesmo e de suas habilidades (...). O sujeito é senhor de sua fala e somente ele poderá decidir que palavras o entrevistador vai ouvir de si.

Mais adiante, a autora ainda complementa que "o reconhecimento da história do sujeito como história real e infinita oferece ao entrevistador a possibilidade de conhecer a dimensão exata da subjetividade humana." (MAIA-VASCONCELOS, 2005. p. 24).

Achamos pertinente destacar aqui a importância da técnica da "clínica do discurso", desenvolvida por Maia-Vasconcelos (2005), que atenta para o fato de que, quando um pesquisador, embora com objetivos específicos, presta-se a ouvir a história de vida de uma pessoa, vítima de um trauma, ele abre uma oportunidade para que a pessoa entrevistada expresse a saudade, a esperança e a amargura que sente por conta do que ocorreu em sua história de vida.

Após leituras acerca da caracterização da entrevista como técnica de coleta de narrativas de vida, feita por alguns teóricos supracitados, nosso modo de coleta de dados tomou como base de trabalho as propostas da *clínica do discurso*, proposta por Maia-Vasconcelos (op.cit.) somada a algumas observações feitas por Kaufmann (2013), no que

chamou de *entrevista compreensiva*. Utilizamos a terminologia *entrevista narrativa* ao nos referirmos ao método aqui aplicado.

3.4.2.1 Descrição dos procedimentos de coleta

Durante o processo da coleta de dados, elaboramos uma espécie de diário de campo, no qual íamos anotando observações relevantes surgidas antes, durante e depois da ocorrência de cada entrevista. Nele, procuramos registrar processos, dúvidas e dificuldades que enfrentamos na preparação, coleta, manuseio e transcrição dos dados. Este procedimento nos ajudou a compreender melhor o processo de desenvolvimento e efetivação de nosso trabalho de campo. Com base nestas anotações, passamos a narrar os fatos ocorridos durante o trabalho de obtenção dos dados desta pesquisa.

Conforme justificado no capítulo de introdução desta tese, escolhemos, como sujeitos participantes da pesquisa, mães que perderam seus filhos pela forma de homicídio.

A busca por sujeitos participantes ocorreu mediante a conversa e explicação dos objetivos do nosso trabalho a pessoas próximas, tais como: familiares, conhecidos, colegas de estudo e de trabalho. Foram surgindo assim indicações de pessoas que se encaixavam no perfil de informantes requeridos. Ao tomar conhecimento dos nomes, solicitamos os contatos telefônicos do provável participante, ou nos dirigimos pessoalmente a ele, quando possível, a fim de verificarmos a disponibilidade ou aceitabilidade em nos conceder a entrevista.

A primeira forma de contatos com a maioria participantes se deu via telefone. Através das ligações, explicávamos o contexto, a razão, os objetivos e o modo de obtenção da entrevista. Um fator relevante frisado foi a garantia da preservação da identidade dos informantes, embora alguns não parecerem demonstrar preocupação em relação a isso.

Todos os sujeitos, com os quais conseguimos contato, aceitaram prontamente o convite para participação na pesquisa. Entretanto, devido às ocupações diárias e a pouca disponibilidade de tempo de alguns entrevistados, tivemos que retornar ligações telefônicas para remarcação da data, horário e local da entrevista, algumas vezes. As entrevistas ocorreram em ambientes de trabalho ou casa do entrevistado, conforme horário previamente agendado. Optamos por deixar que os participantes escolhessem o local e horário que lhes fossem mais cômodos, com objetivo de intervir de forma mínima em sua rotina diária. Das seis mães entrevistadas, três foram entrevistadas em suas residências e três foram entrevistas em seus locais de trabalho.

Para desenvolvimento da entrevista, elaboramos um questionário, conforme Apêndice A, composto por catorze perguntas abertas. Consideramos este um bom meio de iniciar a exploração da autobiografia e do estilo narrativo deste gênero.

As duas primeiras perguntas foram elaboradas propositalmente para obterem respostas mais diretas e fáceis, tais como: nome, local e data de nascimento do filho falecido. O intuito, com estas perguntas mais simples e objetivas, foi, além de contextualizar o sujeito informante, favorecer o delicado momento de início a entrevista, procurando fazer com que o entrevistado ficasse mais à vontade para mergulhar em suas memórias.

A fim de encaminhar o desenvolvimento da narrativa, as seis perguntas seguintes foram chamadas de *pergunta de movimento*, que ajudaram a dar continuidade à história narrada; as cinco últimas perguntas foram denominadas como *questões avaliativas*, porque buscaram provocar momentos de reflexão e avaliação por parte do sujeito. Evitamos a elaboração de perguntas que estimulassem respostas genéricas, sem histórias; perguntas puramente informativa, para não desconcentrar o entrevistado ou interromper o ritmo de sua narrativa; ou perguntas com julgamento de valor. Procuramos finalizar o questionário com perguntas que levassem o entrevistado a uma conclusão reflexiva da história, estabelecendo relação do que foi narrado com o presente e o futuro.

As entrevistas para coleta de dados desta pesquisa se deram entre os meses de junho e agosto de 2015.

Durante o processo de coleta das entrevistas, utilizamos como recursos de captação para entrevistas: o gravador de áudio e as anotações. O uso do gravador apresentou vantagens e desvantagens. Além da necessidade das transcrições, algumas vezes, tivemos que ser bastante cuidadosos para que seu uso não inibisse o entrevistado. Entretanto, um ponto favorável foi que o gravador evitou que tirássemos a atenção do entrevistado nos dividindo entre o que ouvíamos e o que anotávamos. Assim, através da gravação, pudemos nos permitir uma observação mais criteriosa diante das reações, gestos e expressões do entrevistado na medida em que a narrativa se desenvolvia.

Vale lembrar que foi realizado um contato prévio com o possível informante. Ao chegarmos ao local da entrevista, conversávamos com a participante, momento em que tomávamos nota de seu nome e do nome de seu filho, explicando mais uma vez o contexto e os objetivos da pesquisa. Em seguida, ligávamos o gravador, com a devida permissão da entrevistada, identificando data e horário da entrevista. Dávamos início à entrevista com uma pergunta de identificação do filho falecido.

O questionário previamente elaborado serviu como uma forma de direcionamento para a coleta inicial das informações. Na medida em que o sujeito elaborava sua narrativa, outras questões surgiam e algumas, previamente elaboradas, foram sendo respondidas sem que precisássemos perguntar. Em nenhuma das entrevistas coletadas foi preciso seguir a ordem do questionário, pois as informações requeridas surgiam no decorrer da narrativa. Em alguns momentos, precisamos ir além do questionário para que houvesse uma maior compreensão do fato narrado e para que o sujeito pudesse dar mais detalhes de sua narrativa.

Conforme já dito, nossa maneira de procedimento nas entrevistas segue algumas abordagens feitas por estudiosos que trabalham com história de vida. Assim, durante a fala das entrevistadas, procuramos interferir minimamente, pois sabemos que, mesmo havendo a formalização de uma entrevista, o sujeito deve ser abordado da forma mais natural possível. Nossa interferência restringiu-se apenas a esclarecer ou questionar algo, a fim estimular o dizer.

De forma respeitosa, procuramos dar ao sujeito participante a liberdade de encadear e compor, à sua vontade, os momentos de sua narrativa, de acordo com o surgimento dos fatos recordados. Neste momento, procuramos confluir com o que diz Bosi (2013, p. 156), a respeito da forma organizadora da memória: "é importante respeitar os caminhos que os recordadores vão abrindo na sua evocação, porque eles são o mapa afetivo de sua experiência [...]".

Maia-Vasconcelos (2005, p. 24) enfatiza que, ao utilizar a pesquisa qualitativa, o pesquisador deve "privilegiar a narração e, por conseguinte, a percepção da dimensão humana mais característica, a fala".

Um aspecto relevante da pesquisa com narrativa de vida que, enquanto pesquisadora, tivemos todo o cuidado, foi não refutar o fato contado pelo sujeito participante. Lembramo-nos novamente da assertiva de Bosi (2013, p. 65): "ele, como todos nós, conta a *sua*[45] verdade". Entendemos, assim como a autora, que a inexatidão do fato não invalida a narrativa, pois esta se caracteriza como "uma escavação original do indivíduo".

Ainda a respeito da autenticidade e da originalidade do material biográfico Sibilia (2008) afirma que os acontecimentos relatados autobiograficamente devem ser tidos como verdadeiros e autênticos, devido ao caráter íntimo da experiência do indivíduo, enquanto ser único. Ou seja, há um "pacto" por parte do leitor ou ouvinte que denota alguma verdade, um vínculo com a realidade de um *eu* que vive e narra sua história.

---

[45] Grifo da autora.

Para o tempo de cada entrevista procuramos respeitar a disposição e a disponibilidade do falante. Bosi (2013) afirma que quando o pesquisador está atento à escuta da voz do narrador, que revive momentos cruciais de sua vida, consegue distinguir uma fala, que produz imagens e conota um sentimento durativo do tempo, ou seja, não é uma linguagem apenas de referência às coisas, mas uma linguagem que busca descrever melodiosamente os momentos vividos de forma pessoal. Assim, segundo a autora, "a duração do relato coincide com o tempo relembrado que assim é intuído por dentro". (BOSI, 2013, p. 48). Para Ferrarotti (1988), não é a quantidade e nem o tipo de material biográfico coletado que determina a produção de uma verdade sociológica.

O final das entrevistas ocorreu de forma natural, quando a participante supunha ter narrado o suficiente a respeito daquilo que requisitamos. Ao término, agradecemos a prestatividade e, ao nos despedirmos, algumas vezes, ainda ouvíamos mais algumas informações referentes ao fato narrado.

3.4.3 Universo da pesquisa

O *corpus*, coletado através de gravações e anotações, foi composto de seis narrativas de vida, que resultou num total de 285 minutos de gravação. Após o processo de transcrição, o *corpus* escrito resultou em total de 138 páginas de textos, organizados em forma de discurso narrativo, que seguiu mais a temática dos fatos do que propriamente a ordem cronológica de acontecimento destes.

Tabela 1: Disposição dos sujeitos participantes

SUJEITO PARTICIPANTE (MÃE)	IDADE	PROFISSÃO	IDADE DO FILHO FALECIDO	TEMPO DE FALECIMENTO[46]	CAUSA DA MORTE
SP[47] I	58 anos	Dona de casa	18 anos	12 anos	Homicídio por arma de fogo.
SP II	46 anos	Auxiliar em Serviços Gerais	20 anos	03 anos	Homicídio por arma de fogo.
SP III	77 anos	Dona de casa	37 anos	17 anos	Homicídio por arma de fogo.

[46] Tempo considerado em relação a 2015, ano de realização da coleta.

[47] Sigla utilizada para a expressão Sujeito Participante. A numeração dada em cada SP obedeceu à ordem cronológica em que as entrevistas foram realizadas.

SP IV	53 anos	Auxiliar em Serviços Gerais	24 anos	02 anos	Homicídio por arma branca.
SP V	55 anos	Diarista	17 anos	13 anos	Homicídio por arma de fogo.
SP VI	39 anos	Cabeleireira	18 anos	02 anos	Homicídio por arma de fogo.

As entrevistas foram feitas somente com informantes do sexo feminino, de faixa etária entre 45 e 80 anos de idade, conforme podemos ver na tabela acima. Todas as mães entrevistadas são domiciliadas em Fortaleza, sendo 02 (duas) pertencentes à classe social média e 04 pertencentes à classe social baixa. A princípio, a classe social não foi um fator preponderante para a escolha dos participantes da pesquisa, no entanto, como veremos nas análises, este fato social reflete no modo de composição do discurso de luto.

Independente da idade do filho, o luto provocado por uma morte violenta causa, na maioria das mães, um grande sentimento de consternação e revolta. Mesmo assim, levantamos a idade da mãe e do filho, a fim de verificarmos se estes dados seriam fatores preponderantes no posicionamento da participante ao traçar sua narrativa. Outro dado que levamos em conta foi o tempo de falecimento do filho e vimos, após as análises, que este dado é um forte caracterizador do discurso narrativo elaborado pela mãe.

3.4.4 Processo de transcrição das entrevistas: do discurso oral ao escrito

Após a coleta de dados, passamos à transcrição das entrevistas e por último às análises. Podemos afirmar que as etapas que sucederam o processo de coleta das entrevistas foram as mais difíceis, pois além de transcrição e da reescuta, foi necessária uma interpretação cuidadosa daquilo que colhemos.

Segundo Thompson (1992), a transcrição de entrevistas se caracteriza como uma etapa bastante importante no trabalho com a história oral, pois o processo que se destina à mudança do estágio da gravação oral para o escrito deve ser cauteloso. Segundo o autor, a textualização é a última etapa na materialização do discurso oral e, neste momento, o narrador passa a dominar como personagem único em primeira pessoa. Assim, Thompson (op. cit.) chama de processo de transcriação, ou seja, um texto recriado em sua plenitude.

Durante nosso processo de transcrição, houve a necessidade de alguma correção da gramatical da entrevista. Em alguns trechos o desvio gramatical típico da oralidade não foi

corrigido, devido ao cuidado de manter o sentido intencional articulado pelo narrador na estrutura linguística. Thompson (1992, p. 57-58) alerta que "por lógico, não são as palavras que interessam e sim o que elas contêm. Vícios de linguagem, erros de gramática, palavras repetidas devem ser corrigidos [...]".

Nesse sentido, Bauer e Gaskell (2002, p. 106) asseguram que "o nível de detalhes das transcrições depende das finalidades do estudo. O quanto uma transcrição implica elementos que estejam além das meras palavras empregadas varia de acordo com o que é exigido da pesquisa".

Por constituir a primeira versão escrita do que foi dito pelas entrevistadas, na transcrição, houve a preocupação de total atenção aos seus dizeres, mantendo-se fiéis os ditos, reorganizando-se os relatos, retirando-se apenas as marcas da oralidade, irrelevantes à pesquisa. Na pontuação, foi utilizado o padrão da gramática normativa da língua portuguesa.

Seguimos o que nos recomenda Thompson (1992, p. 297) "[...] ao passar a fala para a forma impressa, o historiador precisa desenvolver uma nova espécie de habilidade literária que permita que seu texto escrito se mantenha tão fiel quanto possível, tanto ao caráter quanto ao significado do original".

Não raras vezes, o discurso gravado foi marcado por momentos de silêncio, introspecção, choro, reflexão... Além de sobreposições de vozes, frases ou enunciados incompletos. Estes momentos foram respeitados na transcrição e levados em conta durante a leitura e interpretação dos dados, no texto escrito.

Segundo Bosi (2013), uma forma de o pesquisador aproximar-se mais do narrador e de sua narrativa é registrar atentamente os silêncios e as hesitações que ocorrem durante ato de narrar. Para ela, esquecimentos, omissões e trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato no quotidiano das pessoas. A autora ainda reitera que o grande mérito dos depoimentos é a revelação do desnível assustador de experiência vivida, dos quais se pode colher uma grande quantidade de informações que refletem a visão de mundo do sujeito.

Nossas transcrições foram realizadas com o auxílio de uma equipe de transcritores da empresa Audiotext[48]. Todo o contato com a referida equipe se deu via internet. Foram enviados alguns direcionamentos para especificação da transcrição, a caracterização da pesquisa e o método de utilização dos dados.

[48] Informações disponíveis em:< http://www.audiotext.com.br/>. Acesso em: 31 ago. 2015.

Os depoimentos coletados em áudio foram enviados por e-mail em blocos de três. Após cincos dias úteis do envio, recebíamos as três entrevistas transcritas. Este processo se repetiu quinze dias depois, com um bloco de mais três entrevistas, totalizando assim um *corpus* composto por seis entrevistas coletadas e transcritas.

Com o texto escrito em mãos, ouvíamos novamente a entrevista, lendo a transcrição e fazendo as correções e/ ou adaptações necessárias.

As entrevistas revelaram, em seu conteúdo, o resultado do encontro da pesquisadora com as mães. Os discursos são permeados de subjetividade, de dores, de saudades, de culpa, de suposições e de recordações de uma relação íntima entre mãe e filho. Ou seja, narrativas de vida e de morte, repletas de lembranças, contradições, conflitos e tristezas.

3.4.5 Procedimentos para análise dos dados

Nesta etapa, vivenciamos e entendemos a importância do trabalho cointerpretativo do investigador, o qual exigiu escuta, inúmeras leituras, capacidade de compreensão e uso de referenciais de interpretação.

Nosso estudo buscou a ocorrência de fenômenos textuais e discursivos na elaboração do discurso do luto, presente nos relatos de vida, tomando como base pressupostos teóricos referentes ao discurso e ao texto autobiográfico. Por meio de indícios textuais e contextuais, identificamos e descrevemos fatores que caracterizaram o discurso do luto nas narrativas de vida destas mães, distinguindo-o dos demais tipos de discurso.

Segundo Ferrarotti (2010), ao se fazer uso do método biográfico, a situação interacional vivenciada, ou seja, o modo como as narrativas foram produzidas não pode ser ignorado no processo de análise.

Para uma melhor compreensão da narrativa de vida e de morte, contextualizamos, a seguir, as histórias relatadas por cada participante, levando em conta as circunstâncias de cada morte, especificidades da relação entre a mãe e o filho falecido e alguns outros dados que auxiliem o entendimento da tessitura narrativa apresentada. Buscamos detalhar a experiência relatada por cada participante para fins de delineamento deste estudo, como forma de obter uma leitura mais apurada da composição narrativa de cada mãe enlutada. A contextualização de cada caso visa auxiliar a compreensão das categorias de análise, discriminadas mais adiante.

Após o levantamento de cada caso narrado, segue uma reflexão dos dados a partir das categorias que julgamos como caracterizadoras do discurso do luto. Buscamos associar as ocorrências encontradas nos relatos narrativos às categorias de análise emergidas do próprio *corpus*, ou adaptadas a partir de teorias aqui adotadas e já devidamente explicitadas na fundamentação teórica. As categorias de análise foram nomeadas em dois grupos distintos: caracterização sócio-afetiva e caracterização narrativo-discursiva. Em um primeiro momento de análise, as categorias, que compõem a caracterização sócio-afetiva, são aplicadas a todas as narrativas individualmente. Em um segundo momento, a caracterização narrativo-discursiva ocorre de maneira mais ampla, com análise e exemplos das seis narrativas.

I. Caracterização sócio-afetiva: modo como se apresenta no discurso narrativo da mãe enlutada os fatores relativos ao contexto social, familiar e os laços afetivos.

a) Sentimento de revolta;

b) Marca da religiosidade (apelo ao Divino);

c) Culpa pela morte do filho;

d) Recategorização da imagem do filho morto;

e) Estratégias de lembrança contínua;

f) Forte impacto na relação familiar após a morte do filho;

g) Influência do contexto social;

h) Tentativa de superação;

i) Manifestação da fase do luto;

j) Influência do tempo do falecimento;

II. Caracterização narrativo-discursiva: modos e estruturas textuais que particularizam o relato narrativo autobiográfico marcado pelo luto.

a) Sequência narrativa com base nos princípios de heterodoxia e ortodoxia, conforme Maia-Vasconcelos (2003);

b) Nível de marcação dos princípios análise estrutural proposto por Labov (1972; 1997). [49]

[49] Não nos remeteremos no presente trabalho a todos os princípios propostos por Labov (op. cit.) acerca da análise da narrativa, detemo-nos naqueles que julgamos mais adequados à análise do nosso *corpus*, conforme tabela exposta.

Tabela 2: Princípios de análise estrutural da narrativa utilizados

Tipos estruturais	Resumo Orientação Complicação Avaliação Resolução Coda
Credibilidade	
Causalidade	
Atribuição de elogio ou de culpa	
Ponto de vista	
Grau de objetividade	

c) Paradoxo discursivo: Esta categoria diz respeito ao comportamento discursivo antagônico da narradora na elaboração do relato.

d) Particularidade temporal: Diz respeito ao fato de o tempo de ocorrência dos eventos na narrativa não terem um caráter mecânico, mas de um tempo apreendido psicologicamente a partir das angústias da mãe, um tempo humano, conforme sugere Bergson (1999) e Ricoeur (2010), que se comprime ou se expande em relação aos eventos narrados.

Para uma melhor compreensão das interpretações feitas acerca dos fenômenos encontrados, ao analisarmos os dados, recorremos à exemplificação, através de trechos retirados das entrevistas transcritas, em forma de discurso direto, com a finalidade de facilitar o entendimento do leitor.

Por uma questão de ética e conservação da privacidade dos informantes, nos trechos descritos, os nomes próprios são substituídos pelo símbolo ***.

Os trechos dos depoimentos, que foram suprimidos por não conterem informações diretamente relacionadas ao fenômeno em análise, estão representados pelos parênteses com reticências (...) nas transcrições de exemplos.

Após a análise da caracterização sócio-afetiva, ilustramos, através de mandalas[50], as sete características mais salientes em cada narrativa analisada, como forma de sintetizar a

[50] Este termo significa *círculo* em sânscrito. É representado por um diagrama composto de formas geométricas concêntricas, utilizado no hinduísmo, no budismo, nas práticas psicofísicas da ioga e no tantrismo como objeto

interpretação dos dados. Optamos pelo formato da mandala como ilustração, pois esta é considerada como uma representação do ser humano e do universo, em sua forma menos elaborada. Segundo a teoria a junguiana, a mandala é o círculo mágico que representa simbolicamente a luta pela unidade total do eu. Portanto, esta unidade em torno de um eu mãe será representada, em nossas análises, pelas sete características mais presentes em cada discurso narrativo do luto elaborado e analisado.

A exemplo de Maia-Vasconcelos (2003), sugerimos que, com a apresentação destas ilustrações, diante da multiplicidade de fatores sócio-afetivos aplicados, nas seis narrativas estudadas, cada uma das mandalas represente o modo particular de discurso da mãe, perante o fato da perda. Entendemos que cada pessoa vive seus infortúnios de forma bastante individual. Mesmo que as seis mães tenham experienciado uma situação semelhante de perda do filho por homicídio, o modo como enfrentam o luto é particular para cada uma delas. Ou seja, cada reação depende da história de vida e das experiências da mãe antes, durante e depois do trauma. Cada comportamento e cada relato destes comportamentos dependerão do modo como cada mãe enxerga suas experiências de vida.

ritualístico e ponto focal para meditação. Fonte: <http://www.significados.com.br/mandala/>. Acesso em: 20 set. 2015.

4 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

"Viver é sofrer. O prazer é momentâneo e fugaz.
Só a dor pode ter continuidade".
(Schopenhauer)

Conforme nos indica Thompson (1992), no que concerne à apresentação e interpretação dos relatos narrativos orais, procuramos analisá-los de forma condizente com o contexto, no qual foi coletado. Embora o propósito da pesquisa busque a maior imparcialidade possível, enquanto pesquisadora da linguagem, temos a plena consciência de que esta fase do trabalho pode conter, mesmo de que forma leve e dissimulada, posicionamentos frutos da realidade e das experiências de vida de quem ouviu as narrativas. Segundo Charaudeau (2009), o receptor é um sujeito que constrói uma interpretação acerca das circunstâncias de discurso, de acordo com seu ponto de vista.

4.1 Caracterização sócio-afetiva

4.1.1 Análise da Narrativa 01: "Mas as perdas prejudicam muito a vida da pessoa. E a família também".

A mãe desta narrativa é uma dona de casa, está casada há mais de trinta anos teve dois filhos. O mais velho, aos 18 anos de idade, foi assassinado com uma arma de fogo disparada por um vigilante particular, quando o jovem fazia uma pichação na laje de uma loja em um bairro nobre da cidade. O fato ocorreu há 12 anos.

Em seu depoimento, a mãe não deixa explícito o sentimento de revolta contra o fato da morte do filho ou contra o homicida, pelo contrário, seu posicionamento discursivo, apoiado pela fé religiosa, é sempre voltado para a superação em relação aos sentimentos negativos.

Exemplo 1: *Mas mesmo assim, eu não tenho mágoa desse homem, não tenho. Eu não vou dizer para você que eu tenho ódio desse homem, porque é mentira se eu disser. Eu não tenho. Para mim, é assim, ele não existe, entendeu como é?*

Exemplo 2: *Porque o meu marido é muito revoltado. Tem depressão, porque ele não pensa como eu, ele é revoltado, que o *** era tudo na vida dele. É também na minha, mas eu vou ficar doente, criar o ódio? Porque o ódio adoece as pessoas.*

Conforme veremos no exemplo a seguir, como forma de negação dos sentimentos que a levam à dor, a mãe chega mesmo até a questionar a veracidade do ocorrido, um modo de tornar irreal tanto a morte, quanto o sofrimento advindo desta.

Exemplo 3: *Parece, assim, tem horas que eu fico pensando, eu acho que o *** não morreu nem disso. Tem horas que eu penso assim. Mas eu não tenho mágoa desse homem. De raiva, de ódio, de tudo.*

O que vemos em outros trechos da narrativa é que a revolta manifesta-se de forma velada, ou seja, a mãe diz não ter sentimentos negativos em relação ao homicida, mas revolta-se diante da sua impunidade. Isto nos leva a crer que, embora este sentimento não seja explicitado, há, por parte da mãe, um desejo íntimo de vingança.

Exemplo 4: *Teve um julgamento, ele pegou 8 anos de prisão em regime semiaberto. Regime semiaberto vivemos nós, que passamos o dia trabalhando e de noite preso dentro de casa, porque ninguém pode sair mais, porque da violência. Então eu não aceitei, entendeu? Aquela situação não aceitei.*

Exemplo 5: *(...) a justiça nossa não vale nada, vamos dizer assim. A palavra certa é essa.*

Exemplo 6: *(...) ele, o cara, não tinha curso de nada, quem assinou a prova que ele fez para entrar lá foi outra pessoa. Foi tudo descoberto, para você ver como é uma sujeira, é uma imundície.*

No exemplo 6, o vocábulo “imundície” traz em si uma carga semântica de revolta e repúdio frente à situação. Embora a narradora faça uma constante afirmação de superação, os sentimentos opostos transparecem discursivamente.

A presença da religiosidade e o apelo ao Divino é um fator bastante marcante na narrativa em análise. A mãe recorre a Deus como forma de sanar sua dor e manter sua calma.

Exemplo 7: *Aí ninguém crê em nada, não é? Eu, pelo menos, só creio em (Deus) mesmo, porque eu sei que é Ele que pode ajudar as coisas. Na hora que ele quiser, ele vai dar um jeito em tudo.*
Exemplo 8: *(...) eu digo assim, que no meio de 5 amigos, no meio de 5 mães, Ele escolheu a mim para essa dor. Por quê? Porque ele me preparou para aquilo ali. (...) As outras, talvez, não estivessem preparação para aguentar, porque é difícil demais.*

A religiosidade também se manifesta como fonte para superação, ou seja, já que a perda é algo irreversível, a mãe opta por justificá-la pela escolha divina.

Exemplo 9: *(...) eu prefiro o *** lá em cima, com Deus, do que ele aqui no mundo, sei lá se não podia até ter tirado a vida de alguém, isso ninguém sabe, não é? Então, para eu ver meu filho assim e a outra pessoa sofrendo, eu prefiro sofrer aquilo ali. E eu sei que ali ele está guardado. A saudade é grande, não tem nem tamanho. Mas eu vou fazer o que? Eu vou brigar com (Deus)? Se Ele achou melhor assim, então está na vontade dele.*

A superação também está ligada à busca da mãe por informações e apoio em instituições. De acordo com a narradora, a busca por grupo de pessoas que se encontravam na mesma situação que a sua, a ajudou a tentar superar e compreender o trauma, vendo ali que sua dor não era solitária.

Exemplo 10: *Participei da APAVV, é Associação dos Parentes e Amigos Vítimas da Violência. E eu participava da APAVV e nós fazíamos muito movimento (...) Quem está naquele barco, no mesmo barco que eu, é uma dando força para outra*.

Exemplo 11: *Mas todo mundo ali era um ajudando ao outro. Foi um escape. Nós fizemos muitos, assim, eventos de tudo, de congresso, de manifestações.*

Segundo Candau (2014), em relação com o passado, pessoas que possuem, na memória, lembranças em comum de um passado podem fundar um grupo como forma de identidade. O autor ainda afirma que a memória de um sofrimento compartilhado, como as tragédias coletivas, enraíza esta identidade no "lacrimatório" (p. 151). Assim, muitas associações são fundadas em torno da memória de tragédias.

Um fator relevante, nesta narrativa, é que, em nenhum momento, a mãe admite ou deixa transparecer alguma culpa pelo comportamento ou morte do filho. Ao contrário, esta se resguarda, afirmando ter feito tudo por ele em vida e atribuindo sua morte à vontade divina.

Exemplo 12: *(...) às vezes meu marido diz assim, "nós criamos tão bem nossos filhos e aconteceu isso em casa", eu digo assim, "não, mas isso aconteceu, a gente não tem que culpar ninguém, a gente tem que entender que quem sabe de tudo é (Deus) e a gente não sabe de nada".*

Exemplo 13: *Não sei se é certo ou se é errado, mas eu sei que eu fiz e hoje, como ele não está mais aqui, hoje eu tenho minha consciência muito tranquila. Durmo, boto minha cabeça no travesseiro e não tenho nada que eu possa vir ter, assim, algum remorso de eu não ter feito aquilo, deixado de fazer, ou deixei, por que eu fiz isso, não. Não existe isso. Eu tenho, assim, uma tranquilidade sobre isso.*

O exemplo a seguir apresenta uma recategorização da imagem do filho morto, ou seja, uma forma de justificar a não aceitação do fato ocorrido. Embora admita um comportamento negativo do filho, a mãe demonstra revolta pelo modo como o perdeu, destacando algumas qualidades do mesmo.

Exemplo 14: *Meu filho estava errado? Estava. Mas isso não é caso de matar. Ele não estava roubando, ele não estava brigando com ninguém, não estava assaltando. Nem que ele estivesse, era caso de se chamar a polícia e prender, não é isso? Se ele estivesse fazendo uma coisa errada. Errada, que eu digo, errado estava, porque ele estava sujando um patrimônio, não estava certo. É meu filho, mas eu não vou dizer que estava certo, de jeito nenhum.*

A eternização do filho aparece bastante explícita na narrativa em análise. A mãe reforça a importância de uma lembrança contínua, através de objetos, textos e relatos de sonhos. Vemos aqui uma busca da mãe pela presentificação da imagem do filho e pela atualização do fato da morte. Ao mesmo tempo, critica os que não veem seu esforço e sofrimento com a mesma intensidade.

Exemplo 15: *Mas quem está de fora, eu notava que as pessoas cansavam de ouvir você falar daquela mesma história. É tanto que eu mesma escrevi muita coisa, assim, distribuía quando completava um mês, mandava fazer foto, botava as fotos dele na internet. Ainda hoje eu faço.*

Exemplo 16: *(...) eu tive todos os sonhos com o meu filho. Depois que eu sonhei, ele me dizia tudo o que estava passando, eu não sonhei mais. Sonhei ele pequeno (....) Aí me abraçava, me beijava, "agora eu já vou, porque já está na hora de eu voltar". Umas coisas assim. Tão real, mas é a pura realidade.*

Como na maioria dos relatos colhidos para esta pesquisa, a mãe narra a reviravolta que a perda de um filho ocasiona em toda família, ou seja, a dor não é só sua, mas de todos os seus. A progenitora destaca-se como um ponto de força e equilíbrio frente à depressão do marido, após o falecimento do filho e a hiperatividade do irmão na adolescência.

Exemplo 17: *No meu caso aqui, o meu marido chegava em casa cheio (gestos referente ao ato de ingerir bebida alcoólica). Aí abria porta, começava: "***, meu filho, onde é que você está? Papai já chegou, venha cá". Eu saía. Ele saiu, foi se jogando aqui nas paredes, sabe? Batendo a cabeça na parede e tudo. Quer dizer, são coisas que tudo fica na mente da gente. E se você não tiver um equilíbrio, você tem que ter um equilíbrio, para poder equilibrar a sua casa. Alguém tem que ter, porque se não tiver vai à bancarrota, não fica ninguém.*

Exemplo 18: *O *** tinha 07 anos quando o *** morreu. A doutora disse que quando ele entrasse na adolescência, ele tinha que fazer um tratamento. O *** já me deu muito trabalho. Assim, ele teve problema de é tipo ansiedade, é hiperatividade. Ele é hiperativo. E, assim, não se ligava na escola. Tudo isso aí foi ocasionado por esse problema do ***, pela falta do irmão.*

Ao tratar os problemas da família, a mãe demonstra certa passividade frente aos problemas familiares decorrentes da morte do filho mais velho. O seu discurso com elementos de força e perseverança, justifica-se sempre através dos desígnios de Deus. Porém, em seguida, cuida de colocar-se novamente no papel de responsável pelo equilíbrio da família.

Exemplo 19: *A doutora disse assim para mim, "eu não sei o que você veio fazer aqui, que você não está precisando de psiquiatra". Eu disse, "doutora, eu vim aqui, eu estou*

precisando. Mas para a senhora me dizer como eu devo agir dentro da minha casa, com meu marido e com o meu filho".

Exemplo 20: *O negócio é pesado. Mas, graças a Deus, eu estou viva, estou bem, tenho meu filho já criado, está com 20 anos, e a gente está levando, não é?(...) Um da casa, sempre na casa tem uma pessoa que está mais preparada para enfrentar as coisas assim.*

Podemos ver, neste discurso, a influência de um modelo social instituído. Ou seja, esta mãe tem como preocupação em passar uma imagem de si que demonstre força e superação frente à dor. Em um típico comportamento de integrante da classe média alta, a mãe demonstra certo puritanismo ao narrar sua dor, resultado de um comportamento comum na sociedade moderna, segundo Ariès (2003), em que a morte é vista como um tabu, um impedimento para a felicidade e o luto tende a ser cada vez mais íntimo e menos público. Este discurso narrativo traz contextualmente, conforme Van Dijk (2012), esquemas de categorias compartilhadas, convencionais e culturais, que controlam a produção e compreensão, em uma espécie de influência da sociedade sobre o texto.

A narrativa em análise manifesta comportamentos referentes à Fase 4 do luto, segundo estudos desenvolvidos por Bowlby (1997). Através de seu discurso, a mãe já demonstra certo grau de reorganização, ou seja, já consegue aceitar mudanças decorrentes do trauma. Podemos observar, neste comportamento materno, uma relação entre a fase do luto e o tempo de morte do filho. Embora tenhamos visto, em outros textos, a afirmação de mães com a sensação da não passagem do tempo, nesta narrativa, de forma escífica, pudemos perceber que o tempo não diminui seu sentimento de perda, mas ajudou a mãe a aceitar melhor o fato e prosseguir sua história, reestabelecendo inclusive novos laços sociais.

Exemplo 21: *Eu vivo de bem com a vida, está entendendo? Apesar das adversidades, eu amo a vida. Muito. Eu amo as pessoas, minha família, amo meu filho, nunca vou deixar de amar. Aonde ele estiver, nunca vou deixar. Mas eu sei que ele está bem e que um dia nós vamos nos encontrar.*

Exemplo 22: *Mas, graças a Deus, eu estou viva, estou bem, tenho meu filho já criado, está com 20 anos, o ***, e a gente está levando, não é? Eu gosto muito de conversar, eu trabalho com comida, eu faço um negócio de aniversário e faço chocolate, invento tudo na vida.*

A ilustração da mandala, a seguir, aponta-nos, de forma esquemática, as principais características sócio-afetivas que presentes na narrativa em análise.

Figura 3 – Principais características sócio-afetivas – Narrativa 01

4.1.2 Análise da Narrativa 02: "*É isso que dói mais, o filho morrer nos braços da sua mãe...*"

A mãe narra que há três anos seu filho morreu vítima de três tiros na esquina de sua casa. Ela teve cinco filhos, três mulheres e dois homens, sendo o filho falecido o mais velho dos dois. Segundo a mãe, que morava em um bairro na periferia, seu filho foi morto por tentar impedir que assassinassem sua irmã mais nova.

O sentimento de revolta é predominante nesta narrativa. A demonstração de ódio pelo homicida e a decepção frente à traição é bem latente ao longo do discurso. A mãe deixa transparecer um desejo de justiça e vingança em sua fala, atrelando ao outro a causa de sua dor e sofrimento.

Exemplo 23: *Ele arrancou um pedaço de mim mesmo, porque muitas vezes, esse menino andava na minha casa, ele guardava moto em frente à minha casa. E foi como eu disse para ele: "tu que matou meu filho, não pode dizer que você mandou não, eu digo que você matou meu filho, e meu filho fez tanto bem a você, você bebia água na minha casa, comia na minha casa, e você cuspiu no prato que você próprio comeu".*

Exemplo 24: *(...) e ainda ficaram comemorando quando o caixão do meu filho chegou, tomando refrigerante com bolo na esquina, isso era amigo, um desgraçado desse, eu disse, "uma bomba aqui para eu matar esses infelizes ali tudinho". Mas é assim mesmo, mas os deles estão guardados, quem espera por Deus não cansa, porque não chegou a hora deles ainda.*

O comportamento de ira no discurso foi objeto de observação desde Aristóteles que, em seus estudos sobre a Retórica, afirma: "a ira é um desejo acompanhado de dor que nos incita a exercer vingança explícita devido a algum desprezo manifestado contra nós, ou contra pessoas da nossa convivência, sem haver razão para isso" (ARISTÓTELES, 2005, p. 161). Isto pode ser comprovado na fala da mãe, através dos exemplos que se seguem. No exemplo 24, a recorrência a Deus aparece em um contexto diferenciado do que ocorreu na narrativa 1, aqui Deus representa a espera pela justiça divina.

Exemplo 25: *Que às vezes, Deus me perdoe. Um dia eu ia passando eu ia atrás deles e eles na minha frente, eu lhe juro, se eu tivesse um revolver eu tinha matado aquele caboclo, olha, tinha, que o ódio que eu tenho dele.*

Exemplo 26: *Os que fizeram já morreram, mas não foi eu que mandei fazer não, foi coisa das gangues deles mesmo, mas o que mandou fazer é o que eu tenho mais ódio, entendeu?*

Exemplo 27: *Que até um dia eu falei uma besteira, ele passou e falou "oi", eu, "se tu souber o ódio que eu tenho de tu, se eu tivesse um revolver eu te matava, para tua mãe sentir a mesma dor que eu ainda estou sentindo" (...)*

Os exemplos 25, 26 e 27 representam bem o discurso do ódio, da vingança, do "olho por olho, dente por dente". Ao mesmo tempo em que a mãe faz questão de destacar seus sentimentos de ódio e revolta em relação a quem ocasionou sua perda, também apela para a permissão divina para a ocorrência do fato. Assim, como marca de alguma religiosidade, a mãe entrega a Deus sua vingança, sua dor e seu destino.

Exemplo 28: E*u não tenho medo de morrer, não mulher. Antes de eu morrer eu vejo ele morto, eu tenho fé em Deus, que antes de eu morrer eu ainda vou ver aquele caboclo debaixo*

da terra, que eu tenho ódio demais daquele menino, tenho ódio mesmo, eu nunca senti tanto ódio por uma pessoa que nem eu sinto dele.

Ainda com relação a este desejo de vingança, Aristóteles (2005) já assinalara que a ira sempre se volta contra um determinado indivíduo, por conta de algum agravo que se fez ou se pretendia fazer a ele ou a algum dos seus; além disso, toda a ira é acompanhada de certo prazer, resultante da esperança que se tem de uma futura vingança.

Embora a mãe tente iniciar seu discurso com uma fala de superação, logo os sentimentos afloram no texto, causando uma contradição de posicionamentos frente à incompreensão e a não aceitação do fato. A busca por superar o trauma, através de aspectos da religiosidade, e a demonstração intensa da dor repercutem durante todo o discurso narrativo em análise.

Exemplo 29: *Supero muito bem a morte dele, você vê que eu sempre posso falar dele, porque sempre eu estou, mesmo meu filho era tudo para mim, não gosto nem de falar não.*

Exemplo 30: *Para mim foi um sofrimento muito grande, porque ele era um filho que eu queria muito bem, e ainda quero, não é porque morreu que vou dizer que eu esqueci, que eu não esqueço, porque mãe não esquece o filho. Nem na morte. Mas até hoje eu estou superando.*

Exemplo 31: *(...) a gente tem que levantar a cabeça e deixar Aquele lá de cima resolver, porque a gente está vivo, e tem os outros também para gente também olhar (...)*

A tentativa de superação, com planos para o futuro, também se confronta com o seu papel de mãe. Por mais que tente fugir, a fim de abrandar seu sofrimento, a mãe vê-se confrontada social e afetivamente pelo seu papel de cuidadora dos demais filhos. Ou seja, o discurso que prepondera é o maternal. Assim, podemos perceber, discursivamente, que a mãe recusa admitir um eventual abandono e divide-se entre priorizar a si mesma ou o bem estar dos outros filhos.

Exemplo 32: *Eu estou tentando caminhar para frente, estou tentando, já estou querendo ir embora de (Fortaleza), mas ao mesmo tempo eu penso nos outros que eu vou deixar para trás, dos outros filhos, porque também são filhos, mas eu tenho que viver a minha vida.*

Exemplo 33: *Eu é assim, estou fazendo esses planos de viajar e de ir morar fora, mas o coração é pedindo para ficar por causa dos outros, mas como eu tenho que fazer a minha vida de novo, tentar, se não der certo volto, mas eu espero que Deus me ajude que dê certo.*

A mãe não se culpa, de forma direta, pela morte do filho. Ao contrário, sente-se injustiçada e ferida por quem a ocasionou. Porém, o sentimento de culpa surge, na narrativa, quando esta revela não ter informado ao pai as ameaças sofridas pelo filho.

Exemplo 34: *Mas se a gente tivesse contado para o pai dele, talvez não tinha nem acontecido o que aconteceu com ele, o pai dele tinha dado um jeito de se mudar logo, de sair dali (...)*

Ainda em relação ao sentimento de culpa, ao narrar a ocorrência da morte do filho, podemos perceber por parte da mãe certo pesar diante da sua impotência para salvação da vida dele.

Exemplo 35: *Faleceu lá mesmo, no canto que ele estava, fomos levar ele para o hospital, já estava sem vida ele, é isso que dói mais, o filho morrer nos braços da sua mãe, que nem ele, morreu nos meus braços, mas eu entreguei a Deus, Deus é que está tomando as providências*.

Exemplo 36: *Não deu para salvar a vida dele, mas todo dia eu oro por ele*.

Podemos observar que o papel maternal da mãe não se quebra com a morte do filho, mesmo após a situação de ruptura, esta continua exercendo o seu papel, cuidando dele, orando por ele.

A imagem de herói do filho morto é retratada pela mãe em diferentes momentos do discurso e sob diferentes aspectos. Tanto no que diz respeito ao filho ideal, que lhe fora arrancado, quanto ao fato de este ter morrido em prol da vida da irmã.

Exemplo 37: *A vida dele era sempre sorridente, gostava muito de brincar, era todo ameninado, toda pessoa para ele era boa, era tanto que quem fez isso com ele foram as próprias pessoas que ele achava que era amigo dele.*

Exemplo 38: *(...) porque quando aconteceu isso ela estava grávida, só quem sabia que ela estava grávida era ele, que ele fez isso para salvar a vida dela e do ser que ela estava carregando.*

Exemplo 39: *(...) nunca ninguém ensinou ele a fazer essas coisas, e também não era envolvido em droga, trabalhava, até na mesma empresa que eu trabalho (...)*

Exemplo 40: *(...) mas ele era um filho muito bom, muito obediente (...). Mas ele era uma pessoa ótima, meu filho era, não é porque morreu não, porque o pessoal diz que quando o filho morre a mãe diz que ele é isso e aquilo(...) se o meu filho fosse errado, eu dizia, morreu porque era errado, mas ele morreu para salvar a própria vida da irmã dele.*

As lembranças do filho ainda estão muito claras e bastante presentes no texto. Elas são citadas principalmente quando a narradora refere-se ao convívio com o neto[51], a hábitos cotidianos ou a objetos do filho morto. Entendemos que esta é uma característica marcante na elaboração do discurso do luto, ou seja, o sujeito preocupa-se em relembrar e recuperar continuamente a imagem do filho, na tentativa de convencer o ouvinte da importância de sua perda e evitar o tão temido esquecimento.

Exemplo 41: (...) *uma coisa que não vai sair de dentro do meu coração é a tristeza, de lembrar dele toda hora, as coisas dele, eu não dei fim em nada dele, guardei tudo (...)*

Exemplo 42: *(...) mas aí eu sonho com ele, guardo tudo dele, os contracheques até da empresa que ele trabalhava, era tudo guardado comigo e até hoje ainda tenho, crachá, tudo, eu não dou fim não, para onde eu vou vai comigo.*

Exemplo 43: *Duas vezes no mês eu vou no cemitério, vou olhar lá como está o túmulo dele, no aniversário dele eu vou, dia de finado eu vou, na hora que eu puder ir eu vou. Agora quando completou 03 anos da morte dele eu vim, eu estava morando em (Natal), vim para ir no cemitério. Para mim ainda é um sofrimento muito grande, porque eu queria muito bem meu filho.*

[51] Segundo a mãe, ao morrer, seu filho deixou uma criança de 08 meses, que hoje tem 03 anos.

No entanto, é necessário salientarmos que as lembranças não são vistas pela mãe apenas como algo positivo. Há em determinados momentos do discurso, em que esta apresenta certa rejeição àquilo que lhe traz à memória o sofrimento. Ou seja, para a mãe, as lembranças são necessárias, mas ao mesmo tempo incomodam, como uma dor, que deveria ser evitada, mas que é necessário que seja sentida.

No exemplo 42, a mãe procura fortalecer a imagem de um filho trabalhador, inclusive quando faz menção aos objetos que lhe trazem as lembranças deste. Assim, podemos perceber certa necessidade em preservar intacta a imagem deste filho, por ela construída.

Exemplo 44: *(...) fazia um lanche, uma merenda para ele, ele comia, ali ele dormia, (...) Eu sinto falta, eu só lembro disso aí, quando eu estou fazendo a comida (...) eu faço comida assim eu só me lembro dele. Muita comida eu nem faço mais, um bolo, que ele gostava muito de bolo de cenoura eu não faço mais, eu não faço assim uma sobremesa, que ele gostava de mousse de limão, essas coisas eu também não faço mais, que toda vez que eu faço eu me lembro dele, que ele gostava demais.*

Exemplo 45: *(...) incomoda, porque ele não vai estar ali na hora, aí de noite também eu penso muito, eu choro, daí eu fico olhando as coisas assim, as fotos, fico procurando foto antiga, quando ele era mais novinho, para arquivar alguma coisa e guardar, carteirinha de escola, quando ele estudava, tudo é uma recordação (...)*

O fato da morte de um filho, nesta narrativa, tem grande impacto na relação familiar. Apesar de o filho morto não morar com a mãe, ia visitá-la todos os dias. O que percebemos, no relato, é uma não aceitação desta ausência no lar. Além disso, há ainda uma relação de não perdão entre a mãe e a filha mais nova. Ou seja, a mãe culpa a filha pela morte do irmão e se mantém inconformada com o comportamento dela, por isto, resolve abandonar o lar, a fim de evitar os conflitos que ocorriam de modo constante.

Exemplo 46: *Antes a gente era todo mundo unido, os filhos com os pais, hoje em dia eu não vivo mais. Tenho convivência com todos eles, converso, vou lá e tudo, mas não é que nem era com ele.*

Exemplo 47: *Ela reage muito ruim, falou assim: "meu irmão perdeu a vida por causa de mim, o que eu posso fazer? Eu não mandei ele se meter na frente". Quer dizer, ela nunca agradeceu o que ele fez por ela.*

Exemplo 48: *Continua na mesma vida, que eu saí mais de casa não foi nem tanto porque o meu filho faleceu não, é mais por causa dela mesmo. Porque eu não me dava bem com ela, só vivia brigando com ela por causa dessas coisas, ela queria bater em mim eu não aceitava, ela é muito violenta, se é para viver assim eu preferi sair de casa,*

O uso do pronome "ela" e não nome da filha ou mesmo o vocábulo "filha", no exemplo 47, indica a intenção da narradora em demonstrar certo distanciamento do referente, ou seja, há aí uma nuance de rejeição, provocada por certa atribuição de culpa.

A manifestação do luto, nesta narrativa, insere-se na Fase 2, ou seja, esta mãe faz, em seu discurso, uma exposição intensa da saudade, quando se dá conta da perda que sofreu. Manifestam-se também sentimentos como desassossego, choro, raiva, sensação da presença real da figura perdida, o filho, e tentativas de reavê-la.

Além do fato de a mãe ter presenciado a morte do filho, relacionamos alguns comportamentos referentes ao tempo do falecimento, 03 anos. Em um tempo relativamente curto, as lembranças ainda estão muito presentes e vivas na memória, fazendo com que a mãe ainda sinta, de forma bastante intensa, a sua perda.

Exemplo 49: *Aí é que dá um aperto mesmo no coração. Passa todo um filme, passa tudo, da hora que aconteceu, da hora que ele foi enterrado, Tudo. Eu coloquei o menino em cima dele no caixão, o bichinho puxava nos olhos dele, e pensava assim, do jeito que ele brincava com ele, eu me lembro. Uma coisa que não apaga, as pessoas dizem, não, porque apaga isso da memória, mas não apaga não apago não. Não consigo, eu me lembro de tudo que aconteceu, me lembro da hora que gritaram: "chega, estão atirando no ***", tudo isso eu nunca não me esqueço, então a gente correu que os cara atirando nele, que se eu tivesse chegado mais perto eu também tinha levado um tiro.*

Diferente da narrativa anterior, esta mãe não parece preocupada em elaborar uma imagem superior de si em relação ao fato ocorrido. Ao contrário, realiza uma descrição

minuciosa das ações e sensações sentidas no momento da morte do filho, ocorrida em sua presença.

Exemplo 50: *Quando ele morreu, ele estava nos meus braços, eu estava no chão com ele, eu procurando onde é que tinham acertado nele os tiros, e não via sangue, aí eu fiquei desesperada, que ele revirando os olhos (...) eu com ele no meu colo, ele tentando falar alguma coisa, mas não conseguiu falar.*

Conforme já visto, o contexto de violência entre jovens é comum nas periferias das grandes cidades, principalmente os homicídios entre grupos rivais. Um exemplo disto é o fato ocorrido na narrativa em análise. Aqui, a influência do contexto social de vulnerabilidade, no qual a família está inserida, é fator preponderante para a ocorrência deste tipo de morte.

Exemplo 51: *Que hoje em dia quando eu passo por eles, eu não vou ser inimiga, é melhor não ser inimigo. A gente sabe que aquela pessoa ali participou daquela tragédia que eles fizeram, mas eles pensam que a gente não sabe, mas a gente sabe de tudo, sabe quem foi que matou, sabe quem foi que mandou, sabe o porquê, a gente finge que não sabe de nada.*

Exemplo 52: N*a outra casa que a gente morava nunca vou lá, está com 3 anos que ele morreu e nunca mais coloquei os pés lá, porque é justamente na esquina da casa onde ele morreu, para mim eu estou vendo aquela cena se repetindo, entendeu? Aí eu não aguento, não aguento quando as pessoas ficam comentando (...)*

A mãe cita inclusive a convivência com o homicida, após o fato ocorrido, e evita o local de morte como tentativa de esquecer o sofrimento e as más recordações. Observamos, no exemplo 52, que a mãe tenta uma espécie de fuga a tudo que a remete ao sofrimento, à lembrança da dor.

A ilustração, a seguir, em forma de mandala, sucinta de modo esquemático, as principais características sócio-afetivas presentes na narrativa em foco.

Figura 4 – Principais características sócio-afetivas – Narrativa 02

***4.1.3 Análise da Narrativa 03*:** "*Tenho o meu coração traspassado direto, não para a dor nenhum instante, não me esqueço da dor nenhum momento".*

Esta narrativa trata da dor de uma mãe que, há dezessete anos, perdeu seu filho, vítima de sequestro e assassinato por arma de fogo. Os crimes foram cometidos a mando da esposa, também prima de primeiro grau. A mãe teve oito filhos, estando atualmente seis vivos.

Já no trecho utilizado como epígrafe para caracterizar a narrativa em análise, podemos perceber a ênfase dada pela mãe à dor provocada pela ausência do filho. Agora, o lugar do filho é ocupado por esta dor. A mãe inicia sua narrativa, tratando da infância dos seus filhos, elogiando seu esposo e exaltando o modo de vida que tiveram. Ao delimitar sua fala para a vida e morte do filho, já demonstra certo inconformismo, principalmente porque a mandante do crime, a culpada por sua irremediável perda, pertence a sua própria família.

Exemplo 53: *(...) ele ficou estudando, trabalhando, e lá ele casou com a prima dele que ele conheceu, e essa prima foi o fim da vida dele.*

O sentimento de revolta aflora, de forma mais contundente na narrativa, quando a narradora trata da descoberta pela família da verdadeira culpada pelo homicídio. Ou seja,

além da revolta de ter um filho morto por alguém, há ainda uma decepção frente à traição de laços familiares próximos e intensos.

Exemplo 54: *Quando eu chego, eu me encontro com o meu sobrinho, aí eu falo: "Quem foi que fez isso com o meu filho?" "Ora, tia, os criminosos estão aqui dentro de casa". O que isso? Não acreditei de maneira nenhuma, de maneira que eu não acreditei que fosse da mulher dele que tinha partido essa intenção de matar meu filho.*

Exemplo 55: *Me agravou demais quando eu soube na certeza que era ela, eu estava em pé no telefone, quase que eu dou um desmaio, porque eu não esperava que saísse da parte dela, me agravou muito e está agravando, cada dia que eu penso que ela teve o coração tão duro, um coração tão cruel que manda fazer isso com o próprio esposo, pai dos seus filhos.*

A mãe demonstra em seu discurso uma revolta que não é só sua, mas uma revolta coletiva, dos familiares que têm dificuldade na aceitação da perda de um ente querido e na aceitação de saber que alguém tão íntimo, da própria família, foi capaz de tal ato.

Exemplo 56: M*as quando fala esse assunto, (...) comentar a morte dele, aí sentem muito ódio dela, ninguém quer saber notícia dela.*

Também, neste discurso, é clara a presença da religiosidade. Não como aceitação do fato por desígnios divinos, mas como busca de força para a superação do sofrimento de perda, não só da mãe, mas também dos demais membros da família. Ou seja, a busca pela superação está na força advinda de Deus.

Exemplo 57: *Eu consegui porque Deus dá força para gente resistir, tudo que passa na vida da gente, e no fundo consola a gente, e força para gente suportar e superar, até os dias de vida que a gente tiver aqui nesse mundo.*

Exemplo 58: (...) *mas meu esposo já foi descansar com Deus, Deus já levou, ficou eu aqui, sempre insistindo com essa dor, pedindo sempre graças a Deus, força para superar mais e mais.*

Exemplo 59: *E eles sofreram muito, se abateram muito, mas estão levando a vida, tocando a vida, uma está estudando, o outro está trabalhando, e estão levando a vida do jeito que Deus permite.*

A recorrência à religiosidade também está no momento do discurso em que a mãe procura demonstrar perdão à culpada pela morte do filho e por seu sofrimento. O vocábulo "confessei", no exemplo 60, traz em si uma carga semântica que marca, de maneira acentuada, a presença de traços religiosos no discurso. A revelação de seus sentimentos a Deus, por parte da mãe, mostra um extravazar de si, um desnude frente àquilo que a faz sofrer. Assim, a religiosidade apresenta-se como forma de refúgio, como busca por uma solidez frente àquilo que a machuca.

Exemplo 60: *Mas eu confessei a Deus, que no dia que a *** fosse presa para cumprir o que ela estava devendo, eu perdoaria tudo a ela. Isso aconteceu, está pagando o que está devendo, e eu já perdoei, porque se eu não perdoar, Deus também não me perdoa a mágoa que eu tenho dela.*

Exemplo 61: *(...) contra ela não tenho mais nada, porque eu já perdoei (...)*

São recorrentes, tanto no exemplo 60 quanto no exemplo 61, expressões que demonstram posicionamentos contraditórios no discurso narrativo da mãe. A questão do perdão não parece ser algo definido nesta narrativa. Há uma fala de perdão, que se delineia não de forma natural e espontânea, mas como uma necessidade frente à fé. Mesmo com um reforço discursivo que defenda a necessidade da postura de perdoar, um discurso que, por temor a Deus, represente a consonância de uma boa cristã, podemos perceber nitidamente a forte presença do paradoxo discursivo, ou seja, enquanto a mãe diz que já perdoou, ela ainda se utiliza de elementos discursivos antagônicos, tais como o vocábulo "mágoa", no exemplo 60 e a expressão "contra ela", no exemplo 61.

Percebemos aí a presença de uma incessante e difícil "guerra" de sentimentos entre o ser mãe, que não consegue esquecer quem causou sua dor, e o ser mulher que, por influências sociais e religiosas, acredita dever se comportar conforme os ensinamentos da fé que professa.

Em relação à culpa pelo ocorrido, a mãe não a coloca sobre si, mas atribui esta culpa somente ao outro.

Exemplo 62: *(...) a casa estava cheia de gente, porque ele era* ***muito querido*** *na igreja,* ***muito querido*** *no trabalho, um bom filho, um bom pai e um bom marido, porque o que ele trabalhava era para dentro de casa, a vida dele era de casa para a igreja e ir para o trabalho.*

Exemplo 63: *Ele foi criado estudando e também ele era* ***muito trabalhador*** *(...) estavam bem sucedidos na vida, ele mais ela estavam bem sucedidos na vida, quando partiu essa tragédia da parte dela, fazer isso com o meu filho.*

Conforme podemos ver nos termos em negrito, a mãe tem, de maneira muito clara, a preocupação em recategorizar a imagem do filho no discurso. Para isto, se utiliza de vários qualificadores para compor a imagem deste filho, como forma de frisar o tamanho da injustiça da sua morte. A narradora não relata neste discurso uma preocupação na concretude das lembranças, através de objetos, sonhos ou visitas ao túmulo. Toda dor e lembrança estão resguardadas no íntimo da mãe, conforme podemos ver nos exemplos 60 e 61.

Exemplo 64: *Eu olhava para o meu filho e sentia que a vista dele era triste, muito triste, ele ria para não ficar sério como os outros, aí eu notava que ele tinha uma tristeza. (...) Mãe sente a tristeza do coração do filho, nem que ela não saiba qual é o tipo de tristeza, mas ela sente.*

Exemplo 65: *Eu enxergo os meus sentimentos sempre na tristeza, na lembrança, (...) eu vou levando a minha somente na lembrança, a minha vivência é assim.*

Segundo a mãe, a relação familiar após a morte do filho foi um reflexo de dor e sofrimento, principalmente para os pais já idosos. A reação e as consequências sentidas da narradora, do marido e dos irmãos, frente à dor da perda, são descritas conforme os exemplos a seguir.

Exemplo 66: (...) *eu fiquei um pouco triste, abatida, emagreci muito depois disso, adoeci, e até hoje continuo doente, triste e chorando a morte do meu filho.*

Exemplo 67: *Ele reagiu, ele era muito calado, ele não falava nada para ninguém, mas a gente notava a fisionomia dele, que ele estava muito triste, abatido, emagreceu muito, e começou a também ficar doente, e sempre ele ficou resistindo no coração essa dor.*

Exemplo 68*: Os irmãos ficaram tudo aflito, o meu marido também ficou muito aflito, emagreceu demais também, foi quando ele começou a adoecer do coração também.*

A influência do contexto social, mais especificamente do contexto familiar, no qual o filho vivia, é fator determinante para a ocorrência da perda. Embora a mãe não seja detalhista com relação ao casamento do filho e aos problemas advindos deste, em seu discurso, ela toca em pontos como: situação financeira do casal, traição, conflitos e fofocas.

Exemplo 69: *(...) casou com essa moça, levou uma vida trabalhando, tanto ela como ele, e estavam bem sucedidos na vida, com um certo tempo eles não se entendiam mais (...)eu notava assim a confusão dele, mas eu ficava só aparte, nunca tomei conhecimento. E já passados longos anos, apareceu uma história na vida dela, que ela estava traindo ele, ninguém sabe da verdade, mas ele já muito contrariado, muito triste por essa conversa (...) já com muitos anos, essa conversa rolando.*

Esta narrativa demonstra as características da Fase 4 (de resorganização), conforme nos propõe Bowlby (1997). Por conta da influência do tempo do falecimento, 17 anos, a mãe já consegue demonstrar comportamentos tais como: um maior grau de reorganização, aceitando as mudanças em si e na situação. Não se conforma com a perda, porém já não busca mais recuperar a figura do filho perdido. Através da religiosidade, sente-se mais confiante para seguir o curso da vida.

A ilustração, em forma de mandala, a seguir, mostra, de forma esquemática, as principais características sócio-afetivas, encontradas na narrativa analisada.

Figura 5 – Principais características sócio-afetivas – Narrativa 03

4.1.4 Análise da Narrativa 04: *Porque ao mesmo tempo em que ele se foi, deixou, assim, um buraco. Ficou um vácuo, ficou aquele espaço dele ali, que eu procuro por ele todo dia e não encontro.*

De acordo com a mãe, a morte do filho ocorreu por meio de inúmeras facadas aplicadas por um inimigo do pai, como forma de vingança. A mãe afirma que, apesar de o filho ter envolvimento com drogas desde a adolescência, este não foi o motivo crucial para sua morte. Segundo ela, por conta de uma desavença do homicida com o pai de seus filhos, estes vinham sendo perseguidos há algum tempo, e a morte de um deles, aos 24 (vinte e quatro) anos, ocorreu em um bar, enquanto este bebia a convite assassino.

Nesta narrativa, o tempo de falecimento é um dos menores em relação à data de realização da entrevista. Pudemos observar, de forma muito latente, a dor e a revolta da mãe pela perda de seu filho. O ato de narrar o ocorrido é constantemente entrecortado por pausas cheias de choro e suspiros, que extravasam sentimentos ainda bem vivos na memória enlutada desta mãe. Em conformidade ao pensamento de Resende (2011), a crise e o trauma da mãe reforçam a ideia de pertencimento em seu discurso, dotado de forte carga emocional. O posicionamento de revolta e a não aceitação do fato pode ser claramente visto nos trechos que se seguem.

Exemplo 70: *Deu muitas facadas. Deu muitas facadas no meu filho. Tudo que ele tinha pra cortar, ele enfiou a faca. Matou meu filho sem dó. Matou meu filho sem dó. Por conta de*

raiva que ele tinha do pai dele. Eu sofro demais com isso. Eu não consigo esquecer. Tive que fazer tratamento pra poder voltar a dormir, que eu não conseguia. Abandonei trabalho, abandonei casa, abandonei o resto dos filhos. Porque eu tenho a impressão de que eu tento me colocar na hora que deram aquelas facadas nele, eu fico tentando sentir o que ele sentiu. Isso é muito ruim, é muito desesperador. Eu tenho a impressão que cada facada que ele levava, acho que ele pedia, pedia a ele, não sei.

Exemplo 71: *Eu sei que o que ele fez com o meu filho foi desumano, porque ele ainda lambeu o sangue do meu filho. Engoliu, ainda, o sangue do meu filho.*

É contundente a intensidade da dor que a mãe relata em seu discurso. De forma inclemente, ela utiliza palavras denotativamente "sangrentas" para marcar a intensidade daquilo que a dilacera. Expressões reforçadas como "muitas facadas" e "sem dó" relevam a revolta da mãe frente à frieza do assassino em tirar a vida de seu filho de uma forma tão cruel.

Ao narrar o fato, utiliza expressões marcadas por forte carga semântica como: "sofro demais", "abandonei", "muito ruim" e "cada facada". A mãe corporifica a dor em sua fala ao colocar-se no lugar do filho, numa tentativa de sentir cada golpe por ele sofrido. Este comportamento reflete a típica proteção maternal, ou seja, a mãe entrega-se para defender a cria, mesmo que isto não seja mais concretamente possível. É uma tentativa de que a dor dela alivie a do filho. Na expressão "acho que ele pedia" podemos observar uma não aceitação da morte. A mãe supõe que, até onde pode, o filho tentou impedir a sua morte e, consequentemente, o sofrimento que ela agora sente.

Através utilização do vocábulo "desumano" e da expressão "engoliu o sangue", no exemplo 71, a narradora fortalece a ideia de revolta perante o comportamento do homicida. O modo como a mãe narra as ações do assassino chama, de forma chocante, a atenção do ouvinte para a compreensão da intensidade de seu trauma.

Em conformidade com o que já observara Charaudeau (2009), a mãe constroi o discurso em função de seu ponto de vista acerca das circunstâncias narradas. Seu objetivo é convencer e chamar a atenção de seu interlocutor para aquilo que pretende expressar de forma mais intensa. Aqui, através da sua elaboração narrativa, a mãe expressa veementemente a crueldade da morte do filho e grandeza do trauma resultante disso.

Assim como vimos na narrativa anterior, o sentimento de revolta e ódio pelo assassino tende a ser abrandado neste discurso por força da religiosidade da mãe. Ou seja, há

o ódio, mas este não deve ser sentido, é contra as leis sagradas da religião, é preciso abandoná-lo.

Exemplo 72: *No início, eu queria, de coração, que ele pagasse. Eu não queria que ele tivesse morrido, sabe? Porque a Bíblia fala que o salário do pecado é a morte. E, ali, quando ele morreu, ele pagou pelo que ele fez. Eu, realmente, queria que ele tivesse continuado vivo, que ele tivesse ficado preso. Eu cheguei a ficar cara a cara com ele na delegacia e o delegado soltou ele. Me chamaram pra fazer acareação com ele pra depois soltarem. Aí, no dia, eu fiquei com ódio. Mas, como eu sou testemunha de Jeová, eu não posso guardar ódio.*

Percebemos aqui um paradoxo discursivo, no qual a mãe se coloca entre a ira e o perdão por aquele que tirou a vida de seu filho. A expressão "de coração" mostra a necessidade íntima de justiça. O fato da morte do assassino representa uma justiça que a satisfaz, mas que não pode ser assumida, por conta dos preceitos bíblicos que segue. Há, no trecho 72, um misto de ódio e perdão, que caracteriza a dualidade de sentimentos da mãe em relação à dor que sente e ao causador desta.

Exemplo 73: *Depois de um ano, pegaram ele e mataram ele do mesmo jeito que ele matou o ***. Do mesmo jeito. Mas, assim, eu não me senti bem com a morte dele. (...) Foi impactante pra mim. Do jeito que ele matou o (Eduardo), ele morreu. Exatamente igual. E eu não me senti bem. (...) Eu não acho que deveria ter sido dente por dente, olho por olho. Porque a Bíblia fala que a vingança pertence a Deus.*

Exemplo 74: *Teve quem fizesse a justiça por ele. Mas, mesmo assim, eu não me senti bem. Apesar de, no princípio, quando aconteceu, eu desejei, de coração, desejei a morte dele. Mas, aí, depois, refleti em orações, pedindo a Jeová que tirasse, que não me deixasse que aquele ódio amadurecesse dentro de mim. Eu consegui perdoar ele, já falo com a mãe dele.*

No exemplo 73, observamos que a narradora é enfática ao repetir a expressão "do mesmo jeito" e, em seguida, a sinônima "exatamente igual". Conseguimos perceber aí certo paradoxo discursivo. Mesmo afirmando não se sentir bem com a morte do homicida, e afirmando que a justiça deva ser a divina, ao repetir enfaticamente a semelhança no modo de morte, sugere ao ouvinte a ideia de que o homicida pagou de modo igual pela crueldade

cometida, ou seja, seu filho foi vingado. Isto pode ser comprovado na frase: "Teve quem fizesse a justiça por ele", no exemplo 74.

O que ocorre aqui é o que nos aponta Aristóteles (2005) ao afirmar que através da paixão, do misto de sentimentos, o sujeito expressa mudanças na sua essência e na sua identidade.

Conforme já visto no exemplo 72, também há, no exemplo 74, ideia de que o perdão deva ocupar o lugar do ódio inicial, devido à necessidade de obediência à crença religiosa. Podemos ver claramente aqui a influência do contexto, no qual mãe está inserida, na elaboração de seu discurso, conforme nos afirma Van Dijk (2012).

Embora a religiosidade e a obrigação do perdão apareçam em alguns momentos do discurso, a narradora volta constantemente à questão da revolta, da não aceitação e da não compreensão do fato, conforme podemos no exemplo 75.

Exemplo 75: *Foi muita maldade. Não sei como a pessoa consegue, um ser humano consegue fazer isso com outro semelhante. Não sei, não entendo. É uma coisa que não dá pra entrar na minha cabeça de jeito nenhum. Eu acho que, assim, a humanidade está partindo já, está deixando de ser humano. Estão ficando animal. Estão virando animal. Porque animal não tem raciocínio. Pelo menos não pensa. E o ser humano pensa. Eu acho que deveria pensar antes de fazer qualquer mal* (choro).

De todas as mães entrevistadas, esta foi a que menos demonstrou em seu discurso um desejo por superação de sua dor. Porém ao ser interpelada quanto a isto, a mesmo recorreu à religião, a qual denomina como "porto seguro", e se refere à união da família como um meio de fortalecimento para seguir a diante.

Exemplo 76: *Foi meu porto seguro, sabe? Assim, é o amor de (Jeová) que está me conduzindo, que está me mantendo em pé. Os conselhos. Quando eu estou muito aflita, eu vou na Bíblia com as minhas irmãs, que as minhas irmãs todas são, converso com elas, desabafo também.*

No trecho "quando eu estou muito aflita, eu vou na Bíblia", a mãe deixa bastante clara no discurso a força da religião como fonte de apoio para seu estado de luto. A questão do apoio da família como outro ponto de segurança para também é reforçada nos exemplos 77 e 78. Para esta mãe, a base familiar surge também como sustentáculo para uma mulher que precisa enfrentar dois lutos quase que concomitantes, o de seu filho e o de sua mãe, falecida uma semana depois.

Exemplo 77: *Quando está acontecendo alguma coisa, eu converso com elas. Até mesmo problema entre eu e eles eu procuro o apoio delas. Quando o *** morreu, com seis dias minha mãe morreu. Minhas irmãs muitos amorosas, sempre me apoiando, não me deixavam só*.

Exemplo 78: *É o meu refúgio. O meu porto seguro é lá na casa dela, na casa da outra. E é assim, eu fico tentando me remendar meus pedacinhos com elas. Uma segura daqui, outra segura dali. Quando eu estou querendo cair, elas me levantam. E eu estou seguindo.*

As expressões "refúgio" e "me levantam" mostram o discurso de uma mãe que sabe que ainda não tem forças suficientes para lidar ou sair sozinha de sua situação de luto e dor, por isso conta continuamente com o apoio da família. A metáfora "tentando remendar meus pedacinhos" mostra-nos claramente a consciência da mãe de que a superação de seu trauma ocorrerá paulatinamente, um pouco a cada dia, mas nunca totalmente, pois o remendo não faz voltar ao que se era, deixa marcas, rachaduras que nunca serão invisíveis.

A culpa no discurso aparece quando mãe relata que criou os filhos sem a ajuda ou companhia do pai, e que precisava deixá-los sozinhos para trabalhar. A condição socioeconômica desfavorável foi fator determinante para que esta hoje se sinta culpada por não ter acompanhado de forma integral os problemas de saúde e com drogas do filho, enquanto vivo. Embora afirme ter feito o possível, a mesma não se mostra satisfeita e se culpa por aquilo que poderia ter realizado para salvá-lo. Observamos aqui que a culpa não está ligada ao fato do assassinato em si, mas ao contexto de vida do filho, que acabou resultando em sua morte.

Exemplo 79: *Antes, eu me achava uma supermãe. Hoje, eu me olho no espelho e fico sempre, assim, achando que eu podia ter feito mais pelos meus filhos. Eu me sinto incapaz agora. Mesmo sabendo que eu fiz tudo que pude. Mas sempre fica aquela coisa, "Eu poderia ter feito isso, eu poderia ter feito aquilo". Na semana que ele veio pra cá, pra Fortaleza, eu estava trabalhando. Era na minha semana de trabalho. Aí, eu fico imaginando, "Eu poderia ter abandonado o meu trabalho e ter ido cuidar dele". Eu sempre fico imaginando coisa. Hoje em dia, eu me culpo de não ter dado mais atenção pra eles.*

No exemplo 79, o que a mãe relata está de acordo com a reflexão sobre o comportamento materno, desenvolvida por Maia-Vasconcelos (2003). Segundo a autora, em uma situação de dor e sofrimento do filho, a mãe tende a sentir culpa e é envolvida por uma mistura de sentimentos como: amor, ódio, negação e superproteção.

Ao se culpar por aquilo que deveria ter feito, a mãe usa em seu discurso expressões com formas verbais no futuro do pretérito composto: "eu poderia ter feito" ou "eu poderia ter abandonado". Na Gramática Tradicional, a utilização deste tempo verbal serve para enunciar um fato que poderia ter ocorrido posteriormente a um determinado fato passado, ou seja, a mãe poderia ter cuidado do filho, para que ele não tivesse sido morto. Ao levarmos em consideração a temporalidade expressa com relação à ideia de ruptura, abordada nesta tese, podemos dizer que esta expressão temporal remete-nos ao que, de acordo com Maia-Vasconcelos (2003), chamamos de Futuro Imaginário, ou seja, através de sua fala, a mãe mostra um claro desejo de voltar a uma situação conhecida no passado, o filho em vida, como se pudesse ainda realizar algo em prol deste.

Durante toda a entrevista, a mãe relata as dificuldades que tinha com o filho, em relação ao seu comportamento, a sua saúde e ao seu envolvimento com drogas. Observamos a sua preocupação em salientar ações realizadas para a proteção do filho, como forma de dizer ao ouvinte que, dentro de suas possibilidades, deu de si o que foi possível. Entendemos que é este um modo que da narradora encontra para se eximir um pouco da culpa que a consome.

Exemplo 80*: Aí, ele fugia de casa, e eu ficava desesperada. E passava 15 dias desaparecido, e eu saía correndo atrás como louca, largava tudo, largava o emprego, pra procurar por ele, pra trazer ele pra casa. Eu fico com trauma também porque os cuidados que eu tinha com o ***, que eu corria mesmo, eu corria atrás, eu saía na madrugada atrás dele. Eu ia mesmo.*

Embora enumere os aspectos negativos relacionados a ele, também se preocupa em elevar as qualidades deste perante o ouvinte, numa espécie de recategorização da imagem do filho. Observamos no discurso que, embora o rapaz trouxesse para ela problemas, a mãe sempre procura convencer o ouvinte de que ele tinha também boas características, principalmente em relação aos irmãos e à fé, por isso não merecia a morte, de forma alguma. A morte deste filho é algo inaceitável. Exemplos disso podem ser comprovados nos trechos a seguir.

Exemplo 81: *Até porque, apesar de todos os problemas que ele me causava, eu preferia que ele estivesse aqui.*

Exemplo 82: *Pedia pra mim ler a Bíblia. Tinha temor. Ele tinha temor de Deus. Ele sabia que, quando ele fazia alguma errada, ele não conseguia dormir. Ele ia lá onde eu estava, se deitava comigo, pedia pra mim ler a Bíblia pra ele, eu lia. E, aí, ele dormia. Quando ele queria alguma coisa diferente, ou uma roupa, ou um calçado, ele chegava pra mim, me abraçava, me beijava.*

Exemplo 83: *Porque, quando o *** ficou cego, ele levava o *** pra onde o *** queria ir, ele levava. Ficou, sei lá, realmente os olhos dele. E, quando ele morreu, ficou o vácuo na minha vida e na do ***.*

As lembranças da mãe em relação ao filho morto são fortalecidas no discurso, mais na narrativa de ações do dia a dia, do que em objetos de uso do filho, como ocorre em outros relatos. Ações como colocar o jantar, mesmo que este filho não esteja mais vivo, apresentam-se como uma tentativa da mãe em reaver o filho que foi perdido, uma não aceitação da morte e um desejo da presença do mesmo perto de si. Este fato comprova os estudos de Morin (1970) acerca do traumatismo e da não aceitação da morte. Frente ao terror de um vazio realista e impensável, a mãe procura realizar ações que a façam esquecer este vácuo. No exemplo 85, a mãe recorre à sua fé religiosa como forma de consolo. Crendo naquilo no que lê, afirma um dia poder encontrar novamente o filho, reavendo a figura perdida.

Exemplo 84: *Agora é só a saudade que fica dele. Não consigo esquecer ele. Sempre que eu chamo os outros pra dentro, pra dormir, eu lembro dele. A hora que ele gostava de chegar em casa, o jeito como ele gostava de me chamar (...) Na hora da alimentação, é a hora mais ruim, porque eu vou botar a janta, eu sempre boto a dele. Não consigo esquecer. De jeito nenhum.*

Exemplo 85: *Você sabe que a Bíblia fala que vai haver uma ressurreição, tanto de justo quanto de injusto. E eu pretendo ver meu filho na ressurreição. Poder abraçar ele de novo. Eu pretendo, de todo coração, encontrar com ele, com a minha mãe, e abraçar os 2.*

Outro ponto que marca a questão do traumatismo da morte, conforme estudos de Morin (1970), aparece quando a mãe diz evitar falar sobre o assunto, em determinados momentos. Ou seja, para ela interessam as lembranças do filho em vida. As lembranças do filho morto incomodam-na, adoecem-na, por isso sugere "esquecê-las". Este comportamento

está presente não apenas nesta narrativa, mas na grande parte das narrativas de luto materno analisadas para a realização deste trabalho.

Exemplo 86: *Aí, foi muito traumático pra mim. E, cada vez que eu falo, eu fico realmente muito ruim. Muito ruim. Por isso que eu evito falar. Procuro meios de não me lembrar. Porque cada vez, fico até doente.*

A morte do filho, nesta narrativa, é uma das mais recentes entre narrativas coletadas. Podemos identificar, neste discurso, características que se delineiam entre as fases 2 e 3 do luto, conforme nos sugere Bowlby (1997). Podemos observar, a seguir, que a mãe fala da enorme saudade que sente e da sua busca contínua pela figura do filho. Além disso, o texto é permeado por descrições de desassossego, choro, raiva, sensação da presença real da figura perdida e desejo de reavê-la.

Exemplo 87: *Agora é só a saudade que fica dele. **Não consigo esquecer ele**. Sempre que eu chamo os outros pra dentro, pra dormir, **eu lembro dele**.*

Exemplo 88: *Foi muito traumático. **Eu não esqueço**, não. Eu só vi ele lá no cemitério, na hora, e eu **nunca vou esquecer** o rosto dele. **Não consigo esquecer** o rosto dele, de jeito nenhum. O rosto dele tinha facada (choro), no rosto dele.*

Tanto nos exemplos 87 quanto 88, a mãe repete várias vezes que não conseguirá esquecer a imagem do filho. Percebemos, nesta ênfase, a tentativa da permanência da figura do filho, mesmo que em sua memória. São notórios também os sentimentos de raiva e desassossego por ver o rosto de seu filho desfigurado por facadas. Os estudos de Rynearson (1984) apontam que pessoas que perdem familiares por homicídio tendem a sentir medo persistente, raiva do assassino e imagens repetitivas da cena do assassinato, ou seja, como elas imaginam ter acontecido.

Há trechos na narrativa que também nos indicam características da fase 3 do luto. A partir do momento em que esta mãe reconhece a imutabilidade da perda que sofreu, ela entrega-se à apatia, sofre com depressão e enfrenta, com ajuda de tratamentos médicos, um processo lento e doloroso de superação.

Exemplo 89: *Eu estou deixando o tempo me levar. Porque, se for por mim**, eu não vou, não. Eu não vou, não**. Aí, eu parei de trabalhar, tive que sair do trabalho, porque eu fiquei com uma depressão.*

No trecho 89, a expressão "eu não vou" é enfaticamente repetida. Neste momento, a mãe reconhece sua inércia perante a perda e seu desânimo a faz compreender que, sozinha, já não tem forças para lutar contra sua dor. Quando questionada sobre suas perspectivas para o futuro, a mãe, no exemplo 90, continua a reforçar o fato de que já não possui mais ânimo para seguir, perde o gosto pela vida, a ponto de sentir medo de cometer suicídio.

Exemplo 90: *Não tenho perspectiva. Porque, depois que o *** se foi, eu adquiri traumas e manias. E eu tenho medo, até, de entrar em depressão outra vez, e fazer besteira comigo mesmo. Muito medo mesmo (...) Por mim mesma, pra mim, eu não tenho mais perspectiva. Não tenho mais vontade de sair, não tenho mais vontade de comprar uma roupa, sabe? Eu não me arrumo mais como eu me arrumava antigamente. Perdi o gosto de viver.*

O evento da perda, nesta narrativa, tem forte repercussão nas relações familiares. Dois motivos são determinantes para isso. O primeiro é que a morte ocorre, segundo o relato, pela sede de vingança que o homicida tinha contra o pai da vítima. A mãe, que já não mais convivia com o pai, o culpa tanto pela morte do filho, quanto pela ausência na criação deste e dos demais. Há ainda a revolta e a não aceitação do fato de que nem pai e nem sua família compareceram ao funeral.

Exemplo 91: *E, na verdade, ele só fez isso porque o pai dos meninos causou isso, que ele nunca deveria, que um homem de idade, ele nunca deveria se trocar com um jovem, por causa de bebida.*

Exemplo 92: *O momento é difícil na vida da gente, a gente precisa mesmo de apoio. Mas o pai dele não deu esse apoio, nem quando ele morreu nem quando o *** ficou cego. O pai dele não compareceu. Aí, é assim, é eu que tenho que tocar o barco só. É eu que tenho que me revezar, só filho homem, o certo era ter um pai pra conversar com eles.*

Exemplo 93: *Nem o pai veio. A gente avisou. Eu avisei por telefone. Depois os meninos, no dia do sepultamento dele, os meninos avisaram, mas a família da parte de pai, nenhum compareceu.*

O segundo é que o filho morto era considerado como “os olhos” do irmão deficiente visual. Quando questionada sobre o modo como a falta do filho mexeu com toda a família, a mãe enfatiza a importância que este tinha para seu irmão, deficiente visual. Assim, o luto da mãe é marcado não apenas pela dor de perder um filho, mas pela dor de ver o outro filho, deficiente visual, também enlutado pela falta do irmão, sua grande companhia.

Exemplo 94: *Eles sofrem muito também com isso. O ***, que era, assim, mais apegado a ele, porque o ***, quando ficou cego, ficou cego dum tiro, e ele prometeu pro *** que ia ser os olhos do ***. Aí, pra onde o *** ia, ele ia. Pra onde ele ia, o *** queria ir, ele levava, ele conduzia o ***. O *** é o que sente mais falta dele. E, por conta disso, ele sofre muito hoje.*

Segundo a mãe, a sua relação familiar com os demais filhos também foi abalada pois, por serem adultos, não compreendem as ações dela na tentativa da proteção permanente e na busca por evitar mais uma perda, mais um trauma para si. Este comportamento insere-se no que Bowlby (2007) chamou de função biológica do comportamento de ligação, ou seja, a mãe, por conta do laço de afeto e proximidade com os filhos, demonstra em seus cuidados um valor de sobrevivência, ou seja, uma tentativa contínua de proteção destes, contra ameaças externas que podem vir tirá-los dela ou romper este laço.

Exemplo 95: *Aí, hoje, eu fiquei com trauma e outros, hoje, tão sofrendo. Porque eu quero proteger os outros, eu tenho medo. (...) Aí, os outros agora estão sofrendo, porque eu vou também atrás. (...) Aí, eu quero proteger. Aí, acabo arrumando contenda. Porque eles ficam com raiva, dizem as coisas comigo. Porque eu corro atrás de proteger. E qual é a mãe que não quer proteger o seu filho? Apesar de não serem mais nenhum, nenhum são criança, mas eu fico sempre naquela sensação de que vai vir alguém que vai matar, que vai bater, sabe?*

Quanto à influência do contexto social, apesar de frisar claramente o alívio pela morte do filho não ter relação direta com o uso de drogas, fica entredito no discurso que o envolvimento com drogas e bebidas facilitou a sua ida para a emboscada da qual foi vítima. Como já visto, em momentos anteriores desta análise, a mãe inclusive se culpa por sua ausência no acompanhamento dos problemas do filho, pois a mesma precisava trabalhar para suprir as necessidades básicas da família.

Como forma de sintetizar a análise das características sócio-afetivas encontradas nesta narrativa, utilizamos a ilustração da mandala, a seguir, a qual tem como núcleo o

discurso narrativo, envolto pelos sete aspectos sócio-afetivos mais caracterizadores deste discurso.

Figura 6 – Principais características sócio-afetivas – Narrativa 04

4.1.5 Análise da Narrativa 05: *(...) ninguém quer perder ninguém, pode ser o que for, que filho é uma coisa tão importante pra gente.*

Segundo a mãe, a morte do filho ocorreu devido ao envolvimento deste com o roubo e o tráfico de drogas desde a adolescência. Por conta da dívida de um revólver, o filho foi morto com vários tiros disparados por um traficante do bairro, próximo à sua residência, aos 17 (dezessete) anos de idade.

O contexto social em que vive a família é um dos fatores mais marcantes na análise desta narrativa. Todos os filhos desta mãe são, ou já foram, usuários de drogas. Como moradora de uma área de alta vulnerabilidade à violência, observamos que em determinados momentos do seu discurso, a mãe se vê como que incapaz de reclamar, de gritar sua dor em busca da justiça pela morte do filho. O sentimento de volta não está tão explícito no início do discurso, mas vai surgindo no desenrolar da narrativa.

Por influência do contexto de violência que vivencia diariamente, no qual os homicídios são práticas rotineiras, a mãe descreve minuciosamente a morte do filho, como se esta fosse uma cena comum para ela. Embora não estivesse presente no momento do crime, a mãe é enfática em descrever as ações do assassino, ao citar da morte do filho.

Exemplo 96: *Quando ele voltou, por trás do ***, ele atirou na nuca. Quando ele caiu, ele pensava que ele ia se levantar, aí deu uma na perna e outra na outra (...) Depois que ele matou o meu sobrinho, depois que ele matou o meu sobrinho foi que eu vim saber que tinha sido ele que tinha matado o meu menino. Porque o meu menino completou 2 anos no dia 3 de fevereiro. Quando foi no dia 8 de fevereiro, ele matou meu sobrinho. Só porque o meu sobrinho foi dizer que ia vingar a morte do primo. Aí, quando foi no fim de fevereiro, ele foi preso. Aí assumiu a morte do meu menino e do meu sobrinho. E pegou 13 anos de cadeia. Mas aí, lá preso, mandou matou meus outros dois sobrinhos.*

Ainda no trecho 96, observamos uma sequência narrativa que vai além do objetivo de apenas contar o fato da morte dos membros da família a um desconhecido. É um discurso carregado de revolta. São dados detalhes que delineiam o nível de aversão da mãe frente ao assassino cruel. Prova disso é que, após toda essa enumeração dos homicídios, a mãe recua um o tom de voz e fala com tristeza da impunidade do algoz de seu filho.

Exemplo 97: *Ai, pronto, pegou 13 anos de cadeia. Aí pronto. Foi preso. Eu sei que a cadeia só foi pra ele. Tá solto, em São Paulo, uma mulher e os filhos. Não teve punição por nenhum, nem pro meu sobrinho, nenhum.*

Assim como em outras analisadas anteriormente, nesta narrativa a questão do perdão aparece atrelada ao aspecto da religiosidade. Porém, aqui a religião é encarada apenas como fonte de força e superação. Ao contrário dos outros relatos, neste, a mãe, apesar de professar uma fé, não demonstra a predisposição para o perdão do homicida de seu filho, ao contrário, ela prefere evitá-lo.

Exemplo 98: *O pastor me perguntou se eu um dia eu visse o homem que matou o meu menino, se eu tinha coragem de perdoá-lo. Rapaz, eu não tenho coragem nem de olhar pra cara dele, porque ele já veio não sei quantas vezes na casa da mãe dele, e às vezes foi gente lá em casa me chamar, pra eu conhecer. Deus me livre. Eu não quero nunca, às vezes eu digo pro pastor, eu peço pra Deus pra ele me afastar muito longe de mim.* ***Deus dê muitos anos de vida a ele, mas bem longe de mim pra eu nunca ver.*** *Porque eu não sei como é que é a minha reação, eu ver uma pessoa que tirou a vida do filho meu. Sei não.*

Observamos no trecho grifado, no exemplo 98, que há um paradoxo discursivo claro na fala da mãe. Ela afirma jamais querer encontrar o homicida de seu filho e utiliza a expressão: “Deus dê muitos anos de vida a ele”. Durante esta análise, ficamos nos perguntando: Como uma mãe pode desejar muitos anos de vida a alguém que não permitiu que seu filho os tivesse? Qual o propósito comunicativo disso? O que concluímos é que, além de esta ser uma expressão popular bem usada, há, através de seu uso no discurso, uma necessidade da narradora em se apresentar como alguém que não guarda ódio, que não deseja o mal, mas que ao mesmo tempo não perdoa. Para não ter que demonstrar, no discurso, um comportamento negativo, ela opta por afirmar que não deseja encontrar com o assassino de seu filho.

Exemplo 99: *De Deus, só Ele mesmo. Ninguém me conformava, se eu não seguisse um Deus tão vivo, eu acho que hoje eu tava junto com ele. É bem difícil, é difícil, difícil mesmo.*

Exemplo 100: *"Mas a senhora tem que perdoar". É? Por isso que eu peço muito a Deus, pra Deus não botar ele na minha frente. Porque como é que eu vou perdoar a pessoa que tirou a vida do filho meu? Sei não, mulher, só se for de Deus mesmo.*

No que tange à presença da religiosidade no discurso, como dissemos anteriormente, a mãe, quando interpelada acerca de sua busca por superação, cita Deus como responsável por ela continuar viva. A mãe utiliza repetida e intensivamente o vocábulo “difícil”, como forma de extravazar no discurso a enorme dor do luto. No exemplo 100, ao incorporar a fala de seu líder religioso, a mãe demonstra como a religião prega, de forma obrigatória e necessária, o perdão, mesmo que a dor causada ainda seja grande e insuportável.

Apesar da precária condição de vida dos filhos, envolvidos em drogas e atos criminosos, não observamos neste discurso um comportamento de culpa da mãe, nem pela morte de um filho, nem pelo modo como vivem os demais. Ao contrário disso, a mãe vê-se também vítima de um contexto social precário e violento que a rodeia. Em nenhum momento a mãe atribui a si a responsabilidade pelo caos, mas indica terceiros como responsáveis pelo mau comportamento do filho. Esta é sua postura no que diz respeito à causa da morte do filho e à entrada deste no mundo do crime. Quando interrogada acerca da infância do filho falecido a mãe afirma:

Exemplo 101: *Não foi muito boa não, porque ele estudou pouco. Ele estudou pouco e se* ***misturou muito****. Aí novo, com 10 anos, com 10 a 12 anos ele já começou a fumar, já começou a usar droga. Aí começou a se misturar, né?* ***Misturar com o vagabundos****. Aí usava droga, roubava, furava os outros, sabe? Aí tinha uma criatura lá, lá perto de casa, que tinha um carro.* ***Aí levava eles pra roubar*** *no centro pra ele. Aí tinha um que levava pra eles roubar, e tinha outro que* ***dava o revólver pra eles*** *roubarem pra ele.*

O fato de não demonstrar-se, de certa forma, como responsável ou culpada pelo modo como o filho viveu e morreu, não significa que esta mãe tenha sido ausente, não tenha cobrado melhor comportamento ou não tenha agido em proteção deste. Em vários da narrativa, estão diluídas as tentativas da mãe em proteger o filho e cita fatos que justificam a busca pela recuperação deste. Porém o fator culpa, neste discurso, é atribuído à situação de criminalidade do local onde vive, ao próprio caráter do filho e ao homicida que lhe tirou o filho.

Exemplo 102: *Aí eu dava muito conselho a ele, batia nele. Mas o menino era tão ruim de natureza, meu Deus do céu.*

Exemplo 103: *Às vezes ele saía pra fazer um assalto, aí eu chegava, "vai pra onde ***?" "Fazer uma parada ali". "Vai não, meu filho. Vai não".*

Um fator preponderante neste discurso é que a mãe toma boa parte dele para recategorizar a figura do filho. Isto pareceu-nos como uma necessidade de "limpar" perante o ouvinte a imagem do filho que perdera. Segundo Mainguenau e Charaudeau (2008), o discurso caracteriza-se exatamente como forma de ação, na qual uma enunciação constitui um ato, com objetivo de modificar uma situação, tal como faz esta mãe.

Quando tratamos da questão da relação familiar do filho, agora morto, com os demais membros da família, a mãe elogia estas relações e elevando as qualidades e minimizando as ações transgressoras.

Exemplo 104: *Porque ele era muito querido, eu muito querido, muito querido mesmo dentro de casa.*

Exemplo 105: *Mas eu podia dizer, o que eu dissesse a ele, não respondia.*

Exemplo 106: *Ele não era desunido com os irmãos, de jeito nenhum. Os irmãos eram muito, muito, muito amorosos a ele. Ele era o mais novo. Era o caçula. (...) Ele era muito querido dos irmãos. Um que mora bem aí dava muito conselho a ele, planejava muito. Cansaram de botar eles nos braços e deixar no colégio. Voltava e ele fugia. E era muito, não era desunido com os irmãos, de jeito nenhum. Era um menino muito obediente. Só não queria estudar, não queria trabalhar, só queria assim, gostava de ganhar dinheiro fácil. Bebia muito, mais muito. O meu desassossego era só preocupação, porque ele não trazia roubo pra dentro de casa, de jeito, nunca trouxe.*

Entre todas as narrativas analisadas, esta é a única em que a mãe assume a vida criminosa do filho. Entretanto, na maioria das vezes, ao mesmo tempo em que cita os defeitos, também reforça as qualidades. O que podemos perceber de forma constante é o discurso de uma mãe que procura convencer o ouvinte de que, apesar de todos os delitos cometidos pelo filho, isto não justificaria a sua morte.

Exemplo 107: *Logo era assim, ele era um menino que roubava, que usava droga, mas era assim, se você desse um conselho a ele, ele não era um daqueles meninos que eram ignorante, não. Nem pra mim. Pra mim ele nunca pegou em nada mesmo, ele nunca tirou* ***nada meu, nada, nada, nada****.*

A repetição do vocábulo "nada" deixa clara a tentativa da mãe de proteger a índole do filho. Isto não é apenas dito no discurso, mas reforçado. É como se, numa luta constante, a mãe tivesse que admitir e ao mesmo tempo negar que a vida do filho no crime contribuiu diretamente para o seu falecimento. Ou seja, ele roubava dos desconhecidos, mas nunca de sua mãe; ele cometia delitos, mas era um bom e querido filho, por isso não merecia morrer.

O discurso da mãe procura ainda abrandar os crimes cometidos pelo filho e trata de certa melhoria de comportamento deste, uma espécie de redenção, dias antes de sua morte. Os exemplos a seguir demonstram a visão de injustiça que a mãe tem sobre a morte de seu filho.

Exemplo 108: *Assim, de carro, ele não roubava nas casas não. Ele não roubava a casa de ninguém, ele fazia assalto assim, em mercadinho, em carro de bebidas, essas coisas.*

Exemplo 109: *Aí queria sair, queria sair das drogas, a agente comunitária de lá, conversava muito com ele, era louca por ele. Ela arranjou material, comprou material pra ele no colégio, arranjou trabalho pra ele no carro da cajuína, com senhor que ele trabalhava na casa. E ele era muito louco por ele.*

Exemplo 110: *Aí, quando ele quis sair, essa agente comunitária comprou material pro colégio, me ajudou a comprar as coisas do colégio, que ele podia estudar. Aí ele ia trabalhar na segunda feira, e morreu no sábado. Já tinha tudo comprado pra ele estudar.*

Quando interpelada sobre o impacto da morte na vida dela e da família, a recategorização da imagem do filho volta à tona. A expressão adjetiva, "muito bom", referente a este, e repetida algumas vezes no exemplo 111, vai de encontro à enumeração dos crimes praticados, no exemplo 112. Observamos que esta enumeração, embora pareça chocante para o ouvinte ou leitor, é amenizada pelo vocábulo "única". Sabemos que não foi uma "única" ação, foram diversas ações fora da lei, porém, no discurso, isto parece ser atenuado, seu filho atirou para defender-se e não merecia a morte.

Exemplo 111: *Mudou completamente, diferente, porque assim, ele era um menino muito bom, obediente, não me respondia, ele era um menino de ficar em casa, no dia que ele bebia, ele ficava em casa, fazia tudo dentro de casa, até roupa minha ele lavava. Era um menino muito bom, muito bom mesmo.*

Exemplo 112: *A gente só tem saudade mesmo. Eu, pelo meu, o meu, nunca assim, a única coisa que ele me dava, era de roubar, furava os outros. Um dia ele deu um tiro na coxa de um homem no mercadinho, porque o homem foi pra cima dele, pra tomar o revólver dele.*

Assim como nas demais narrativas, o discurso do luto materno aqui analisado também reforça a questão da lembrança contínua do filho morto. Um exemplo disso é visto na valorização que a mãe dá aos objetos do filho, tais como: roupa, perfume, fotos etc.

Exemplo 113: *Pra mim foi, assim, foi um pedaço que tiraram de mim, que esse pedaço nunca mais cicatrizou. Essa ferida nunca vai sarar, nunca. Eu tenho a foto dele lá de frente pra minha cama, toda hora eu estou vendo ele. Todo dia digo, meu Deus, isso aí é uma ferida que*

nunca sara. Está com 13 anos, mas pra mim ele morreu ontem. Toda hora estou sentindo falta dele, não me esqueço dele hora nenhuma.

Exemplo 114: *Assim, me lembrava, eu me lembro toda hora, nunca passa, essa lembrança. Principalmente quando eu chego dentro de casa, que eu entro no quarto, tem uma foto dele. Quando eu abro a porta, tem outra dele de frente. Eu ainda tenho roupa dele, do tempo que ele morreu, guardada dentro de um saco de plástico, de vez em quando eu lavo. Eu tenho um perfume que ele usava, que esse perfume, acho que ele vai morrer comigo. Porque a única coisa que eu faço desse perfume dele, é só botar um pouquinho nessa blusa dele.*

Exemplo 115: *Ele dizia assim, "olha, quando eu morrer algum dia, se ainda tiver esse perfume, eu quero que bote nem que seja o vidro dentro do meu caixão". Aí eu dizia, "não vou botar no caixão, eu vou guardar".*

Um fato que nos chamou a atenção é que, apesar de toda a recategorização da imagem do filho, feita no discurso, a mãe não nega certo "alívio" com a morte deste. Porém este não é um alívio desejado, esta situação de ruptura permanente do laço afetivo não é pensada pela mãe em relação ao seu filho. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que cita a ausência dos problemas que este provocara, a mãe lamenta profundamente não tê-lo mais fisicamente em sua vida.

O exemplo 115 indica-nos que tanto a mãe quanto o filho sabiam do risco de morte que este corria, por estar inserido no mundo do crime. Em outras partes do relato, a mãe afirma que o filho era jurado para morrer. Entretanto, sabemos que este é um fato para o qual não se preparamos, principalmente quando se é jovem; assim como uma mãe não imagina a possibilidade enterrar um filho. Segundo Morin (1970), o homem tem trauma da morte, considera irreal, julga-se não morrente. Para o filósofo, a aceitação da morte não é inata ao homem.

Exemplo 116: *Quando a mãe perde um filho, assim, que ninguém quer perder ninguém, **pode ser o que for**, que filho é uma coisa tão importante pra gente. **A gente quer, quer dizer, quer fazer, mas não quer que ninguém faça**. Mas eu digo assim, quando uma mãe sofre muito com o filho, que ele morre, assim, é uma perda com sossego. É uma saudade do lado, perdeu, a gente não vê mais, e por um lado a gente tem sossego porque, por aquele filho a gente já*

não sofre mais. Só sofre saudade, mas não passa mais aflição, não passa vergonha, não passa raiva.

Com o uso da expressão "pode ser o que for", a mãe traz ao discurso a consciência das dificuldades que tinha com seu filho em vida, entretanto nada justifica a dor que agora sente com sua perda. Ela desejaria corrigi-lo, puni-lo, mas nunca sofrer a dor de vê-lo tirado do seu lado. Por mais que não tivesse que passar por situações desagradáveis no futuro, o que a mãe não aceita é a perda, a dor do luto é maior que a aflição, a vergonha e a raiva que o filho provocara em vida. Esta não aceitação da morte, conforme Mannoni (1995), ocorre porque a mãe reluta diante da renúncia ao filho, uma parte dela se vê perdida nele e esta perda a faz viver uma situação traumática.

O discurso não traz claramente os impactos sofridos pela família, após a morte deste filho. Porém, a mãe narra a situação familiar caótica em que vive. A partir daí, podemos concluir que a morte do filho caçula é apenas mais uma consequência do contexto em que sua família se encontrava e ainda se encontra. A entrevistada cita que trabalha todos os dias para superar sua dor, para afastar-se de sua casa, e principalmente de uma de suas filhas, que apesar de lhe causar problemas, é protegida afetivamente pela mãe.

Exemplo 117: *Eu imagino, eu não vou parar, porque se eu parar. Aí eu vou ficar em casa, chego, filho bêbado, chego, filho drogado, a minha filha cheira pó, ela e o marido, e o filho bebe cachaça e fuma pedra. Tem noite que eu saio de casa pra não ver os 2 se matarem, porque fica o irmão com a pedra, a irmã com a faca.*

Exemplo 118: *Agora tem o mais velho e a mais nova. Tudo usa droga. É ela, o marido e o irmão. Tudo usa droga, tudo bebe. Ai, minha filha, a minha vida é um inferno, é um inferno. Não tenho nada. Tudo quanto eu tenho (...) eles vendem, eles trocam por droga, eles vendem por 10 reais, por 5, isso mesmo.*

Exemplo 119: *Quando ela tá boa, pede fralda pro filho, pede cigarro, pede tudo. Quando tá bêbada, drogada, é uma richa em mim e nele, que essa minha filha, pelo amor de Deus. As vezes ele diz assim, "mãe, deixa essa menina morrer. Que isso aí morrer não faz falta, não". "Faz, faz, minha filha. Você tá por fora,* ***faz falta que é minha filha.*** *Eu amo ela, eu amo Deus no céu e minha filha na terra". Eu não tenho raiva dela, eu tenho raiva da ingratidão dela.*

No exemplo 119, a narradora reforça a mesma ideia que tem em relação ao filho falecido, ou seja, por mais difícil que seja um filho, é sempre melhor tê-lo ao lado. Em uma tentativa de proteção, a mãe deixa claro que não espera enfrentar novamente o trauma pelo qual passou. A expressão popular "Deus no céu e minha filha na terra" assegura o comportamento materno e afetuoso de uma mãe por sua filha, independente de seus defeitos, qualidades, desvios ou êxitos. Maia-Vasconcelos (2003), ao analisar a força da relação entre mãe e filho, salienta que esta se caracteriza como um espiral que rola no tempo. Assim, quanto mais frágil e problemática a mãe vê a filha, mais se conscientiza da importância da presença dela ao seu lado.

Conforme já dito anteriormente, a influência do contexto social é marcante em toda esta narrativa. Os fenômenos da morte e do luto estão, neste discurso, intrinsecamente relacionados à situação social dos envolvidos. Quando, no início da entrevista, tratamos da questão da infância do falecido, a mãe rapidamente recorre às ações delituosas do filho, influenciadas por terceiros.

Segundo Goffman (2013), quando o sujeito se representa em uma interação social, ele procura, através da expressão de símbolos verbais, influenciar e chamar atenção do seu interlocutor para aquilo que julga mais importante. Neste caso, a mãe conduz seu discurso para que o ouvinte confira-lhe um voto de confiança de que seu filho foi uma vítima do contexto social no qual vivia, desde cedo. Ou seja, ele não procurou a morte, foi levado até ela.

Exemplo 120: *Não foi muito boa não, porque ele estudou pouco. Ele estudou pouco e se misturou muito. Aí novo, com 10 anos, com 10 a 12 anos ele já começou a fumar, já começou a usar droga. Aí começou a se misturar. Misturar com os vagabundos. Aí usava droga, roubava, furava os outros. Aí tinha uma criatura lá, lá perto de casa, que tinha um carro. Aí levava eles pra roubar no centro pra ele. Aí tinha um que levava pra eles roubar, e tinha outro que dava o revólver pra eles roubarem pra ele.*

Exemplo 121: *Que quando eu soube que ele tinha vendido esse revólver desse traficante, desse criminoso, que era traficante criminoso. "Pelo amor de Deus, ***, o que tu fez da tua vida, ***?" "Não, mas eu não vou morrer dessa, mãe. Eu vou pagar".*

É bem notória a influência social na rememoração de lembranças relatadas nesta narrativa. Com base em Bosi (2013), podemos dizer que as lembranças da mãe também se constituem como uma construção social do grupo no qual vive. A mãe apresenta-nos o seu ambiente social, utilizando elementos que indicam sua escolha e rejeição em relação àquilo que está sendo rememorado.

O ambiente hostil da criminalidade, das drogas e da violência é descrito inúmeras vezes no discurso do luto em análise, inclusive no exemplo 122. A mãe relata como o tráfico de drogas é responsável por tantas mortes em sua família. Esta descrição tão efetiva da mãe, em relação ao contexto em que vive, fortalece a tese de Van Dijk (2012) acerca da importância do contexto no discurso, o qual, segundo o autor, destaca-se inclusive na constituição do próprio texto, não sendo apenas um produto constituinte, mas também constitutivo da narrativa.

Exemplo 122: *É tudo por causa de droga, roubo. Tudo, tudo, tudo. Não morre um de dizer assim, na minha família adoeceu um e morreu, não. Os velhos tudo é vivo, as pessoas mais velhas é tudo vivo. Agora, na minha família, os mais novos (...) Da minha irmã só teve 3, mataram ninguém. Mas os filhos, na minha família só tem uma até hoje que não tem filho errado, só uma irmã minha. (...) Mas o resto, o resto quase tudo já perdeu o filho. Tenho uma irmã que perdeu três filhos, tem outra que perdeu dois, tenho outra que perdeu um.*

A mãe não toca na questão da superação do luto, até ser questionada pela entrevistadora. Quando descreve suas ações do dia a dia, percebemos que utiliza o trabalho como válvula de escape para superação dos problemas, que precisa enfrentar rotineiramente, e também como fuga para as lembranças traumáticas que traz em si. Não percebemos aqui grandes perspectivas para seguir a vida, trabalha para sobreviver, mesmo quando o corpo, já envelhecido pelo sofrimento, dá sinais de fraqueza.

Exemplo 123: *Foi uma pena, Deus o livre, muito tempo mesmo eu sentia muita falta. Com a continuação, eu fui conversando, trabalhando, voltei a trabalhar.*

Exemplo 124*: Assim, em uns pontos a minha vida é cansativa, é muito estresse, porque eu trabalho, eu não paro de trabalhar. Eu, quando eu não estou trabalhando assim, nas casas (...), passo o resto do dia é em casa, é costurando, eu puxo ponto de rede de um, lavo a roupa de um, engomo de outro, costuro. Assim, não paro. Agora inventei de fazer umas sopas e*

umas carnes pra vender. Eu não paro. Porque eu, digo assim, minha vida é muito estressada, se eu parar piora. Aí eu sou mais de trabalhar. O que posso, o que não posso. Às vezes eu vou trabalhar, volto no meio do caminho.

A manifestação do luto, nesta narrativa, apresenta uma particularidade em relação às anteriormente analisadas. Apesar de já se passarem 13 anos do falecimento de seu filho, podemos observar, na riqueza de detalhes narrados, que os fatos ainda estão bastante nítidos na memória da mãe. Não nos referimos, neste momento da análise, apenas ao estado emocional atual da mãe em relação ao luto, mas também às suas reações pós-morte, tão bem descritas na narrativa. Ou seja, ao invés de apenas se autoavaliar como se encontra hoje em relação à morte do filho, a mãe chama a atenção do ouvinte narrando seu processo de luto, desde o início.

No exemplo 125, podemos perceber, no comportamento da mãe, características da Fase 1 do luto, conforme descrição de Bowlby (1997). A mãe passa pela fase do aturdimento, apresentando-se confusa e incapaz de aceitar a notícia.

Exemplo 125: *Eu passei 6 dias internada, tomando só soro. Até água, nem a água eu queria beber. Porque eu não queria viver, com a perda do *** eu não queria viver. Se não tivesse sido a minha família caído em cima, se fosse daquelas com quem não tivesse com quem conversar, e nem com quem aconselhar, acho que eu tinha morrido. Porque eu passei 6 dias internada, soro na veia direto, comida, eu não queria comer. Quando eu ia comer, me lembrava dele.*

As características da fase 2 do luto aparecem no discurso, quando a mãe narra que busca pela imagem do filho nas filhas, demonstrando desassossego e tristeza, principalmente ao voltar para casa; e enfatizando os vícios de café e cigarro como modo de exteriorização da tristeza.

Exemplo 126: *Aí, minha filha, olha, eu não queria ver ninguém. As minhas filhas, eu não queria nem ver minhas filhas, porque se eu olhasse pras minhas filhas, eu tava olhando pra ele. Quando eu cheguei em casa, meu Deus, aí foi que, olha, eu cheguei a pesar 38 quilos. Meu negócio era só café e cigarro, café e cigarro.*

Percebemos ainda que, nesta narrativa, o tempo de falecimento não foi determinante para a caracterização do processo de luto narrado. Mesmo com um maior tempo de falecimento do filho, o que a mãe opta por relatar são reações vividas, há 13 anos. Assim, entendemos ser esta uma forma de demonstração de que o passado, marcado pelo trauma, está mais nítido e tem uma maior importância no discurso desta mãe, que o modo como ela se encontra hoje. Notamos o quão viva ainda é a ferida no íntimo desta mãe, ao observarmos o exemplo 127, no qual proporciona o grau de sofrimento da pessoa pela perda de um ente querido. Segundo ela, a dor de perder um filho supera todas as demais.

Exemplo 127: *Meu Deus, não existe dor maior de que a perca de um filho e de uma mãe. Pai é ruim, que tudo isso eu já perdi, já perdi filho, perdi pai, perdi mãe. Mas a dor maior é da mãe e do filho. E do filho é pior ainda. Quando você imagina que você passa 9 meses, ter, criar, pra assim...* (pausa) (choro).

Figura 7 – Principais características sócio-afetivas – Narrativa 05

4.1.6 Análise da Narrativa 06: *Eu fico pensando assim, porque a gente tinha tantos sonhos com ele. E aí, sempre fica essa saudade mesmo.*

Segundo o relato da mãe, seu filho, que tinha 18 anos, foi convidado a ir deixar uma amiga na academia, onde foi assassinado por vários disparos de arma de fogo. O fato ocorreu há dois anos da data da entrevista.

Apesar do pouco tempo de falecimento do filho, dois anos e dois meses antes da data da entrevista, podemos observar que o sentimento de revolta desta mãe aparece no discurso envolto por certa polidez. Ao contrário do que ocorre nas narrativas 02 e 04, cujo tempo de falecimento dos filhos é também menor, nesta narrativa, observamos que a mãe tem o cuidado na escolha das palavras que utiliza e preocupa-se na imagem que constroi de si perante o ouvinte.

Esta particularidade, no entanto, não descarta o uso de expressões que demonstrem comportamento de revolta, diante da perda que sofreu. Já no início da entrevista, a mãe refere-se à traição da amiga de infância de seu filho, já que, segundo ela, esta foi responsável por levá-lo ao seu local de morte.

Exemplo 128: *A menina que ligou pra ele e o levou pro chamado cheiro no queijo*[52]*. Era muito amiga dele na infância. Ele conheceu ela, ficaram amigos. E, assim, uma semana antes eu percebi que ela estava muito aqui na casa da vizinha. Sempre que eu saía aqui fora, de manhã, ela estava. Eu nunca que ia adivinhar, mas ela já estava observando os horários do meu filho pra poder informar tudo. Foram cinco, mas a polícia informa que já morreram, só tem um. E ela, que ainda está no meio*.

Podemos perceber que a mãe refere-se a sua intuição a respeito do comportamento da amiga, porém a expressão "Eu nunca que ia adivinhar" mostra sua revolta e surpresa diante do fato. Isto é reforçado inclusive quando a narradora, através da construção da imagem positiva do filho, cita também o desconhecimento deste de que alguém poderia fazê-lo algum mal.

Exemplo 129: *E daí ele foi, na maior inocência, como ele não tinha maldade de fazer nada com ninguém, ele também achava que ninguém nunca ia ter maldade de fazer nada com ele. Só que a maldade do mundo é maior, não é? E aí, eles mataram ele.*

[52] Expressão coloquial, utilizada na linguagem nordestina como sinônimo de emboscada.

A expressão “Só que a maldade do mundo é maior" aparece, no discurso, carregada de sentimento de revolta e inconformismo perante a traição e, consequentemente, a morte. Ou seja, seu filho não a merecia, não a imaginava. No trecho a seguir, a mãe reforça sua fala de indignação perante o fato, sugerindo a necessidade de vingar-se de quem o provocou. Porém, logo em seguida, retroage da exposição deste sentimento, justificando-se e eximindo-se da ira.

Exemplo 130: *Eu tinha muito sentimento de raiva, tinha vontade de também querer fazer alguma coisa. Mas, aí nós pensamos que temos outros filhos, moram aqui. Mas, eu não tenho raiva não.*

Exemplo 131: *Eu pensava sempre assim, um dia eles vão ter o troco deles, o pagamento deles, não sei como, porque confesso que quando o primeiro morreu eu fiquei feliz, quando eu soube, "bem feito", e tal. Mas aí, a gente desejar a morte do próximo, mesmo porque perdeu um da gente, eles mesmos se destroem, e é o que está acontecendo.*

A relação do exemplo 130 com o exemplo 131 traz nítida a ideia de contradição. A mãe diz não ter raiva em relação aos assassinos, porém sua posição está dividida entre a sede de justiça e o fato de não poder desejar o mal ao próximo, mesmo sabendo que este mereça. Como dito há pouco, é notória preocupação da mãe em não fazer uma imagem negativa de si no discurso. Podemos verificar, já aí, certa influência do contexto religioso, conforme nos prova o trecho a seguir.

Exemplo 132: *Quando eu vi ela, eu tive vontade de fazer qualquer coisa, menos de ficar quieta. **Mas**, eu pedi a Deus que me desse sabedoria naquela hora. Porque a vontade que eu tinha era de gritar que ela era assassina, até rebolar ela daquela janela do ônibus, se fosse o caso, pegasse nos cabelos dela assim. (...) **Mas**, quando eu parei nas costas, fiquei só rezando, "calma".*

A questão do paradoxo comportamental e, consequentemente discursivo, aparece no trecho 132 de forma bastante clara. O uso da conjunção adversativa “mas” liga duas ideias de comportamento opostas, o que demonstra um duelo dos sentimentos de ira, advinda da necessidade de vingança; e de calma, sugerida pelos ensinamentos cristãos. Assim, verificamos, desde já, nesta narrativa, a marca da religiosidade, a busca pelo que é divino, que aparece aqui como sinônimo de correto, ideal.

Exemplo 133: *Porque eu acho que a gente já entrega tanta coisa ruim nas mãos de Deus, de tanta gente, "entrega na mão de Deus, entrega na mão de Deus". Mas, é a maldade do mundo mesmo, essa violência*.

Exemplo 134: *E não sou eu que tenho que fazer justiça. Só se rezar mesmo, pedir a Deus direto.*

Exemplo 135: *A gente fica sabendo sempre assim, "mataram o fulano", porque o fulano já tinha matado não sei quem (...) Mas, daí você entrega nas mãos de Deus mesmo. Só Deus para ter misericórdia.*

Exemplo 136: (...) *a gente quer até pensar por que Deus deixou que isso acontecesse, não é?*

Também podemos perceber certo paradoxo em relação à crença da mãe na justiça divina. Enquanto no exemplo 133 a mãe retira de Deus a obrigação de vingá-la, nos exemplos 134 e 135, ela deixa claro que é com auxílio deste que a vingança ocorre. A expressão "só Deus para ter misericórdia", no exemplo 135, não nos parece ser empregada como uma forma de pedido de piedade pelos assassinos mortos, mas como uma forma de reforço de que a justiça divina foi feita, ou seja, Deus teve misericórdia de seu sofrimento.

A recorrência à figura divina também aparece no discurso como forma de questionamento do porquê da morte filho, conforme exemplo 136. Isto mostra-nos que a mãe procura respostas para sua dor, mesmo sabendo que elas não serão encontradas.

O posicionamento culpa pela morte do filho é retratado pela mãe, nesta narrativa, em forma do questionamento: Como esta poderia ter evitado o fato?

Exemplo 137: *Às vezes, eu penso que eu é que tive culpa, sei lá. Será que faltou eu explicar alguma coisa para ele? Como mãe mesmo, também, eu me senti culpada, porque eu ficava pensando assim, "O que aconteceu que ele não tinha me dito?". Porque sempre ele contava as coisas para mim, coisas de namorada. E ele não passou nada para a gente.*

Exemplo 138: *Eu acho que, no começo, eu me sentia um pouco culpada, mas como todo mundo fala que nós sempre fomos bons pais, tanto eu quanto o pai dele, a gente nunca deixou*

faltar nada, como pobre a gente tem tudo. E a gente nunca incentivou ou aceitou eles fazerem algo que fosse errado, e a gente apoiar, por exemplo, não é?

Vale salientar que questão da culpa aparece de forma distinta no discurso. Enquanto no exemplo 137, a mãe afirma sentir culpa, no exemplo 138, ela retroage deste posicionamento, minimizando a intensidade deste sentimento através da expressão "um pouco de", e justificando a não necessidade da existência da culpa com opiniões de terceiros acerca da criação de seus filhos.

Exemplo 139: *E como, desde pequenos, eles sempre foram muito obedientes à gente, então, assim, em questão de dizer que foi culpa da mãe ou do pai que deixou estar na rua, eles não eram meninos de rua, de estarem chegando tarde em casa, sem avisar a gente, sem a gente saber. Então, eu mesma me senti um pouquinho culpada, por que isso tinha acontecido? Será que ele fez ou fazia alguma coisa que a gente não chegou a saber, não é?*

A questão do antagonismo em relação ao sentimento de culpa mostra-se ainda mais saliente no exemplo anterior. Ao mesmo tempo em que a mãe isenta-se, citando aspectos positivos da criação do filho, também se culpa pelo desconhecimento de fatos que podem ter ocasionado a sua morte.

Por dizer desconhecer as reais razões pelas quais o filho foi assassinado, a narradora volta boa parte de seu discurso para a recategorização da imagem do filho morto. Quando iniciamos a entrevista tratando da questão da infância e da criação do filho, a mãe é enfática em exaltar as características positivas deste.

Exemplo 140: *Foi muito boa, eles sempre foram meninos muito bons. Se dedicavam em trabalho, em ajudar dentro de casa (...)*

Exemplo 141: *Então, a gente não sabe direito o que aconteceu. Ele não tinha envolvimento com droga, nunca foi menino nem de fumar, nem de beber, sempre foi um rapaz muito trabalhador. Ele trabalhava muito de dia e à noite.*

Exemplo 142: *Porque nada, nada, nada, assim, até hoje eu ainda não ouvi falar nada, se tinha alguma coisa de errado, que foi por isso que ele morreu. Como os outros meus também não têm. São meninos trabalhadores.*

Conforme afirmamos, a mãe reconstroi a imagem positiva do filho, citando seus bons comportamentos, como forma de enfatizar a injustiça da ocorrência de sua morte. Com a repetição de vocábulos na expressão "nada, nada, nada", no exemplo 142, a mãe deixa transparecer sua revolta e não aceitação, fortalecendo a ideia do desconhecimento de possíveis causas para o assassinato do filho.

Exemplo 143: *Ele mesmo nunca me deu desgosto assim de eu ter que ficar indo atrás de reclamações. (...) As pessoas sempre dizendo as coisas boas, as coisas que ele sempre fazia eram sempre para ajudar as pessoas. Se estivesse num campo e visse alguém estava precisando de ajuda, ele voltava lá e ajudava. Ele não era menino de estar na rua para fazer algo que não fosse o bem para alguém. Ele nunca pensou em prejudicar ninguém.*

Exemplo 144: *Ele sempre estava com as meninas, ele era muito querido, tinham muitas meninas que queriam namorar com ele. Era muito lindo. Ele se dava com todo o mundo. Era conversar, fazer amizade, ele era muito atencioso.*

Os exemplos 143 e 144 reforçam ainda mais a tese da recategorização. Observamos que estas construções no discurso ajudam a mãe a ter uma lembrança positiva e agradável da imagem do filho, já que esta diz privilegiar as recordações do filho em vida, evitando tratar de fatos ligados à lembrança da morte. Nos três exemplos seguintes, podemos confirmar isto.

Exemplo 145: *Eu não lembro. Eu acho que foi até melhor, porque assim eu não tenho aquela imagem dele ali, morto.*

Exemplo 146: *Então, a lembrança que eu tenho mesmo é de vida, não é? Graças a deus, porque só de falar do caso já é difícil, imagine você ter visto aquilo. É como se eu não tivesse visto aquela situação. Se eu começar a pensar naquele momento ali, aí dá alguma coisa que eu não sei explicar.*

Exemplo 147: *Assim, eu consigo ver as fotos, às vezes eu choro mas é menos do que você pensar naquela situação ali, no que aconteceu. Sem você saber, daquela forma...*

Notamos que a mãe preocupa-se em fazer detalhadas descrições acerca da vida do filho, mas não age da mesma forma em relação a sua morte. Os fatos ficam nebulosos e obscuros no discurso, não há clareza de detalhes sobre o modo ou a cena da morte, como há em outras narrativas anteriormente analisadas. Expressões como "eu não lembro" ou "é como se eu não tivesse visto aquela situação" sugerem-nos a aversão da mãe em tratar do fato. Isto demonstra com espécie de autodefesa, ou seja, a locutora evita narrar detalhadamente o fato, porque tocar nesta ferida ainda dói. Daí seu intuito discursivo em destacar a vida e não a morte do filho.

Esta questão da aversão à morte foi retratada na obra de Ariès (2003). Segundo ele, na modernidade, tornou-se comum o movimento de ocultação da morte. A fim de preservar a felicidade, a mãe evita a referência à morte desnuda do filho, pois isto lhe indica a ruptura definitiva do laço afetivo entre ambos, e o reconhecimento de que de fato seu filho está morto. Em negação a isso, a mãe opta pelas lembranças, nelas, o filho está vivo, e estas lhe dão a sensação da não perda.

Trechos referentes a estratégias utilizadas como forma de perpetuação da vida do filho são encontrados ao longo de todo este discurso materno. Podemos comprovar isto já no exemplo 148, no qual a mãe refere-se a uma borboleta tatuada em seu corpo com as iniciais do nome do filho falecido.

Exemplo 148: *A borboletinha simbolizou porque no dia da missa de sétimo dia dele, uma borboletinha pousou no meu filho mais velho, ficou direto na missa. Ela voava um pouquinho, aí voltava pro ombro dele, ela voava lá um pouco, todo o mundo reparou... e voltava para o ombro dele. Ela dava uma voltinha, daí ela pousava nele. Só nele. Ela pousa só no ombro dele.*

Notamos que, de forma emblemática, a mãe utiliza a presença da borboleta como representação da presença do filho morto ao lado do irmão. Presumimos ser este um modo de não aceitação da morte, uma tentativa de trazer para perto de si a figura do filho que já não se encontra entre os viventes. Ao tratar das fases do luto, Bowlby (1997) faz referência a este comportamento que geralmente se apresenta em pessoas enlutadas, a ânsia em reaver de algum modo a figura perdida.

Objetos que remetem ao filho também são utilizados para o fortalecimento da lembrança deste. A mãe demonstra apegar-se a estes itens como forma de aproximação e religação do elo rompido.

Exemplo 149: *É, eu acho que ele fica mais presente. Eu tenho foto, aqui comigo, eu tenho (...) ele recebendo a hóstia sagrada que é da primeira comunhão dele. Tem ali atrás eu e ele em uma foto que eu ganhei de uma sobrinha minha. E eu tenho também aqui essa cartinha dele que ele fez quando aprendeu a ler, eu mandei emplastificar. Eu tinha feito para botar na mensagem de aniversário dele de 18 anos.*

Exemplo 150: *Então essas coisas, cada vez que eu vejo, eu gosto de ficar vendo. Tem gente que diz que não consegue ficar vendo foto, essas coisas, eu não sei porque eu não vi a situação lá, e nem ele no caixão, eu não tenho aquela coisa. Eu gosto mesmo de ver. Essa foto aqui, ela é grande, a gente mandou fazer uma para cada quarto e no corredor lá em cima. E as blusas, todo o mês eu faço uma de uma cor diferente com essa mesma foto, sempre essa primeira foto. Essa foto aqui também está na capa do meu Facebook, desde quando aconteceu. Eu só mudo a do perfil, da capa eu nunca mudo.*

O exemplo 150 reflete o que acontece muitas vezes com pessoas enlutadas, um forte apego da mãe à figura do filho. Isto ocorre devido à dificuldade em aceitar o fato da separação definitiva. A mãe afirma diversas vezes o gosto pela lembrança da imagem o filho em vida. Ao mesmo tempo, faz questão de frisar discursivamente que não o viu no caixão, o que nos mostra o horror desta em relação à imagem do filho morto.

A imagem da família é elaborada no discurso seguindo um viés basicamente positivo. A mãe reforça a questão da união da família, inclusive como auxílio para superação do sofrimento. No entanto, assim como ocorre em outras narrativas aqui analisadas, a mãe expande a intensidade da sua dor e do seu sofrimento também para os outros familiares.

Exemplo 151: *E quando a gente sai, saímos todos juntos, como família.*

Exemplo 152: *Então, acho que o apoio maior foi da família, ter se unido mais ainda, não é? Ficarmos sempre juntos, um apoiando o outro.*

Exemplo 153: *No começo o meu esposo ficou revoltado, sempre querendo fazer justiça com as próprias mãos. Mas aí, também com o apoio, as pessoas dizendo que isso não dá certo,*

ele, "é, vamos tocar a vida para a frente". Mas, ele ficou meio que deprimido também. Assim, de dias meio paradão.

O fato de a narradora frisar o sofrimento do esposo, como um pai que sentiu profundamente a perda, leva-nos a crer, com base inclusive nas análises anteriores, que, de forma bastante característica, no discurso do luto materno, a dor não é vista pela mãe como algo individual, mas coletivo. A dor não pertence apenas a ela, a perda atinge todos a sua volta. Ou seja, a morte de seu filho é algo abrangente, grande e importante.

Apesar de não haver uma correlação direta, não podemos negar a influência do contexto social no relato de luto desta mãe. A priori, ela acentua bastante a questão de que seus filhos foram cuidadosamente criados, obedeciam às regras e eram protegidos de más influências externas. Este fato comprova a recategorização de ambas as imagens: a sua e a de seu filho. A sua postura de proteger o filho dos riscos que podem atingir os jovens, em contextos de violência ou drogas, é utilizada no discurso numa busca por fortalecer o fato da incompreensão da perda.

Exemplo 154: *Então, em vez de eu deixar eles saírem pra rua, eu botava as crianças pra dentro pra brincar com eles.*

Exemplo 155: *(...) nunca foram meninos de estarem na rua.*

O trecho 156, a seguir, é o único, em todo discurso, em que a mãe supõe uma possível causa para a morte do filho: o fato de este ter se relacionado com uma ex-namorada de um traficante.

Exemplo 156: *Hoje em dia você não pode mais namorar com uma pessoa que a outra pessoa já não pode mais namorar com outro, nem com outro, porque se não o outro vai lá e mata.*

O que percebemos neste trecho é um posicionamento de revolta da mãe, frente à banalidade que provocou a morte de seu filho. Ela cita fatos que sugerem um ambiente hostil e de vingança, que reflete o contexto social em que vive. Assim, julgamos crucial a influência deste contexto para a ocorrência dos processos de morte e, consequentemente, de luto.

A questão da superação do luto, nesta narrativa, não foi tratada a partir da interpelação da entrevistadora. O que observamos no discurso é que mãe leva mais tempo relatando fatos do filho em vida, que exteriorizando sua dor ou a busca pela superação desta.

Quando questionada sobre suas reações em relação ao luto, a mãe procura narrar as etapas pelas quais tem passado.

Exemplo 157: *Eu fiquei procurando muitas respostas no começo, há 2 anos, (...) Mas, com a ajuda da família a gente vai conseguindo levantar um pouco, não é? Mas, demora muito. Já são o quê? 2 anos e 2 meses, faz amanhã. E você não consegue aceitar a situação.*

Exemplo 158: *Inclusive, agora, 2 meses atrás, em Julho, dia 15 de Julho era meu aniversário e minha sogra me presenteou com uma passagem para ir para a casa dela, passar uns dias. E eu fui, assim, até voltei agora. Foi muito bom, porque lá a gente tem outras lembranças, outros pensamentos, não é aquela coisa de estar aqui.*

Os exemplos supracitados mostram o estado de uma mãe que aos poucos busca adaptar-se a uma situação pós-traumática. Reconhece a morosidade do tempo para levantar-se e a sua incapacidade de aceitação do fato. Em busca de superação, utiliza mecanismos de distração, que a ajudem no processo de se reinventar, de se reconstruir mesmo que aos poucos.

Outro fator, relatado pela mãe como forma de auxilio para minimizar seu momento de dor, luto e sofrimento, foi a família. Conforme já observamos anteriormente, a dor luto não é uma dor individual, não pertence somente à mãe, ela é compartilhada no lar, onde a figura perdida deixou um vácuo.

Exemplo 159: *(...) aí todo mundo se apoiou um no outro e estamos aqui. Mas, é difícil.*

Exemplo 160: *Eu acho que o apoio da família mesmo. Família, família nós aqui, eu e eles 3, com o marido. E juntando 2 ou 3 pessoas, assim, de amigas, de primas dele, que me apoiaram muito, ficavam sempre ali.*

Exemplo 161: *Minhas amigas ficavam muito aqui. Cada hora que parece que a gente vai desistir, ou mesmo ficar naquela loucura de ficar chorando, chorando. Sempre apareceu alguém para ficar conversando, para ficar falando. Palavras que a gente tenta colocar na cabeça, que se a gente não fizer assim, a gente fará mais besteira, não vai trazer de volta, vai piorar a situação.*

O exemplo 161 traz, de maneira bastante contundente, a discursivização relacionada ao luto, prova disso é a expressão “ficar naquela loucura de ficar chorando, chorando”. A mãe relata tanto a intensidade de seu sofrimento, quanto a necessidade de ajuda para compreender a definitude da morte. É exatamente esta ideia de definitude, esta irreversibilidade que apavora o enlutado, tirando deste os sonhos e perspectiva de futuro, conforme podemos comprovar nos exemplos 162 e163.

Exemplo 162: *Eu fiquei meio que sem futuro. Assim, eu não penso no futuro como eu pensava antes (...) E assim, ficamos sem um plano de futuro mesmo, só seguimos a vida mesmo, sem muito sentido, vamos dizer assim. Sem planos, que antes a gente tinha mais.*
Exemplo 163: *Mas, futuramente, acredito que vai ficando só a saudade mesmo, sem dor, vamos dizer assim. Daí a gente passa a pensar melhor no que a gente pode fazer de futuro de vida. Tem que pensar no futuro mesmo, futuro de questão financeira. Não temos planos. Normal, só viver mesmo.*

Este narrativa apresenta as três fases do luto, descritas em momentos diferentes. Os comportamentos característicos da fase 1 aparecem bem detalhados, no relato da mãe, quando esta narra o evento do choque e do aturdimento provocado pela notícia, conforme podemos observar nos exemplos 164,165 e 166.

Exemplo 164: *Ela falou assim, "tia, ma...", e a outra tomou o telefone dela. Só que eu entendi, não é? Aí eu não lembro mais.*

Exemplo 165: *Não sei como eles me levaram, sei que quando meu esposo chegou lá na caçamba pra me buscar, eu só lembro que uma mulher ficou me dando água. Não lembro, não sei o que aconteceu, não.*

Exemplo 166: *Deu branco, sim. No intervalo de até chegar à parada, eu não sei como, mas eles dizem que me pegaram, que eu ia cair, eu não sei, só sei que deu um branco. Mas, eu sei que eu ia andando, adormeceram as pernas e eu caí na calçada, a mulher me deu água, e daí chegou o meu esposo, acho que ligaram pra ele ir me buscar, e a gente já veio pra cá.*

Nestes trechos, a mãe narra não conseguir compreender ou lembrar claramente dos fatos que se sucederam à notícia da morte, à cena do crime em si e ao momento do

funeral. O impacto da ruptura na mãe não lhe trouxe apenas problemas psicológicos, mas também físicos, conforme descritos no exemplo168.

Exemplo 167: *Mas aí, eu vi a viatura, um monte de gente. Eu não tinha força nas pernas. Aí, levaram-me pelos braços para eu ficar um pouquinho, mas eu não tive coragem de ver, ele estava já coberto. Eu não lembro.*

Exemplo 168: *Eu não consegui levantar pra ver o caixão. Quando eu tentava ir, alguma coisa me prendia, as minhas pernas ficavam assim. Não sei, passei 5 meses ainda fazendo tratamento nas pernas. Eu fiquei com problema de enxaqueca, que eu não tinha. E também, assim, era uma dormência que estava nas pernas (...) Igual quando a gente tem uma câimbra (...) Era como se tivessem formigas na minha perna toda, subindo o meu corpo (...) Aí, eu não conseguia levantar.*

Comportamentos de luto caracterizadores das Fases 2 e 3, de Bowlby (1997) são narrados no discurso quando a mãe refere-se a sua não adaptação ao fato da perda. De imediato, após se dá conta do trauma que sofreu, não aceita mais o local que lhe traz as lembranças do filho e, durante alguns meses, age com desassossego e excesso de choro. Em seguida, desenvolve, segundo a narrativa, comportamentos de apatia e imutabilidade.

Exemplo 169: *Mas, se eu pudesse eu não tinha vindo nem para casa na volta do cemitério.*

Exemplo 170: *No começo eu não conseguia fazer nada. Não conseguia ficar quieta, parada. Ficava só chorando mesmo. Eu não conseguia mais trabalhar em casa, tinha que sair.*

Exemplo 171: *Aí, não tinha mais ânimo de fazer nada dentro de casa, não tinha vontade de sair. (...) Então, não tinha mais ânimo para passeios.*

Segundo Maia-Vasconcelos (2003), um modo de o indivíduo disfarçar a dor do trauma é esconder-se, evitando o contato com o mundo social e mantendo-se retido na monotonia. Outro fator marcante nesta narrativa diz respeito à apatia refletida na narrativa da mãe, quando esta estabelece um quadro comparativo entre seu comportamento antes e depois do trauma.

Exemplo 172: *Ao contrário. Hoje eu sou mais fraca em tudo o que eu vou fazer. E na hora de chorar, eu choro muito, agora. Eu não era muito de demonstrar assim. Hoje eu fiquei mais fraca. Eu acho que eu era mais corajosa, hoje eu desanimo fácil.*

Exemplo 173: (...) *Antes eu acho que eu era mais sonhadora. Hoje eu sou mais fraca para decidir uma coisa, tenho medo de fazer alguma coisa, parece que eu não vou conseguir. Hoje já sou mais medrosa. Parece que tudo desanima, entendeu? Parece que nada vai ajudar. Eu acho que eu fiquei mais fraca, nesse sentido assim, de pensar que eu não vou conseguir.*

Na leitura dos exemplos 171 e 172 podemos ter uma ideia do quanto a perda de um filho é capaz de transformar o modo de vida de uma mãe. O quanto a sua história de vida se modifica a partir deste fato. Apoiando-nos na ideia de ruptura, de Maia-Vasconcelos (2003), podemos afirmar que, após o trauma, a mãe perde a segurança em si e passa a enfrentar um turbilhão de sensações que a fazem perder os referenciais relativos a si.

A ilustração a seguir mostra, de forma mais resumida, as características sócio-afetivas mais relevantes para a caracterização do discurso do luto nesta narrativa.

Figura 8 – Principais características sócio-afetivas – Narrativa 06

4.2 Caracterização narrativo-discursiva

Após todas as reflexões e análises feitas em relação à caracterização sócio-afetiva do discurso do luto, passemos agora à segunda etapa da interpretação dos dados, voltando nosso olhar para a estrutura narrativa neste tipo de discurso.

De acordo com os estudiosos da narratologia, a primeira característica de toda narração é a descrição de eventos que ocorrem em uma sequencialidade temporal. Também nas narrativas de experiência do luto materno há uma sequência de eventos ocorridos em determinado momento da vida do sujeito. Entretanto, percebemos que o modo de organização destes eventos, nos discursos, nem sempre segue a ordem fiel de sua ocorrência. Ou seja, embora a narradora se preocupe em contar o fato com certa organização temporal (ortodoxamente), isto não é feito de forma linear em todo o relato. Há digressões constantes e os eventos se sobrepõem. Há um predomínio da heterodoxia[53] em relação à ortodoxia.

Exemplo 173 (Narrativa 05): *A infância do Joel não foi muito boa não, porque ele estudou pouco. Ele estudou pouco e se misturou muito. Aí novo, com 10 anos, com 10 a 12 anos ele já começou a fumar, já começou a usar droga. Aí começou a se misturar com os vagabundos. Aí usava droga, roubava, furava os outros, sabe? Aí tinha uma criatura lá, lá perto de casa, que tinha um carro. Aí levava eles pra roubar no Centro pra ele. Aí tinha um que levava pra eles roubar, e tinha outro que dava o revólver pra eles roubarem pra ele. (...) Aí com 17 anos, ele morreu em fevereiro, não sei se ela ia fazer 18 ou era 17 em outubro, que ele morreu em fevereiro. (...) Aí queria sair, queria sair das drogas, a líder comunitária de lá conversava muito com ele, era louca por ele.*

Analisemos o caráter heterodoxo do exemplo acima. De acordo com a primeira pergunta da entrevista, a mãe inicia seu relato tratando da infância do seu filho, no entanto, remete-se logo à sua adolescência, momento de fortes emoções para ela, devido à prática de atos delituosos, que culminaram na sua morte. A mãe informa o fato e data da morte do filho, para só em seguida continuar a narrativa de vida dele. Ou seja, as sequências narrativas não seguem uma ordem marcada pela linha temporal.

[53] Cf. Maia-Vasconcelos (2003)

No que tange aos tipos estruturais de narrativas propostos por Labov (1972; 1997), verificamos que algumas estruturas são mais salientes que outras neste tipo de discurso. Detalhamos a seguir a análise de cada uma delas.

Entre as narrativas pesquisadas, não há uma preocupação das narradoras em iniciar seu relato de experiência através de um resumo de toda história. O ouvinte não é chamado atenção logo no início, mas vai concentrando-se nos detalhes e elementos do discurso demonstrados ao longo da narrativa.

No início de sua fala, a mãe já orienta o ouvinte acerca dos elementos que comporão o discurso narrativo, tais como: tempo, local, participantes e seus comportamentos iniciais. Isto ocorre muito em decorrência das perguntas iniciais da entrevista (ver Apêndice A).

Exemplo 174 (Narrativa 06): *Ele nasceu aqui mesmo em ***, no hospital ***, e ele nasceu no dia ***. (...) É, eu tive 4 filhos, no caso ele foi o segundo. Ele foi o segundo, nasceu... eu morava ali já, na avenida ***, depois que a gente veio pra cá. São 4 homens, todos homens. (...) Eles sempre foram meninos muito bons. Eu morava em um sítio, então eles tiveram muito espaço pra brincar, pra trazer os amigos para brincarem. (...) Eles brincaram muito, uma infância muito boa. Aí, vim pra cá, e depois de um tempo, isso aconteceu. Depois de um tempo que eu estava aqui. (...) Vai fazer 9 anos que eu moro aqui. Foi depois de uns 6, 7 anos. Eu estava já morando aqui, e aí aconteceu. Esse episódio aí, que a gente até nem sabe muito o que é que foi.*

A complicação é bastante marcada neste tipo de discurso, pois os relatos dos acontecimentos descritos são fundamentais para a formação do corpo da narrativa de luto. Podemos verificar claramente isto no exemplo 175:

Exemplo 175 (Narrativa 04): *Consegui internato pra ele, com a ajuda das minhas irmãs. A gente tinha que manter o local onde ele estava com cesta básica, essas coisas. Não tinha dinheiro. E a gente fez, a família se juntou pra ajudar, lá, a instituição, mas ele não aguentou e fugiu, sabe? Aí, foi pro interior, passou duas semanas no interior. Aí, a semana que eu recebi a notícia de que ele tinha vindo embora de lá pra cá a pé. Eu não cheguei nem a ver ele. (...) Aí, um criatura que teve um desafeto com o pai dele, há 10 anos atrás, da época da morte dele, tinha tido uma discussão com o pai dele, prometeu que ia tirar a vida de um deles. (...) Mas, aí, ele matou alguém, fugiu, quando ele voltou, encontrou o *** já viciado.*

*Aí, ele chamou o *** pra beber, o *** foi. Deu muitas facadas nele. Deu muitas facadas no meu filho.*

Percebemos que, no final do exemplo 72, a mãe narra a repetição do desfecho, como forma de enfatizar ainda mais a dor que este desfecho causa em si. Na última frase, a narradora substitui do vocábulo "nele" pela expressão "meu filho", numa forma de gerar aproximação afetiva entre ela e o referente.

A estrutura de avaliação é uma das mais presentes neste tipo de discurso. Por se tratar de narrativas de experiências, na medida em que as narradoras vão contando suas histórias, também vão refletindo sobre os fatos e se posicionando em relação a eles. Assim, o ponto de vista a respeito da narração é continuamente inserido no discurso. A mãe exprime as consequências para si dos eventos narrados.

Exemplo 176 (Narrativa 03): *Às 4 horas da manhã, meu esposo já estava levantado quando o telefone toca. A mãe da esposa dele foi quem falou: "Como é que está aí?" "Aqui está tudo bem." "Pois aqui não está não, aqui entraram uns dois bandidos sequestraram o *** e a ***", que era a cunhada dele. Aí pronto, eu fiquei muito aflita, não dormi mais, fiquei pensando que meu filho tinha sido sequestrado mesmo, chorando muito e preocupada. Ligava para lá e ela dizia que ele ainda não tinha aparecido, não tinha dado notícia. E essas horas foram se passando, e eu muito aflita, chorando (...)*

A resolução não é uma estrutura predominante neste tipo narrativa. Isto porque, por mais que a mãe traga uma série de ações complicadoras em seu discurso, não há como afirmar que a narrativa em si possua um desfecho final. A narração dos eventos que compõem a narrativa, tais como: o acontecimento da morte ou o evento da doação dos órgãos, pode apresentar um término ou uma resolução parcial daquele fato.

Exemplo 177 (Narrativa 01): *Eu apenas assinei o papel para ser liberado. E ele, meu marido, ele disse assim: "Tudo é na sua mão, não quero resolver nada, você resolve se vai doar, você resolve tudo, eu não quero saber de nada". E assim foi feito.*

No entanto, a narrativa da experiência do luto da mãe traz sempre um teor de incompletude, ou seja, a perda em si é relatada como um sentimento contínuo, uma trajetória que durará enquanto viva a mãe for. Prova disso é que, no momento de coleta dos dados, mesmo quando encerrávamos formalmente as entrevistas, algumas mães ainda acrescentavam

mais informações sobre sua situação. Vejamos a seguir dois exemplos de como as narradoras resolvem seus relatos.

Exemplo 178 (Narrativa 03): *Eu vou levando a minha somente na lembrança, e nunca me esqueci desse dia, para mim está acontecendo hoje, a minha vivência é assim.*

Exemplo 179 (Narrativa 04): *Assim, eu não me oponho porque eu sei, você sabe que a Bíblia fala que vai haver uma ressurreição, tanto de justo quanto de injusto. E eu pretendo ver meu filho na ressurreição. Poder abraçar ele de novo. Eu pretendo, de todo coração. Encontrar com ele, com a minha mãe, e abraçar os dois.*

Nem todas as narrativas analisadas apresentaram estruturas de coda. Observamos que, quase nunca, as narradoras demonstraram a preocupação em finalizar seus relatos, acrescentando alguma sentença para garantir ao ouvinte que a história acabou. Até porque, conforme já dissemos anteriormente, a história que elas contam sobre si não tem o caráter de acabada. O exemplo 180 traz uma estrutura de coda, situada não no final da narrativa, mas no meio. Ou seja, notadamente a mãe tenta encerrar seu relato, mas há sempre algo a mais a ser dito.

Exemplo 180 (Narrativa 03): *E a minha história que eu tenho que contar é essa daqui*.

Exemplo 181 (Narrativa 06): *Eu achei que se vai contribuir para ajudar outras mães. Então, eu pensei por esse lado, também. Tem muita mãe sofrendo. Umas que perderam porque realmente o filho fez por onde, mas não deixa de ser uma dor. E outras que realmente, como eu, porque não sabe, ou que realmente não tenha tido motivo concreto para que isso acontecesse, mas eu espero que ajude, e também que tenha dado certo para a sua conquista na faculdade, porque não deixa de ser um bom começo.*

No exemplo 181, a mãe, diante do agradecimento da pesquisadora pela presteza da entrevista, encerra seu relato fazendo uma reflexão acerca da relevância de seu relato como contribuição para um trabalho que abordará de situações semelhantes a sua. Assim, conforme salienta Labov (1972), a coda se manifesta sem uma juntura temporal com a narrativa, mas formada por cláusulas livres, que trazem em si um sentido de avaliação.

Com base não apenas no que diz Labov (1997) acerca do princípio da credibilidade nas narrativas de experiências pessoais, mas principalmente na veracidade peculiar que caracteriza os relatos autobiográficos, ao ouvir as narrativas que compõem o *corpus* deste trabalho, reforçamos nossa credulidade frente aos posicionamentos das mães. Assim, em nenhum momento nos permitimos colocar em dúvida o modo como os eventos ocorreram, o que nos interessa, fundamentalmente, neste trabalho, é o que nos relata a narradora, ou seja, o seu olhar acerca dos fatos e de suas consequências.

O princípio da causalidade aparece na narrativa de experiência do luto, quando, no discurso, a mãe busca em sua memória algo que justifique sua perda. Muitas vezes, esta causalidade não está explícita no relato, mas o ouvinte consegue identificá-la ao longo da narrativa. Na maioria das narrativas analisadas, a mãe nega esta causalidade, ou seja, seus argumentos narrativos não admitem uma razão para a morte do filho, mesmo que este esteja inserido em um contexto de violência e delitos, isto é decorrente da dificuldade de aceitação da perda e da dor.

Exemplo 182 (Narrativa 06): *Porque nada, nada, nada, assim, até hoje eu ainda não ouvi falar nada, se tinha alguma coisa de errado, que foi por isso que ele morreu.*

Exemplo 183 (Narrativa 01): *Aonde que me perguntam qualquer coisa do ***, eu conto, eu digo como foi, ele foi assassinado por uma* ***besteira,*** *porque ele estava fazendo uma pichação e o vigilante atirou nele, de costas.*

O vocábulo “besteira”, no exemplo 183, deixa bem claro o posicionamento de negação de uma causalidade para a morte do filho e, consequentemente, para seu luto, ou seja, a mãe narra minimizando o motivo do acontecimento como forma de relutância da perda. No exemplo 184, esta mesma mãe reforça a ausência de motivação para o crime de morte.

Exemplo 184 (Narrativa 01): *Meu filho estava errado? Estava. Mas isso não é caso de matar. Ele não estava roubando, ele não estava brigando com ninguém, não estava assaltando. Nem que ele estivesse, era caso de se chamar a polícia e prender, não é isso? Se ele estivesse fazendo uma coisa errada.*

O princípio de atribuição de elogio e culpa aparece com frequência na narrativa de experiência do luto bastante atrelado ao princípio do ponto de vista. Este princípio mostra

sentido semelhante ao da estrutura de avaliação. No momento em que relata os fatos, a mãe atribui elogios e culpa a si ou aos demais atores envolvidos na ação, destacando seu ponto de vista acerca do fato ocorrido. Esta atribuição nem sempre é transmitida de forma direta, algumas vezes, é inferida pelo contexto discursivo. No entanto, na maior parte das ocorrências, a culpa ou o elogio surge a partir de um ponto de vista que reflete, de forma bastante clara, o posicionamento do narrador. Vejamos o exemplo abaixo:

Exemplo 185 (Narrativa 01): *Eu acho assim, que tudo o que estava ao meu alcance, ao nosso alcance aqui, foi feito. Inclusive, na morte dele eu fui muito, assim, até na hora da morte dele eu fui muito presente, porque ele estava numa sala de recuperação e o médico muito amigo nosso, (...) chamou a gente e disse que o quadro dele era muito grave (...)*

Exemplo 186 (Narrativa 06): *Aí, aconteceu. A gente não sabe direito o que pode ter acontecido. Eles falam que foi por causa da festa, e eu acho que não foi...*

O que pudemos perceber, a partir dos exemplos 185 e 186, é que o fator culpa é recorrente, seja para a mãe explicitar que não se sente culpada, seja para admitir que errou em algum momento na criação do filho.

Em relação ao princípio do grau de objetividade nas narrativas, pudemos perceber, através de nossas análises, que no relato de experiência do luto os eventos são narrados de acordo com os sentidos do narrador. Ou seja, os eventos surgem e organizam-se no discurso de acordo com o trabalho de memória e a emoção do narrador em relação àquilo que relata. Ou seja, a narrativa de experiência é dotada de um caráter predominantemente subjetivo. Este caráter subjetivo reflete em várias caracterizações estruturais deste tipo de discurso, tais como: a temporalidade, a sequência de eventos e a presença de paradoxos discursivos.

Exemplo 187 (Narrativa 03): *(...) envelheci mais depressa, adoeci de muitos problemas que eu não tinha, e desse tempo para cá minha vida ela não foi mais aquela como antes, sempre é uma vida de angústia e tristeza.*

Exemplo 188 (Narrativa 01): *Doei. Doei todos os órgãos dele. Foram doados. Doei com a maior, assim, alegria do meu coração,*

Exemplo 189 (Narrativa 05): *Aí mulher, quando eu cheguei lá, tu é doido. Ele tinha acabado de morrer.*

Conforme podemos perceber, a partir dos exemplos acima, as mães narradoras recorrem a expressões de linguísticas carregadas, semanticamente, de grande teor emotivo. A expressão coloquial de surpresa "tu é doido", utilizada pela mãe, na narrativa 05, expressa um convite ao ouvinte para perceber a intensidade de sua dor ao avistar o filho morto.

A negação da passagem temporal está presente em quase todas as narrativas coletas. A mãe torna mais atual possível a sua dor, ao narrá-la, passando sua intensidade de sentimentos ao ouvinte, como se o fato tivesse acabado de ocorrer. Podemos verificar isto nos trechos a seguir:

Exemplo 190 (Narrativa 03): *Ainda hoje eu choro, porque eu não me esqueci da morte de meu filho com 17 anos que se passou, para mim foi ontem, tenho o meu coração traspassado direto, não para a dor nenhum instante, não me esqueço da dor nenhum momento (...) Não existe tempo, deste abalo que a gente não esperava isso na família, aconteceu. (...) E nunca me esqueci desse dia, para mim está acontecendo hoje.*

Exemplo 191 (Narrativa 01): *E notava que as pessoas não queriam mais ouvir aquela sua história. "Ah, menina, já faz tanto tempo". Gente, o tempo não passa para a gente. Tem 12 anos que meu filho morreu, mas para mim foi ontem. Está entendendo como é? O tempo não passa. Passa para as pessoas.*

Outro fator perceptível nas narrativas analisadas é a falta de perspectiva por um tempo futuro. Observamos, através dos discursos, que as mães sentem-se como se tivessem morrido um pouco a partir da morte dos filhos. É como se a vida já não tivesse mais o mesmo brilho, já não faça mais tanto sentido por conta do vazio.

Exemplo 192 (Narrativa 06): *Eu fiquei meio que sem futuro. Assim, eu não penso no futuro como eu pensava antes (...). E assim, ficamos sem um plano de futuro mesmo, só seguimos a vida mesmo, sem muito sentido, Sem planos, que antes a gente tinha mais. (...) Normal, só viver mesmo.*

Exemplo 193 (Narrativa 04): *Não tenho perspectiva. Porque, depois que o *** se foi, eu adquiri traumas e manias. E eu tenho medo, até, de entrar em depressão outra vez, fazer besteira comigo mesmo. Muito medo mesmo. Aí, eu ainda estou por eles. Mas, por mim mesma, pra mim, eu não tenho mais perspectiva. Pra mim, o que acontecer, aconteceu, está bom. (...) Perdi o gosto de viver. Perdi, simplesmente perdi.*

O paradoxo discursivo aparece em narrativas do luto materno como fruto de um forte engajamento subjetivo do narrador em relação ao seu discurso.

Exemplo 194 (Narrativa 02): *Supero muito bem a morte dele, você vê que eu sempre posso falar dele, porque sempre eu estou, mesmo meu filho era tudo para mim, não gosto nem de fala não... (choro).*

Podemos perceber, no exemplo 194, que a mãe demonstra em sua fala certo comportamento paradoxal. Ao mesmo tempo em que procura mostrar ao ouvinte força e superação diante da dor da perda, demonstrando o prazer em trazer de volta a imagem do filho, escapa-lhe aí a tristeza que a faz ir em busca de uma amnésia voluntária, pois o retorno às lembranças do filho, apesar de lhe permitir recuperar laços, também, devora-lhe a vida.

Como todas as narrativas tratam da morte por homicídio, o paradoxo aparece frequentemente entre a "obrigatoriedade" cultural e religiosa do perdão e o instinto materno e carnal da vingança como forma de "proteção" da cria. Nos exemplos a seguir, as mães dividem-se entre entregar ou não o ato de vingança a uma força divina, frente ao desejo ou impossibilidade de elas mesmas o realizarem.

Exemplo 195 (Narrativa 04): *Então, eu não tenho que me vingar dele, eu deixo que Deus faça. (...) Na hora, na hora, deu vontade de eu pegar ele.*

Exemplo 196 (Narrativa 06): *Mas, eu não tenho raiva não, tanto que um dia eu encontrei ela, a menina, dentro do ônibus, eu fui andando devagarzinho no ônibus e fiquei parada bem atrás dela, mas só rezei nas costas dela (...). Quando eu vi ela eu tive vontade de fazer qualquer coisa, menos de ficar quieta. Porque a vontade que eu tinha era de gritar que ela era assassina, até rebolar ela daquela janela do ônibus, se fosse o caso, pegasse nos cabelos dela assim. Não sou eu que tenho que fazer justiça. Só se rezar mesmo, pedir a Deus direto.*

Exemplo 197 (Narrativa 06): *E aí, a gente acaba nem entregando na mão de Deus, porque eu acho que a gente já entrega tanta coisa ruim nas mãos de Deus, de tanta gente. Quando o primeiro morreu eu fiquei feliz, quando eu soube, "bem feito" (...) Mas aí, a gente desejar a morte do próximo. Mas, daí você entrega nas mãos de Deus mesmo. Só Deus para ter misericórdia.*

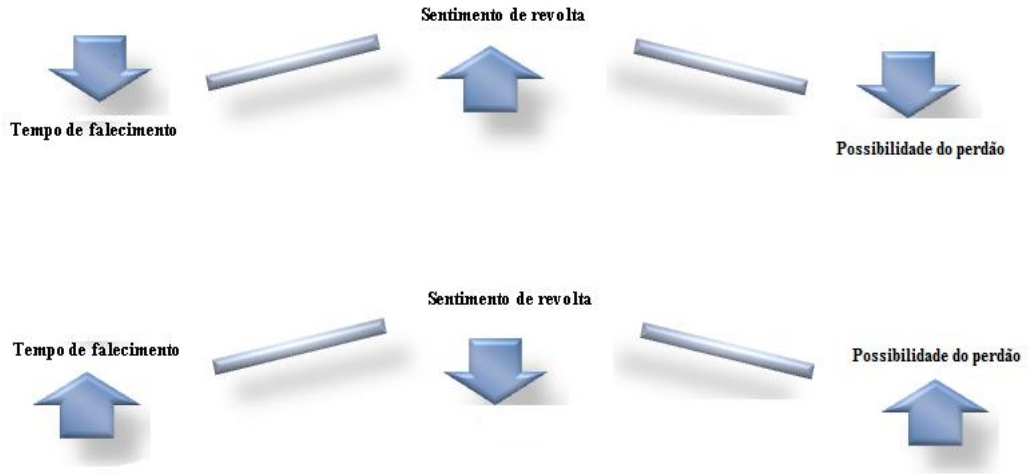
4.3 RESULTADOS

Conforme pudemos verificar na interpretação dos dados, os aspectos sócio-afetivos são fundamentais para a particularização da narrativa do luto materno. A seguir, passamos a descrever como o nível de ocorrência e relevância de cada um destes aspectos auxiliou para a caracterização do objeto de estudo.

O sentimento de revolta apresenta-se de diferentes maneiras neste tipo de discurso. A manifestação da revolta está bastante relacionada à fase do luto em que a mãe se encontra, ao tempo de falecimento do filho, ao perdão e à recorrência da religiosidade.

Para fim de ilustrarmos melhor a relação entre revolta, tempo de falecimento e perdão, utilizamos o diagrama de contraposição abaixo.

Figura 9: Contraposições de comportamentos sócio-afetivos



Conforme podemos verificar na ilustração, na maioria das narrativas observadas, quanto menor o tempo de falecimento, maior é o sentimento de revolta e menor é a propensão ao ato do perdão. Por outro lado, quando o tempo de falecimento é mais extenso, o sentimento de revolta tende a diminuir de intensidade e a mãe já passa a admitir a possibilidade de perdão para o causador do trauma.

Observamos que, diante da incerteza e da ansiedade, provocadas pela crise, os sujeitos, geralmente, necessitam que algum tempo, que não pode ser precisado, pois varia de indivíduo para indivíduo, para restabelecerem a linearidade temporal rompida pela crise, ressignificando, assim, a realidade e o sentido das coisas.

Embora haja uma variação de seguimentos religiosos entre as entrevistadas, todas apresentaram em seus discursos uma fé, predominantemente cristã, que marca de forma crucial a presença do apelo divino no discurso do luto. Esta religiosidade, geralmente, aparece quando a mãe, no momento de crise, busca obter força, superação, cura, vingança, entre outros.

Conforme verificamos, a mãe nem sempre relaciona a si a culpa pela morte do filho. Das seis narrativas analisadas, apenas duas demonstram-se, de certa forma, também culpadas pelo ocorrido. Esta culpa não está relacionada ao que fizeram pelo filho, mas ao que acreditam que deveriam ter feito para evitar sua morte. Por se tratar de morte por homicídio, em todas as narrativas, a culpa está atrelada ao sentimento de ira, dirigido aos que praticaram ou favoreceram a ocorrência do crime.

Ao narrar sua experiência de luto materno, as mães tendem a recategorizar a imagem do filho morto. Assim, elevam, na narrativa, as qualidades comportamentais e de caráter do filho, na investida de convencer o ouvinte da injustiça de sua perda.

As mães também destacam em seus discursos algumas formas por elas escolhidas para suprir a ausência física do filho morto. Como uma necessidade de materialização e fortalecimento da lembrança do filho em vida, a mãe apega-se a artifícios, tais como: objetos de uso pessoal, fotografias, documentos, visitas frequentes ao cemitério e publicações em redes sociais. Isto ocorre devido à necessidade da mãe em manter viva e contínua a presença do filho próxima a si, numa tentativa de driblar a perda e a dor que esta causa.

A morte de um ente querido ocasiona o luto não somente da mãe, mas de todos que compõem seu meio familiar e social. De forma unânime, todas as mães relatam uma dor que não é só sua, mas de toda a família. Assim, foi bastante presente, nos discursos, a descrição dos sentimentos e comportamentos do pai, dos irmãos ou de outros membros do convívio familiar. Inferimos com isso certa necessidade da mãe em frisar que não é somente ela quem sofre com a perda, não é somente a ela que o filho faz falta, mas a muito outros.

Além disso, em duas entrevistas, percebemos que o fenômeno da perda de um filho propiciou problemas inter-relacionais na família, ou seja, houve um reflexo da morte e do luto na estrutura familiar. Assim, afirmamos que o luto, embora narrado somente sob a ótica única da mãe, não é um fenômeno individual, mas possui uma abrangência social.

O contexto social e familiar também é fator determinante na elaboração do discurso do luto. A mãe, enquanto um eu experienciador, manifesta toda sua identidade, narrando sua história como reflexo do ambiente na qual está inserida. Assim, através do uso da linguagem como um mecanismo social, interage, relatando sua vida, suas dores e emoções. Na narrativa do luto materno, o contexto social é utilizado pela mãe como modo de argumentação para reclamar, de forma direta ou indireta, a situação de vítima do filho e, consequentemente, a sua.

Na maioria dos casos, notamos uma preocupação por parte da mãe em demonstrar certo comportamento de superação da dor e do luto. No entanto, no decorrer das entrevistas, outros comportamentos e sentimentos vão surgindo, o que faz transparecer certa contradição entre o que é dito, de forma mais racional, e o que é inferido a partir de um discurso dominado pela emoção. Este comportamento é um exemplo do que denominamos de paradoxo discursivo, característica saliente neste tipo de discurso. O paradoxo discursivo, geralmente, surge como fruto da carga emocional que possui o relato, o que faz com que a mãe, muitas vezes, se contradiga em relação a sentimentos e comportamentos.

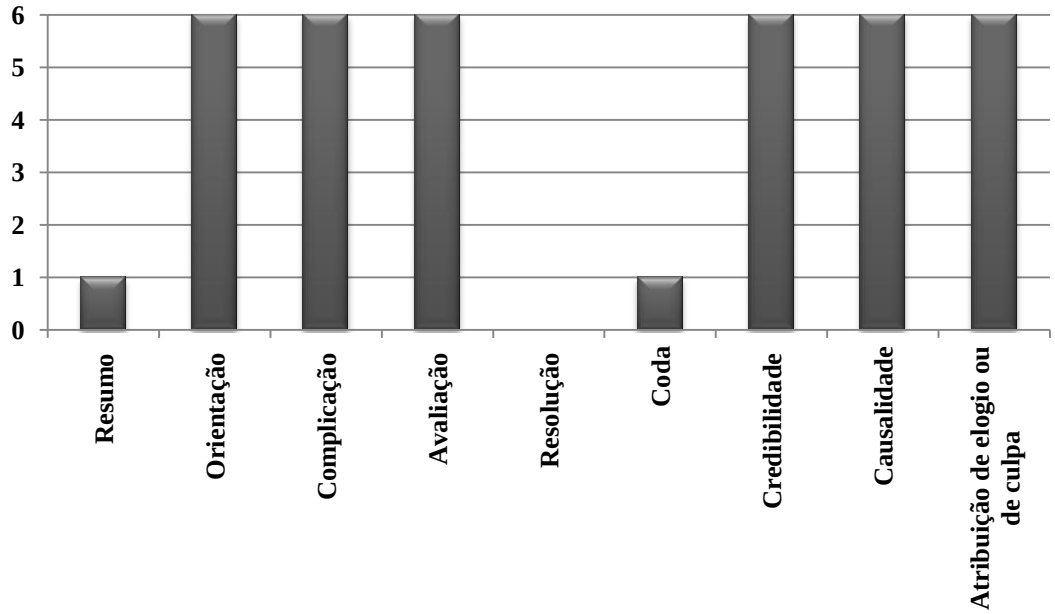
Ainda a respeito da tentativa de superação do luto materno, podemos dizer que ela está bastante atrelada à religiosidade, ou seja, relacionada à busca divina para o alívio do pesar. Além da fé, em algumas narrativas, a mãe ainda cita a família e o trabalho como fontes de inspiração para continuação da trajetória vital. É observado também o destaque dado à criação dos demais filhos. Ou seja, seu papel materno é fundamental e deve continuar, por isso, ela precisa ter força e saúde para exercê-lo.

A classificação das fases do luto, propostas por Bowlby (1997), utilizada neste trabalho como uma de nossas categorias de análise, muito nos auxiliou para a compreensão do comportamento da mãe enlutada. Pudemos verificar que a fase do luto em que a mãe se encontra está relacionada ao tempo de falecimento do filho. Pudemos comprovar a existência de comportamentos, previstos por Bowlby (op. cit.), que surgem quase que prototipicamente nos relatos das mães. Vale salientar que fatores como: o contexto social e familiar, as circunstâncias da morte, o espaço e o tempo em que o luto ocorre, também, caracterizam de modo particular o modo como a mãe enfrenta uma situação de perda, é preciso levar em consideração que cada luto é único. Algumas mães tratam, em suas narrativas, de comportamentos que se inserem em apenas uma fase do luto. Já outras, que narram de forma mais minuciosa seus processos de enfrentamento ao trauma, demonstram comportamentos abordados em até três fases.

Dentre as categorias determinadas para a análise estrutural de narrativas de experiência, segundo os princípios estabelecidos por Labov (1972; 1997), pudemos perceber que nem todas ocorrem de forma integralizada ou dão conta da narrativa de experiência do luto.

Expomos, a seguir, um gráfico que ilustra o nível de ocorrência dos princípios que investigam a estrutura da narrativa, a partir da caracterização narrativo-discursiva feita em todo o *corpus*.

Gráfico 1: Nível de ocorrência dos princípios de análise da estrutura da narrativa



Segundo o que percebemos, a partir do detalhamento das análises, o caráter traumático vivido pelas narradoras pressupõem especificidades à narrativa de luto. Assim como nos demais textos narrativos, as estruturas de orientação, complicação e avaliação estão claramente presentes em narrativas deste tipo. No entanto, estruturas como resumo, resolução e coda nem sempre aparecem, e não se aplicam de forma determinante.

Apenas uma, dentre as seis mães, preocupa-se em fazer um resumo do seu relato, para em seguida detalhar os fatos. As demais elaboram seu discurso de acordo com suas lembranças, iniciando a narrativa a partir dos eventos mais vivos em sua memória ou que lhe trazem mais emoção. Conforme já citado, a resolução, isto é, o desfecho final não foi encontrado nas narrativas analisadas, isto ocorre devido à forte marcação da ideia de continuidade na narrativa do luto, dada a infinitude das lembranças e a permanência das marcas deixadas pela ruptura.

Entre os seis relatos coletados, apenas em um, há explícita a sentença da coda. Isto sinaliza que, assim como não há um engajamento para finalização da narrativa, também não há uma preocupação por parte da maioria das narradoras em fazer uma avaliação acerca daquilo que narrou.

Alguns princípios desenvolvidos por Labov (1997) são mais salientes no que diz respeito à narrativa do luto materno. Entre eles, a causalidade, a atribuição de elogio ou culpa e a manifestação do ponto de vista. Esta presença pode ser observada neste tipo de discurso por dois ângulos distintos: necessidade de descrever a causa da morte, injusta do ponto de vista de quem narra; e necessidade de fortalecer para o ouvinte argumentos relacionados à causa da sua dor.

A atribuição de elogio ou culpa, bem como o ponto de vista estão inseridos direta ou indiretamente em todo o corpo das narrativas analisadas. O uso destes dois princípios reflete o caráter de dialogicidade da narrativa, ou seja, a narradora busca convencer o ouvinte de seu posicionamento a respeito do fato, elaborando julgamentos que fortaleçam sua vitimização e estabeleçam os antagonistas.

Por se tratar de um relato autobiográfico de trauma, dotado de enorme engajamento pessoal e emotivo, podemos dizer que as narrativas possuem um grau muito maior de subjetividade que de objetividade. Mesmo que em alguns momentos vejamos o empenho das narradoras em contar, de forma mais objetiva, os acontecimentos, há mesmo aí um comprometimento de alma e de dor que, muitas vezes, as levam a interromper o relato de um evento para se posicionarem acerca do que narram.

A respeito do sequenciamento dos fatos na narrativa, pudemos perceber que, de forma predominante, o discurso narrativo de luto é construído de acordo com o surgimento das temáticas guiadas pela emoção. Não há uma preocupação direta com a sequência dos fatos narrados, pois estes aparecem de acordo com as lembranças e os sentimentos de quem os narra. Assim, os eventos se deslocam e se interpõem na linha temporal do discurso. Seguindo a classificação de Maia-Vasconcelos (2003), podemos dizer que, em narrativas de experiência do luto, as sequências narrativas têm um caráter muito mais heterodoxo do que ortodoxo.

No que tange à questão do tempo, nas narrativas de luto, pudemos perceber algumas especificidades. Nem sempre o tempo do acontecimento dos fatos destacado pela mãe é o tempo físico, cronologicamente marcado pelo calendário. Na maioria dos casos, o tempo é resultante de sua experiência de luto, de sua trajetória de dor. A maioria das mães entrevistadas diz ter a sensação da não passagem do tempo, após a ocorrência do trauma.

Como a ruptura é contínua, a mãe atualiza suas lembranças e sua dor, como se a morte tivesse ocorrido “hoje” ou “ontem”.

Em relação ao tempo futuro, nas narrativas em estudo, pudemos perceber que há uma ausência de planejamento. Apesar das constantes afirmações de tentativas de uma superação, percebemos, através dos discursos, que a maioria das mães já não vê tanto sentido em planejar o prosseguir da vida, ao contrário, preferem prender-se às lembranças do passado ou viver o presente sem maiores expectativas. O sujeito tende a se preocupar muito mais com sua a recuperação imediata, já que sofrimento presente passa a ser centro de sua atenção, enquanto o futuro pode esperar, ou como diz o velho adágio popular: “a Deus pertence”. Observou-se que algumas mães ouvidas, neste trabalho, preferiram entregar o seu futuro a Deus e esperarem pelo auxílio divino, por julgarem ser esta a única possibilidade de sobrevivência psicológica e emocional que lhes resta, ao invés de planejarem um novo caminho a seguir, tendo que lutar como vítimas do trauma e do sofrimento, sempre presentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de perdas que enfrentamos durante a vida são partes constitutivas de nossa história. Neste caminho, a perda por morte de um ente querido é traumática, devido ao seu caráter de definititude. Através deste estudo, podemos perceber o quanto luto materno é um processo doloroso e difícil para uma mãe, justamente por conta do elevado grau de afetividade que há na relação mãe - filho.

O intuito maior para o desenvolvimento deste trabalho veio da minha experiência de assistir o luto de minha mãe, que perdeu um filho assassinado, de forma brutal. Foi preciso uma experiência própria de perda, para irmos em busca da compreensão do processo de perda do outro. Como pesquisadora, não conseguimos deixar a par o lado humano durante um estudo dessa natureza.

Esta pesquisa foi concebida a partir de uma visão pluridisciplinar, na busca pelo estabelecimento de relações entre diferentes áreas do conhecimento, dentro das ciências humanas, a saber: linguística, sociologia e psicologia, em torno do fenômeno do discurso do luto.

Utilizamos os pressupostos teóricos linguísticos para analisar de que forma os enunciados da língua expressam e caracterizam este discurso. As teorias de base sociológica e psicológica serviram-nos para compreender de que forma as relações sociais, os sentimentos e comportamentos maternos são delineados em um contexto de perda e luto.

Nossa pesquisa, que assumiu um caráter explicativo, interpretativo, qualitativo, etnossociológico e autobiográfico, apropriou-se de diversas abordagens teórico-metodológicas para o trabalho com os dados, coletados por meio de entrevistas narrativas, que resultaram em um *corpus* composto por seis narrativas de vida, de mães que experimentaram o traumático processo do luto causado pela violência.

Nossos objetivos buscaram caracterizar o discurso do luto materno, investigando como elementos linguísticos e estruturais apareciam no processo composição e caracterização deste tipo de narrativa de experiência, na busca por compreender como cada uma das entrevistadas demonstrava, discursivamente, seus comportamentos e sentimentos, após a perda de um filho, influenciadas por aspectos sócio-afetivos detectados ao longo do discurso.

O problema central que motivou o desenvolvimento deste trabalho foi a busca pela compreensão de como uma mãe enlutada constroi o discurso narrativo acerca de seu luto, distinguindo-o, assim, dos demais textos de cunho narrativo-autobiográfico.

Nossa hipótese inicial era de que as narrativas de vida de mães que trazem a temática do luto provocado pela morte violenta de um filho apresentam um discurso particular e diferencial, devido à intensidade afetiva que rege o posicionamento discursivo do sujeito.

Nosso modelo de análise foi composto por interpretações de cunho sócio-afetiva e narrativo-discursiva, que englobavam tanto características imanentes do próprio *corpus*, como categorias propostas por Maia-Vasconcelos (2003) e Labov (1972; 1997).

Foram levados em conta os elementos linguísticos e extralinguísticos, para a compreensão mais detalhada do objeto do estudo. A soma destes elementos fortaleceu a compreensão e a caracterização do modo de elaboração e estruturação do discurso do luto materno.

Chegamos à etapa final deste trabalho, após um longo processo de reflexão e compartilhamento de experiências, dotadas de sentimentos dolorosos e reações difíceis para uma mãe enlutada consumida por uma dor resultante da perda de um filho.

Esse estudo nos fez, muitas vezes, relembrar a nossa própria dor e isto nos ajudou a compreender o trauma de cada mãe entrevistada. Procuramos acolher a narrativa de vida da mãe com humanidade e respeito por sua perda, por sua dor e por suas dificuldades posteriores ao fato. Procuramos compreender e aceitar uma função que foi além da construção de um conhecimento ou uma teoria: a função social e humana de ouvir e detectar problemas de adaptação da mãe, após a morte de um filho.

Como ser humano, como pesquisadora e como mãe, também estamos suscetíveis a perdas dessa natureza. No entanto, pudemos sentir, em vários momentos deste trabalho, um encantamento pela capacidade de superação do ser humano frente a uma perda e a possibilidade de transformar a sua dor em uma experiência para lidar e superar situações difíceis no futuro.

Ao final, pudemos observar que as todas narrativas escolhidas acabam por ser um reflexo de uma narrativa coletiva de mães, que expressam a dor pela perda de um filho. Ou seja, há uma interligação da narrativa do luto da vida individual com as demais narrativas de luto advindas de contextos e vivências semelhantes.

Segundo Bruner (2014), uma vez domesticadas, as narrativas carregam em si o traço cultural, legitimam-se como imprevistos no julgamento humano e formam o repertório do inesperado, nos fazendo acreditar que nada é novo.

Nessa perspectiva, o relato de cada uma das trajetórias foi considerado singular e compreendido pelo prisma da imprecisão, da incerteza, das contradições e da dúvida. Não houve, aqui, a busca por uma verdade absoluta, por um itinerário coeso, mas pelo registro de

uma versão particular de sentimentos e acontecimentos narrados por uma determinada pessoa. No entanto, vale salientar que estas visões particulares foram etnometodologicamente interpretadas, em busca da caracterização de um objeto de estudo, o discurso do luto. No fim, as trajetórias individuais resultaram em um objeto construído a partir de características comuns, o que nos permitiu chegar a certo nível de generalização.

Desde o início, já pressupúnhamos que uma determinada estrutura narrativa não dá conta da multiplicidade de gêneros narrativos existentes. Isto porque o conteúdo semântico-discursivo, movido por fatores afetivos e contextuais são determinantes para uma caracterização da estrutura do discurso, em nosso caso particular, o discurso do luto.

Pudemos verificar que as narrativas de vida de mães, cujos filhos foram vítimas de homicídio, apresentam especificações no que diz respeito à sequencialidade, à temporalidade, ao uso de princípios de estruturação e à elaboração semântico-discursiva da narrativa em si. Conforme já explicitado, todos estes fatores são resultantes do teor emocional e afetivo que compõem o tema deste tipo de discurso.

Confirmando nossas hipóteses iniciais, as narrativas de vida de mães, que trazem a temática do luto, provocado pela morte violenta do filho, apresentam um discurso diferenciado, na diversidade dos gêneros narrativos autobiográficos, principalmente, no que diz respeito ao posicionamento do sujeito e à estruturação do discurso. Isto ocorre devido às fortes influências afetivas e contextuais que coocorrem no processo de elaboração deste. Leituras em outras áreas conhecimento, tais como: a psicologia e a sociologia, auxiliaram-nos para a compreensão deste tipo de elaboração discursiva e foram fundamentais para que chegássemos a esta conclusão.

Cientes das lacunas deixadas ao longo do caminho percorrido, para que chegássemos a esta tese, acreditamos que este trabalho, sobre a temática do luto, pode suscitar ainda inúmeras as pesquisas, que poderão ser desenvolvidas sob diferentes óticas, em outros campos das ciências sociais, com gêneros textuais ou com uma natureza distinta de informantes.

Por seu caráter interdisciplinar, consideramos que este estudo poderá servir como fonte de leitura e pesquisa para diferentes áreas, tais como: Análise de Discurso, História de Vida, Psicologia, Sociologia e Antropologia.

Para o campo das pesquisas linguísticas, julgamos relevante o trabalho aqui desenvolvido, pois este poderá vir a fortalecer a importância dos estudos de linguagem, em uma perspectiva cada vez mais social, com a valorização de textos, que tratem das

experiências individuais humanas, cuja riqueza e profundidade são imensuráveis. Trabalhos nesta perspectiva ampliam os modos de abordagem para os estudos dos gêneros e do discurso.

REFERÊNCIAS

ADAM, J. M. (2011). **A linguística textual:** introdução à análise textual dos discursos. São Paulo: Cortez, 2008.

AGÊNCIA BRASIL DE COMUNICAÇÃO. **Homicídios de jovens crescem 326,1% no Brasil, mostra Mapa da Violência.** Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-07-18/homicidios-de-jovens-crescem-3261-no-brasil-mostra-mapa-da-violencia>. Acesso em: 24 nov. 2014.

ALEXANDRE JR. M. Prefácio. In: ARISTÓTELES. **Retórica das paixões.** 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

AMOSSY, R. (org.). **Imagens de si no discurso:** a construção do ethos. São Paulo, Contexto, 2013.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

_____. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

ARISTÓTELES. **Retórica das paixões.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Retórica das paixões.** 2ª ed. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2005.

ATAÍDE, Y. D. B. **Decifra-me ou Devoro-te: História Oral de vida dos meninos de ma de Salvador.** São Paulo: Edições Loyola, 1993.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BARROS, D. L. P. **Teoria do discurso:** Fundamentos semióticos. 3. ed. – São Paulo: Humanitas / FLLCH / USP, 2001

BARTHES, R. **Introdução à análise estrutural da narrativa**. Tradução Maria Zélia Barbosa Pinto. 5. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. **La Préparation du roman I et II:** Cours et séminaires au Collège de France 978-1979 et 1979-1980. Paris: Seuil, 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BAUER, M. W.; GASKELl, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som:** um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

BBC BRASIL. **Relatório coloca Brasil em 6º em taxa de homicídio de crianças e jovens.** Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/09/140904_unicef_ homicidios_lk>. Acesso em 23 nov. 2014.

BENJAMIN, Walter. Conto e cura. **Rua de mão única.** São Paulo: Brasiliense, 1997.

BENVENISTE, E. **Problemas de linguística geral.** São Paulo: Ed. Nacional, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**. Trad. Paulo Neves. 2 a ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____ . **Matéria e Memória:** ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. São Paulo: Martins e Fontes, 2006.

BERTAUX, D. Biography and society. In: **The life history approach in the social sciences**. Beverly Hills: Sage publications, 1981.

_____. **Narrativas de vida:** a pesquisa e seus métodos. Natal: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

BILAC, E. D. Sobre as transformações nas Estruturas Familiares no Brasil. In: Ribeiro, I. e Ribeiro, A. C. T. (org.). **Família em Processos Contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1995.

BOLÍVAR, A. et. al. **La investigación biográfico-narrativa en educación:** Enfoque y metodología. Madrid: La Muralla, 2001.

BOSI, E. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BOWLBY, J. **Formação e rompimento de laços afetivos**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BRANDÃO, H.H.N. **Introdução à Análise do Discurso,** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 8ª Ed. 2002.

BROCKMEIER, J. e HARRÉ, R. Narrativa: Problemas e Promessas de um Paradigma Alternativo. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 2003, 16(3), pp. 525-535

BRUNER, J. The narrative construction of reality. In: **Critical Inquiry**, v. 17, p. 01-21, 1991.

_____. **Fabricando histórias:** direito, literatura, vida. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARDOSO, M. N. F. et al. **Autoria narrativa e construção de saberes em situação traumática: a relação discursiva na relação equipe de saúde e pessoas em crise**. Relatório de Pesquisa CNPQ/PIBIC. Fortaleza, 2012.

CARNEIRO, M. C. S. R. **Como não falar?** O discurso de luto em Jacques Derrida. Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/neolatinas/media/publicacoes/cadernos/a5n5/ litcult/mariaclara_carneiro.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2014.

Carvalho. C. D. R. **Luto e religiosidade.** Monografia. 88p. Licenciatura em Psicologia, Instituto Superior da Maia, 1997. Disponível em: http://www.psicologia.pt/artigos/textos/

TL0059.pdf. Acesso em: 20 set. 2015.

CHARAUDEAU, P.; MAINGENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso.** São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso:** modos de organização. São Paulo: Contexto, 2009.

CHIZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

DAVEL, A. P. C.; SILVA, D. R. O processo de luto no contexto do API-ES: aproximando as narrativas. In: **Pensando famílias.** vol.18 nº.1 Porto Alegre jun. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v18n1/v18n1a10.pdf. Acesso em: 12 jul, 2015.

DIJK, T. A. V. **Cognição, Discurso e Interação.** São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Discurso e Poder.** São Paulo: Contexto, 2008.

_____. **Discurso e Contexto**: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto, 2012.

ELIAS, N. e SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERRAROTTI, F. **Sobre a autonomia do método biográfico.** In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Orgs.). O método (auto) biográfico e a formação. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010. p. 33-57.

FONTE, C. A. A narrativa no contexto da ciência psicológica sob o aspecto do processo de construção de significados**. Psicologia – Teoria e Prática**, v. 8, n. 2, p. 123-131, dez. 2006.

FOUCAULT. M. **A arquelogia do saber.** Trad. de Luiz Felipe Baeta Neves. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

GANCHO, C. V. **Como analisar narrativas**. 9ª ed. São Paula: Ática, 2006.

GREIMAS, A. J.; FONTANILLE, J. **Semiótica das Paixões.** São Paulo, SP: Ática, 1993.

GORER. G. **Death, grief and mourning in contemporary Britain**. Nova Iorque: Doubleday, 1965.

_____. **The pornography of death.** Disponível em: http://www.romolocapuano.com/wp-content/uploads/2013/08/Gorer.pdf. Acesso em: 10 jul. 2015.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. 23. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

HOUAISS, A. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KALOUSTIAN, S. M. & FERRARI, M. Introdução, p. 11-15. In: KALOUSTIAN, S.M. (org.). **Família brasileira, a base de tudo.** Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília, 1994.

KÜBLER-ROSS, E. **Sobre a morte e o morrer:** o que os doentes têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus parentes. 7 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: _____. **Language in the inner city:** studies in the black english vernacular. Philadelphia: University of Pensyvalnia Press, 1972. p. 354-397

LABOV, W. Some further steps in narrative analysis. **The journal of narrative and life history**, Volume 7, numbers 1- 4, 1997.

LALANDA. P. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. **Análise Socia**l, vol. XXXIII (148), 1998 (4.º), p. 871-883. Disponível em: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224154176E1jDU8rb4Nc15SI4.pdf. Acesso em: 18 Ago. 2015.

LEJEUNE, P. **O pacto autobiográfico:** de Rousseau à Internet. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LERAY, C. Historia de vida intercultural em formação de professores. **Revista da FAEEBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 17, n. 29, p. 1-...., jan./jun., 2008. Disponível em: http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero29.pdf. Acesso em: 08 Ago. 2015.

MAIA-VASCONCELOS, S. F. **Penser L´Ecoleet La Construction des Savoirs Étude Menée Auprès D´Adolescentes Cancéreux au Brésil**. 400p. Tese (Doctorat) - Sciénces de L´Education Université, Université de Nantes, Nantes, France, 2003.

MAIA-VASCONCELOS, S. F. 2003. **Clínica do discurso.** Fortaleza: Premium, 2005.

MALDONADO, M. T. A ciência do amor materno. In: **Maria Tereza Maldonado**. Desenvolvido por: Forpix Internet**.** Disponível em: <http://www.mtmaldonado.com.br/ entrevistas/amor_materno.php.>Acesso em 28 nov. 2014.

_____. Mulher chefe de família. In: **Maria Tereza Maldonado**. Desenvolvido por: Forpix Internet. Disponível em:<http://www.mtmaldonado.com.br/artigos/mulher_chefe.php>. Acesso em: 28 nov. 2014

MAINGUENEAU, D. **Termos-chave da Análise do Discurso.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

MAINGUENEAU. D. A análise do discurso e suas fronteiras. In: **Matraga.** Rio de Janeiro, v.14, n.20, p.13-p.37, jan./jun. 2007.

MANNONI, M. **O nomeável e o inominável:** a última palavra da vida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

MCADAMS, D. P. The psychology of life stories. **Review of General Psychology**, 5 (2), 100-122, 2001.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral.** São Paulo: Loyola, 2005.

MEYER, M. Prefácio. In: ARISTÓTELES. **Retórica das paixões.** São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MISSE, M. **Da Violência de nossos dias.** In: Blog **Direito e Paz.** Desenvolvido por: Alunos do curso de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <http://pazedireito.blogspot.com.br/2010/04/violencias.html>. Acesso em: 25 nov. 2014.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa.** São Paulo: Pioneira Thompson, 2002.

MORIN, E. **O homem e a morte.** Lisboa: Publicações Europa-América, 1970.

MOSCOVICI, S. **Crônica dos anos errantes:** narrativa autobiográfica. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

MOURA, C. M. **Uma avaliação da vivência do luto conforme o modo de morte**. 188p. Dissertação (mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

NASCIMENTO. E. M. F. S. Paixão, Mito e Formas de Vida em Textos Publicitários. **Signum:** Estud. Ling., Londrina, n. 16/2, p. 149-168, dez. 2013. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index. php/signum/article/download/15681/14026. Acesso em: 26 Ago. 2015.

NETO, F. **Psiquiatria e religião:** a prevalência de transtornos mentais entre ministros religiosos. Tese. (Livre-docência). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, 1997. Disponível em: http://www.hojenet.org/htm/profissional_arquivos.htm. Acesso em: 20 de set. 2015

OLIVEIRA, N. H. D. **Recomeçar: família, filhos e desafios.** São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 236 p.

OSTERNE, M. S. F. **Menino trabalhador:** identidade no confronto família: rua. 216p. Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1991.

PARKES, C. **Luto:** estudos sobre a perda na vida adulta. São Paulo. Editora Summus. Tradução: Maria Helena Franco Bromberg, 1998.

PASSEGGI, M. C. A experiência em formação. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 147-156, maio/ago. 2011.

PAULILLO, M. A. S. **Pesquisa qualitativa e a história de vida**. Serv. Soc. Rev., Londrina, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999.

PAYER, M. O. O trabalho da memória no discurso. In: MALUF-SOUZA, A.; SILVA, V.; ALMEIDA, E.; BISINOTO, L.S.J. (Orgs.). **Discurso, sujeito e memória**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012. p. 91-107.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi (et.al.). 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

_____. **O discurso:** estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2006.

PELLAUER, D. **Compreender Ricoeur**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PEREIRA, L. M. L. Relatos orais em ciências sociais: limites e potencial. **Análise & Conjuntura**, v. 6, n. 3, p. 109-127, 1991.

PERRONI, M. C. **Desenvolvimento do discurso narrativo.** 207p. Tese (Doutorado em Linguística) – Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1983.

PINEAU, G. **A autoformação no decurso da vida:** entre a hetero e a ecoformação. In: NÓVOA, A.; FINGER, M. (Orgs.). O método (auto) biográfico e a formação. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010. p. 99-116.

PRODANOV, C.C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, M. I. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON (org.) **Experimentos com Histórias de Vida:** Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988.

REED, M.; Greenwald, J. Sunivor victim status, attachment and sudden death bereavement. In: Suicide and Life — **Threatening Behavior**, Vol. 21, p. 385-401.

RESENDE, E. S. A. Trauma e crise de significados na articulação de identidades coletivas na política internacional. In: **3° ENCONTRO NACIONAL ABRIL 2011**, 3. 2011, São Paulo.

RYNEARSON, E.D. **Bereavement after homicide**. American Journal of Psychiatry, 141, p. 1452-1452, 1984.

RICOEUR, P. **Tempo da narrativa.** v. 1. Campinas, São Paulo: Papirus, 1994.

_____. **Tempo e Narrativa**. v.3. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RUIZ, E. M. **Freud no divã do cárcere:** Gramsci analisa a psicanálise. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SANTANA. F. J. S. **A Retórica Fúnebre:** uma abordagem histórico-discursiva de epitáfios, obituários e memoriais virtuais. 227p. Tese. (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Letras. Recife, 2011

SANTOS, H. Ação e relevância em narrativas de adolescentes autoras de atos infracionais. **Contemporânea**. v. 2, n. 2. p. 489-512. jul./dez., 2012.

SIQUEIRA, K. A. **Ortodoxia e heterodoxia nos relatos do sujeito coletivo mulher vítima de violência doméstica:** amar a si mesmo como ao próximo. 161p. Tese. (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

SOUZA, J. M. A. Violência social brasileira. In: **Site Jurisway**. Desenvolvido por: Danilo Santana. Disponível em: http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5802> Acesso em: 23 nov. 2014.

TOURINHO, J. G. **A mãe perfeita: idealização e realidade** - Algumas reflexões sobre a maternidade. Disponível em: http://www.igt.psc.br/ojs2/index.php/igtnarede/article/ viewFile/1710/2343. Acesso em: 14 Ago. 2015.

VIANA, I. R. **A organização da sequência narrativa em *récits de vie***. 103p. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

THOMPSON, P. R. **História oral e contemporaneidade.** Disponível em: http://revista. historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=47&path %5B%5D=39#. Acesso em: 25 jul. 2015.

_____. **A voz do passado:** historia oral. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WELLER, W. Aportes hermenêuticos no desenvolvimento de metodologias qualitativas. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 16, n. 31, p. 287-304, jul./dez. 2010. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3026. Acesso em: 14 Ago. 2015.

WHITE, M. **Reflections on narrative practices**. Adelaide: Dulwich Centre Publications, 2000.

APÊNDICE A: Roteiro guia para realização das entrevistas narrativas

1. Qual o nome do seu filho?

2. Onde e quando ele nasceu?

3. Fale-me um pouco sobre como se deu o início da sua família.

4. Quantos filhos a senhora teve?

5. Fale-me um pouco sobre a criação deles.

6. Há quanto tempo seu filho faleceu?

7. Como ocorreu a morte dele?

8. Como esta perda repercutiu na família?

9. Qual seu sentimento em relação a quem ocasionou a morte do seu filho?

10. Como a senhora tem vivido após este acontecimento?

11. Onde a senhora tem encontrado força para superar esta dor?

12. A senhora sonha com seu filho?

13. Ao se olhar no espelho, que mãe a senhora vê, após todos estes acontecimentos?

14. Como a senhora planeja seu o futuro?